



PROCESSO N°
02001.001848/2006-75

ANO:

2006

0103

PROCEDÊNCIA:

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

MMA/IBAMA, DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO: 02001.001658/2003-76

INTERESSADO: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

CLASSIFICAÇÃO ARGUMENTATIVA: 14.2

DATA: 21/03/2008

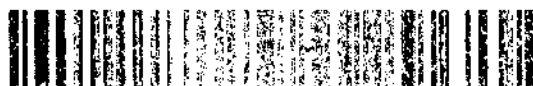
DOCUMENTO: PROCEEDINGS MEMO N° 55/2006 - DILIG

IRAMA

RESUMO: APROVEITAMENTO HIDROELETRICA BELO MONTE

- ALTAMIRA VITÓRIA DO RIBEIRO - PARA VOLUMES 1 A 59: 4

ANEXOS.



ANDAMENTO

[illegible]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

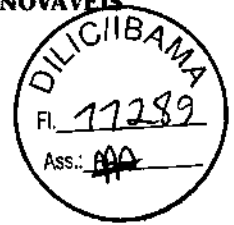
Aos 09 dias do mês de maio de 2014, procedemos a abertura deste volume nº LIX do processo de nº 02001.001848/2006-75, que se inicia com a página nº 11288. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) /IBAMA

EMBRAECO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ABERT. VOL. 000572/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de maio de 2014

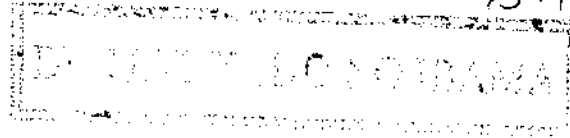
Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

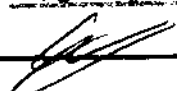
Solicitamos a abertura de volume LIX no processo nº 02001.001848/2006-75.
Após abertura, tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

EDUARDO TRAZZI MARTINS
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

15.10.13



Ass. nº 11290
Proc. nº 1848/06
Rub. 

CE 109/2013-PR

Brasília, 15 de outubro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
VOLNEY ZANARDI JUNIOR

Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis -
IBAMA
Brasília - DF

Assunto: Comprovação de validade da Licença de Instalação nº 795/2011

Prezado Senhor,


Cumprimentando-o cordialmente, considerando os recentes autos de infração lavrados contra a UHE Belo Monte, vimos solicitar a colaboração de V. Sa. no sentido de expedir uma declaração de que tais infrações não suspendem a eficácia da Licença de Instalação nº 795/2011, que permanece válida, permitindo à Norte Energia dar continuidade a todas as atividades, inclusive de cumprimento das condicionantes ambientais.

Tal solicitação se prende à necessidade de fazer prova da regularidade da referida LI perante os agentes financiadores do empreendimento, que nos fizeram tal exigência como condição para liberação das próximas parcelas do financiamento.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre o assunto.

Atenciosamente,


Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente

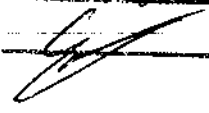
A COENE

Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental
DILIC/IBAMA
15/10/13

AO ANUISTA EDUARDO TANZI,
PARA ANEXAR AO PROJETO. INTERNO
QUE DESSTA JÁ FOI ELABORADA.

em 18.10.13



Associação de Indústrias
e Comércio de Hidráulicas
e Pneumáticas
COPICOMHIDROPNEUMÁTICA

Fla. nº 11291
Proc. nº 1848/06
Rub. 



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº do documento: 02001.019566/2013-53 – CE 109/2013-PR
Origem: NORTE ENERGIA – Usina Hidrelétrica Belo Monte
Assunto: Comprovação de validade da Licença de Instalação nº 795/2011.


Destinatário: DILIC	Data:	17/10/13
---------------------	-------	----------

1º Despacho: Para conhecimento.


Hélio Sydol
Chefe de Gabinete
Presidência do IBAMA

Destinatário: A COHID-2	Data:	16/10/13
-------------------------	-------	----------

2º Despacho: Para instrução do processo, informo que a presente com a pen-
dência já foi respondida


Adriano Rafael Atreia de Queiroz
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica
Substituto
COGEM/IBAMA

Destinatário:	Data:	
---------------	-------	--

3º Despacho:

Destinatário:	Data:	
---------------	-------	--

4º Despacho:

Destinatário:	Data:	
---------------	-------	--

5º Despacho:

Destinatário:	Data:	
---------------	-------	--

6º Despacho:

Destinatário:	Data:	
7º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
8º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
9º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
10º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
11º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
12º Despacho:		



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

11292
1848/b6
Rub.

MEM. 017988/2013 DILIC/IBAMA

Brasília, 15 de outubro de 2013

Ao Senhor Diretor da DIPRO

Assunto: **Pedido de informação**

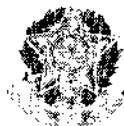
1. Em atenção ao Memorando nº 017630/2013 SIC/IBAMA (em anexo), solicito que seja atendida a solicitação de envio de cópias dos processos relativos ao Auto de Infração nº 496503-D e Auto de Infração nº 1181-E, lavrados em desfavor da Norte Energia.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

OK

EM BRANCO



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fls. 11/293
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.012864/2013-12 DILIC/IBAMA

Brasília, 15 de outubro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor Ao Senhor NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Resposta à CE 101/2013-PR - Vila dos Trabalhadores em Altamira**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao documento CE 101/2013-PR, que apresenta informações referentes ao cumprimento de prazo demandado pelo Ofício 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA, para implantação das casas da Vila dos Trabalhadores em Altamira, informo que permanece válida a exigência de implantação das 500 (quinhentas) casas em conformidade com o Ofício citado, enquanto não forem apresentadas pela Norte Energia, e devidamente avaliadas por este Ibama, as ratificações técnicas e operacionais que justifiquem a necessidade de somente 120 (cento e vinte) casas para a Vila dos Trabalhadores em Altamira.

Atenciosamente,

GISEDA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

*Recebemos 18/10/2013
Hilma Cristina*

EM BRANCO



Fls. nº 11294
Proc. nº 1848/06
Rub.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

OF 02001.012875/2013-01 GABIN/PRESI/IBAMA

Brasília, 16 de outubro de 2013.

Ao Senhor
DUÍLIO DINIZ DE FIGUEIREDO
Diretor Presidente da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

**Assunto: UHE Belo Monte - Validade da Licença de Instalação nº 795/2011 Ref.:
Correspondência CE 109/2013-PR**

Senhor Diretor Presidente,

1. Informo para os devidos fins que a empresa Norte Energia S.A - CNPJ: 12.300.288/0001-07 é detentora da Licença de Instalação nº 795/2011 a qual mantém-se válida e que possui prazo de vigência até a data de 06 de junho de 2017, passível de prorrogação.
2. Informo adicionalmente que a referida empresa, até a presente data, foi autuada em quatro sanções administrativas do tipo multa, as quais são descritas a seguir:
(I) Auto de Infração nº 586494-D - Data: 15/02/2012 - Valor: R\$ 7.000.000,00; (II) Auto de Infração nº 496503-D - Data: 05/09/2013 - Valor: R\$ 100.500,00; (III) Auto de Infração nº 723984-D - Data: 24/09/2013 - Valor: R\$ 3.000.000,00; (IV) Auto de Infração nº 1181-E - Data: 01/10/2013 - Valor: R\$ 2.700.000,00.

Atenciosamente,

FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto do GABIN/PRESI/IBAMA

Neuberger Lobato Silva
Diretor Socioambiental
Norte Energia S.A.
16/10/13
17h:08

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

Fls. 11295
Protocolo 1848/06
Reb.

OF 02001.013030/2013-24 COHID/IBAMA

Brasília, 18 de outubro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor Ao Senhor NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Neuberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
21/10/13
10h:44

Assunto: **solicitação de esclarecimentos sobre indenização de área rural e outro**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que o Ibama recebeu denúncia apresentada em carta anexa, na qual é relatado:
 - a) a ocorrência de desvio de rios causando alagamento em propriedade agrícola, mesmo sem devida autorização do proprietário; e
 - b) adoção de procedimento da Norte Energia de não considerar, para efeito de indenização, plantações frutíferas nativas existentes.
2. No que se refere ao relato citado no item "b", ressalto que existe previsão para este tipo de tratativa nas ABNT-NBR 14.653- partes 1 e 3 e no PBA, volume II, pág. 59, conforme explicitado que as culturas perenes como o cacau, café e árvores frutíferas em geral, assim como as espécies nativas como açaí, castanheira e outras serão indenizadas pela unidade existente (árvore).
3. Neste sentido, solicito que a Norte Energia encaminhe, no prazo de 07 (sete) dias, informações relacionados aos assuntos denunciados, para avaliação.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA

EM BRANCO



Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.019834/2013 - 37

18.10.13

Fis. nº 11296

Proc. nº 1848/06

Rub.

CE 0415/2013-DS

Brasília, 18 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattinni

Diretora de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Solicitação de envio de Nota Técnica sobre áreas para RUC.

Referente: Of. 02001.012445/2013-81 DILIC/IBAMA

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a cordialmente e em atenção ao ofício em epígrafe, encaminho a Nota Técnica, em anexo, que trata da avaliação comparativa entre as áreas conhecidas como Fazenda Laranjeiras e Pedral.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel

Diretor Socioambiental

DS/JRP/adc

AO AMPLIA EDUARDO TRABA,

PRIMA AMPLIAS, JUNO A

EQUIPE DE SOCIOECONOMIA.

em 23.10.13



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Superintendência de Avaliação



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA: 02001.001848/2006-75		AUTORIZAÇÃO: 251/2013 3ª Retificação		VALIDADE: 01/06/2017 (validade da LI nº 795/2011)	
ATIVIDADE: <input type="checkbox"/> LEVANTAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> MONITORAMENTO <input type="checkbox"/> RESGATE/SALVAMENTO					
TIPO: <input checked="" type="checkbox"/> RECURSOS FAUNÍSTICOS <input type="checkbox"/> RECURSOS PESQUEIROS					
EMPREENDEDOR: Norte Energia S/A CNPJ: 12.300.288/0001-07 CTF: 5.074.556 ENDEREÇO: SCN Quadra 4 – Bloco B, salas 904 e 1004 Asa Norte – Centro Empresarial VARIG Brasília – DF – CEP: 70.714-900 EMPREENDIMENTO: UHE Belo Monte					
CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Biota – Projetos e Consultoria Ambiental LTDA CNPJ/CPF: 05761748/0001-20 CTF: 1757250					
COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Claudio Veloso Mendonça CPF: 899.709.001-10 CTF: 629394					
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Monitoramento de mastofauna, herpetofauna, avifauna, quiroptero-fauna, invertebrados terrestres e fauna subterrânea na área de inserção da UHE Belo Monte. Coleta de espécimes vivos e coleta de indivíduos mortos e material biológico de animais mortos acidentalmente. Os métodos de marcação autorizados são: Anilha do CEMAV para avifauna, anilhas com marcação alfa-numérica para quirópteros de material inoxidável, sendo que para animais com massa inferior a 10g estão autorizadas anilhas coloridas com sequência numérica. Colares/coleiras com cilindros coloridos para quirópteros. O número máximo de animais coletados deve ser de 04 (quatro) espécimes, por espécie, por módulo, por campanha, devendo ficar evidenciado a necessidade de coleta por problema na identificação taxonômica ou a importância da espécie na composição da coleção científica.					
PETRECHOS: Gancho e pinção herpetológico, redes de neblina, puçás, armadilhas com isca para moscas, armadilhas com isca para abelhas, redes entomológicas.					
DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG-MCT, localizado na cidade de Belém-PA. INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, localizado na cidade de Manaus-AM.					
LOCAL E DATA DE EMISSÃO: Brasília-DF, 21 OUT 2013			AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO): Gisela Damm Forattini Diretora de Licenciamento Ambiental DILIC/IBAMA		

Recebido 27-10-13
 Paulo R. Dias



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Fauna terrestre

- ÁREAS AMOSTRAIS:**
- Oito módulos de monitoramento da biota localizados na área de influência da UHE Belo Monte, conforme aprovado no PBA;
 - Pedrais e ilhas localizados na área de influência do empreendimento;
 - Cavernas Pedra da Cachoeira, Pedra do Navio, Bat-Loça, Cama de Vara, Novo Kararaô, Kararaô, China, Leonardo da Vinci e Planaltina e abrigos Igarapé e Mangá.

EQUIPE TÉCNICA:

NOME:	CTF:
1. Marlon Zortea	1630797
2. Wilian Vaz Silva	1864768
3. Claudio Veloso Mendonça	629394
4. Pablo Vinicius Clemente Mathias	543020
5. Tiago Guimarães Junqueira	2054181
6. Jeremiah Jardien Barbosa	2961476
7. Fabio Antonio de Oliveira	4234724
8. Karla Dayane de Lima Pereira	5556340
9. Andre Luiz Teixeira	4906834
10. Samuel Ferreira do Anjos	5493267
11. Ronaldo Bispo Queiroz	5661777
12. Leciane Moreira da Mata	5236139
13. Leandro Juen	1993421
14. Liliam Rezende de Almeida	5400528
15. Rubia Cristina Diogenes Pinheiro	990296
16. Rafael de Castro Teixeira	5187005
17. Luana Barbosa Monteiro	3659133
18. Julimar Andrade Oliveira	5438990
19. Fabiano Rodrigues de Melo	206761
20. João Batista de Pinho	324536
21. Djecelyn Nicole Reinprecht Paschoal	5618451
22. Francisco Placido Magalhães Oliveira	2622049
23. Fabio Angelo Melo Soares	2723324
24. Carla Patricia Pereira Alves	5405819
25. Analice Maria Calça	3486592
26. Douglas de Paula Rosa Fernandes	5216618
27. Karli Cavalcante Pinto	5200000
28. Kelrene Moreira Lara	4321546
29. Lorena da Silva Castilho	5120207
30. Nayara Alves Bastos	5438576
31. Victor Gonçalves de Castro	2657229
32. Renan Manoel Oliveira	3207158
33. Paulo Henrique Pinheiro Ribeiro	5484585
34. Vinycio Araujo Carrijo	5011941

QDF



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA: 02001.001848/2006-75	AUTORIZAÇÃO: 251/2013 3ª Retificação	VALIDADE: 01/06/2017 (validade da LI nº 795/2011)
---	---	--

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE:

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003 E ANEXOS CITES;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.
7. RESGATE DE FAUNA SILVESTRE DURANTE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS.

CONDICIONANTES:

1. Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no Item 2.3 abaixo.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
- 2.2. Adotar os seguintes procedimentos durante a realização das atividades:
 - a) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente ao Ibama;
 - b) Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados preferencialmente em campo, de forma a minimizar o estresse animal.
 - c) Em caso de captura de animal silvestre raro ou ameaçado de extinção a equipe de resgate deve comunicar o Ibama local imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providências quanto a destinação deste animal conforme entendimento entre ICMBio e Ibama.
 - d) Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
- 2.3. A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:
 - a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.
 - b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

- c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.
 - d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, e o coletor/observador. Em caso de captura, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.
 - e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;
 - f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.
- 2.4. Avaliar a possibilidade de depósito de parte do material em instituição de referência regional caso o volume das amostras coligidas seja copioso.
- 2.5. Apresentar nos relatórios o esforço amostral e respectiva memória sucinta de cálculo para o programa de bioespeleologia.
- 2.6. Qualquer alteração na metodologia deve ser comunicada ao Ibama para avaliação.
- 2.7. Todos os profissionais constantes na Autorização de Captura, coleta e Transporte de Material Biológico devem manter-se sem pendências no CTF durante todo o período de vigência desta.
- 2.8. Enviar ao Ibama, no prazo de 30 dias, os certificados de regularidade no CTF e a declaração de aptidão dos profissionais da equipe.
- 2.9. Enviar ao Ibama, no prazo de 30 dias, o currículo ou o link do Currículo Lattes do profissional Douglas de Paula Rosa Fernandes.
- 2.10. Esta autorização substitui a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 – 2ª Retificação, que perde sua validade.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fis. nº 112.99
Proc. nº 1848/06
Rub.

PAR. 006869/2013 COHID/IBAMA

Assunto: Análise do documento CE 0381/2013 - DS

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise da solicitação de retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 2ª Retificação para a inclusão de uma nova técnica de marcação de morcegos e de profissionais na equipe executora.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer considera a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 2ª Retificação, referente ao Projeto de Monitoramento de Fauna Terrestre e Subterrânea. O documento CE 0381/2013-DS solicitou que a referida autorização fosse retificada devido à inclusão de mais uma técnica de marcação de morcegos e de profissionais na equipe.

2. ANÁLISE

Alteração solicitada

1- Inclusão de técnica de marcação de morcegos

A técnica a ser incluída é a de marcação com colares/coleira com cilindros coloridos, formando uma numeração específica para cada morcego. Segundo o documento, entes colares são duráveis e difíceis de serem perdidos, além de causarem menos danos aos indivíduos marcados devido à fácil manipulação. Os cilindros utilizados para a confecção dos colares possuem 11 cores diferentes, com cada cor representando um número (0 - 9) e mais uma cor indicando o empreendimento.

2-Equipe técnica

Foi solicitada a inclusão dos seguintes profissionais na equipe:

1. Fabio Angelo Melo Soares - Biólogo
2. Carla Patrícia Pereira Alves - Bióloga
3. Analice Maria Calaça - Bióloga



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

4. Douglas de Paula Rosa Fernandes - Biólogo
5. karll Cavalcante Pinto - Biólogo
6. Kelrene Moreira Lara - Bióloga
7. Lorena da Silva Castilho - Bióloga
8. Nayara Alves Bastos - Bióloga
9. Victor Gonçalves de Castro - Biólogo
10. Renan Manoel Oliveira - Biólogo
11. Paulo Henrique Pinheiro Ribeiro - Biólogo

DOCUMENTAÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

1) Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores, conforme Tabela 2, indicada no Anexo I;

Parcialmente Atendido: Não foram enviados o certificado de regularidade no CTF nem a declaração de aptidão dos profissionais. Foram apresentados os links para o currículo Lattes dos profissionais exceto do biólogo Douglas de Paula Rosa Fernandes. Os certificados de regularidade no CTF e a declaração de aptidão dos profissionais da equipe, assim como o currículo ou o link do Currículo Lattes do profissional Douglas de Paula Rosa Fernandes, devem ser enviados no prazo de 30 dias sob pena de exclusão destes profissionais da equipe.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que não há óbices para a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 2ª Retificação para a inclusão dos novos profissionais e da nova técnica de marcação de morcegos. No entanto, deve ser enviado ao Ibama, no prazo de 30 dias, os certificados de regularidade no CTF e a declaração de aptidão dos profissionais da equipe, assim como o currículo ou o link do Currículo Lattes do profissional Douglas de Paula Rosa Fernandes.

Brasília, 17 de outubro de 2013


Marília Toledo Pereira
Analista Ambiental da COHID



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

11300
1848/06
Rub.

PAR. 006869/2013 COHID/IBAMA

Assunto: Análise do documento CE 0381/2013 - DS

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise da solicitação de retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº251/2013 - 2ª Retificação para a inclusão de uma nova técnica de marcação de morcegos e de profissionais na equipe executora.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer considera a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 2ª Retificação, referente ao Projeto de Monitoramento de Fauna Terrestre e Subterrânea. O documento CE 0381/2013-DS solicitou que a referida autorização fosse retificada devido à inclusão de mais uma técnica de marcação de morcegos e de profissionais na equipe.

2. ANÁLISE

Alteração solicitada

1- Inclusão de técnica de marcação de morcegos

A técnica a ser incluída é a de marcação com colares/coleira com cilindros coloridos, formando uma numeração específica para cada morcego. Segundo o documento, entes colares são duráveis e difíceis de serem perdidos, além de causarem menos danos aos indivíduos marcados devido à fácil manipulação. Os cilindros utilizados para a confecção dos colares possuem 11 cores diferentes, com cada cor representando um número (0 - 9) e mais uma cor indicando o empreendimento.

2-Equipe técnica

Foi solicitada a inclusão dos seguintes profissionais na equipe:

1. Fabio Angelo Melo Soares - Biólogo
2. Carla Patrícia Pereira Alves - Bióloga
3. Analice Maria Calaça - Bióloga



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

4. Douglas de Paula Rosa Fernandes - Biólogo
5. karll Cavalcante Pinto - Biólogo
6. Kelrene Moreira Lara - Bióloga
7. Lorena da Silva Castilho - Bióloga
8. Nayara Alves Bastos - Bióloga
9. Victor Gonçalves de Castro - Biólogo
10. Renan Manoel Oliveira - Biólogo
11. Paulo Henrique Pinheiro Ribeiro - Biólogo

DOCUMENTAÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

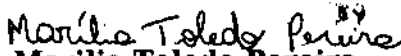
1) Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores, conforme Tabela 2, indicada no Anexo I;

Parcialmente Atendido: Não foram enviados o certificado de regularidade no CTF nem a declaração de aptidão dos profissionais. Foram apresentados os links para o currículo Lattes dos profissionais exceto do biólogo Douglas de Paula Rosa Fernandes. Os certificados de regularidade no CTF e a declaração de aptidão dos profissionais da equipe, assim como o currículo ou o link do Currículo Lattes do profissional Douglas de Paula Rosa Fernandes, devem ser enviados no prazo de 30 dias sob pena de exclusão destes profissionais da equipe.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que não há óbices para a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - 2ª Retificação para a inclusão dos novos profissionais e da nova técnica de marcação de morcegos. No entanto, deve ser enviado ao Ibama, no prazo de 30 dias, os certificados de regularidade no CTF e a declaração de aptidão dos profissionais da equipe, assim como o currículo ou o link do Currículo Lattes do profissional Douglas de Paula Rosa Fernandes.

Brasília, 17 de outubro de 2013


Marília Toledo Pereira
Analista Ambiental da COHID



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Is. nº 11301
Proc. nº 1848/06
Rub.

DESPACHO 025015/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 17 de outubro de 2013

À Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: Retificação de Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico nº 251/2013 - UHE Belo Monte

1. Trata-se da solicitação de 3ª retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013, para execução do monitoramento de fauna terrestre e subterrânea relativo ao Programa de Conservação da Fauna Silvestre da UHE Belo Monte.

2. A solicitação da Norte Energia se trata da inclusão de 11 profissionais e o acréscimo de um novo procedimento para a marcação de morcegos. A equipe técnica avaliou a solicitação da Norte Energia por meio do Parecer Técnico nº 6869/2013 e concluiu não haver óbices para a emissão da retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 251/2013, desde que atendidas as recomendações presentes no documento técnico. Neste termos, acolho as recomendações da equipe técnica e remeto à consideração superior.

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA

*A Dile
mandar retificar
acab
15/10/2013*

Adriano Rafael Arraia de Queiroz
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica
Substituto
CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11302
1848/06
Rub.

OF 02001.013047/2013-81 DILIC/IBAMA

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Recebido
Cedex
22.10.13

Assunto: **Plano de Trabalho para a população optante por RUC**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, solicito que seja apresentado Plano de Trabalho contendo os procedimentos a serem adotados para a população optante por reassentamento urbano coletivo, incluindo o processo de negociação, mudança e acomodação nas novas moradias. O processo de relocação da população atingida ao RUC somente deve ser iniciado após a apresentação e envio do referido documento.

2. Esclareço que o Plano de Trabalho deve atentar para que o início da ocupação das novas áreas pelas famílias optantes pelo reassentamento urbano ocorra com as condições abaixo descritas, sem prejuízo para a conclusão das obras previstas nos reassentamentos, dentro do cronograma apresentado:

- a) casas finalizadas e em condições de habitação plena;
- b) rede de esgoto implantada e em funcionamento;
- c) garantia de abastecimento de água de qualidade;
- d) disponibilização de energia elétrica nas casas e passeios públicos;
- e) drenagem pluvial implantada;
- f) concluída a implantação dos acessos principais à área reassentada;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

- g) sistema de coleta de lixo domiciliar em execução, de acordo com entendimentos entre o empreendedor e a municipalidade;
- h) ter equipe para proceder monitoramento e acompanhamento social tanto do processo de mudança das famílias quanto de instalação dos novos moradores;
- i) prever ações de educação ambiental (auxiliando na arborização individual da área, ocupação do espaço, boa convivência, bom uso dos equipamentos sanitários para evitar entupimentos, entre outros aspectos);
- j) oferta de transporte escolar, pelo empreendedor, às famílias já reassentadas em áreas que ainda não possuam salas de aula disponíveis, dentro do raio de distância mínimo especificado na Nota Técnica nº 6401/2013; e
- k) adoção, junto às empresas contratadas para implantar os reassentamentos, de mecanismos para proteger e dar segurança à população reassentada no período em que às áreas de RUC estiverem em obras, bem como estimular junto aos trabalhadores uma abordagem saudável com a população reassentada.

3. Por fim, informo que as orientações descritas neste Ofício devem ser atendidas, sem prejuízo às demais recomendações e disposições legais elencadas pela municipalidade, no âmbito do licenciamento específico das áreas de reassentamento.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11303
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.013049/2013-71 DILIC/IBAMA

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Recb. de
Cledir
22.10.13
14h15 40m

Assunto: Autorização para negociação de aquisição de terras e benfeitorias na área urbana de Altamira.

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que está autorizada a aplicação dos cadernos de preços relacionados à área urbana - terrenos urbanos; benfeitorias não reprodutivas (construções e instalações) e benfeitorias reprodutivas (produções vegetais), devendo ser adotados os procedimentos estabelecidos no PBA para esta atividade.

2. Adicionalmente, solicito que a Norte Energia atenda as orientações abaixo relacionadas:

a) disponibilizar, no prazo de 02 (dois) dias, os cadernos de preços para o CREA-PA, seccional Altamira;

b) priorizar o processo de negociação com a população localizada abaixo da cota 97 e as famílias com pessoas deficientes e idosos, conforme explicitado nos 3º e 4º relatórios consolidados;

c) para equalizar os tratamentos ofertados à população, dar prioridade, na ordem, para as opções por reassentamento, carta de crédito e, por fim, indenização, conforme explicitado nos 3º e 4º relatórios consolidados;

d) entregar ao respectivo atingido, por ocasião da elaboração dos laudos de avaliação, uma cópia de todo documento gerado nos procedimentos previstos no programa de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

negociação e aquisição de terras e benfeitorias, tanto rural quanto urbana, que necessite de sua anuência, conforme estabelecido no Ofício nº 510/2011 DILIC/IBAMA; e

e) apresentar, com periodicidade mensal, os resultados do andamento da negociação com os seguintes indicadores, discriminados por setor:

(i) total de famílias que tomaram conhecimento do laudo de avaliação (números absolutos);

(ii) percentagem de famílias que estão de pleno acordo com o laudo de avaliação; que conhecem, mas não concordam com o valor apresentado; e, que conhecem e pedem prazo para análise da proposta;

(iii) total de famílias que fizeram a opção do tratamento (números absolutos);

(iv) percentagem de famílias que optaram por reassentamento; carta de crédito ou indenização; e

(v) percentagem de judicialização, discriminada por motivação (não concordância de valor, inventário, etc) e autor da judicialização (empreendedor ou atingido).

3. Informo ainda que, caso ocorra manifestação fundamentada pela necessidade de revisão dos valores dos cadernos de preços, a qualquer tempo, esta deverá ser debatida no âmbito do Comitê de Acompanhamento Permanente dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte.

4. Por fim, ressalto que o início da aplicação dos cadernos de preços junto aos atingidos não inviabiliza os processos de negociação para a implantação do RUC em áreas distintas das cinco já definidas no processo de licenciamento.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11304
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

NOT. TEC. 006752/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 21 de outubro de 2013

Assunto: UHE Belo Monte

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do documento CE 096/2013-PR, em que a Norte Energia apresenta resposta aos itens (c), (g), (3.i) e (3.ii) da notificação encaminhada pelo Ibama por meio do Ofício n.º 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do documento CE 096/2013-PR, protocolado em 23 de agosto de 2013, em que a Norte Energia apresenta resposta aos itens (c), (g), (3.i) e (3.ii) da notificação encaminhada pelo Ibama por meio do Ofício n.º 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA.

A notificação é produto do Parecer Técnico n.º 4933/2013, que avaliou o 3º relatório de implementação do PBA e o atendimento das condicionantes da LI n.º 795/2011, e identificou pendências e necessidade de adequações na implementação dos programas ambientais da UHE Belo Monte.

2. ANÁLISE

Segue a análise da resposta encaminhada pela Norte Energia aos itens (c), (g) e (3i) da notificação:

c) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovação de início das obras de drenagem urbana, esgotamento sanitário e abastecimento de água em Altamira.

No que tange às obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Norte Energia informou que estas foram iniciadas. Segundo o empreendedor, as obras estão atualmente em plena atividade com 20 frentes de trabalho. As frentes estão atuando nos

[assinatura]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11305
Proc. nº 1848/06
Rub.

bairros Bela Vista, Ibiza, Jardim Independente II, Esplanada do Xingu, Multirão, Liberdade e São Domingos. Existem outras frentes atuando na implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), nos dois reservatórios artificiais apoiados (RAP's), localizados nos bairros Santa Ana e Brasília, e na reforma da Estação de Tratamento de Água (ETA). Para comprovar o início das obras foi encaminhado um relatório fotográfico.

Já no que se refere às obras de drenagem urbana, o empreendedor informou que estas estão vinculadas às intervenções de projetos específicos do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla e que, *conforme prevê a versão final do PBA (vide cronograma físico constante do Projeto Parques e Reurbanização da Orla - Volume III, Tomo I, pág. 129), as obras afetas aos Parques dos Igarapés Altamira e Ambé, nas quais inclui-se a drenagem urbana, estão previstas para serem iniciadas no final de 2014.*

Diante das informações apresentadas pela Norte Energia, entende-se que é necessário contextualizar aqui o que está previsto nos documentos técnicos que norteiam o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) diz o seguinte a respeito do sistema de drenagem a ser implantado em Altamira:

*Os projetos de drenagem propostos pelo Programa prevêem três tipos de sistemas de drenagem de águas pluviais relacionados aos três tipos de sistemas de deságüe identificados. Estes sistemas estão apresentados na **FIGURA 12.10.1- 1** e referem-se a:*

- i. *áreas que drenam para o rio Xingu e da qual constam parcelas dos bairros Jardim Independente I e II, Premen, Esplanada e Centro, isto é, as parcelas cuja topografia tem declividade na direção da área ribeirinha. Nesse caso haverá uma adequação da rede existente em termos de dimensão das galerias e seu sistema de deságüe, de forma a garantir que o mesmo se faça por gravidade usando válvulas de um único sentido de fluxo ("flap") ou sistema de bombas em casos extremos de cheias no rio Xingu;*
- ii. *áreas que drenam para o igarapé Altamira, representadas pelos bairros Sudam I, parte do Centro, Jardim Altamira, e parcelas dos bairros Brasília e Aparecida. Nesse caso haverá a construção de um dique em elevações variáveis ao longo do igarapé respeitando as elevações estabelecidas pelos estudos de remanso, garantindo com a implantação do mesmo a manutenção da elevação 100 metros como limite de área afetada. Dessa forma, em paralelo ao dique será implantado um canal ou galerias de cintura com dimensões para: receber as águas pluviais da bacia de drenagem correspondente e amortecer esses eventos em relação à área urbana quando os níveis*

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

11306
1898/06
[assinatura]

- do igarapé não possibilitarem a drenagem por gravidade, evitando dessa forma a necessidade de implantação de sistemas de drenagem com bombeamento;*
- iii. *áreas que drenam para o igarapé Ambé representadas pelos bairros Aparecida, Boa Esperança, Mutirão e Alberto Soares. Nesse caso o sistema sugerido é o mesmo daquele proposto para as áreas que drenam para o igarapé Altamira (parágrafo anterior).*

Conforme trecho do EIA acima, as obras de drenagem devem ser implementadas em áreas que drenam para o rio Xingu; áreas que drenam para o igarapé Altamira; e em áreas que drenam para o igarapé Ambé.

O Projeto Básico Ambiental (PBA) não detalha o projeto de drenagem a ser implantado em Altamira, porém apresenta um cronograma de execução da obra. Conforme o PBA, a implantação do sistema de drenagem deveria ter sido iniciada no primeiro trimestre de 2012 e finalizada no segundo trimestre de 2014.

Em reunião realizada no Ibama-sede, em 26 de setembro de 2013, com a participação de representantes da Norte Energia, Agência Nacional de Águas e Ibama, o empreendedor informou novamente que a execução das obras de drenagem urbana é dependente do desenvolvimento de alguns projetos específicos do Projeto Parques e Reurbanização da Orla, e que estes projetos possuem cronogramas de execução incompatíveis com o cronograma do sistema de drenagem proposto no PBA.

Dada as informações trazidas pelo empreendedor, recomenda-se que a Norte Energia seja oficiada a: (i) Apresentar um esboço geral do projeto de drenagem urbana a ser implementado em Altamira, esclarecendo se este se encontra compatível com o que foi proposto no EIA (Volume 33, página 315); (ii) Esclarecer se houve um equívoco no cronograma de execução das obras de drenagem urbana proposto no PBA; e (iii) Caso exista algum equívoco no cronograma do PBA, um novo cronograma de implantação do sistema de drenagem deve ser apresentado. Deve ser considerado a possibilidade de antecipar as obras em áreas que não dependam do desenvolvimento de projetos específicos do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, como por exemplo as áreas de reassentamento.

g) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de compensação para eventuais prejuízos causados aos atingidos pela interrupção das negociações, no âmbito do projeto de negociação e aquisição de benfeitorias rurais.

[assinatura]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11307
Proc. nº 1848/06
R.O.

A Norte Energia alega que, em momento algum a empresa determinou ou orientou os interferidos a interromperem suas atividades comerciais enquanto as desapropriações não fossem consumadas e que, pelo contrário, sempre foi observado, inclusive em reuniões públicas, que as atividades não precisavam ser suspensas ou interrompidas. De acordo com a empresa, se alguma paralisação temporária ou definitiva ocorreu por decisão própria do interferido, e se isso foi capaz de gerar algum dano, estar-se-á diante de uma culpa exclusiva da vítima, e não da Norte Energia.

Porém, conforme relatório da vistoria realizado pelo Ibama entre 13 e 17 de maio, houve orientação verbal por parte da equipe do fundiário, confirmada por técnicos de campo da Norte Energia e da ECSA Engenharia - empresa que prestava serviço à época - quanto à não manutenção das atividades produtivas, uma vez que o tempo previsto para aquisição das áreas seria de 90 dias, e, neste período, as famílias atingidas teriam que procurar novas áreas para destinar a futura mudança dos bens físicos de direito do proprietário.

Uma vez que a negociação com parte dos atingidos se estendeu para além do prazo informado em campo, e com a orientação verbal repassada em campo por técnicos vinculados ao empreendedor, famílias se encontram em dificuldades para manter o padrão de vida que tinham antes da intervenção do empreendimento. Essa situação deixa o atingido em posição de fragilidade na negociação com a Norte Energia.

Por fim, o último parágrafo do arrazoado jurídico trazido pela resposta da Norte Energia reduz a fragilidade das famílias atingidas a uma mera questão de oferta e procura pelos produtos agrícolas dos respectivos proprietários, esquecendo-se de que há rotinas de manutenção e colheita da lavoura, que quando negligenciadas reduzem o rendimento produtivo.

Desta forma, a resposta da Norte Energia a este item não é suficiente, carecendo de informações concretas de que não provocou danos às famílias atingidas, frente à extensão do prazo de negociação para aquisição das propriedades e orientação verbal confirmada em campo por parte da equipe do fundiário.

3. Adicionalmente, com base nos relatórios de vistoria realizadas nos meses de maio e julho de 2013, informo que a Norte Energia deverá:

(i) encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovação do atendimento do cronograma de requalificação do Travessão 40, cuja previsão de conclusão das obras é janeiro de 2014;

A Norte Energia informou que acordou com a prefeitura de Vitória do Xingu as seguintes

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

11308
1848/06
[Signature]

ações voltadas a auferir ao travessão 40 sua trafegabilidade permanente:

- Efetuar obras de drenagem (bueiros, valetas, saídas d'água e meio fio);
- Rebaixar ladeiras e aterros nos pontos baixos onde o lençol freático é bastante superficial;
- Implantar revestimento primário com cascalho e/ou piçarra (laterita);
- Promover a melhoria/recuperação de pontes existentes e construção de novas; e
- Implantar sinalização vertical e horizontal.

Ainda de acordo com o documento apresentado, tais intervenções serão realizadas de modo que permitam a futura pavimentação/asfaltamento da via, se assim desejado pela municipalidade.

O documento não trata do cronograma detalhado para a requalificação do Travessão 40, porém afirma que, com a previsão de manifestação favorável da prefeitura, as obras serão iniciadas neste período de estiagem, permitindo sua conclusão até o início de 2014.

Deve ser apresentado cronograma atualizado, confirmando a conclusão das obras em janeiro de 2014.

(ii) em relação às famílias da Comunidade Santo Antônio que optaram pelo reassentamento coletivo, comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias, que foram oferecidos projetos de reassentamento coletivo, que atendam às diretrizes estabelecidas pelo Projeto de Reassentamento Rural do PBA (PBA, Vol II, pag 88).

Os relatórios têm sido apresentados.

A Defensoria Pública do Estado do Pará vem acompanhando o processo de negociação com as famílias que optaram pelo reassentamento coletivo. De acordo com as atas de reunião apresentadas, até o momento não houve acordo entre as famílias. Inicialmente, das sete, uma desistiu da opção pela modalidade e sinalizou pela continuidade da moradia na Agrovila Leonardo Da Vinci. Entre as restantes, três manifestaram concordância com a área proposta no Km 57, enquanto as outras três não concordaram com tal área.

A Norte Energia informou que, não havendo consenso entre as seis famílias não há a possibilidade de reassentamento de apenas três delas na propriedade do Km 57.

A Defensoria Pública entendeu que não estava esgotada a indicação de outra área, tendo em vista que o PBA trata do processo participativo e direito de escolha das famílias.

Em reunião realizada no início de outubro, as quatro famílias presentes a área proposta

[Signature]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

11309
1848/06

no Km 57, e três delas manifestaram interesse em optar pela construção de casa individual na Agrovila Belo Monte, desde que esta não siga os padrões e métodos construtivos das casas modelo do RUC. Duas famílias, entre elas uma não presente à reunião, permanecem interessadas na modalidade de reassentamento coletivo, indicando imóvel no Km 45 da rodovia Transamazônica.

A Defensoria Pública requereu formalmente à Norte Energia informações sobre: 1) a possibilidade de construção das casas de tijolo e modificação de projeto das casas, para as famílias que desistirem do Reassentamento Coletivo; 2) aquisição de imóvel e construção de casa para a família que sinalizou pela continuidade da moradia na Agrovila Leonardo Da Vinci.

Cabe ressaltar, que a comunidade da Vila Santo Antônio, desde o EIA fora tratada como núcleo de referência rural e, portanto, não há como tratá-la agora com propostas relacionadas ao reassentamento urbano coletivo direcionado à Altamira.

A Norte Energia deve repassar ao Ibama as informações encaminhadas à Defensoria Pública, bem como persistir na negociação com fins de construir acordo com as duas famílias que ainda não fizeram suas opções.

3. CONCLUSÃO

Recomenda-se encaminhar esta Nota Técnica à Norte Energia oficiando-a a:

- (i) Apresentar um esboço geral do projeto de drenagem urbana a ser implementado em Altamira, esclarecendo se este se encontra compatível com o que foi proposto no EIA (Volume 33, página 315);
- (ii) Esclarecer se houve um equívoco no cronograma de execução das obras de drenagem urbana proposto no PBA;
- (iii) Caso exista algum equívoco no cronograma do PBA, um novo cronograma de implantação do sistema de drenagem deve ser apresentado. Deve ser considerado a possibilidade de antecipar as obras em áreas que não dependam do desenvolvimento de projetos específicos do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, como por exemplo as áreas de reassentamento;
- (iv) Apresentar cronograma atualizado, confirmando a conclusão das obras do Travessão 40 em janeiro de 2014;

EM BRANCO




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

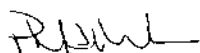
Fls. nº 11310
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

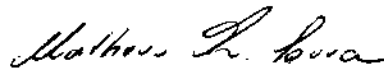
(v) Quanto às famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento, repassar ao Ibama as informações encaminhadas à Defensoria Pública e persistir na negociação com fins de construir acordo com as famílias que ainda não fizeram suas opções.

Por fim, informar à Norte Energia que a resposta ao item específico g) não foi suficiente, carecendo de informações concretas de que não provocou danos às famílias atingidas, frente à extensão do prazo de negociação para aquisição das propriedades e orientação verbal confirmada em campo por parte da equipe do fundiário.


Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da Cohid


Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental da Cohid


Paula Mªrcia Salvador de Melo
Analista Ambiental da Cohid


Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da Cohid

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


TELMA BENTO DE MOURA
Coordenadora Substituta da COHID/IBAMA

EM BRANCO

02001.020043/2013-50
22/10/2013



11311
1848/06

CE 416/2013 - DS

Brasília, 21 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattini

Diretora de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília / DF

Assunto: UHE Belo Monte – Resposta ao Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA – Envio de Informações do Plano de Requalificação Urbana.

Referente: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhora Diretora,

1. Em atendimento ao Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA, recebido pela Norte Energia em 18 de setembro de 2013 e que solicita “..Relatório técnico relativo ao Plano de Requalificação Urbana, incluindo o Travessão 40..”, apresentamos o referido documento em versão impressa e digital.
2. Cabe esclarecer que a Norte Energia tem emitido a esse Ibama, desde abril/2012, relatórios executivos com os Fluxos de Acompanhamento das obras de saneamento, tendo como objetivo indicar as atividades e interfaces com os principais atores envolvidos, de modo a facilitar o acompanhamento da evolução destas interfaces e consequentemente, o avanço nos projetos relacionados, já tendo sido emitidas 20 (vinte) atualizações, conforme tabela abaixo:


Ordem	Emissão
1	Em 26/04/2012 – CE 205/2012-DS
2	Em 21/05/2012 – CE 232/2012-DS
3	Em 11/06/2012 – CE 274/2012-DS
4	Em 02/07/2012 – CE 316/2012-DS
5	Em 24/07/2012 – CE 346/2012-DS
6	Em 14/08/2012 – CE 440/2012-DS
7	Em 04/09/2012 – CE 476/2012-DS
8	Em 26/09/2012 – CE 506-2012-DS
9	Em 18/10/2012 – CE 554/2012-DS
10	Em 09/11/2012 – CE 584/2012-DS

Ordem	Emissão
11	Em 03/12/2012 – CE 629/2012-DS
12	Em 03/01/2013 – CE 003/2013-DS
13	Em 04/02/2013 – CE 077/2013-DS
14	Em 04/03/2013 – CE 038/2013-DS
15	Em 03/04/2013 – CE 163/2013-DS
16	Em 03/05/2013 – CE 199/2013-DS
17	Em 03/06/2013 – CE 236/2013-DS
18	Em 03/07/2013 – CE 273/2013-DS
19	Em 06/08/2013 – CE 306/2013-DS
20	Em 04/09/2013 – CE 350/2013-DS

AO ANALISTA MATHEUS COURA,

PARA ANÁLISES.

em 25.10.13

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'C' followed by a horizontal line and a small flourish.

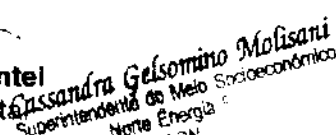
Fls. nº 11312
Proc. nº 1848/06
Rub. /



3. Por meio do Ofício 02001.011804/2013-82 DILIC/IBAMA, foi solicitada por este órgão a substituição do relatório do Fluxo de Acompanhamento das Obras de Saneamento pelo documento ora apresentado, que contempla todas as obras previstas no Plano de Requalificação Urbana, além das obras no Travessão 40 no município de Vitória do Xingu.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental


Cassandra Gelsomino Molisani
Superintendente de Meio Socioeconômico
Norte Energia

Anexo:
Relatório Técnico das Obras do Plano de Requalificação Urbana

EM BRANCO

02001.020162/2013-11

24/10/2013

Recebido em 11/3/13

Processo nº 1848/06

Assinatura

Brasília, 23 de outubro de 2013.



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 0419/2013-DS

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattinni

Diretora de Licenciamento Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Revisão do Plano de Articulação Institucional

Referência: Atendimento ao Ofício 02001 009795 2013

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente e em atenção ao Ofício 02001 009795 2013, em seu item “d”, vimos apresentar em anexo Nota Técnica “Revisão do Plano de Articulação Institucional”, documento NE-DS-SSE-0072-0.
2. Destacamos que esta revisão está em acordo com a reunião realizada neste Ibama em 15/08/2013, quando oportunamente discutimos as diretrizes desta revisão, a avaliação das metas do Plano e a proposição de uma orientação mais objetiva e focada das ações do Plano.
3. Destacamos ainda que já foi contratada a empresa executora do Plano, a DOC Ambiental, que já se encontra desenvolvendo suas funções.
4. Considerando a dinâmica e a importância desta revisão, permanecemos a disposição para uma nova reunião, caso o Ibama considere conveniente.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

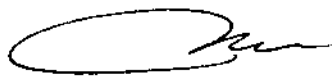
Anexos:

NE-DS-SSE-0072-0-RevisaoPlanoArticInstitucional

A ~~ANEXAR~~ PARA MEXO,

PARA ARANHA.

em 25.10.13



Informo que a avaliação deste documento será realizada no parecer avaliador do 4º Relatório Semestral Consolidado.

Em 28.10.13



Eduardo Trazzi Martins
Mat.: 15654648
Analista Ambiental
IBAMA

ANEXO 1-

PLANO DE TRABALHO - REVISÃO DO PLANO DE
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (ITEM 2.D – OF
02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA)

EM BRANCO

NOTA TÉCNICA – NT

Superintendência do Meio Socioeconômico (SSE) - Diretoria Socioambiental

Altamira, Pará

**PLANO DE TRABALHO
REVISÃO DO PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
(ITEM 2.D – OF 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA)**

UHE BELO MONTE

**EMPRESA
NORTE ENERGIA SA**

NÚMERO/CÓDIGO DO DOCUMENTO

NE-DS-SSE-0072-0

OUTUBRO/2013

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. FORMA DE ATENDIMENTO AO OF 02001.009795/2013-60	2
3. PLANO DE TRABALHO	3
3.1 ÁREAS FOCAIS DE ATUAÇÃO: ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	3
3.2 DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO	5
4. CRONOGRAMA	38

EM BRANCO

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por objeto atender à orientação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, constante do item 2.d do OF 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA, que prevê:

Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, revisão do Plano de Articulação Institucional com vistas a verificar se os objetivos e metas traçadas permanecem válidos, assim como identificar as ações necessárias para alcançá-las [...].

EM BRANCO

2. FORMA DE ATENDIMENTO AO OF 02001.009795/2013-60

Para fazer face à recomendação do Ibama constante do Ofício supracitado, entendeu a Norte Energia que a melhor abordagem seria a reconcepção da implantação do Plano de Articulação Institucional, devidamente configurada por meio de Plano de Trabalho, em que conste a caracterização das atividades a serem realizadas e seus respectivos prazos.

A proposição de tal reconcepção considerou, a sua vez, a necessidade de se demonstrar como se dará a transição do quadro anterior de execução, para a nova realidade, avaliando criteriosamente os modos pelos quais cada uma das metas do Projeto Básico Ambiental será atendida. Nesse sentido, o detalhamento dos Planos de Trabalho de cada um dos programas ambientais que compõem o Plano de Articulação Institucional é precedido de um quadro específico de avaliação de metas e objetivos.

Acredita a Norte Energia que, ao adotar tal metodologia de apresentação da reconcepção da execução do Plano de Articulação Institucional, atenda de forma plena as orientações dispostas no item 2.d do OF 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA

EM BRANCO

3. PLANO DE TRABALHO

A releitura das atividades a serem realizadas no Plano de Articulação Institucional teve por fundamento uma abordagem pragmática, que i) privilegia a busca de resultados e ii) se vale do conhecimento já adquirido, sobre as condições de terreno na Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte.

Cabe observar, nesse contexto, a necessidade de situar tanto o esforço da Norte Energia, quanto das municipalidades, em uma linha de trabalho que tenha por objeto imediato o equacionamento dos impactos do Empreendimento e a otimização da apropriação local e regional das oportunidades geradas pela construção da UHE Belo Monte.

Ao propor que a implantação siga tais princípios, a Norte Energia tem convicção de que os benefícios para a população em geral, e as comunidades interferidas em particular, serão maximizados. Tais princípios, a sua vez, são reconhecidos e articulados, na forma em que se organizaram as atividades do Plano de Articulação Institucional, detalhadas abaixo.

3.1 ÁREAS FOCAIS DE ATUAÇÃO: ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para atender a uma perspectiva pragmática de implantação, as atividades dos programas do Plano de Articulação Institucional deverão estar concentradas em temas onde a Norte Energia já atua, por força da implantação do PBA em sentido amplo. Abaixo são relacionados os principais programas em execução pela Norte Energia e as áreas focais de atuação da articulação institucional.

- **4.6.2. Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida:** capacitações para apoio na execução de ações de assistência social nos municípios da AID;
- **4.7. Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer:** obras para recomposição da praia e áreas de lazer, desenvolvendo-se capacitações para gestão dessas estruturas;
- **4.8.1. Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação:** este projeto realiza a construção e reforma de escolas e ainda ações para qualificação do corpo docente. Neste sentido, a articulação institucional deverá estar direcionada ao apoio à capacitação de gestores na área de educação, voltado para o planejamento pedagógico e uso adequado da infraestrutura disponibilizada. Deve, complementarmente, apoiar os municípios com capacitações na área de planejamento do transporte escolar;
- **5.1.6. Diretrizes Para o Planejamento Integrado para Altamira:** apoio para integração das ações previstas na cidade (obras de saneamento, projeto orla) ao planejamento municipal;

EM BRANCO

- **5.1.9. Projeto de Saneamento de Altamira** – obras de abastecimento de água, esgoto e aterro sanitário: capacitações para a gestão dessas estruturas;
- **5.2. Programa de Intervenção em Vitória do Xingu**: apoio técnico para aprovação do plano diretor e elaboração de leis complementares;
- **5.2.19. Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu**: obras de abastecimento de água, esgoto e aterro sanitário: capacitações para a gestão dessas estruturas;
- **5.3. Programa de Intervenção em Belo Monte (município de Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (município de Anapu)**: obras de drenagem e atracadouros, capacitações para a gestão dessas estruturas;
- **5.3.19. Projeto de Saneamento das localidades de Belo Monte (município de Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (município de Anapu)**: obras de abastecimento de água, esgoto e aterro sanitário, capacitações para a gestão dessas estruturas;
- **4.4.3. Projeto de Reassentamento Urbano e 5.1.7 Projeto de Reassentamento de Altamira**: apoio para a formalização de convênios para desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social, bem como inclusão dos públicos de reassentamento em políticas diferenciadas para fins de IPTU e taxas de serviços públicos, como eletricidade, esgoto e água (os dois últimos, quando aplicável);
- **5.1.8. Projeto de Parques e Reurbanização da Orla**: apoio para capacitações para a gestão dos novos espaços e controle da ocupação em áreas urbanizadas;

Entende-se como capacitações as ações ligadas à realização de cursos, seminários, eventos, oficinas de planejamento e reuniões de trabalho relativas aos temas acima indicados.

Cabe observar, complementarmente, que nesse estágio da implantação do Plano de Articulação Institucional as atividades de capacitação e qualificação de servidores públicos municipais se demonstra de fundamental importância, uma vez que as estruturas relacionadas às compensações sociais vêm sendo construídas e trata-se, a partir de agora, de prover condições para que as municipalidades possam gerir adequadamente os serviços públicos correspondentes.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

3.2 DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO

Feitas as considerações de ordem geral e a apresentação dos princípios que orientaram a produção do presente trabalho, os quadros a seguir detalham as metas de cada programa e sua avaliação. Na sequência, apresenta-se o plano de trabalho de cada programa, respectivamente. Cumpre destacar que as metas traçadas estão associadas às atividades descritas.

Convém observar, como indicado acima, que esta configuração decorre de uma apreciação quanto à validade dos objetivos e metas do Plano, em cada um de seus programas.

Do ponto de vista metodológico, o detalhamento do Plano de Trabalho procurou não apenas indicar as atividades a serem realizadas, mas o modo pelo qual se pretende conduzir a implantação, indicação que se encontra na coluna *detalhamento da forma de execução*, nos quadros relativos a cada Programa. Apresenta-se, complementarmente, na seção 4, o Cronograma de Atividades que deverá orientar a execução do PAI.

EM BRANCO

Programa de Interação e Articulação Institucional (6.1)

Quadro 3.2-1 – Avaliação De Objetivos E Metas

<p>Conforme previsto no EIA, o Programa visa a "coordenar as atividades de articulação institucional para o empreendimento, viabilizando a identificação de parcerias e oportunidades e fazendo a intermediação de ações que necessitem uma ampla participação institucional, considerando os objetivos dos Programas e Projetos a serem realizados pelo empreendedor". "Em um segundo momento, será responsável por identificar as formas de inserção regional da infraestrutura implantada para as obras do empreendimento, garantindo uma destinação adequada e em benefício das comunidades local e regional desses recursos".</p>	<p>No entendimento da Norte Energia os objetivos do Programa 6.1 permanecem válidos, compreendido que a coordenação das atividades de articulação institucional não impede que os demais programas e projetos ambientais sejam protagonistas de interações com as municipalidades e demais entes públicos, visando alcançar seus objetivos e metas. Significa dizer que o Programa 6.1 atua deve atuar como facilitador das interações entre Norte Energia, poder público e sociedade civil, na proporção das demandas dos demais programas e projetos ambientais. Tal definição é fundamental para assegurar a celeridade e acuidade técnica à implantação, pois cenário diferente deste levaria a uma hipertrofia do Programa 6.1.</p>		<p>Criar e usar espaços institucionais de diálogo e articulação entre as administrações municipais e representantes do empreendedor, como com representantes da sociedade civil e da iniciativa privada (Oficinas de</p> <p>Ao longo da execução realizou-se um conjunto significativo de Oficinas, todas contando com pelo menos a participação do poder público municipal. Em tais oficinas tratou-se de temas como ordenamento e planejamento territorial, finanças e orçamento, licenciamento ambiental, infraestrutura e</p> <p>Meta se mantém válida, considerando-se que as principais estratégias de execução são as Oficinas de planejamento e gestão e capacitações. A atividade Nº 3 do novo Plano de Trabalho atende de modo adequado a presente meta.</p>
--	--	--	--

EM BRANCO

planejamento e gestão de projetos).		
monitoramento de aspectos socioeconômicos.		
Definir os conteúdos básicos necessários à elaboração do Plano de Desenvolvimento Microrregional.	Produziu-se papel de trabalho que foi apresentado em diferentes oportunidades às municipalidades, como contribuição do empreendedor a um projeto de desenvolvimento microrregional. O Plano de Desenvolvimento Microrregional tem sido pautado pela Norte Energia desde a 6ª Reunião do Gabinete de Gestão, sem que se tenha até o presente momento obtido uma definição quanto a sua implementação, por parte dos Municípios da AID.	A meta permanece válida, mas há tensões políticas que obstam os avanços na execução deste produto. Observe-se, ainda, que o tema da cooperação é complexo e requer uma construção coletiva que exige certo grau de maturidade política dos diferentes atores envolvidos. A atividade de número 4 do novo Plano de Trabalho atende de forma adequada o atingimento da presente meta.
Fomentar a criação e estruturação de uma entidade microrregional de desenvolvimento.	Produziu-se papel de trabalho que foi apresentado em diferentes oportunidades às municipalidades, como contribuição do empreendedor a um projeto de desenvolvimento microrregional. A entidade microrregional tem sido pautada pela Norte Energia desde a 6ª Reunião do Gabinete de Gestão, sem que se tenha até o presente momento obtido uma definição quanto a sua implementação, por parte dos Municípios da AID.	A meta permanece válida, mas há tensões políticas que obstam os avanços na execução deste produto. Observe-se, ainda, que o tema da cooperação é complexo e requer uma construção coletiva que exige certo grau de maturidade política dos diferentes atores envolvidos. A atividade de número 5 do novo Plano de Trabalho atende de forma adequada o atingimento da presente meta.

EM BRANCO

<p>Desenvolver soluções consensuais para os problemas identificados no âmbito do Programa.</p>	<p>A autonomia constitucional do ente municipal impede soluções que não sejam de consenso. Nesse sentido, todas as ações que tiveram por contraparte os municípios foram consensuais.</p>	<p>A principal estratégia para a pactuação das ações com as municipalidades, construindo ações consensuais estão envolvidas com a realização de Oficinas de Planejamento e Gestão, previstas na atividade 3 do novo Plano de Trabalho. Cabe observar, complementarmente, que este mesmo efeito é objeto das atividades relacionadas ao Gabinete de Gestão, tratado no Plano de Trabalho do Programa 6.3.</p>
<p>Atender demandas do empreendedor por autorizações pelo poder público municipal para a realização das obras e dos programas ambientais previstos.</p>	<p>A Norte Energia vem apoiando, acompanhando e gerenciando o processo de licenciamento de todas as obras do entorno e intervenções de sua responsabilidade.</p>	<p>A meta permanece válida e a Norte Energia vem atuando no sentido de assegurar a maior celeridade possível ao licenciamento de obras. A presente meta é atendida na atividade número 6 do novo Plano de Trabalho. Cabe notar que as iniciativas que serão realizadas ao amparo da atividade 6 são significativas, implicando tanto qualificação dos servidores públicos municipais, quanto assessoria aos municípios para fins de avaliação dos projetos ambientais de maior complexidade.</p>
<p>Controlar o ordenamento territorial local por meio da elaboração de legislação municipal viabilizada por parcerias e convênios propostos no âmbito deste Programa, e da estruturação de sistema de fiscalização nos municípios que ainda não contam com essa legislação.</p>	<p>A estruturação da fiscalização e sua relação com os marcos normativos de cada política pública foram objeto de oficina com as municipalidades. A estruturação de áreas de fiscalização, contudo, é tarefa mais complexa e não foi possível executá-la até o presente momento.</p>	<p>A meta permanece válida considerando-se, contudo, que as principais estratégias para atendimento são assessoria aos municípios e capacitação dos servidores públicos, ambas contempladas na atividade 6 do novo Plano de Trabalho.</p>

EM BRANCO

<p>Apoiar técnica e financeiramente os municípios na elaboração de projetos junto às instâncias de financiamento a partir do segundo trimestre de 2011 por meio de oficinas de planejamento.</p>	<p>Houve esforços para atingir essa meta relacionados, particularmente, à produção habitacional e saneamento ambiental.</p>	<p>A meta permanece válida, mas é preciso compreender que se não houver intenção efetiva dos municípios de celebrar convênios, com vista à obtenção de recursos, o Empreendedor não tem praticamente qualquer gerência sobre o processo. De toda forma, a atenção à presente meta é assegurada pela realização das Oficinas de planejamento e gestão (atividade 3), elaboração do Plano de desenvolvimento microrregional (atividade 4), potencializadas por atividades desenvolvidas no Gabinete de Gestão (previsto no Programa 6.3).</p>
<p>Constituir e formalizar todos os instrumentos julgados necessários para a sustentabilidade do arranjo institucional alcançado, tais como Consórcio, Convênios e Fundos previstos.</p>	<p>Houve um expressivo volume de convênios firmados entre Prefeituras e Norte Energia.</p>	<p>A constituição de Consórcios é um processo extremamente complexo, que depende de aprovação do poder legislativo de todos os municípios implicados, além de outras ordens de formalidades. A celebração de convênios entre municípios consiste em uma alternativa interessante, no horizonte da implantação, por gerar efeitos em prazos mais curtos. Deste modo, a meta deveria ser ajustada para indicar que a Norte Energia vai apoiar os municípios no tema da cooperação intermunicipal, por meio de capacitações e assessoria técnica. O principal instrumento para a identificação da necessidade de conveniamento encontra-se nas Oficinas de planejamento e gestão, previstas na atividade 3.</p>

EM BRANCO

Quadro 3.2-2 – Plano de trabalho, descrição de atividades

Plano de Trabalho			
1	Plano de Trabalho	Revisão do plano de trabalho, detalhando atividades, prazos e produtos.	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Trabalho revisado no 1º mês de execução
2	Matriz Estratégica de Engajamento Social	Matriz, com as principais instituições e lideranças dos cinco municípios da AID. Cabe observar que já existe uma matriz, atualizada a cada 3 meses, pelo Programa de Comunicação Social, instância que tem a competência de fazer a gestão estratégica do relacionamento da Norte Energia com os <i>stakeholders</i> . No âmbito do PAI, a matriz será atualizada semestralmente, apenas nos aspectos ligados ao poder executivo e legislativo (secretarias executivas, conselhos municipais, comissões da câmara etc.).	<ul style="list-style-type: none"> Atualização semestral da matriz, para poder executivo e legislativo municipal.

EM BRANCO

3	Realização de Oficinas de Planejamento	<p>São reuniões com integrantes das prefeituras e técnicos do programa, com características de diagnósticos das situações de interesse e proposição de medidas e encaminhamentos, quando cabível. Deverão ser realizadas para temas como: saneamento, ordenamento territorial, educação, habitação e assistência social. Já foram realizadas 26 oficinas de planejamento distribuídas nos cinco municípios da AID.</p>
4	Plano de Desenvolvimento Microrregional	<p>A proposta deste plano seria a identificação das potencialidades dos municípios e eventuais necessidades de desenvolvimento em função dos impactos do Empreendimento. Já há uma minuta elaborada do Termo de Referência para o desenvolvimento deste plano, ainda não validada pelas municipalidades. Dar-se-á sequência a este processo de discussão, inicialmente, verificando se as municipalidades têm interesse no plano e, caso ele exista, aprovação do respectivo Termo de Referência. Cabe notar que o PBA não define que este plano de desenvolvimento deva ser elaborado, mas aponta que, caso exista o interesse dos municípios, deve-se propor às municipalidades parcerias e convênios que permitam a sua elaboração, o que será realizado.</p>
		<ul style="list-style-type: none"> No mínimo uma oficina de planejamento por mês.
		<ul style="list-style-type: none"> TR do Plano de Desenvolvimento Microrregional revisto; Consultar os municípios sobre o interesse neste TR; existindo o interesse, propor parcerias e convênios para viabilizar a elaboração do plano; Realização de cursos para elaboração de planos de desenvolvimento, finalidades e benefícios dos planos; Elaboração de documento com registro das atividades realizadas e conclusões quanto ao seu encaminhamento: continuidade ou encerramento.

Rub.

11327
1848/06

EM BRANCO

	<p>5</p> <p>Entidade microrregional de desenvolvimento</p> <p>Já existe na região o CBM – Consórcio Belo Monte de Municípios, que abrange onze municípios, todos da Alé de Belo Monte. O PBA preconiza a criação de uma entidade exclusiva para os cinco municípios da AID, tendo sido elaborado um Termo de Referência para criação desta entidade, mas a ideia não tem sido bem recebida, justamente por já existir o CBM. O processo de discussão deverá ser retomado e deverá ser registrado de forma patente que os municípios não têm interesse na criação de mais uma entidade, mas sim, no fortalecimento do CBM. Para tanto deverão ser desenvolvidas ações que fundamentem esta conclusão, com a participação dos interessados.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Obter com clareza e de modo documentado e formalizado, por meio de reunião ordinária do Gabinete de Gestão (Programa 6.3), qual o interesse dos municípios: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de mais uma entidade microrregional, ou; ✓ Fortalecimento da existente (CBM - Consórcio Belo Monte de Municípios); • Definido o interesse dos municípios, propor medidas de fortalecimento, voltadas à capacitação – mínimo de 5 cursos e 2 eventos de integração.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

	<p>6 Rotinas Administrativas</p> <p>Esta atividade consiste em preparar os municípios para conceder as autorizações e licenças necessárias, por meio de equipes técnicas habilitadas e processos administrativos adequados.</p> <p>Os projetos de saneamento já estão sendo licenciados; Altamira e Vitória do Xingu possuem estruturas relativamente desenvolvidas para licenciamento ambiental e aprovação de obras.</p> <p>Brasil Novo e Anapu estão em fase de implantação de estruturas para licenciamento ambiental. Senador José Porfírio não possui estrutura de licenciamento e não há informação sobre iniciativas neste sentido, nesta gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de 5 capacitações para licenciamento ambiental e legislação ambiental brasileira e do Estado do Pará, uma para cada município da AID; • Para os municípios de Brasil Novo e Senador José Porfírio: capacitações para habilitação municipal para efetuar licenciamentos ambientais; • Realização de 5 capacitações – uma para cada município da AID – sobre licenciamento de obras (emissão de alvarás); • Elaborar termos de referência para consultorias de avaliação de projetos para a prefeitura de Altamira, ligados às obras promovidas pela Norte Energia, para o: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 5.1.8. Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, Aterro Sanitário de Altamira; ✓ 4.7. Programa de Restituição / Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer; • Para futura entrega das obras, projetos de atracadouros de Belo Monte (Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (Anapu), visto serem estes os projetos ainda a serem detalhados.
--	---	--

EM BRANCO

7	Apoio ao controle do ordenamento territorial	Atividade voltada para elaboração de instrumentos de ordenamento territorial -- em especial leis complementares ao plano diretor, legislação edilícia e de uso do solo.
		• Elaboração de minutas de projetos de leis complementares.

EM BRANCO

Programa de Fortalecimento da Administração Pública (6.2)

Quadro 3.2-3 – Avaliação de objetivos e metas

<p>Esse programa visa ampliar a capacidade de planejamento e gestão das administrações municipais para o desempenho de suas funções, com a efetiva participação da iniciativa privada e da sociedade organizada, e referenciadas regionalmente, com o sentido de favorecer a complementaridade das capacidades locais.</p>	
<p>A Norte Energia entende que o objetivo do Programa 6.2 permanece completamente válido, salientando que a principal estratégia para seu alcance consiste na realização de atividades de capacitação dos servidores públicos municipais.</p>	
<p>Capacitar as administrações municipais da AID para a elaboração e o uso de instrumentos de planejamento e gestão para o adequado ordenamento territorial, o controle do uso e ocupação do solo, o desenvolvimento de ações voltadas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social com proteção do meio ambiente e preservação da identidade cultural.</p>	<p>Ao longo do processo de implantação foram realizadas atividades da espécie, com ênfase para os aspectos de ordenamento e planejamento territorial. As questões relacionadas ao desenvolvimento econômico foram, até o presente momento, condicionadas pela disponibilidade dos municípios em discutir instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Microrregional (Programa 6.1)</p> <p>Meta válida à luz da realidade de implantação do Programa. Seu atingimento está assegurado, no novo Plano de Trabalho, por meio das atividades de 2 a 8.</p>

EM BRANCO

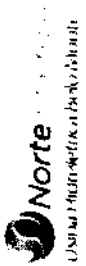
Ampliar e qualificar o quadro técnico para a atividade de fiscalização nos municípios, nos diferentes setores da ação fiscalizatória.	Ao longo da execução não houve a ênfase devida neste aspecto das capacitações. A Norte Energia irá atender a esta meta de maneira mais efetiva na proposta de reprogramação do Plano de Articulação Institucional.	A meta deve ser revista, eliminando-se a expectativa de que a Norte Energia amplie o quadro de técnicos das municipalidades. Esta função é típica e estrita de Estado e não seria sustentável a médio e longo prazo. Deve-se valorizar o aspecto de qualificação, que é mais adequado às efetivas possibilidades do Empreendedor. Nesse sentido, a meta será atendida pela atividade 3 do novo Plano de Trabalho, suplementada pela elaboração de legislação (atividade 7).
Aprimorar a capacidade arrecadadora dos municípios, de forma a reduzir sua dependência das transferências externas. Por meio de cursos de capacitação e elaboração participativa dos instrumentos de planejamento orçamentário - PPA, LDO e LOA.	A meta foi devidamente atendida ao longo da implantação, por meio de ações de capacitação e apoio a iniciativas municipais, como a adoção da Nota Fiscal Eletrônica de serviços em Vitória do Xingu.	A Meta é válida à luz da realidade de implantação do Programa. No novo Plano de Trabalho o atendimento à mesma é assegurado da Capacitação e Cursos (atividade 3). Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (atividade 4), Apoio à Lei do Orçamento (atividade 8).
Formalizar parcerias intermunicipais e com outras esferas de governo, de forma a viabilizar ações de interesse comum, melhorando a qualidade de serviços e diminuindo os custos.	Tem havido esforços para atingir essa meta, relacionados particularmente a produção habitacional e saneamento ambiental.	A Meta permanece válida, mas deve ser devidamente qualificada, porque a formalização de parcerias depende de iniciativa e vontade dos entes públicos municipais, havendo baixa gerência da Norte Energia para sua efetivação. A estratégia mais efetiva para atender o espírito da meta está relacionada a apoiar os municípios em suas necessidades de cooperação interfederativa por meio de assessoria e capacitação de servidores. Nesse sentido, a meta é atendida particularmente pela Capacitação e Cursos (atividade 3), em que se deve prever como escopo de capacitação o detalhamento de programas federais e estaduais, que possam ser

EM BRANCO

Capacitar os técnicos dos diferentes níveis da Administração Municipal de forma a torná-los aptos para a condução do processo de planejamento e gestão municipal e para o exercício de suas funções.	Esta meta foi atendida por meio de diferentes atividades de capacitação. O processo de capacitação terá continuidade em bases regulares, como se demonstrará na reprogramação da implantação do Plano de Articulação Institucional.	Meta válida à luz da realidade de implantação do Programa. Cabe observar que, além da atividade específica destinada a atingir tal meta (número 3 do novo Plano de Trabalho), serão desenvolvidos instrumentos como Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (atividade 4), Banco de dados (atividade 5) e Apoio à Lei do Orçamento (atividade 8).
Estruturar e implantar em cada município um Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, capaz de gerenciar e monitorar os resultados do processo de desenvolvimento municipal.	A meta vem sendo atendida por meio de atividades de capacitação, especialmente no que se refere aos aspectos de ordenamento territorial e planejamento orçamentário. A estruturação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão será especificamente tratada no novo Plano de Trabalho.	Meta permanece válida à luz da realidade de implantação do Programa. O atingimento da meta será assegurado pela realização da atividade 4 do novo Plano de Trabalho, que trata especificamente deste elementos, secundada pela atualização do Inventário Municipal (atividade 2), Bando de dados (atividade 3), Apoio à Lei do orçamento (atividade 8).
Implantar a prática de elaboração participativa de planos, programas e projetos como parte do processo de gestão municipal e urbana e de implementação do Plano Diretor, incluindo a discussão e elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual nos municípios impactados.	A meta é muito ambiciosa para a realidade local se pensado o planejamento em termos gerais. Excetuada a construção do Plano Diretor Municipal não é propriamente política de Estado, o que dificulta a ação do Empreendedor. Note-se, contudo, que a elaboração dos Planos Diretores apoiados pela Norte Energia seguiram rigorosamente os marcos legais pertinentes a esta matéria (particularmente o aspecto participativo).	Entende-se que a realidade de campo indica que a meta não tem validade no horizonte de tempo da implantação do Programa. Não há suficiente acúmulo técnico na AID para a prática do planejamento participativo em caráter geral, no horizonte de execução previsto no PBA. De todo modo, a Norte Energia atenderá a meta incorporando às capacitações que vier a realizar a disseminação dos princípios de planejamento participativo, tanto no que se refere ao ordenamento territorial, quanto no que diz respeito ao processo orçamentário. Nesse sentido específico, a meta será atendida pela atividade 3 do novo Plano de Trabalho.

11333
1848/06

EM BRANCO



EMBRACO

Quadro 3.2-4 – Plano de Trabalho, descrição de atividades

ATIVIDADES		
1	Plano de Trabalho	Revisão do plano de trabalho, detalhando atividades, prazos e produtos.
2	Inventário municipal	O inventário corresponde a um conjunto de informações do município, com foco particular em finanças públicas, pessoal, políticas, legislação e dados estatísticos (demografia, economia, educação, saúde etc.). Foi elaborado originalmente em 2011.
3	Capacitações e cursos	<p>A atividade está direcionada aos temas de interesse dos programas apresentados na seção 3.1. Já foram realizados 91 cursos, em diversas áreas, atendendo a 1.398 servidores municipais dos 5 municípios da AID, mas todos para as administrações passadas, sendo limitada a manutenção do conhecimento adquirido, o que demanda a realização de novos cursos.</p> <p>Todos os cursos deverão apresentar relatórios de implantação e avaliação, fundamentados em dados quantitativos e qualitativos. Será desenvolvido e implantado método de avaliação da eficácia dos cursos realizados, verificando se os conhecimentos adquiridos estão ajudando as municipalidades.</p>
		<p>Plano de Trabalho revisado no 1º mês de execução</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar o inventário nos aspectos institucionais de estrutura administrativa, pessoal e legislação. Tal atualização será a base para a organização do <i>Sistema Municipal de Planejamento e Gestão</i>, razão pela qual será realizada capacitação para transferir aos municípios da AID a tecnologia utilizada para produzir o inventário. • Realizar os seguintes cursos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão Orçamentária (PPA, LDO e LOA); ✓ Gestão ambiental e noções de Geoprocessamento; ✓ Noções de informática e pacote Office; ✓ Gestão de Resíduos Sólidos; ✓ Gestão municipal de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ✓ Projetos de habitação de interesse social: conceitos, requisitos, instituições ofertantes de crédito, como pleitear recursos; • Deverá ser desenvolvida e aplicada metodologia de avaliação dos cursos e seus os resultados, verificando se os conhecimentos adquiridos estão

EMERANCO

			efetivamente ajudando as municipalidades.
4	Sistema Municipal de Planejamento e Gestão	Corresponde à estruturação de uma ferramenta informatizada de gestão nos municípios. Já foi realizado o levantamento de softwares gratuitos de gestão pública e necessidades de hardware e software, para assegurar o desempenho adequado das municipalidades em termos de planejamento e gestão. O sistema de gestão deverá estar voltado para a área de planejamento do município, conforme PBA ("setor da administração municipal que funcionará como órgão central do sistema").	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do diagnóstico das necessidades de recursos de informática nos 5 municípios, inclusive quanto àqueles já doados pela Norte Energia; • Proposição de estratégia de informatização para implantação do Sistema Municipal de Planejamento, indicando etapas, recursos necessários e mecanismos de engajamento e interesse dos municípios; • Implantação do sistema.
5	Banco de dados	Implantação de um banco de dados com informações municipais para a área de gestão e planejamento, oriundas dos monitoramentos realizados no âmbito do PBA, em especial o que executa o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), complementadas por i) Inventário Municipal e, ii) banco de dados já elaborado pela Norte Energia, para os relatórios consolidados semestrais para o Ibama. Será realizada seleção de dados e preparação para formato adequado ao repasse das informações para os municípios.	<ul style="list-style-type: none"> • Formação do banco de dados para repasse aos municípios e alimentação inicial, com dados de interesse para o município (quadro de funcionários, recursos disponíveis, serviços públicos prestados); • Para que a implantação do banco de dados gere efeitos imediatos serão realizadas entregas parciais; • A primeira entrega estará vinculada a informações de interesse dos municípios da AID, previamente avaliados quanto a sua adequação para uso nesta atividade, produzidas no âmbito do Programa 7.4; • A segunda entrega se relaciona ao banco de dados já elaborado pela Norte Energia para os relatórios consolidados semestrais; • A última entrega está vinculada à atualização do Inventário dos

Rub.

[Assinatura]

EMERSON

				<p>Municípios, que irá exigir atividade de campo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporte técnico para implantação e uso do sistema durante toda a execução dos serviços.
6	Reformas administrativas	Identificação de necessidades de reformas administrativas para atender e otimizar aportes realizados, e por realizar, pelo Empreendimento, como por exemplo, criação de secretarias de planejamento ou meio ambiente, setores de fiscalização, setores de manutenção de obras de saneamento, departamentos de água e esgoto etc.	<ul style="list-style-type: none">• Identificação de equipamentos públicos que serão transferidos aos municípios (escolas, unidades de saúde, saneamento ambiental, equipamentos de lazer e cultura etc.), verificando-se a estrutura das Prefeituras para geri-los:• Prefeituras que não tenham área específica de gestão: desenvolvimento de capacitação para sua materialização, incluindo aspecto organizacional e forma de implantação na estrutura geral (organograma) da Prefeitura; impactos sobre cargos e empregos públicos etc.• Prefeituras que tenham área específica de gestão: verificação de interesse na realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento de rotinas, seguido de execução dos cursos.• Apoio técnico para aplicação das indicações das capacitações, durante 6 meses após a realização dos cursos.	

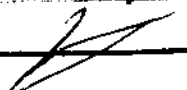
EMERSON

EMERSON

EMERSON

EMERSON

7	Elaboração de legislação	Atividade está contemplada no Programa 6.1, voltado à legislação complementar ao plano diretor, deve ainda contemplar legislação necessária à reforma administrativa, caso seja necessário.	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do estágio existente em cada município da AID, relativamente à legislação complementar ao Plano Diretor Municipal; • Produção de guias para a elaboração de códigos municipais relacionados ao tema da legislação urbanística, contendo minutas de projeto de lei para cada caso específico; • Apoio técnico para aplicação das indicações dos guias, durante 6 meses após sua publicação.
8	Apoio a Lei de orçamento	Serão realizados cursos de capacitação e mantido apoio técnico durante o período de elaboração do orçamento municipal.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso contemplado na atividade "Capacitações e cursos" 1- Gestão Orçamentária (LDO e LOA), acima; • Nesta atividade, será disponibilizado profissional habilitado para auxiliar as municipalidades na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual, por meio de consultoria específica, ofertando 20 horas de consultoria por município, por ano fiscal.

Proc. 11338
1848/66
Rub. 

EMERANCO

Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3)

Quadro 3.2-5 – Avaliação de objetivos e metas

Este Programa visa a ampliar a capacidade dos organismos públicos no atendimento das demandas locais da população em relação às necessidades de habitação, saneamento ambiental, energia, transporte, comunicação, educação, saúde, cultura, esporte e lazer e de segurança pública com eficácia e eficiência.

A Norte Energia entende que o objetivo do Programa 6.3 permanece válido, compreendido que os resultados pretendidos não se materializam exclusivamente em seu âmbito, mas também nos programas e projetos ambientais finalísticos, que tratam das matérias de habitação, energia, transporte, comunicação, saúde, cultura, esporte e lazer e de segurança pública. Há que se considerar, ainda, que há ações empreendidas pela Norte Energia, com essas mesmas finalidades, que não ocorrem necessariamente no âmbito de programas e projeto do PBA.

Todas essas metas vêm sendo implantadas pela Norte Energia, ainda que tal fato se evidencie de forma mais clara quando se considera o conjunto de ações dos planos, programas e projetos do meio socioeconômico. Quanto às atividades relacionadas ao fomento da educação profissional, haverá ações específicas na reprogramação do Programa 6.4, para atender os públicos deste produto.

Nesse sentido as metas devem ser qualificadas, pois a realidade de implantação até o presente momento demonstra que o protagonismo as ações compete aos programas e projetos ambientais finalísticos, como o Projeto de Recomposição / Adequação das Infraestrutura e Serviços de Educação (4.8.1.), Plano de Saúde etc. O papel mais adequado ao Programa 6.3 consiste em apoiar os municípios na articulação das políticas públicas setoriais, de tal forma que os aportes realizados pela Norte Energia possam ser otimizados.

Desta forma, do ponto de vista processual se deve: i) utilizar o Gabinete de Gestão como instância de articulação; ii) capacitar os municípios para compreender a realidade das políticas públicas setoriais, considerados os aportes da Norte Energia, com base em informações do sistema de monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e qualidade dos serviços públicos (separando-se, portanto, o passivo ambiental do Empreendedor, daquele que os municípios já tinham e que são anteriores à UHE Belo Monte etc.); iii) capacitá-los em temas específicos, como por exemplo, planejamento da demanda e transporte escolar, produção habitacional de interesse social etc.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

	projetos ambientais do meio socioeconômico.	identificadas pela equipe técnica daquele Programa, em parceria com as Prefeituras, se desenvolverá grade de cursos que venha a qualificar a população em geral, com o objetivo da apropriação local das muitas possibilidades do novo ambiente econômico da AID.
Ampliar e modernizar os serviços de saúde, com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento.	Metas atendidas nos programas finalísticos do PBA	Meta permanece válida e será objeto de acompanhamento por meio do Sistema de monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e a qualidade da prestação dos serviços públicos (atividade 4). Quando se apresentarem indicadores que demonstrem a necessidade de organização de ações das municipalidades, no sentido de satisfazerem seus passivos sociais, se realizará iniciativa específica no Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (atividades 2 e 3), que visará materializar Apoio técnico aos municípios para proposição de projetos junto a instâncias de financiamento (atividade 5).
Melhorar a mobilidade de pessoas e cargas, com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento.		
Aumentar a sensação de segurança, com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento.		

Fls. nº 11340
 Proc. nº 1848/06
 Rub.

EM BRANCO

Quadro 3.2-6 – Plano de Trabalho, descrição de atividades

1	Plano de Trabalho	Revisão do plano de trabalho, detalhando atividades, prazos, produtos.
		Plano de Trabalho revisado no 1º mês de execução

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

As condições indicadas acima se aplicam a todas as metas do Programa, relacionadas conforme segue:

Realizar ações municipais de regularização fundiária e habitacional, desde o início da instalação do canteiro de obras.		
Implementar política habitacional capaz de suprir as necessidades de moradia decorrentes do afluxo populacional atraído pela instalação da UHE Belo Monte, em diálogo com o processo de elaboração do Plano Diretor do Município, com início no período de instalação do canteiro de obras.	Metas atendidas nos programas finalísticos do PBA	Meta permanece válida e será objeto de acompanhamento por meio do Sistema de monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e a qualidade da prestação dos serviços públicos (atividade 4). Quando se apresentarem indicadores que demonstrem a necessidade de organização de ações das municipalidades, no sentido de satisfazerem seus passivos sociais, se realizará iniciativa específica no Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (atividades 2 e 3), que visará materializar Apoio técnico aos municípios para proposição de projetos junto a instâncias de financiamento (atividade 5).
Ampliar os serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem pluvial e coleta de lixo a todo o Município com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento, em diálogo com o processo de elaboração do Plano Diretor do Município.		
Promover a qualidade da educação em todos os níveis, com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento.		
Fomentar a implantação de cursos de educação profissional em todos os níveis, com início no período de instalação do canteiro de obras e continuidade ao longo da construção e operação do empreendimento.	Meta atendida no âmbito do Programa 6.4, assim como capacitações de públicos específicos de vários programas e	Meta permanece válida. A fim de dar consistência a seu atendimento se desenvolverá interface com o Programa 6.4, com base i) nos resultados das Oficinas de Vocações Econômicas e ii) oportunidades geradas pelo Empreendimento e

EN BRANCO

	<div data-bbox="496 136 798 2103"> <p>Composto pelos Prefeitos Municipais e por representantes da alta direção da Norte Energia, o gabinete é um espaço para reuniões e discussão dos assuntos de interesse do município em relação à implantação do empreendimento – os efeitos do empreendimento sobre a infraestrutura municipal de saúde, educação, saneamento, habitação.</p> <p>O Gabinete de gestão foi implantado em 06/06/2012 já tendo ocorrido 8 reuniões ordinárias. Será dada continuidade ao Gabinete, revitalizando-o e prestigiando-o com apoio efetivo da Norte Energia. As reuniões serão organizadas por pautas propostas, convites formais aos participantes, elaboração de ata.</p> <p>Serão estudados os dados do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4) para ajudar aos municípios a identificarem eventuais necessidades de ampliação de suas infraestruturas.</p> </div> <div data-bbox="798 136 1141 2103"> <p>Montagem do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos</p> </div>
2	<div data-bbox="496 136 798 2103"> <p>Realizar 1 reunião do gabinete de gestão por mês.</p> </div> <div data-bbox="798 136 1141 2103"> <p>Estruturação do Sistema de monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e qualidade dos serviços públicos, utilizando-se, no que couber, indicadores do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), previamente avaliados quanto a sua adequação para uso nesta atividade,</p> </div>

EM BRANCO

		<p>Disponibilização de equipe técnica permanente, vinculada ao Gabinete, capaz de monitorar e tratar indicadores e informações do Subsistema de Informações para a Gestão Municipal. Cumpre destacar que a Norte Energia já está implantando obras de saneamento, educação e saúde nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, e em todos os municípios da AID reforçou as estruturas de educação e saúde. Desta forma, espera-se que o Gabinete, por meio de sua equipe técnica, monitore o uso dessas estruturas, indicando oportunidades de melhoria por meio de projetos governamentais.</p>
<p>3</p> <p>Equipe técnica para Gabinete de Gestão</p>		<p>Atividades a serem desenvolvidas pela equipe técnica permanente, em parceria com os municípios da AID.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação de um relatório a cada semestre, contendo avaliação dos indicadores socioeconômicos, decorrentes dos relatórios do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4) e apresentação do mesmo em reunião do Gabinete - observadas as qualificações feitas acima, quanto à adequação dos indicadores às finalidades de Programas do Plano 6; ✓ A partir desses relatórios de monitoramento, com o envolvimento das municipalidades, devem ser sugeridos projetos a serem desenvolvidos para captação de recursos junto a instâncias de financiamento. Tal prática tem por objetivo reforçar a execução das políticas públicas setoriais, visto que os passivos ambientais são cobertos em bases correntes pela Norte Energia. A captação de recursos refere-se, portanto, ao próprio passivo social dos municípios.

EM 17450

4	<p>Sistematização do monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e a qualidade da prestação dos serviços públicos</p>	<p>Análise de suficiência para educação e saúde já é realizada pelos sistemas implantados para os projetos 4.8.1 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços Socioeconômicos.</p> <p>7.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.</p> <p>Os dados já produzidos pela Norte Energia serão reapresentados em formato que facilite a melhor compreensão pelos municípios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um banco de dados a partir das informações já provenientes do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4) e atualizar a cada 6 meses, de acordo com a atualização também efetuada pelo Programa 7.4; • Realizar treinamentos com o objetivo de propiciar a apropriação dos dados pelas municipalidades, de tal modo que as mesmas desenvolvam capacidade para manterem, futuramente, a sistemática de consolidação dos dados monitorados.
5	<p>Apoio técnico aos municípios para proposição de projetos junto a instâncias de financiamento</p>	<p>Consiste no suporte técnico para prospecção e elaboração de projetos de financiamento nas áreas de produção de habitação de interesse social e assistência social. As áreas de saneamento, segurança, educação e saúde, estão contempladas nos projetos já executados pela Norte Energia, não sendo fonte de novas demandas que necessitem deste tipo de apoio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proposição de um projeto de habitação de interesse social em cada um dos 5 municípios. • Proposição de um projeto de assistência social em cada um dos 5 municípios. • Capacitação para formação dos projetos, conforme requerido pela agência financiadora (municípios que forem efetivamente proponentes de projetos). • Capacitações para que a municipalidade tenha em seus quadros, pessoal com habilidades para pleitos de financiamento (todos municípios da AID) • Realização de um curso para utilização do SICONV em

EM BRANCO

[illegible]

EMERACO

Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas (6.4)

Quadro 3.2-7 – Avaliação de objetivos e metas

O objetivo do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e Desenvolvimento de Atividades Produtivas é o de ampliar as alternativas para a população local de inserção produtiva, aproveitando oportunidades de geração de renda associadas aos períodos de construção e operação da UHE Belo Monte.

São objetivos específicos desse Programa:

- Avaliar oportunidades de novos negócios a serem implantados, procurando aproveitar as potencialidades locais, desenvolver iniciativas com potencial para expansão e já existentes na região;
- Incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, resultantes da dinamização das atividades econômicas na fase de construção;
- Favorecer a organização dos produtores em associações e ações voltadas para a geração de renda;
- Incentivar a formalização de empreendedores locais (prestadores de serviço, comerciantes, produtores agrícolas) e sua qualificação como fornecedores do empreendimento;
- Buscar o fortalecimento da economia local através da gestão e acompanhamento das ações demandadas pelo empreendedor vis a vis com a formação de fornecedores locais;
- Implementar projetos para desenvolvimento de atividades ligadas à cultura regional, visando à preservação da mesma face à introdução de pessoas com hábitos culturais muitas vezes conflitantes com as tradições locais.

A Norte Energia entende que os objetivos do Programa 6.4 permanecem adequados, considerando que a principal estratégia de implantação está relacionada à capacitação da população e de empreendedores locais.

Rubrica

EMERANCO

PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Garantir a capacitação de prestadores de serviço e produtores inscritos no Cadastro da Prefeitura local, desde o início da etapa de implantação do empreendimento.	As atividades de capacitação foram desenvolvidas ao longo da implantação.	A meta permanece válida, observado que houve ao longo do processo de implantação dificuldades significativas na formação de parcerias que garantissem a oportunidade de um conjunto mais significativo de atividades de capacitação. O atendimento da meta será assegurado por meio da implantação do Galpão de Oportunidades, por meio de estratégia de itinerância (atividade 2); Desenvolvimento de Fornecedores e Compras Diferenciadas (atividade 4), Cursos e Treinamentos (atividade 6).
Garantir o desenvolvimento das ações previstas no "Galpão de Oportunidades", desde o início da etapa de implantação do empreendimento, devendo estender-se ao longo da construção e operação da UHE Belo Monte.	Para garantir a capilaridade das ações do Galpão de Oportunidades a Norte Energia adotou como estratégia a itinerância, ou seja, o não estabelecimento de unidades fixas em cada município da AID. Tal lógica foi adotada para tornar mais flexível a formação de parcerias, visto que os atores mais significativos para a implantação do Galpão não têm em seu planejamento estratégico, de momento, formar bases fixas ou projetos contínuos nos municípios da AID	A meta permanece válida e será atendida por meio da implantação do Galpão de Oportunidades, cuja metodologia preverá o monitoramento contínuo de suas atividades e, particularmente, as que se relacionam à capacitação da população.

Filial:

Proc. nº

Rub.

11348

1848/06

EMERGO

<p>PROGRAMA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p>	<p>Garantir que fornecedores locais efetivamente prestem serviço ao empreendedor e suas empresas contratadas, desde o início da etapa de implantação do empreendimento, devendo estender-se ao longo da construção e operação da UHE Belo Monte.</p>	<p>Essa meta vem sendo regularmente atendida, sendo necessário considerar, contudo, as dificuldades de escala, formalização, capacidade técnica dos fornecedores locais. Importante observar que ações no âmbito do Programa 6.4 vêm sendo executadas no sentido de se superar tal cenário.</p>	<p>A meta permanece válida e será executada por meio da implantação do Galpão de Oportunidades (atividade 2), Implantação de ações de estímulo ao desenvolvimento da economia local (atividade 3), Desenvolvimento de Fornecedores e Compras Diferenciadas (atividade 4), Cursos e Treinamentos (atividade 6).</p>
<p>Incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, desde o início da etapa de implantação do empreendimento, devendo estender-se ao longo da construção e operação da UHE Belo Monte.</p>		<p>As atividades de capacitação foram desenvolvidas ao longo da implantação, ainda que com intensidade abaixo do que pretendia a Norte Energia.</p>	<p>A meta permanece válida, observado que ocorreram ao longo do processo de implantação dificuldades significativas na formação de parcerias que garantissem a oportunização de um conjunto mais significativo de atividades de capacitação. O atingimento da meta será assegurado por meio da implantação do Galpão de Oportunidades (atividade 2), Implantação de ações de estímulo ao desenvolvimento da economia local (atividade 3), Desenvolvimento de Fornecedores e Compras Diferenciadas (atividade 4), Oficinas de Orientação e Sensibilização para Empresários Interessados em Atender Demandas da UHE Belo Monte (atividade 5), Cursos e Treinamentos (atividade 6), Incentivo ao Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo (atividade 7).</p>

EMERSON

Quadro 3.2-8 – Plano de trabalho, descrição de atividades

Plano de Trabalho			
1	Plano de Trabalho	Revisão do plano de trabalho, detalhando atividades, prazos e produtos.	Plano de Trabalho revisado no 1º mês de execução
2	Galpão de Oportunidades	Constitui-se em uma instância em que os interessados poderão se inscrever e participar de cursos, receber instruções a respeito da organização societária e produtiva, conhecer as propostas de recomposição da infraestrutura. Para este fim estrito a Norte Energia poderá utilizar de estruturas já existentes, em que ocorreram a captura de demandas de capacitação e socialização de informações de interesse do público do Galpão de Oportunidades.	<p>Implantação de Galpão Itinerante, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captura de demandas de capacitação; • Socialização de informações de interesse do Programa 6.4: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tanto o cadastramento de público / demandas de capacitação, quanto a socialização de temas de interesse do Programa poderão ser objeto de diferentes estratégias no âmbito organizacional; ✓ Admitir-se-á para tais fins o uso de estruturas já existentes, como Balcão de Atendimento, instâncias da Interação e Comunicação Social, bem como formas diferenciadas de comunicação (folheteria, produção videográfica, spots em rádio etc.)

Rub.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

3	Implantação de ações de estímulo ao desenvolvimento da economia local	<p>Esta atividade tem por natureza a articulação de atores econômicos, administração pública e grupos de interesse, com o propósito de otimizar o aproveitamento das oportunidades geradas pelo Empreendimento. Como existem dificuldades para realizar, no tempo de relevante de implantação, um processo formal de planejamento para fins do desenvolvimento local e regional, se utilizará como estratégia a realização de fóruns empresariais, encontros setoriais e oficinas de articulação entre entes públicos e privados, com vistas ao estímulo ao desenvolvimento da economia local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um Fórum Empresarial por semestre; • Realização de um Fórum setorial, por área de interesse, por semestre; • Realização de um Seminário Anual de articulação público privada para o desenvolvimento local.
---	---	--	--

EM BRANCO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS		
ATIVIDADE		
4	Desenvolvimento de Fornecedores e Compras Diferenciadas	<p>Esta atividade implica, em primeiro lugar, a identificação e cadastramento de empreendedores locais que desejam ser fornecedores do Consórcio Construtor Belo Monte e grandes empresas por ele induzidas. Realizado o cadastro deve-se apoiar os empreendedores na adequada formalização de seus negócios e na aproximação junto as compradores.</p>
5	Oficinas de Orientação e Sensibilização para Interessados em Atender Demandas da UHE Belo Monte	<ul style="list-style-type: none"> Realização de busca ativa, em bases contínuas, de potenciais fornecedores do CCBM e empresas induzidas; Cadastramento dos potenciais fornecedores em base de dados específica; Concepção e execução de política de comunicação voltada a este público, veiculando informações relacionadas a oportunidades de capacitação e qualificação, aspectos relativos à formalização e legalização de atividades, possibilidades de fornecimento ao CCBM e empresas induzidas.
6	Cursos e Treinamentos	<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma Oficina de Orientação e Sensibilização para Empresários Interessados em Atender Demandas da UHE Belo Monte por semestre em cada município da AID; Realizar rodadas de negócios em bases trimestrais em cada município da AID
		<p>Rub. em</p> <p>Realizar um evento de capacitação de empresários por trimestre, em</p>

EM BRANCO

PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO		
ATIVIDADE		
	<p>Programa 6.4 nas iniciativas de capacitação: empresários e população em geral. Em ambos os casos, o objetivo fundamental dos eventos de capacitação consiste em otimizar a apropriação das oportunidades geradas pelo Empreendimento, em bases local e regional.</p>	<p>cada município da AID. O foco principal das capacitações deve recair sobre formalização e legalização empresarial, planejamento financeiro, políticas de qualidade; estratégias de vendas;</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar um evento de capacitação destinado à população em geral por bimestre, em cada município da AID. O foco principal de tais capacitações deve estar vinculado ao desenvolvimento da cultura empreendedora, com ênfase no aproveitamento de oportunidades geradas pelo Empreendimento.
7	<p>Incentivo ao Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar estratégia de comunicação específica relativa aos temas de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, realizando veiculação sobre os mesmos por meio de mala direta, publicações etc. Realizar eventos de capacitação da cultura empreendedora, associativista e cooperativista, em bases trimestrais, nos municípios da AID. Esses eventos, tanto quanto possível, devem apresentar casos concretos em que práticas associativista e cooperativistas podem potencializar as vendas dos empreendedores locais.

11353
1848/06

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

4. CRONOGRAMA

6.1. Programa de Interação e Articulação Institucional						
Plano de Trabalho Detalhado (item 2.d Notificação 02001.009795.2013)						
Matriz Estratégica de Engajamento Social: atualização semestral						
Oficinas de planejamento e gestão						
Plano de Desenvolvimento Microrregional						
Entidade microrregional						
Rotinas Administrativas						
Apoio ao controle do ordenamento territorial						
6.2. Programa de Fortalecimento da Administração Pública						
Plano de Trabalho Detalhado (item 2.d Notificação 02001.009795.2013)						
Inventário municipal – atualização						
Sistema Municipal de Planejamento e Gestão						
Banco de dados						
Reformas administrativas						
Elaboração de legislação - apoio técnico						
Apoio a Lei de orçamento						
6.3. Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos						
Plano de Trabalho Detalhado (item 2.d Notificação 02001.009795.2013)						
Montagem do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos						
Equipe técnica para Gabinete de Gestão						
Sistematização do monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e a qualidade da prestação dos serviços públicos						
Apoio técnico aos municípios para proposição de projetos junto a instâncias de financiamento						

EM BRANCO

6.4. Programa de incentivo à capacitação profissional e ao desenvolvimento de atividades produtivas						
Plano de Trabalho Detalhado (item 2.d Notificação 02001.009795.2013)						
Galpão de Oportunidades						
Implantação de ações de estímulo ao desenvolvimento da economia local						
Desenvolvimento de Fornecedores e Compras Diferenciadas						
Oficinas de Orientação e Sensibilização para Empresários Interessados em Atender Demandas da UHE Belo Monte						
Cursos e Treinamentos						
Incentivo ao Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo						

EM BRANCO

25/10/2013

Fls. nº 11356

Proc. nº 1848/06

Rub.

Altamira, 24 Outubro de 2013

CE 0782/2013 - DS - SSE

A Sua Senhoria o Senhor

Rafael Ishimoto Della Nina

Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA


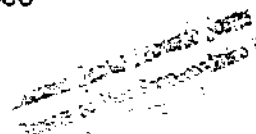
70.818-900 - Brasília/DF

Assunto: Apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios – PACUERA

Prezado Senhor,

1. Convidamos V. Sa. a participar da reunião de apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - PACUERA, a ser realizada no dia 28 de Outubro de 2013, às 14h30, no Auditório Térreo do Palace Hotel, localizado na Avenida Tancredo de Neves, nº 3093, bairro Premem, Altamira/PA.
2. Será tema deste encontro a apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios – PACUERA.
3. Sendo estas as nossas informações para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que vierem a ser necessários e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Cassandra Gelsomino Molisani
Superintendente do Meio Socioeconômico
Diretoria Socioambiental
Diretoria Socioambiental
Superintendente do Meio Socioeconômico

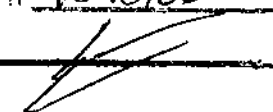
Do Avajin Ewauo Traza!

PARA AMEAR AO PROCESSO.
REGISTRA-SE QUE O CONVITE FOI
ENCAMINHADO COM ANTECEDENTES
INSUFICIENTES PARA COMPARECIMENTO
DO IBAMA.

Em 30.10.13

[Signature]

02001.020251/2013-S9
25.10.2013

Folha nº 11357
Proc. nº 1848/06
Rub. 



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 420/2013-DS

Brasília, 24 de Outubro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 Brasília-DF

Assunto: Resposta a Ofício

Referência: Of. 02001.013049/2013-71 DILIC/IBAMA de 21 de outubro de 2013

Senhora Diretora,

Em atendimento ao Of.02001.013049/2013-71 DILIC/IBAMA recebido pela Norte Energia em 22 de outubro de 2013, no qual é solicitado o encaminhamento do Caderno de Preços Urbanos ao CREA-PA, Seccional Altamira, anexo cópia da CE 934/2013-DS atestando o encaminhamento solicitado.


Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

ANEXO;
-Cópia da CE 934/2013-DS

Ao Analista Henrique Marques,
PARA CIÊNCIA.

Em 25.10.13



Ciente em 8.11.13



Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
ENE/DILIC/IBAMA



Fls. nº 11358

Proc. nº 1848/06

Recebido

Rub.

24.10.2013

Sandro Teixeira Soares
Mat. 005387
CREA-PA

CE 934/2013 - DS

Altamira, 24 de outubro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora

SANDRA ANDRÉA SANTOS DA SILVA

Inspetora Auxiliar

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA - PA

Av Brigadeiro Eduardo Gomes, 2610 – sala 105

Bairro Esplanada do Xingu

68.370.000 Altamira – PA

Assunto: Divulgação do Caderno de Preços de Terrenos Urbanos e Benfeitorias aplicáveis na avaliação dos imóveis interferidos pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira-PA

Referência: Caderno de Preços de Terrenos e Benfeitorias

Senhora Inspetora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, encaminho, para seu conhecimento o Caderno de Preços de Terrenos Urbanos e Benfeitorias aplicáveis na avaliação dos imóveis interferidos pela Usina Hidrelétrica Belo Monte.
2. O Caderno de Preços é o instrumento legal pelo qual a Norte Energia calculará, para efeito de indenização, os valores dos terrenos urbanos e das benfeitorias não reprodutivas (construções e instalações) e reprodutivas (produções vegetais) das áreas interferidas pela UHE Belo Monte.
3. Para fixação dos valores referenciais apresentados neste Caderno de Preços, foram utilizados os parâmetros previstos nas normas brasileiras NBR 14653-1 e NBR 14653-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, que estabelecem procedimentos gerais de avaliação de imóveis e procedimentos de avaliação de imóveis urbanos, respectivamente.
4. O material é de responsabilidade técnica do profissional Marcelo Rossi de Camargo Lima, Engenheiro Agrônomo, registrado no CREA/SP sob número 0601656126 e no IBAPESP nº 431, que em 10 de setembro solicitou informações ao CREA/PA sobre como proceder para registrar a empresa naquela entidade, embora parte significativa dos serviços necessários para elaboração do referido Caderno de Preços tenha sido elaborado em São Paulo, local de seu registro original.
5. Por fim, informo que a mídia ora encaminhada é composta dos seguintes volumes:

a. Caderno de Preços de Terrenos Urbanos;


Norte Energia S.A. Loteamento Jardim Fracção - RUC Jacoba
Rua Boa Esperança, S/N - Bairro Mutirão - CEP 68.371-971 - Altamira - PA
Telefones: (093) 3502-4400 / 4401

EM BRANCO



- b. Caderno de Preços de Benfeitorias Reprodutivas (Produções Vegetais);
- c. Caderno de Preços de Benfeitorias Não Reprodutivas (construções e instalações).

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

ANEXO:

CD gravado contendo:

- Caderno de Preços para Terrenos Urbanos
- Caderno de Preços para Benfeitorias Reprodutivas
- Caderno de Preços para Benfeitorias não Reprodutivas

EMBARKO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11360
Proc. nº 1848/06
Fls. [assinatura]

NOT. TEC. 006771/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 25 de outubro de 2013

Assunto: Análise sobre estudos de viabilidade de propriedades rurais e outros - UHE Belo Monte

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise dos documentos CE 378 e 384/2013-DS, por meio dos quais a Norte Energia apresenta resposta aos itens (e), (g) e (j) do Ofício n.º 02001.0011364/2013-63 DILIC/ IBAMA.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do documento CE 378/2013-DS, protocolado em 23 de setembro de 2013, em que a Norte Energia apresenta resposta aos itens (e), (g) e (j) do Ofício n.º 02001.0011364/2013-63 DILIC/ IBAMA.

A notificação é produto do relatório da vistoria realizada entre os dias 29/07 e 02/08/2013, registrada na Nota Técnica n.º 6276/2013, que elencou diversas recomendações.

2. ANÁLISE

Segue a análise da resposta encaminhada pela Norte Energia aos itens (e), (g) e (j) do Ofício:

e) Enviar, no prazo de 20 dias, os estudos de viabilidade realizados para as propriedades que seriam adquiridas por inteiro e que, após redefinição da APP, passaram a ser tratadas como aquisição parcial pela Norte Energia, além de comprovação de entrega dos estudos aos respectivos proprietários.

A Norte Energia apresentou três estudos técnicos da análise de viabilidade da área remanescente, relativos aos processos dos senhores Gilmar Rosa Dias, Geraldo Rosa Dias e Mauro Lourenço de Melo. O empreendedor alegou que por ausência de disposição normativa, em princípio não está obrigada a fornecer os estudos aos interferidos, uma vez tratar-se de documento técnico de uso interno e gerencial.




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Segundo o PBA, vol. II, pág. 122, no âmbito do Projeto de reorganização de áreas remanescentes, dentre as atividades a serem desenvolvidas, têm-se entre outras:

- *discutir os critérios de viabilidade de área remanescente;*
- *serão realizadas reuniões com este grupo de atingidos sejam eles proprietários, posseiros ou arrendatários para esclarecimento dos critérios para avaliação de áreas remanescentes e alternativas à sua permanência na área para que possam realizar a escolha. Não excluir as mulheres desta exposição, é essencial que participem da reunião, pois o possível isolamento social causado pela mudança de famílias da vizinhança certamente recairá sobre as mulheres e as crianças que possuem menos autonomia para deslocamento;*
- *composição de um Banco de Terras - as áreas remanescentes recusadas por seus ocupantes comporão um Banco de Terras, que serão disponibilizadas na medida em que forem sendo desocupadas e destinadas àqueles que optarem por permanecerem no entorno do lago.*

Ainda segundo o PBA, os resultados e produtos a serem gerados pelo projeto serão apresentados por meio de laudos de avaliação e de viabilidade das áreas remanescentes, além dos acordos de permanência. Finalmente, as áreas cujos proprietários optarem por permanecerem no remanescente e aquelas dos fragmentos deverão ser avaliadas e negociadas pela equipe responsável por este programa.

Portanto, o PBA prevê a opção do atingido por permanecer ou não no remanescente objeto de estudo de viabilidade. Também são previstos como produtos no item apresentação de resultados os laudos de avaliação, estudos de viabilidade e acordos de permanência, o que desautoriza o argumento do empreendedor para não disponibilizar os estudos para os interferidos. Esta interpretação dada pela Norte Energia está  em desacordo com o PBA.

Sobre os estudos de viabilidade apresentados o empreendedor não considerou a reserva legal para os remanescentes e todos ficaram abaixo do módulo fiscal para a região (75 ha), criando minifúndios na região, contrariando, inclusive, a proposta de critérios adotados para definição da APP variável no entorno dos reservatórios, apresentada pela Norte Energia. Importa ressaltar que agricultores que explorarem suas áreas em desacordo com a legislação ambiental poderão sofrer sanções administrativas.

Por fim, destaca-se que a proposta de APP variável, que provocou a mudança na proposta de aquisição das propriedades rurais, ainda não foi aprovada pelo Ibama.

g) Apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

File nº 11361
1848/06
[Signature]

Este item foi analisado na Nota Técnica 6752/2013 COHID/IBAMA, mas para esclarecer, a comunidade da Vila Santo Antônio foi considerada em todos os estudos ambientais encaminhados ao Ibama, incluindo o EIA e PBA, como núcleo de referência rural e, portanto, verifica-se como inadequado tratá-la com propostas relacionadas ao reassentamento urbano coletivo direcionado □ Altamira.

j) Realizar tratativas junto à Prefeitura Municipal de Altamira para definição do uso das escolas do Plano Emergencial, em caráter provisório ou definitivo. A formalização deste acordo deverá ser encaminhado ao Ibama, no prazo de 20 dias.

O documento informa que as salas do Plano de Ação vêm sendo utilizadas pelo município como salas de aula e de apoio pedagógico, ou estão sem uso.

Em função da realização de reformas em escolas da sede municipal a Norte Energia tem discutido junto □ Secretaria Municipal de Educação - SEMED a utilização das salas vagas para a alocação de alunos no período de realização das obras.

Para definição do uso futuro das salas foi realizada reunião com a SEMED, em 19 de setembro, ocasião em que foi entregue ofício da Norte Energia solicitando posicionamento formal do município sobre o interesse na incorporação das salas do plano de ação, em definitivo.

A Norte Energia deve informar ao Ibama o resultado da negociação com a Prefeitura de Altamira.

3. CONCLUSÃO

Quanto aos estudos de viabilidade, a Norte Energia deverá repassar cópia dos estudos para as famílias interferidas para que possam entender como ficará a situação futura de suas propriedades e tomar decisão quanto a permanecer ou não no lote remanescente. Caso os interferidos optarem por não permanecer, a Norte Energia deverá providenciar a criação do banco de terras conforme previsto no PBA, que serão disponibilizadas na medida em que forem sendo desocupadas e destinadas □queles que optarem por permanecerem no entorno do lago.

A Norte Energia deve refazer os estudos de viabilidade de área remanescente observando o PBA, a legislação ambiental e evitar a criação de minifúndios na região amazônica.

Quanto □s famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento, os encaminhamentos

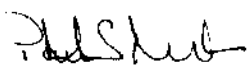


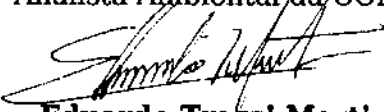
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

foram adotados na NT 6752/2013 COHID/IBAMA.

A Norte Energia deve informar ao Ibama o resultado da negociação com a Prefeitura de Altamira, no que se refere às salas de aula do plano de ação.


Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental do COHID


Paula Marcia Salvador de Melo
Analista Ambiental da COHID


Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental do COHID

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11362
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.013357/2013-04 DILIC/IBAMA

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor Ao Senhor NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Decisão judicial.**

Senhor Diretor,

Recebido em
01.11.13
8h40min
Cleder

Cumprimentando-o, servimo-nos do presente para informar que o Ibama recebeu, por meio do Ofício nº 357/2013/GAB, ordem judicial para o imediato cumprimento à decisão monocrática proferida pelo Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Souza Prudente, que deferiu, liminarmente, pedido de antecipação de tutela recursal, e determinou:

"imediata suspensão do licenciamento ambiental e das obras de execução do empreendimento hidrelétrico UHE Belo Monte, no Estado do Pará, até o efetivo e integral cumprimento de todas as condicionantes previstas na Licença Prévia nº 342/2010, restando sem eficácia as Licenças de Instalação e as Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV já emitidas ou que venham a ser emitidas antes do cumprimento de tais condicionantes, e ordenar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que se abstenha de repassar qualquer tipo de recurso (ou celebrar qualquer pacto nesse sentido) enquanto não cumpridas as aludidas condicionantes".

Atenciosamente,

EUGENIO PIO COSTA

Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 0425/2013 - DS

02001.020612/2013-67

31/10/2013

Fls. nº 11363

Proc. nº 1848/06

Rub.

Brasília, 31 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor

Thomaz Miazaki de Toledo

Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama, Bloco A - 1º andar

70.818-900 Brasília - DF

Assunto: Resposta ao Ofício 02001.012451/2013-38 DILIC/IBAMA e Apresentação de Nota Técnica sobre Condições para a Emissão e o Desbloqueio das ASVs dos Reservatórios Intermediário e Xingu

Referência: Ofício 02001.012451/2013-38 DILIC/IBAMA de 04 de outubro de 2013 e Emissão e desbloqueio das ASVs dos Reservatórios Intermediário e Xingu

Senhor Coordenador,

1. A Norte Energia, com o objetivo de atender às demandas do IBAMA para a emissão das ASV's dos reservatórios Intermediário e Xingu, e em resposta ao Ofício 02001.012451/2013-38 DILIC/IBAMA de 04 de outubro de 2013, que solicita informações sobre as ações executadas do Projeto Piloto de Destinação da Madeira, apresenta anexo a esta CE a Nota Técnica número 034/2013:

"Resposta ao Ofício 02001.012451/2013-38 DILIC/IBAMA e Condições para Emissão e Desbloqueio de Autorização de Supressão Vegetal dos Reservatórios Xingu e Intermediário da UHE de Belo Monte."

2. Com a apresentação desta NT a Norte Energia assume compromisso para execução do Projeto Piloto de destinação dos produtos florestais gerados durante as atividades de supressão vegetal da obra.


Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental
DS JRP/mlp

Em anexo: Nota Técnica impressa e em meio digital

À ANAÍSA ROSANGELA TIAGO,
prima amada.

em 04.11.13



Amoroso pai



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Gabinete de Santarém - Pa

Ed. nº 11364
Proc. nº 1848/06
Rub.

MEM. 001714/2013 PA/GABIN SANTAREM/IBAMA

02.000.

Santarém, 31 de outubro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC


Assunto: **OFÍCIO Nº 008/2013-GAB - CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA/PA.**

Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para encaminhar a V.Sa. o MEM. 000277/2013 PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA (Doc.02543.000283/2013-19), pelo qual segue anexo, cópia do Ofício nº 008/2013-GAB/Câmara Municipal de Altamira/PA, considerando se tratar de licenciamento ambiental federal.

Atenciosamente,


ANTONIO HERNANDES TORRES JUNIOR
Gerente Executivo do PA/GABIN SANTAREM/IBAMA

Para a CGTMO
Para as providências
que o caso requer.
13/11/2013


Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

Ao Senhor ERMÃO TAVES,
Para que seja o processo
IPRONMO que DESPOTA 14º foi
minutada.

em 26.11.13


Paulo Grieger
Analista Ambiental
Matrícula: 6788130
DILIC/IBAMA

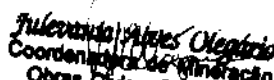
À COMOC

Ata 
Eugênio Pio Costa
Coordenador Geral de Transportes,
Mineração e Obras Cíveis
CGTMO/DILIC/IBAMA
14
11
2013

À COMOD II,

Por se tratar de uma obra
ligada ao processo de
licenciamento ambiental de
UHE Belo Monte.

Em 10/11/2013,


Eugênio Pio Costa
Coordenador Geral de Transportes,
Mineração e Obras Cíveis - Substitua
COMOC/CGTMO/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Escritório Regional Altamira - Pa

Proc. nº 11365
1848/06
Rub.

MEM. 000277/2013 PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

Santarem, 14 de outubro de 2013

Ao Senhor Gerente Executivo do PA/GABIN SANTAREM

REFERENCIA: OF 02543.000283/2013-19/

Assunto: **Encaminhar cópia do Ofício nº 008 / 2013 - GAB**

1. Ao cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para encaminhar cópia do ofício em tela, elaborado pelo Senhor Victor Conde de Oliveira, que versa sobre esclarecimentos em face da Recomendação nº 09 / 2013, para conhecimento e demais providências.
2. Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

CICERO CHAGAS DOS SANTOS
Responsável Substituto do PA/ESREG ALTAMIRA/IBAMA

À SEC/Gabin/Gerex/STM,

Minutar memorando de
encaminhamento à DILIC,
considerando se tratar de licen-
ciamento ambiental federal.

STM, 29/10/13.

Antonio Fernandes Torres Junior

Antonio Fernandes Torres Junior
Gerente Executivo
Mat. 1583170 - Port. 2019/12
IBAMA / STM / PA

Fls. nº 11366Proc. nº 1848/06Rub. [assinatura]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de janeiro, 1274 - FONE: (0XX-93) 3515 - 1538 - CEP: 68371-020

Altamira - Pará

GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS - PMDB

Ofício nº: 008/2013 - GAB

Altamira, 24 de setembro de 2013

Ào Chefe do Escritório Regional em Altamira - IBAMA
Sr. Sílvia Goes

Senhor,

MMA/ IBAMA/ ESREG/ ATM/ PA
Documento: <u>061100</u>
Nº 02543 <u>00283/2013-13</u>
Data: <u>26/09/2013</u>

No dia 16 de setembro de 2013, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu a RECOMENDAÇÃO Nº 09/2013 ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) enumerando várias irregularidades encontradas no Reassentamento Urbano Coletivo Agroindustrial Jatobá. O MPF indentificou problemas nas instalações elétricas e nas tomadas, pavimentação de ruas inadequada, mudança nos modelos de casas anunciadas à população, construções feitas sem autorização da prefeitura e em desacordo com o código de obras do município de Altamira.

Diante dos fatos apresentados e no dever de esclarecer e informar a população de Altamira/PA sobre assuntos de interesse público, solicito do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama):

1. Esclarecimentos sobre quais providencias serão tomadas para que a Norte Energia S.A resolva as irregularidades apresentadas pelo Ministério Público Federal em realação ao Reassentamento Urbano Coletivo Agroindustrial Jatobá, na RECOMENDAÇÃO Nº 09/2013 ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

Na oportunidade, agradeço a colaboração e renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Victor Conde de Oliveira
Vereador



CÓPIA

CNPJ 04 534.0831/0001-73

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
Coordenação de Uso Sustentável dos Recursos Florestais

Fls. 11367
Proc. nº 1848/06
Rub.

MEM. 018957/2013 COUSF/IBAMA

Brasília, 31 de outubro de 2013

Ao Senhor Coordenador da DILIC

Assunto: **Encaminha cópia de Parecer.**

Encaminhamos a V.S^a. cópia do Parecer 02048.000037/2013 SANTARÉM/SEAMB/IBAMA, que trata de Vistoria Técnica referente a solicitação de AUMPF proveniente do canteiro de obras da UHE Belo Monte.

Atenciosamente,

ANDRÉ SOCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA
Coordenador da COUSF/IBAMA

A COND II,

PARA ANÁLISE.
08/11/13

Thomaz Wiazani de Toledo
Coordenador de Estrutura de
Energia Elétrica
COUSF/IBAMA

À Arnita Rosângela Tingo,
para ciência.

em 12.11.13

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

PAR. 000037/2013 SANTARÉM/SEAMB/IBAMA

Assunto: Vistoria Técnica referente a solicitação de AUMPF proveniente do canteiro de obras da UHE Belo Monte.

Origem: Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

REFERENCIA: MEM. 02048.001230/2013-06/PA/GABIN SANTAREM

Ementa: Vistoria realizada no canteiro de obras da UHE Belo Monte no período de 16 a 27 de setembro de 2013 referente aos documentos nº 02048.001131/2013-16 e 02048.001719/2013-70, a fim de subsidiar o processo de emissão de Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF.

Senhor Chefe,

Em atenção a demanda repassada a equipe de vistoria, segue o Parecer Técnico que ora passamos a expor para subsidiar a decisão de vossa senhoria.

1. INTRODUÇÃO

Considerando os documentos nº 02048.001131/2013-16 de 29/05/13 e 02048.001719/2013-70 de 26/07/13 protocolados na Gerência Executiva do IBAMA em Santarém no bojo do Processo nº 02048.000003/2013-55, e atendendo a demanda constante no documento nº 02048.001230/2013-06 de 05/08/13, a equipe do IBAMA realizou vistoria de campo na UHE Belo Monte e emitiu parecer técnico no período de 16 a 27 de setembro de 2013.

A demanda teve como objetivo principal a realização de vistoria amostral em campo de 08 patios de estocagem de madeira dentro do canteiro de obras da UHE Belo Monte, a fim de subsidiar o processo de emissão de Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF.

Cabe enfatizar que os procedimentos de licenciamento ambiental correlatos à atividade de supressão de vegetação nativa, bem como as condicionantes nele estabelecidas, não são objeto de análise ou avaliação desta vistoria.

2. VISTORIA DE CAMPO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

A vistoria foi realizada entre os dias 18 a 20 de setembro, e consistiu de realização de amostragem da matéria-prima florestal presente nos pátios PF09, PF12B, PF15, PF07, PF08, PF13, PF13B localizados no Sítio Canais e Diques, e no pátio PF03 localizado no Sítio Pimental (Anexo - Relatório Fotográfico).

Os trabalhos de campo começaram no dia 18/09 com quatro equipes de vistoria, e as pilhas foram distribuídas por sorteios para as equipes dentro de cada pátio amostrado. As equipes foram compostas individualmente por pelo menos dois auxiliares fornecidos pela NESA, e um servidor do IBAMA, com o desenvolvimento dos trabalhos foram montadas as equipes de vistoria no dia 20/09, sendo todas coordenadas por um servidor do IBAMA.

A metodologia de cubagem consistiu na coleta dos diâmetros cruzados na base e no topo da tora sem casca, e do comprimento através de fita métrica e PALMTOP. Em seguida, calculou-se o volume da tora através da fórmula $Vol (m^3) = (\pi d^2 / 4) \times L$, sendo "d" diâmetro médio e "L" o comprimento.

No caso da lenha, a cubagem foi feita através da coleta das três dimensões, a saber: comprimento, largura e altura, conforme fórmula $Vol (st) = C \times L \times A$.

As pilhas de toras e mourão apresentam altura aproximada de 03 metros, deste modo a coleta das amostras foi realizada nas partes superiores, frente e atrás das pilhas, além disso, as plaquetas de alumínio dificultam a leitura dos números ao sol e confundem o leitor. Ainda sobre as plaquetas, tendo em vista, que a numeração é feita por punção, alguns números são de difícil compreensão (exemplo: 8 e 3), e na hora da fixação das plaquetas, os operários em muitos casos fixam os pregos em cima da numeração.

A NESA adota o procedimento de classificação das toras em seis Grupos de Valores, conforme a qualidade da tora e a aceitação comercial por espécies. Neste sentido, dos remaneios protocolados sob o nº 02048.001131/2013-16 e 02048.001719/2013-70, foram amostrados aleatoriamente 10% do número total de toras (Grupo 2, 3, 4 e 5), 10% do número total de mourões (Grupo mourão), 10% do número total de toras (Grupo 1 - espécies protegidas) em cada pilha de madeira e 100% do número total de pilhas de lenha exceto no PF07 - CD que foram feitas apenas 06 pilhas (75%) de lenhas das 08 que constavam no pátio, devido a dificuldade de coleta, pois as pilhas estavam cercadas por vegetação.

Nesta vistoria não foram efetuados levantamentos referentes às espécies, tendo em vista a presença de Analistas Ambientais da Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO realizando os trabalhos de identificação concomitante à vistoria de validação do remaneio.

O resultado da vistoria dos analistas ambientais da DIPRO é importante para a complementação da vistoria de validação do remaneio, e pode ser anexado ao respectivo processo posteriormente.



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS
Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

Após as coletas dos dados, procedeu-se a tabulação das informações, e posteriormente a comparação com o romaneio apresentado pelo empreendedor.

As planilhas anexas discriminam os indivíduos e pilhas amostrados, bem como as diferenças percentuais entre a volumetria calculada pelas medições realizadas pelo IBAMA e a volumetria dos romaneios protocolados sob o nº 02048.001131/2013-16 e 02048.001719/2013-70.

Segundo o previsto na minuta de norma de execução anexo ao processo nº 02001.007705/2012-15, e ainda considerando a Resolução CONAMA nº 411/2009 admitiu-se uma diferença percentual de 10% (dez por cento) entre o volume calculado pelo empreendedor e o volume calculado pelo IBAMA, por tora e lenha amostradas.

2.1. LOCALIZAÇÃO DOS PÁTIOS, ISOLAMENTO DA ÁREA E DISPOSIÇÃO DAS PILHAS.

As coordenadas de localização dos pátios, coletadas na vistoria, são apresentadas nos relatórios fotográficos.

Quanto ao isolamento dos pátios, o empreendedor adotou a utilização de toras na entrada de cada pátio (Vide Relatório Fotográfico), a fim de evitar o acesso de máquinas e movimentações nos pátios finais após o fechamento.

Em relação a disposição das pilhas nos pátios vistoriados, observou-se no período da vistoria que a ordem estabelecida nos "croquis" presentes no requerimento de AUMPF condiz com as informações em campo.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DAS PILHAS E INDIVÍDUOS

Pode-se constatar que os pátios estão com placas identificação em campo na entrada de cada pátio, com informações do número do pátio, ASV de origem e coordenadas geográficas. As pilhas de toras e lenhas estão identificadas de acordo com a ordem estabelecidas nos croquis, também classificadas com o respectivo grupo de valor a que pertencem.

Vale observar que duas pilhas PF08_CD não possuem placa, tal fato provavelmente ocorreu pela ação dos ventos, entretanto, placas com maior resistência estão sendo confeccionadas para substituição das placas existentes, conforme esclarecido pelo representante do empreendedor.

3. CONCLUSÕES

Os resultados da amostragem realizada pelo IBAMA nos pátios vistoriados apontam que os volumes discriminados no requerimento de AUMPF sob nº 02048.001131/2013-16 e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

2018.001719/2013-70 estão em conformidade com o volume observado em campo dentro do limite de erro adotado.

Os levantamentos de campo mostram que as validações amostrais realizadas pela NES nos patios vistoriados foram satisfatórias do ponto de vista de controle e monitoramento para fins de requerimento de AUMPF.

4. RECOMENDAÇÕES A DBFLO

Seja elaborada norma de comando e controle referente ao empreendimento, abordando os procedimentos necessários para os requerimentos do empreendedor e critérios da vistoria.

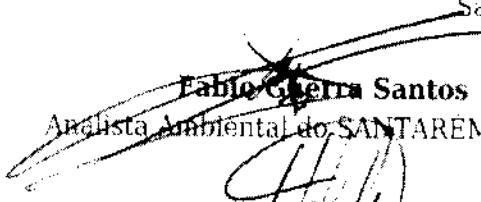
Seja discutido Plano de Consumo Interno e critérios de controle junto ao empreendedor para os empreendimentos desta natureza, otimizando os procedimentos de vistoria.

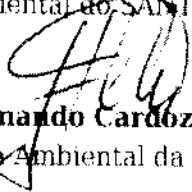
Sejam definidos as espécies e o volume que efetivamente necessitarão de DOF nos requerimentos, reduzindo o tempo gasto na vistoria e no cadastro nos sistemas de controle (SISPROF e DOF).


5. RECOMENDAÇÕES A NESA


Seja utilizado plaquetas com numeração em alto relevo com material anti-refletivo possibilitando a melhor compreensão da numeração e leitura ao sol.

Santarém, 26 de setembro de 2013


Fabio Guerra Santos
Analista Ambiental do SANTARÉM/SEAMB


Luiz Fernando Cardozo da Cruz
Analista Ambiental da COMOM


Carlos Alberto de Oliveira
Analista Ambiental do RN/NUCOF


Elmar Ferreira dos Santos
Analista Ambiental da COUSF

Fls. nº 11370
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Apoio Ambiental de Santarém- Pa

[assinatura]
Custodio Duarte Coelho Neto
Técnico Administrativo da COMOM



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - DBFLO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Vistoria de Pátio - UHE Belo Monte

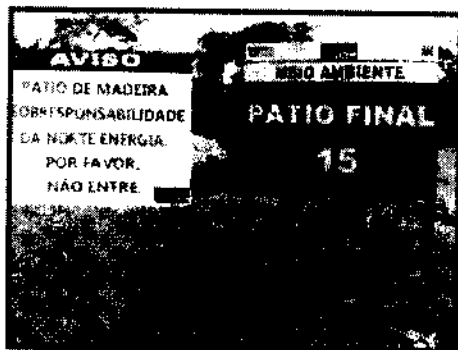


Figura 1. 03°17'29,00"S - 51°50'32,00"W



Figura 4. Pilha de mourão PE 13B



Figura 2. 03°21'45,20"S - 51°57'05,20"W



Figura 5. 03°17'48,00"S - 51°50'39,90"W



Figura 3. 03°18'14,10"S - 51°49'47,10"W

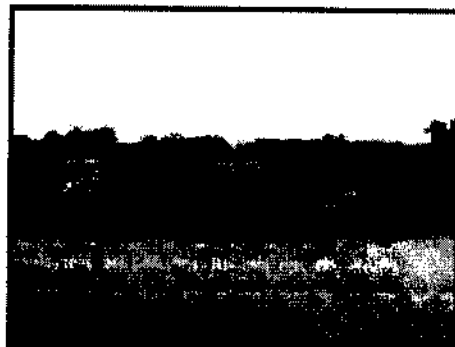


Figura 6. 03°26'26,30"S - 51°56'08,40"W

Chich

Arquivo

E. Silva

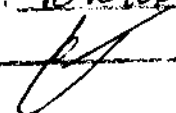
Ord. nº 11371
Proc. nº 1848/06
Rub. 



Figura 7. 03°18'57.10"S - 51°56'30.20"W

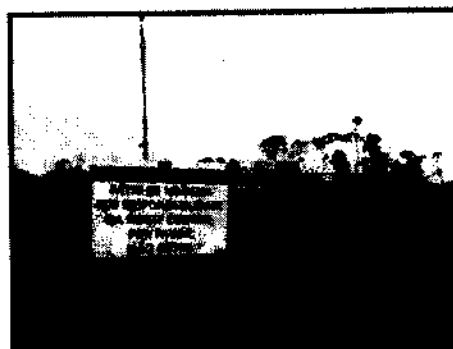


Figura 10. 03°18'31.10"N - 51°49'55.60"W



Figura 8. 03°20'45.50"S - 51°56'42.60"W



Figura 11. Foras PE13B - CD



Figura 9. Lenha PE12B - CD



Figura 12. Foras protegida PE12B - CD

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Serviço de Informação Ao Cidadão

Fis. nº 11372
Proc. nº 1848/06
Rub.

MEM. 018969/2013 SIC/IBAMA

Brasilia, 01 de novembro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

Assunto: **Pedido de Informação nº 14147/2013.**

1. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 de 18/09/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16/05/2012, encaminho pedido de informação protocolo nº 14147/2013, recebido por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC.

2. Lei nº 12.527/2011, art. 11, § 1º, estabelece que, não sendo possível o imediato acesso à informação solicitada, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá fornecê-la ao interessado, em prazo não superior a 20 (vinte) dias. Por sua vez, as informações pessoais ou sigilosas não podem ser fornecidas.

3. Outrossim, em razão da tramitação interna do pedido de informação, solicito que as respostas sejam encaminhadas ao SIC-IBAMA, no prazo de 15 dias.

Atenciosamente,

CARLA MARIA SERENO NEVES
Coordenadora do SIC/IBAMA

à COHID,

por pertinência.

Atenciosamente,

Ana Paula Higley

Brasília, 01/11/
2013

A analista Rosângela,
Para elaborar respos-
ta.

Atenta ao prazo esta-
belecido.

18/11/2013
Lima Bento de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituta
COHID/COGENE/DILIGIBAMA



Encaminhamos para conhecimento e devidas providências, a ocorrência abaixo discriminada:

OCORRÊNCIA

Número: 14147/2013

Nº WEB: 0107-5606

Data / Hora: 01/11/2013 07:56:06

Documentos: 02680002198201311

Tipo de Assunto: Redirecionamento

Descrição: O Instituto Socioambiental - ISA - vem solicitar, no que se refere ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte:

1. Que seja informado se os pareceres específicos a respeito do Projeto de Desmatamento e do Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação da Madeira referidos no Parecer DILIC nº 4933/13, de 31 de maio de 2013, pág. 58, como a serem apresentados posteriormente, foram efetivamente produzidos. Em caso afirmativo, solicita-se que se disponibilizem os pareceres.

2. Que seja se informe se o parecer do Ibama que analisa o 4º Relatório Consolidado da Norte Energia de cumprimento das condicionantes e andamento do PBA, foi concluído. Em caso afirmativo, solicita-se que se disponibilize o parecer.

Atenciosamente,

Leonardo Amorim
Advogado

Adriana Ramos
Secretária Executiva Adjunta

Razão Social
Instituto Socioambiental
CNPJ
00081906000269
Nome do Representante
Adriana Ramos
Cargo do Representante
Secretária Executiva Adjunta
Tipo de Instituição
Org. Não Governamental
Área de atuação
Represent. sociedade civil
E-mail
sic@socioambiental.org
País
Brasil
Endereço
SCLN 210, BLOCO C, SALA 112
UF
DF
Cidade
Brasília
CEP
70862-530
Telefone
(61) 30355114

LOCAL DA SIC - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

ES BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AUDITORIA/OUVIDORIA/LINHA VERDE
SISTEMA LINHA VERDE DE OUVIDORIA - SISLIV

Fis. nº 11274
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

Endereço: SCLN 210, BLOCO C, SALA 112

Município: BRASILIA

UF: DF

CEP: 70862530

Cadastrada por: MARIA LUIZA SILVA

Recebida Via: E-SIC

Nenhum encaminhamento efetuado.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

11375
Proc. n.º 1848/06
Rub.

MEM. 018972/2013 DILIC/IBAMA

Brasília, 01 de novembro de 2013

Ao Senhor Coordenador da COJUD

Assunto: Subsídios técnicos para a Ação Civil Pública - UHE Belo Monte

1. Em atenção à Ação Civil Pública do Ministério Público Federal no Município de Altamira, informo que o Reassentamento Urbano Coletivo é um dos tratamentos previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte para a população atingida. O empreendedor também é obrigado a ofertar à população a opção de indenização ou a relocação assistida (carta de crédito).
2. Considerando a expertise técnica do Ministério das Cidades nas questões relacionadas a implantação de projetos de assentamentos urbanos e urbanismo, o Ibama solicitou apoio técnico daquele órgão na avaliação do RUC da UHE Belo Monte. Neste sentido, cabe esclarecer que a avaliação do Ibama relativa ao Reassentamento Urbano Coletivo foi consolidada por meio da Nota Técnica nº 6401/2013 CGENE/IBAMA, contando com subsídios técnicos do Ministério das Cidades, registrados na Nota Técnica nº 54/2013/DUAP/SNH/MCIDADES.
3. O Projeto de Reassentamento, parte integrante do PBA da UHE Belo Monte, estabelece que a tipologia arquitetônica das residências do RUC deve preencher os seguintes requisitos: (i) área mínima da edificação em 60m²; (ii) unidades unifamiliares com 2 ou 3 dormitórios, em lotes individuais de 300m²; e (iii) proporcionar conforto ambiental, considerando a especificidade da região de Altamira (ambiente úmido e com temperaturas elevadas).
4. Neste contexto, informo que a proposta de casas do RUC apresentada pelo empreendedor ao Ibama no processo de licenciamento atende ao disposto no PBA, considerando que se tratam de unidades unifamiliares, com 3 dormitórios, com 63m³ de área de edificação em lotes individuais de 300m². Sobre a exigência relativa a conforto térmico e demais aspectos de desempenho da habitação, ficou estabelecido que o método construtivo adotado pela Norte Energia para o reassentamento urbano coletivo deve atender a norma de desempenho NBR 15.575, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. A referida NBR institui os parâmetros de desempenho para edificações habitacionais e entrou em vigor no dia 19 de julho de 2013.
5. No que se refere ao atendimento das residências à acessibilidade, informo que o Ibama solicitou informações do empreendedor sobre o tema, por meio do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental


Ofício nº 12208/2013, em 26 de setembro de 2013 e ressaltou a necessidade das unidades familiares e demais obras associadas ao RUC da UHE Belo Monte estarem de acordo com as Normas Técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Como resposta, a Norte Energia encaminhou o documento CE 565/2013 DS-SOE, em 11 de outubro de 2013, no qual informa estar realizando as adequações nas residências do RUC para atendimento da NBR-9050.

6. Importa ainda registrar que o Ibama realizou avaliação das áreas propostas para serem utilizadas no RUC. Frente a constatação de indisponibilidade de área suficiente para o RUC, dentro do raio de 2km estabelecido pelo PBA, o Ibama realizou avaliação específica sobre o assunto por meio da Nota Técnica nº 6401/2013, a qual registra quais as ações e medidas de reforço nos equipamentos sociais e de mobilidade urbana devem ser executadas pela Norte Energia para que as áreas escolhidas para o RUC estejam aptas para este fim. É necessário esclarecer que estas exigências feitas pelo Ibama não eximem o empreendedor de atender às condicionantes impostas pela Prefeitura Municipal de Altamira, no âmbito do licenciamento específico de cada uma das áreas de reassentamento urbano e das obras de requalificação urbana ora em curso naquele município.

7. O projeto de reassentamento destinado às áreas urbanas previsto no PBA contempla atividades de discussão e participação dos atingidos no que se refere ao processo de remanejamento. Os atingidos foram divididos em 37 setores, sendo realizadas reuniões para cada um dos setores, além de visitas às residências modelo, construídas em uma das áreas do futuro bairro. O Ibama acompanhou parte das ações de informação e discussão realizadas para atendimento do PBA, e recebeu relatórios sobre a totalidade das reuniões realizadas.

8. Também é relevante destacar o entendimento de que a fiscalização de obras em curso nos municípios da AID da UHE Belo Monte, no que tange a sua compatibilidade com a legislação municipal, é de competência exclusiva da municipalidade. Esta ação fiscalizadora inclui todas as obras de infraestrutura que estão sendo executadas pelos programas ambientais e até o presente momento não houve manifestação das municipalidades ao Ibama que relatasse eventual irregularidade nas obras.

Atenciosamente,

 **GISELA DAMM FORATTINI**
Diretora da DILIC/IBAMA


Eugênio Pio Costa
Diretor Substituto da
DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Proteção Ambiental

Fis. nº 4376
Proc. nº 1848/06
Rub. /

MEM. 019001/2013 DIPRO/IBAMA

Brasília, 01 de novembro de 2013

À Senhora Diretora da DILIC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica nº006768/2013 COFIS/IBAMA**

1. Encaminhamos a Nota Técnica nº 006768/2013 COFIS/IBAMA e cópia de Ofício enviado à NESA, que trata da vistoria realizada no dia 17/09/2013, na UHE Belo Monte, para verificação da disponibilidade das estruturas de apoio à fiscalização, acordadas no novo Plano de Trabalho do ACT nº 03/2011.
2. Informamos que os ajustes e pendências observados durante a vistoria não são impeditivos para o procedimento de emissão de Autorização de Supressão Vegetal (ASV), referente às áreas dos reservatórios.

Atenciosamente,

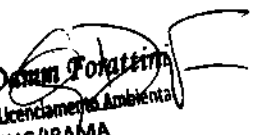

LUCIANO DE MENESES EVARISTO
Diretor da DIPRO/IBAMA

A COEN II, PARA
REGISTRO NO PROCONV.

05/11/13


Thonaz Mazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

A COENE
Para conhecimento
e providências


Gisela Damm Fohattini
Diretora de Licenciamento Ambiental
DILIC/IBAMA
05/11/13

À AMPLA POSSESSA TUDO,

PARA CENH E IOSTEMONHENTIS

MEANT AO MOLEDO.

em 12.11.13



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Proteção Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1268-1334
www.ibama.gov.br

Fls. nº 11377
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.013225/2013-74 DIPRO/IBAMA

Brasília, 24 de outubro de 2013.

Ao Senhor
Antônio Gonçalves Saracura Neto
Gerente de Gestão Socioambiental da Norte Energia S/A
SCN, Quadra 04 - Bloco B, salas 904 e 1004 - Centro Empresarial Varig
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica nº 006572/2013 COFIS/IBAMA**

Senhor Gerente de Gestão Socioambiental,

1. Encaminhamos a Nota Técnica nº 006572/2013 COFIS/IBAMA, que trata de vistoria realizada no dia 17/09/2013 na UHE Belo Monte, para fins de verificação do cumprimento do novo Plano de Trabalho referente ao ACT nº 03/2011.
2. Solicitamos o atendimento às adequações descritas no documento e acordadas em reunião entre Ibama e Nesa.
3. Cabe ressaltar que a resolução das pendências identificadas são de fundamental importância para o adequado planejamento e execução das ações de fiscalização do Ibama na área do empreendimento UHE Belo Monte.

Atenciosamente,

LUCIANO DE MENESES EVARISTO
Diretor da DIPRO/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Operações de Fiscalização

11378
Proc. nº 1848/06
Rub.

NOT. TEC. 006768/2013 COFIS/IBAMA

Brasília, 24 de outubro de 2013

Assunto: Nota Técnica produzida em substituição à Nota Técnica nº 006572/2013

Origem: Coordenação de Operações de Fiscalização

Ementa: Considerações acerca da vistoria realizada no dia 17/09/2013, na UHE Belo Monte

1. No dia 17/09/2013, foi realizada vistoria nos canteiros da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira/PA, para verificação da disponibilização das estruturas de apoio à fiscalização, acordadas no novo Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica (ACT nº 03/2011).

2. Participaram da vistoria, os representantes do Ibama, Sr. Antonio Hernandes Torres Junior (GEREX/SANTAREM); Paulo Maúes da Costa Filho (NUCOF/BELEM); Paulo Fabrício Viera de França (DITEC/BELEM) e Lidiane Cristina Ribeiro Silva (SEDE/DF) e o representante da Norte Energia S/A, Sr. Antonio Gonçalves Saracura Neto (Gerente de Gestão Ambiental).

3. Em reunião realizada após a vistoria às estruturas de fiscalização, foram expostos ao representante da NESA, os ajustes, adequações e demandas (relacionadas abaixo) necessárias à efetiva execução da operação de fiscalização, que será realizada para fins de controle da movimentação e destinação do material lenhoso oriundo das supressões vegetais da UHE Belo Monte.

I - Tomada de providências com relação a cobrança de uma taxa de hospedagem e alojamento para os Servidores do Ibama e Colaboradores Eventuais;

II - Alteração do atual local de alojamento dos Servidores do Ibama (bloco destinado aos operários da Usina) para alojamento situado juntamente com os técnicos da NESA, em decorrência da insegurança causada pela presença feminina e de armas de fogo dos Agentes Públicos e dos Policiais Ambientais;

III - Disponibilização de acesso obrigatório aos caminhões madeireiros no posto de controle do Travessão 55;


IV - Disponibilização de placas fixas informando obrigatoriedade de parada aos caminhões toreiros, nas bases do Ibama;

V - Disponibilização de iluminação (refletores) em frente aos postos de controle fixos do Ibama;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Operações de Fiscalização

- VI - Instalação de câmeras de monitoramento em frente aos postos de controle fixos do Ibama;
- VII - Obrigatoriedade de informar às empresas transportadoras, da necessidade de identificação dos veículos que irão realizar o transporte do material lenhoso;
- VIII - Instalação de bebedouros industriais e banheiros nos postos fixos do Ibama para uso dos caminhoneiros;
- IX - Apresentação ao Ibama, da relação dos caminhões responsáveis pelos transportes da madeira;
- X - Obrigatoriedade de informar à empresa responsável pelo romaneio final e carregamento das cargas toreiras, da exigência da apresentação juntamente com o DOF, do romaneio da madeira transportada (a não apresentação de romaneio da carga toreira pelo motorista é passível de sanção administrativa;
- XI - Apresentação de cronograma macro de retirada da madeira à fiscalização e informação com um prazo mínimo de 15 dias, o efetivo início da retirada da madeira para movimentação externa e para movimentação entre sítios (se for emitido DOF);
- XII - Estabelecimento do período diurno, para a realização do transporte de madeira;
- XIII - Necessidade de comprometimento pela Norte Energia pelo deslocamento, manutenção e instalação (água e energia) das bases móveis do Ibama;
- XIV - Melhoria da acessibilidade dos veículos que transportam o produto florestal até proximidade do posto de fiscalização no ramal 55, com a adequação da estrada de acesso a partir do ramal, de forma a permitir a manobra de veículos de grande dimensões (até 45 toneladas).


Lidiane Cristina Ribeiro Silva
Analista Ambiental da COFIS

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Operações de Fiscalização

11379

1848/06

Pub.

Maria Luiza
MARIA LUIZA GONCALVES DE SOUZA
Coordenadora da COFIS/IBAMA

FRANCESCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fls. nº 11380
Proc. nº 1848/06
Rub. *[assinatura]*

OF 02001.013482/2013-14 DILIC/IBAMA

Brasília, 01 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Envio de Nota Técnica nº 6752/2013**

[assinatura]
Ruberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
06/11/13
10h:33

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a análise do documento CE 096/2013-PR foi realizada por meio da Nota Técnica nº 6752/2013 (em anexo).
2. Com base nas conclusões do referido documento técnico, solicito que sejam atendidas as seguintes recomendações:
 - a) apresentar um esboço geral do projeto de drenagem urbana a ser implementado em Altamira, esclarecendo se este se encontra compatível com o que foi proposto no EIA (Volume 33, página 315);
 - b) esclarecer se houve um equívoco no cronograma de execução das obras de drenagem urbana proposto no PBA;
 - c) na hipótese de equívoco, encaminhar novo cronograma de implantação do sistema de drenagem. Deve ser considerado a possibilidade de antecipar as obras em áreas que não dependam do desenvolvimento de projetos específicos do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, como por exemplo as áreas de reassentamento;
 - d) apresentar relatório de andamento das obras do Travessão 40, compatível com a previsão de entrega em janeiro de 2014; e
 - e) quanto às famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento, repassar ao Ibama

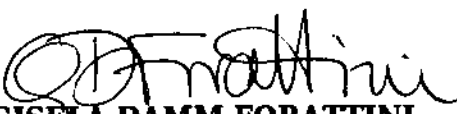


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

as informações encaminhadas à Defensoria Pública e persistir na negociação, com fins de construir acordo com as famílias que ainda não fizeram suas opções.

3. Por fim, informo que a resposta ao item específico "g" não foi suficiente, carecendo de informações concretas de que não houve danos às famílias atingidas, frente à extensão do prazo de negociação para aquisição das propriedades e orientação verbal confirmada em campo por parte da equipe do fundiário. Desta forma, solicita-se que seja encaminhado, no prazo de 15 (quinze) dias, informações técnicas adicionais sobre o assunto para avaliação do Ibama.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11381
1848/06
Rub.

OF 02001.013484/2013-03 DILIC/IBAMA

Brasília, 01 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Envio da Nota Técnica nº 6771/2013**

Newberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
06/11/13
20h:33

Senhor Diretor,

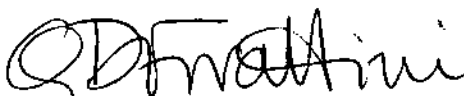
1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a análise dos documentos CE 378 e 384/2013-DS, relativos aos itens (e), (g) e (j) do Ofício n.º 11364/2013, foi realizado por meio da Nota Técnica nº 6771/2013 (em anexo).
2. Com base nas conclusões do referido documento, solicito que sejam atendidas as seguintes recomendações:
 - a) No que se refere aos estudos de viabilidade de área remanescentes, repassar cópia dos documentos para as famílias interferidas, com objetivo de subsidiá-las na tomada de decisão quanto a permanecer ou não no lote remanescente;
 - b) Realizar a criação do banco de terras, utilizando-se das propriedades dos interferidos que optarem por não permanecer nas áreas remanescentes;
 - c) Refazer os estudos de viabilidade de área remanescente, observando os critérios estabelecidos pelo PBA, a legislação ambiental e evitar a criação de minifúndios na região amazônica; e
 - d) Apresentar o resultado da negociação com a Prefeitura de Altamira, no que se refere à utilização das salas de aula provisórias do plano de ação.
3. Por fim, informo que comunidade da Vila Santo Antônio foi considerada nos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

estudos ambientais como núcleo de referência rural e, portanto, verifica-se como inadequado tratá-la com propostas relacionadas ao reassentamento urbano coletivo direcionado à Altamira.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

02001.020708/2013-25
01/11/2013

11382

Prod. nº 1848/06

Rub. 



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 427/2013-DS

Brasília, 01 de novembro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor

Rafael Ishimoto Della Nina

Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica - COHID

Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

SCEN Trecho 2, Ed. Sede, Bloco A, 1º Andar

70.818-900 Brasília - DF

Assunto: Apresentação de informações sobre o Processo de Negociação com as famílias interferidas pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira -PA


Referência: 5ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano

Senhor Coordenador,

1. Convidamos V. Sa. a participar da 5ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano, a ser realizada dia 13 de Novembro de 2013, às 9h, no Auditório do Rillo's Hotel, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 2300, Centro, Altamira/PA.

2. Será tema deste encontro a apresentação de informações sobre o Processo de negociação e mudança das famílias interferidas pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira -PA..

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

AO AMIGO EMANO TUNDA,
PRIMA CIÊNCIA DA ESCRITA.

em 04.11.13

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital 'E' followed by a series of connected loops and a long horizontal stroke.

2013
11/04/13



Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.020920/2013-92
CS. 11.2013

Fis. nº 11383
Proc. nº 1848/06
Rub.

CE 0424/2013 – DS

Brasília, 04 de novembro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Thomaz Miazak de Toledo
Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN trecho 02, edif. Sede do IBAMA, bloco A – 1º andar.
70.818-900 Brasília / DF

Assunto: Encaminha Cartas de Aceite das Instituições Parceiras
Referente: Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna

Senhor Coordenador,

Em atendimento a solicitação da Analista Ambiental da COHID a senhora Marília Toledo Pereira, na reunião ocorrida dia 25/10/2013 para tratar os módulos RAPELD. Encaminhamos a essa coordenação as cartas de aceite das Instituições parceiras do Programa de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental
DS JRP/p

Em anexos:

- Declaração do Museu Paraense Emílio Goeldi
- Declaração do Museu Nacional do Rio de Janeiro
- Declaração do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
- Declaração da Faculdade Integradas do Tapajós
- Declaração da Faculdade União de Goyazes
- Declaração do Instituto Evandro Chagas/Centro Nacional de Primatas
- Declaração da Universidade do Estado de Mato Grosso
- Declaração da Universidade Vila Velha
- Declaração da Universidade Federal do Pará



À AVALIAÇÃO MAMILIA TOLEDO,
PARA AVALIAÇÃO.

em 08.11.15



Dr. [illegible]
[illegible]
[illegible]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Rel. 11384
Proc. nº 1848/06
Rub.

NOT. TEC. 006860/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 04 de novembro de 2013

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do documento CE 0401/2013-DS, em que a Norte Energia solicita, em atendimento à condicionante 2.4 da Licença de Instalação n.º 795/2011, o desbloqueio da jazida de areia JIM, localizada no sítio construtivo Pimental.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do documento CE 0401/2013-DS, em que a Norte Energia solicita, em atendimento à condicionante 2.4 (item d) da Licença de Instalação n.º 795/2011, o desbloqueio da jazida de areia JIM, localizada no sítio construtivo Pimental.

2. ANÁLISE

Por meio da condicionante específica 2.4 (item d) da Licença de Instalação n.º 795/2011, o Ibama determinou o bloqueio para exploração de jazidas e atividades de bota-fora.

A referida condicionante determina que o empreendedor apresente as seguintes informações para o desbloqueio das jazidas e de bota-foras:

d) Para as explorações de jazidas e as atividades de bota-fora:

i. *apresentar o detalhamento das atividades prevendo o uso otimizado do material escavado excedente, utilizando-o, conforme permitir a logística envolvida, nos projetos de estradas, acessos, ações antecipatórias e demais estruturas associadas ao empreendimento; e*

ii. *apresentar memorial descritivo das áreas selecionadas e das atividades a serem empregadas em cada polígono, com destaque para as jazidas de areia localizadas no leito do rio Xingu e para as pedreiras, discriminando as extrações realizadas em área seca e área molhada.*

Parágrafo único - Para todas as estruturas nesta condicionante (2.4), o empreendedor deverá apresentar os arquivos no formato shapefile, discriminando: (i) as áreas que serão intervidas e (ii) as áreas que serão ocupadas pelas faixas de servidão (quando aplicável). As informações deverão contemplar os traçados definitivos e os acessos eventualmente abertos para a instalação e manutenção das estruturas.

Por meio do documento CE 0401/2013-DS, a Norte Energia informou que devido à intensa



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

demanda por areia nesta fase de construção da UHE Belo Monte foram realizadas, nos meses de julho e agosto de 2013, investigações de campo em busca de jazidas de areia na região do sítio construtivo Pimental, principalmente a montante do futuro barramento, nos locais das jazidas informadas pela Norte Energia ao Ibama por meio do documento CE NE 073/2012-DS.

O empreendedor executou, recentemente, sondagens nos locais das jazidas informadas junto ao documento supra, constatando baixas espessuras dessimétricas de areia ou até mesmo ausência desse material, provavelmente ocorrida devido à mudança no fluxo natural do rio Xingu após a implantação das ensecadeiras. Neste sentido, novas jazidas de areia tiveram que ser levantadas.

Foram identificadas duas jazidas que apresentaram características adequadas às necessidades da obra: Jazida de Areia F, localizada a montante do barramento; e Jazida de Areia JIM, localizada a jusante do barramento.

No atual período de vazante do rio Xingu o acesso à Jazida de Areia F fica impossibilitado, assim o empreendedor solicitou desbloqueio somente para a Jazida de Areia JIM.

Conforme a documentação encaminhada pela Norte Energia, a extração de areia da Jazida JIM deve ser realizada por via terrestre. Para tanto, será necessária a implantação de 3 acessos a partir da ilha Marciana, conforme Figura 1 em anexo.

O volume estimado de areia na jazida é de cerca de 300.000 m³, que deverá ser utilizada para construção da Barragem Lateral Esquerda (177.097 m³); Barragem Lateral Direita (22.903 m³); e produção de concreto (100.000 m³).

Para implantação de dois acessos à jazida será necessário suprimir vegetação em um trecho da ilha Marciana. O empreendedor informou, porém, que a área já possui Autorização de Supressão de Vegetação (ASV n.º 711/2012) por estar dentro da poligonal da LI n.º 795/2011.

Visando boas práticas para extrair areia no local indicado, o empreendedor propôs executar as seguintes ações:

- Isolar a área fisicamente, impedindo a entrada de pessoas;
- Realizar o resgate da ictiofauna no local de exploração, considerando que a área deverá ser ensecada;
- Inspecionar regularmente os equipamentos que serão utilizados na atividade de exploração de areia;
- Sensibilizar e capacitar os funcionários envolvidos nos procedimentos de gestão



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

11385

1848/06

- ambiental para o atendimento de eventuais emergências;
- Sinalizar a área para prevenir acidentes envolvendo a navegação local;
- Implantar contenções no entorno dos equipamentos que utilizam combustíveis e lubrificantes;
- Inspeccionar regularmente a área de exploração pelas equipes de meio ambiente com vistas a evitar desvios nos processos; e
- Retirar os acessos após a exploração da jazida e recuperar a área de acordo com as premissas do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do PBA.

O empreendedor apresentou junto ao documento PI-AE00-CBM-CPL-RT-0001 memorial descritivo com as características do material a ser explorado e o detalhamento das atividades de exploração da jazida.

Para mitigar eventuais impactos sobre a qualidade da água no local (aumento da concentração de sedimentos na água) durante a construção dos acesso, a Norte Energia apresentou uma Nota Técnica com o detalhamento da proposta de intensificação da amostragem de água nos pontos de monitoramento já existentes, cujos resultados, caso alterados, implicarão na paralisação das atividades até que se estabeleça valores de turbidez aceitáveis.

Com relação à segurança para a circulação de embarcações, o empreendedor informou que a Jazida JIM está localizada fora da rota de embarcações e dentro do perímetro de segurança da obra, a montante das boias sinalizadoras. Informou ainda que, previamente ao início da implantação dos acessos à jazida, serão realizados trabalhos de comunicação social para alertar pescadores e outros usuários quanto às restrições de navegação naquela área.

Foram encaminhados, conforme solicita a condicionante 2.4 da Licença de Instalação n.º 795/2011, os arquivos no formato *shapefile* da poligonal da jazida.

Por fim, diante das informações apresentadas junto ao documento CE 0401/2013-DS e das medidas de controle ambiental e monitoramento a serem executadas pelo empreendedor, não se observa óbice em autorizar a exploração da Jazida de Areia JIM.

3. CONCLUSÃO

Conforme análise exposta acima, não foram observados óbices para autorizar o desbloqueio da Jazida de Areia JIM, localizada no sítio construtivo Pimental.

Para as atividades de exploração da Jazida de Areia JIM a Norte Energia deverá observar as seguintes condições:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- Obter junto ao DNPM autorização para exploração da jazida;
- Cumprir as condicionantes da autorização de supressão de vegetação já emitida em favor da Norte Energia para a região de localização da jazida;
- Realizar o resgate da ictiofauna no local de exploração;
- Sinalizar a área para prevenir acidentes envolvendo a navegação local;
- Retirar os acessos após a exploração da jazida e recuperar a área de acordo com as premissas do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do PBA;
- Aplicar as demais medidas de controle ambiental apresentadas junto ao documento CE 401/2013-DS;
- Realizar o monitoramento da qualidade da água nas proximidades do local de exploração da jazida, e suspender a lavra de areia, caso sejam detectadas alterações nos parâmetros de qualidade da água que atinjam as comunidades ou interfiram nas suas atividades; e
- Deverá ser extraído da jazida o exato quantitativo de areia que será necessária às obras da UHE Belo Monte, evitando extração excedente.

Matheus Ribeiro Coura

Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

Rafael Ishimoto Della Nina

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA

ANEXO DA NOTA TÉCNICA N.º 6860/2013 COHID/IBAMA



Figura 1 – Acessos a serem implantados para exploração da Jazida de Areia JIM.

EMERGENCY



Fls. nº 11387
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013633/2013-26 DILIC/IBAMA

Brasília, 05 de novembro de 2013.


Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900


Assunto: **Recomposição de Infraestrutura Viária**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que os esclarecimentos prestados por meio do documento CE 0385/2013-DS não atendem ao questionamento exarado no item "f" do Ofício nº 11364/2013 DILIC/IBAMA. A proposta apresentada incrementa de maneira significativa a distância a ser percorrida pelos atingidos para deslocamento até a sede municipal de Altamira, quando comparado com o cenário anterior à implantação do empreendimento.
2. Desta maneira, esclareço que a ponte sobre o Canal de Derivação, contemplada no projeto geométrico de requalificação dos travessões apresentado pela Norte Energia como subsídio para obtenção da Licença de Instalação, apresenta-se como solução adequada para mitigação dos referidos impactos.
3. Pelo exposto, solicito que a Norte Energia apresente cronograma executivo de implantação da ponte, o qual deverá estar compatível com impactos gerados sobre as propriedades em questão.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA


Neubergh Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
06/11/13
10h:32

EMERSON

02001.020950/2013-07
05/11/2013

Fls. nº 11388
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]



Usina Hidrelétrica Belo Monte

CE 430/2013 - DS

Brasília, 05 de Novembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º Andar
70.818-900 Brasília-DF

Assunto: Relatório Quinzenal de acompanhamento das Famílias da Vila Santo Antônio Optantes por Reassentamento.


Referência: Resposta a Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA de 04 de setembro de 2013.

Senhora Diretora,

Em atendimento às recomendações inseridas no Of. 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia em 06 de setembro de 2013, especificamente com relação ao item;

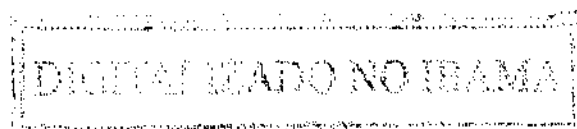
- **g) "apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento",** temos a informar o que segue;
 - Encaminhamento de Relatório Técnico de Acompanhamento das Famílias Originárias da Vila Santo Antônio Optantes por Reassentamento Coletivo referente ao período de 21/10/13 a 05/11/13.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

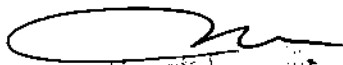
ANEXOS:









- Acompanhamento Social;
- Relatório Técnico de Acompanhamento das Famílias da Vila Santo Antônio Optantes por Reassentamento;
- Relatório Técnico das Áreas para reassentamento das Famílias da Comunidade Santo Antônio.



Ao ANAÍSTA HENRIQUE SILVA,
Pela ANAÍSTA E ANAÍSTA
NECESSIDADE DE RETORNO À
NE SOBRE NÃO SEN
ADEQUADO O TRATAMENTO
DA COMUNIDADE DE STO
ANTONIO COMO RUC.

em 08.11.13


Instituto de
Investigação e
Desenvolvimento
Genético

Famílias/	Periodo	Monitoramento
Amadeu F. Alcoforado (ALV)		O Sr. Amadeu moradores da V senhor Pedro Be
Claudemir Lima Pereira (ALV)		O Sr. Claudemi dia 28 recebeu havia indicado m². A proposta pois o valor sol os valores esta Leonardo D' Vi NE para a cor local; e quanto Santo Antônio, mento são realizadas mensalmente quando são ivos questionários as famílias que vem sendo de novembro. I na expectativa para a definição de área do a filha internad
Valdelina Severiano Lima/ Josiel Benijó Cardoso (ALV)		A Sra Valdelin continua com Energia. Infor concertado; e novembro e privacidade, inquilinos/mor tem nenhuma está reformar descarreganc ela mora atua
		
		
		
		

amento são realizadas mensalmente quando são
ivos questionários as famílias que vem sendo
na expectativa para a definição de área do

EM BRANCO

EM BRANCO

RELATÓRIO TÉCNICO

Assunto: UHE BELO MONTE – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS ORIGINÁRIAS DA VILA SANTO ANTÔNIO OPTANTES POR REASSENTAMENTO COLETIVO

Período de Referência: de 21/10/13 a 05/11/2013

Apresentação

Este relatório tem a finalidade atender Ofício IBAMA 02001.011364/2013-63 DILIC/IBAMA encaminhado a Norte Energia S.A em 06/09/13, que recomenda em seu item g). *“Apresentar, com periodicidade quinzenal, relatório de acompanhamento das famílias de Santo Antônio optantes por reassentamento e estágio de implantação do reassentamento”.*

I- Introdução

O Núcleo de Referência Vila Santo Antônio está localizado numa faixa de terra entre o Travessão km 50 da Transamazônica e a margem do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estando na Área Diretamente Afetada- ADA, no trecho de vazão Restituída da UHE de Belo Monte. Quanto à situação fundiária dos imóveis rurais do Núcleo de Referência Rural de Santo Antonio (conforme informações do Projeto Básico Ambiental – PBA), verifica-se que todos são de pequeno porte de características urbanas. Foram constatados nesse núcleo 105 imóveis pertencentes a 80 proprietários/posseiros, 2 arrendatários, 4 agregados e 1 produtor agropecuário. A área total ocupada pelos 105 imóveis é de 59,04 ha, dos quais 49,00 ha são ocupados com vegetação natural. Os lotes variam de 300m² e 1,5 ha. Quanto à situação jurídica nenhum dos imóveis possui documentação regularizada.

Das famílias cadastradas no Cadastro Socioeconômico (CSE), um total de 7 (sete) delas fizeram a opção pelo remanejamento no tratamento de reassentamento coletivo. Estas famílias pleiteiam que o reassentamento coletivo seja construído nas mesmas condições que as famílias optantes viviam na Agrovila Santo Antônio, com igreja, campo de futebol, sede da associação, cemitério, escola e acesso ao Rio Xingu, em área escolhida pela comunidade, no ano de 2011, área esta que compreende toda a Vila dos Trabalhadores. Requerem a realização de outro planejamento da área visitada, com a construção do reassentamento coletivo para as famílias de forma separada e distinta da Vila dos Trabalhadores.

Visando atender ao pleito dos assistidos, e de forma condicionada à efetiva realização de uma composição amigável, a Norte Energia S.A. dispõe-se a readequar alguns pontos do projeto do reassentamento, conforme segue.

Inicialmente, no tocante as dimensões dos imóveis ofertados, a Norte Energia manterá o padrão disponibilizado, com terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e

EM BRANCO

casas em concreto com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suíte) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais. Cumpre destacar que as casas disponibilizadas tem padrão superior ao exigido no PBA – Projeto Básico Ambiental, que prevê o reassentamento com unidades habitacionais de "60m² de área construída, com dois ou três dormitórios, sala/cozinha, banheiro, área de serviço etc".

Os imóveis a serem concedidos pela Norte Energia S.A. serão construídos com atenção à toda a legislação aplicável à espécie e, ainda, serão devidamente regularizados em nome de cada um dos reassentados/assistidos, estando estes, portanto, prestes a realizarem o sonho de ter seu próprio bem, livre e desembaraçado, com segurança jurídica e sem risco à tranquilidade das famílias.

Além do acesso direto aos imóveis, e com objetivo de atender aos anseios das famílias/assistidos, a Norte Energia S.A. propõe-se a construir ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias.

Será mantida, ainda, a construção de um acesso independente e provisório das famílias ao rio e a construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca, além da construção de um ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

Com relação ao cemitério, a Norte Energia S.A. irá manter o já existente na antiga Agrovila Santo Antônio, uma vez que este não será diretamente afetado pelo empreendimento e pela construção da nova Transamazônica. Neste contexto, os reassentados/assistidos podem continuar frequentando o local e fazendo suas orações para seus entes queridos e não há motivos para a construção de um novo. Vale lembrar que a construção de um novo cemitério depende de autorização municipal, de acordo com a conveniência da municipalidade e somente após o necessário licenciamento ambiental, mediante atendimento de normas públicas de saneamento. Não se mostra razoável, portanto, a construção de um novo cemitério apenas para eventual e hipotético uso dos futuros moradores da localidade.

II- Propostas para o Reassentamento das Famílias

Como propostas de áreas para o remanejamento das famílias, até a presente data a Norte Energia apresentou 5 (cinco) alternativas, conforme abaixo discriminadas:

2.1. Opção 01 – Área situada próxima às margens da Rodovia BR-230 com distância média de acesso ao rio Xingú de 2.500 metros;

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser

EM BRANCO

diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suíte) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.


2.2. Opção 02 – Área situada no acesso ao porto de extração de areia da UHE Belo Monte, com distância média de acesso ao rio Xingú de 800 metros;

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suíte) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias.

2.3. Opção 03 - Foi ofertado aos interferidos a compra pela Norte Energia e cessão em definitivo as famílias dos imóveis localizados na Vila Belo Monte e na Agrovila Leonardo da Vinci e que foram locados pela Norte Energia para residência temporária, até que o reassentamento coletivo fosse construído;

2.4. Opção 04 – Outra possibilidade apresentada pela Norte Energia foi a construção de uma casa igual às que serão oferecidas nos Reassentamentos Coletivos Urbanos da cidade de Altamira (PA), mas dentro da própria Vila dos Trabalhadores, próximo ao Sítio Belo Monte.

2.5. Opção 05 – Área de 25.000 metros quadrados, localizada as margens da BR-230 (Rodovia Transamazônica), km 57 sentido Altamira – Marabá, próximo a Vila dos Trabalhadores. Esta opção foi a mais recente proposta apresentada pela Norte Energia em 21/08/2013.

- **Concepção do projeto de reassentamento:** terrenos de 300,00m² (trezentos metros quadrados) e casas em concreto industrial com 63,00m² (sessenta e três metros quadrados), com piso cerâmico, 3 (três) quartos, sendo uma suíte, banheiro social, sala e cozinhas conjugadas, área de serviço e varanda, podendo ainda ser diferenciada quanto ao tamanho do banheiro (social ou suíte) caso haja na família algum idoso ou portador de necessidades especiais, mais construção ao lado dos sete lotes, um galpão/sede e um campo de futebol, constituindo-se, assim, um espaço comunitário, de uso exclusivo e que contribuirá para o lazer e a integração social das famílias, além da construção de um galpão necessário para o armazenamento de objetos de pesca e ancoradouro para pequenas embarcações pertencentes aos assistidos, o que propiciará a prática da pesca com maior comodidade e segurança às famílias. , 

EM BRANCO

Nesta proposta, diferentemente das demais, ainda está prevista uma área de uso coletivo de 3.000 metros quadrados para cada família totalizando 21.000 metros quadrados para as famílias realizarem pequenos plantios de produtos para sua subsistência bem como desenvolver a criação de pequenos animais.

III- Registro Cronológico de Ocorrências Recentes

• 24/10/2013

No dia 24/10/2013, foi realizada nova vistoria na Agrovila Leonardo D'Vinci – km 18 e na agrovila Belo Monte, município de Vitória do Xingu, com finalidade de prospectar lotes à venda, para os assistidos vinculados a Comunidade Santo Antônio.

• 28/10/2013

Em 28/10/2013 foi realizada nova visita na Agrovila Leonardo D'Vinci e Comunidade de Belo Monte para obter das famílias as aprovações sobre as alternativas as alternativas propostas de terrenos. As famílias informaram nesta oportunidade que iriam conversar com seus pares e somente após apresentariam a Norte Energia suas posições.

Em alguns casos foram dados alguns indicativos de aceitação e em outros, como a Sra. Kelly (esposa do Sr. Adgildo Alcoforado), manifestou não ter interesse em residir na agrovila Leonardo D'Vinci e nem na comunidade de Belo Monte. Como o senhor Adgildo está viajando, precisaremos aguardar seu retorno para uma posição da família.

• 02/11/2013

Foi realizada visita as casas que as famílias vem morando no Leonardo D'Vinci para verificar se os reparos solicitados foram feitos. Foi constatado que em 1 moradia foi realizado totalmente (Valdelina), 2 moradias foram feitos parcialmente (Pedro e Helena) e 1 moradia não foi realizado (Adgildo). A Norte Energia está tomando as providências cabíveis para garantir a finalização dos serviços junto aos proprietários dos imóveis.

Documentos de Referência (ANEXO):

- Planilhas de acompanhamento social das famílias
- Relatório Técnico: Áreas para Reassentamento das Famílias da Comunidade Santo Antônio

DATA: 04 de Novembro de 2013

Assinatura:



Antônio Marcos Campos
Gerente Socioambiental
Norte Energia

EM BRANCO

RELATÓRIO TÉCNICO

ÁREAS PARA REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO.

Elaboração	Emissão	Aprovação	Processo	Proprietário
Lucas Zanatta	04/11/2013	Marcos Campoi	Agrovila Sto Antônio	-

No dia 24/10/2013, foi realizada nova vistoria na Agrovila Leonardo D'Vinci – km 18 e na agrovila Belo Monte, município de Vitória do Xingu, com finalidade de prospectar lotes à venda, para os assistidos vinculados a Comunidade Santo Antônio. Na ocasião identificaram-se as seguintes alternativas:

AGROVILA LEONARDO D'VINCI

- **Alternativa 01:** 04 terrenos de 10,00 x 21,50m = 215,00m² cada, totalizando= 860,00m².

Endereço: Agrovila Leonardo D'Vince – km 18.

Tipo Documento: Compra e venda

Observações: É possível unificar, ficando dois lotes de 430m² cada um.

Registro Fotográfico:



- **Alternativa 02:** 01 terreno de 21,00 x 90,00m = 1.890,00 m²

Endereço: Agrovila Leonardo D'Vinci – km 18, ao lado Loteamento Monte Belo

Tipo Documento: Compra e venda

Observações: Esta área atenderá 06 lotes de 300,00m². Terreno de esquina e parte do lote possui água e energia.

EM BRANCO

EM BRANCO

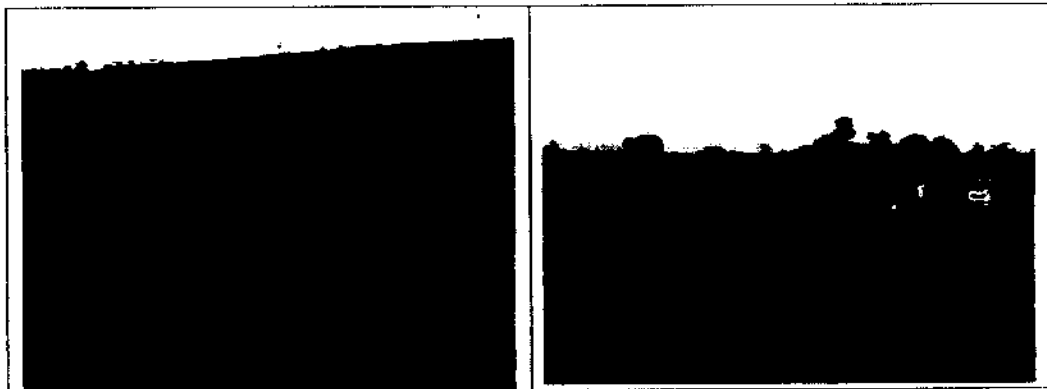


Registros Fotográficos:



- **Alternativa 03:** 02 terrenos de 12,00 x 25,00m = 300,00m², totalizando 600,00m²
Endereço: Agrovila Leonardo D'Vince – km 18, loteamento Monte Belo
Tipo Documento: Compra e venda
Observações: Área de loteamento Monte Belo.

Registros Fotográficos:

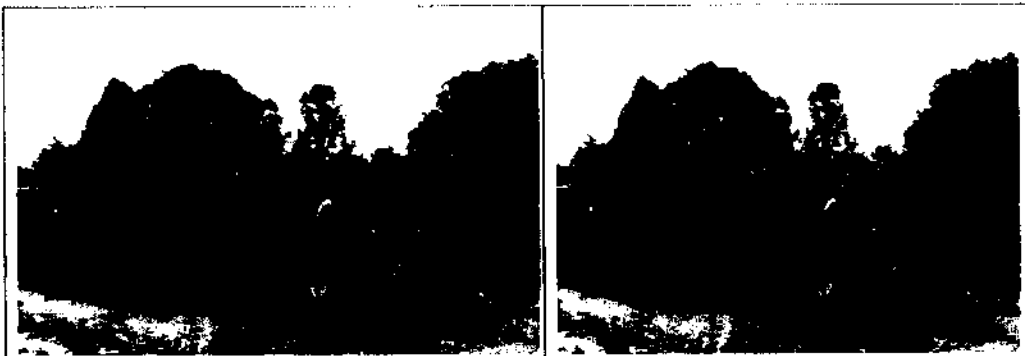


- **Alternativa 04:** 01 terreno de 28,00x160,00m = 4.480,00m²
Proprietário: Vanda
Contato: (93) 9171-0251
Endereço: Agrovila Leonardo D'Vince – km 18, ao lado Loteamento Monte Belo
Tipo Documento: Compra e venda
Observações: Esta área tem a possibilidade de ser desmembrada em até 14 lotes de 300,00m². Terreno de esquina com água, energia e casa de madeira.

EM BRANCO



Usina Hidrelétrica Belo Monte

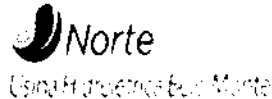
Registro Fotográfico:**COMUNIDADE DE BELO MONTE**

Na comunidade de Belo Monte não foi identificado lotes de 300,00m² para venda. Todavia, foi identificada uma área maior que, caso seja possível e aquisição, poderá vir a ser parcelada em lotes menores para atender aos critérios do tratamento proposto as famílias que optaram em residir na comunidade Belo Monte.

- **Alternativa 01**

Endereço: Comunidade de Belo Monte**Tipo Documento:** Escritura**Registro Fotográfico:**

EM BRANCO



CONCLUSÃO

Em 28/10/2013 realizamos nova visita na Agrovila Leonardo D'Vinci, onde levamos o Sr. Claudemir Lima Pereira para aprovação dos lotes apresentado no relatório acima. Na ocasião, o mesmo demonstrou certo interesse no lote da alternativa 02, mas relatou ainda que vai estudar a possibilidade com a esposa e somente após esta avaliação, apresentar uma resposta a Norte Energia. Nas demais alternativas não houve interesse do beneficiário.

Segundo o senhor Claudemir, o lote que interessa é do proprietário Sr. João do Nascimento Firmino com tamanho de 240,00m².

Quanto aos interferidos optantes por residir na comunidade Belo Monte, ou seja, Helena, Sergio e Pedro, ficaram de avaliar a alternativa proposta com suas respectivas famílias e somente após dar uma resposta definitiva a Norte Energia.

A Sra. Kelly (esposa do Sr. Adgildo Alcoforado), já se manifestou alegando não ter interesse em residir na agrovila Leonardo D'Vinci e nem na comunidade de Belo Monte. Como o senhor Adgildo está viajando, precisaremos aguardar seu retorno para uma posição da família.


Lucas Dutra Zanatta
Técnico Especialista II
Norte Energia S/A

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11398
1848/06
[Assinatura]

OF 02001.013712/2013-37 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: Vazão Ecológica dos Igarapés Interceptados pelos Diques

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a Agência Nacional de Águas informou, por meio do Ofício nº 1448/2013/SER-ANA, que a definição de vazões mínimas, de caráter ecológico, é competência do Ibama.
2. Informo ainda que, após análise preliminar, verificou-se que o documento encaminhado por meio da CE 033/2013-DS não é suficiente para subsidiar a avaliação do Ibama, uma vez que se limita a uma proposta de vazões baseada em dados hidrológicos e estatísticos.
3. Neste sentido, solicito que seja encaminhada, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de vazões ecológicas para os igarapés interceptados pelos diques, considerando os dados (hidrológicos, de ictiofauna e de padrões fenológicos, entre outros) obtidos por meio do monitoramento do Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

Neuberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
11/11/13
15h.41

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fls. nº 11399
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

OF 02001.013713/2013-81 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2013.

À Senhora
Gabriela Saraiva Vicente de Azevedo
Procuradora da República do Ministério Público Federal-Altamira/Pa
Avenida Tancredo Neves, 3303
ALTAMIRA - PARA
CEP.: 68.372-222


Assunto: **Resposta ao Ofício PRM/ATM/GAB2/Nº0693/2013**

Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao Ofício PRM/ATM/GAB2/Nº0503/2013, esclareço que a avaliação do Parecer Técnico nº 168/2012 constatou indícios de infração administrativa por descumprimento da condicionante específica nº 2.4, item "b". Após solicitação de esclarecimentos à Norte Energia, a Nota Técnica nº 5460/2013, de 18 de abril de 2013, concluiu que houve descumprimento da condicionante. Por este motivo, foi aplicada sanção administrativa em desfavor do empreendedor, por meio do Auto de Infração nº 496503-D.

2. No que se refere ao atendimento do item "c" da condicionante 2.4 da LI nº 795/2011, reitero a informação prestada por meio do Ofício nº 11994/2013, de que até o presente momento, não foram constatadas irregularidades na implantação das Linhas de Transmissão de 230kV e 500kV da UHE Belo Monte.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fis. nº 11400
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.013714/2013-26 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Neuberger Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
4/11/13
15h:42

Assunto: **Desbloqueio da Jazida de Areia JIM, localizada no sítio Pimental.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a solicitação de desbloqueio da Jazida de Areia JIM (documento CE 0401/2013-DS), localizada no sítio construtivo Pimental, foi avaliada por meio da Nota Técnica n.º 6860/2013 COHID/IBAMA (documento em anexo).
2. Com base na análise apresentada na Nota Técnica n.º 6860/2013, informo o desbloqueio da exploração da jazida de areia JIM, para suprir as obras da UHE Belo Monte.
3. Adicionalmente, esclareço que para as atividades de exploração da jazida de areia, a Norte Energia deverá observar as seguintes condições:
 - Obter junto ao DNPM autorização para exploração da jazida;
 - Cumprir as condicionantes da autorização de supressão de vegetação já emitida em favor da Norte Energia para a região de localização da jazida;
 - Realizar o resgate da ictiofauna no local de exploração;
 - Sinalizar a área para prevenir acidentes envolvendo a navegação local;
 - Retirar os acessos após a exploração da jazida e recuperar a área de acordo com as premissas do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do PBA;
 - Aplicar as demais medidas de controle ambiental apresentadas junto ao documento CE 401/2013-DS;
 - Realizar o monitoramento da qualidade da água nas proximidades do local de exploração da jazida, e suspender a lavra de areia, caso sejam detectadas alterações nos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

parâmetros de qualidade da água que atinjam as comunidades ou interfiram nas suas atividades; e

- Deverá ser extraído da jazida o exato quantitativo de areia que será necessária às obras da UHE Belo Monte, evitando extração excedente.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



Fls. nº 11401
Proc. nº 1848/06
Rub. /

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

OF 02001.013715/2013-71 DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Assunto: **Envio de Parecer Técnico nº 5665/2013**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho cópia do Parecer Técnico nº 5665/2013, que avaliou o andamento de programas ambientais, relativo ao período do 3º Relatório Semestral Consolidado.
2. Neste sentido, solicito que as recomendações contidas no Parecer Técnico nº 5665/2013 sejam observadas e atendidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA


Neuberger Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
11/11/13

EMERANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

1402

1848/06

OF 02001.014043/2013-11 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor do NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Clayton de Sousa
Técnico Socioambiental Sr.
Norte Energia S.A.
14/11/13 15h20m

Assunto: Desbloqueio de Autorização de Supressão de Vegetação dos Reservatórios Xingu e Intermediários

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, solicito que a Norte Energia apresente, em complementação à Nota Técnica NT_SFB-034/2013, proposta de metas de destinação de produtos florestais, organizadas em trimestres, para cumprimento durante a vigência da Autorização de Supressão de Vegetação, na etapa posterior ao desbloqueio do último lote proposto no documento.

Atenciosamente,

Gisela Dam Forattini
GISELA DAMM FORATTINI
Diretora do DILIC/IBAMA

EM BRANCO

CE 0432/2013 - DS

Brasília, 07 de novembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattinni

Diretora de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Avaliação da interação social e comunicação desenvolvidas pela Norte Energia, voltadas à apresentação dos cadernos de preços da área urbana de Altamira, no mês de agosto de 2013.

Referente Resposta ao ofício 02002.012606/2013-36 DILIC/IBAMA

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente e em atenção ao ofício em epigrafe cumpre-me informar-lhe o que se segue:

a) A Norte Energia deverá entregar, no prazo máximo de 30 dias, as perguntas fornecidas às respostas realizadas durante as reuniões de divulgação do Caderno de Preços Urbano.

Necessário frisar que todas as perguntas relacionadas ao Caderno de Preços Urbano, sua concepção e aplicação, foram respondidas pela Norte Energia, não só ao longo das reuniões de sua divulgação como em outros eventos onde o assunto seja levantado. Registramos a seguir as perguntas que fazem parte do Relatório de Atividades NE-DS-SSE-0065-0 que acompanha a CE 0353-2013/DS, e suas respectivas respostas. As perguntas redundantes foram suprimidas:

- Qual o número de propriedades levantado na apresentação? Este número refere-se ao levantamento do CSE e fundiário?
 - A Norte Energia trabalha com os números finais do Cadastro Socioeconômico que apontam para um total de 7.790 cadastros, 5.141 imóveis e 5.241 famílias;
- Os moradores da Travessa Comandante Castilho foram cadastrados?
 - Todas as ocupações localizadas na cota 100,00 m foram cadastradas;
- Como ficará a situação das famílias que residem neste perímetro?
 - Depende da forma como foram cadastradas;
- Qual será o valor dos terrenos?
 - Os terrenos urbanos, benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas serão valoradas de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Preços Urbanos;

1/5

Ao analista Henrique,
 Para análise das
 informações prestadas.

13.11.2015


Lúcia Bento de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituto
COHID/CGENE/DILICIBAMA

- Como fica a situação dos moradores do bairro Invasão dos Padres, já que na área existe interferência da Prelazia do Xingu?
 - Esta questão vai depender da análise técnica e jurídica destas ocupações. A Igreja já manifestou interesse em acompanhar de perto as negociações que envolvem terrenos de sua propriedade;
- Como ficam as famílias que alugam imóveis e como essas famílias irão sobreviver?
 - Sua atividade será analisada como uma atividade comercial; *ver no PPL*
- Existe diferença entre os terrenos com documentos de posse?
 - A Norte Energia não fará distinção entre propriedade e posse desde que esta seja exercida de forma mansa e pacífica;
- E com relação as áreas, quantas estão atingidas indiretamente no bairro Jardim Independente I?
 - A Norte Energia não dispunha de mapas no momento da apresentação. A orientação foi para que o interessado buscasse a informação solicitada na Norte Energia ou em um dos endereços do Plantão Social;
- Com esses valores não dá para comprar nenhum terreno por ali. Citou os valores dos imóveis que ficam nesta área.
 - É precipitado falarmos de valores, uma vez que o Caderno de Preços não fornece valores individualizados e o valor dos imóveis será calculado a partir da combinação de uma série de fatores;
- Meu imóvel tem 8mx40m, serei indenizado pelo terreno e a casa?
 - Sim, o valor da indenização é calculado considerando o valor do terreno, das benfeitorias reprodutivas (plantas e vegetações) e benfeitorias não reprodutivas (construções e instalações)
- O que foi levado em consideração (base) para definir o valor das árvores frutíferas?
 - Foi realizada uma pesquisa de mercado;
- Os valores para as árvores frutíferas devem ser reavaliados.
 - A própria metodologia de elaboração do Caderno de Preços prevê a sua atualização periódica. Os valores apontados no Caderno de Preços tem referência de maio/2013, portanto, bastante atualizados;
- Os terrenos com mais de uma casa serão indenizados?
 - Sim;
- Não deseja receber casa de concreto e disse ter filhos que moram na sua residência. Solicitou esclarecimentos sobre a indenização para os seus filhos.
 - Considera-se famílias agregadas ou conviventes aquelas que possuem ou não vínculos com o titular do imóvel e que constituam uma núcleo familiar independente. Estes poderão ser beneficiados por uma casa no Reassentamento Urbano Coletivo ou por uma Carta de Crédito;
- Quando começarão as negociações?
 - Tão logo o Ibama reconheça como cumpridas as condições para aplicação do Caderno de Preços;
- Há possibilidade de eu vender o imóvel/terreno e o valor não ser suficiente para comprar outro?

EM BRANCO

- O Caderno de Preços foi estruturado a partir de uma pesquisa detalhada de preços realizada no município de Altamira. A pesquisa é recente de forma a minimizar a ocorrência de casos como estes;
- Tendo em vista as placas de congelamento, as benfeitorias realizadas após o cadastro serão indenizadas?
 - Serão indenizadas as benfeitorias erigidas de boa fé até 25/01/2013;
- A avaliação inclui a mão de obra empregada na construção do imóvel?
 - Sim. Este item compõe o custo das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas;
- Em quanto tempo será realizado o pagamento para quem optar pela indenização em dinheiro?
 - A Norte Energia trabalha com um prazo máximo de 15 dias;
- O valor do metro quadrado estaria de acordo com o mercado. Qual o valor que será pago pelo imóvel?
 - O Caderno de Preços foi estruturado a partir de uma pesquisa detalhada de preços realizada no município de Altamira. O valor do imóvel avaliando é individual, portanto vai depender da combinação de uma série de outros fatores;
- A Norte Energia poderá dar um terreno sem benfeitorias para aqueles que assim desejarem?
 - Não. A Norte Energia trabalha com as modalidades de relocação já divulgadas: i) Indenização; ii) RUC; iii) Carta de Crédito; iv) Aluguel;
- Filha construiu no terreno cedido/doado pela mãe. Terá direito a uma casa no reassentamento?
 - Depende da situação de cadastro de ambas. Nestes casos, o indicado é procurar o Plantão Social;
- Qual o prazo para finalizar as negociações?
 - Estima-se que o prazo final de negociações se dê em julho/2014;
- Possui uma vila com 09 casas para alugar, no valor aproximado de R\$ 400,00 por imóvel. Que tipo de indenização receberá nesse caso?
 - Caso as casas sejam de propriedade do interessado, ele será indenizado pelo valor dos imóveis e pela atividade comercial que exerce;
- Mora no bairro Invasão dos Padres e afirmou que nessa área ninguém possui título definitivo do imóvel.
 - A Norte Energia não fará distinção entre os proprietários e posseiros, desde que a posse seja mansa e pacífica;
- As casas e os terrenos serão medidos novamente?
 - Será feita uma revisão do Cadastro físico-patrimonial;
- Já tem o dia certo para começarem as negociações?
 - Tão logo o Ibama reconheça como cumpridas as condições para aplicação do Caderno de Preços;
- Por onde vai começar a negociação?
 - As negociações começarão pela cota 97,00 m, no igarapé Ambé, daí segue para o igarapé Altamira e, por fim, Panelas;
- Qual o valor mínimo do metro quadrado da terra nua?

EM BRANCO

- O Caderno de Preços prevê um valor mínimo de R\$159,46, correspondente a um terreno de 75,00 m². Para terrenos com área menor do que 75,00 m², o valor mínimo a ser pago, por m², será de R\$159,46; (INCLUIR R\$10, RE DUPLICAR)
- Como faço com esta carta de crédito, caso eu não queira a casa?
 - O interessado deve procurar um imóvel que esteja de acordo com o valor da Carta de Crédito. O valor será pago diretamente ao vendedor. Além disso, aqueles que optarem pela Carta de Crédito terão a ajuda de uma empresa contratada para realizar a prospecção de imóveis e da Norte Energia para sua regularização;
- Quem mora no igarapé Ambé tem que sair até outubro?
 - A previsão é essa, mas a Norte Energia depende de uma manifestação do Ibama acerca da possibilidade de utilização de Caderno de Preços;
- Teria a possibilidade de ofertar um terreno lá no RUC para nós podermos construir a casa que nós queremos?
 - Não há possibilidade. O PBA determina a oferta de unidades habitacionais e não de terrenos;
- Por que quando aumenta o tamanho do terreno o preço do metro quadrado diminui?
 - Para garantir um equilíbrio mínimo entre diferentes situações, o valor do terreno é calculado por m²;
- O que significa utilidade pública?
 - Diz-se de uma área de utilidade pública quando uma área é de interesse para o desenvolvimento de um projeto de interesse de um país, de um estado ou município para benefício de todos;
- Vai ter escolas e postos de saúde se a gente mudar?
 - Sim. Em todos os Reassentamentos Urbanos Coletivos estão previstos os equipamentos de saúde e educação;
- A água vai ser da Cosanpa?
 - A princípio a água servida será de poço artesiano. Assim que o saneamento de Altamira estiver completo, o sistema de abastecimento de água do RUC se ligará a ele;
- Participei da reunião (Representantes dos setores), e fiquei com dúvidas sobre alguns itens do Caderno de Preços, gostaria de saber como faço para verificar essas informações.
 - Além destas reuniões, o Caderno de Preços estará disponível nos Plantões Sociais e nos escritórios da empresa Diagonal. Em ambos os casos, haverá técnicos capacitados para esclarecer as dúvidas que surgirem;
- Quando iremos consultar o Caderno de Preços?
 - A partir destas reuniões, o Caderno de Preços estará a disposição dos interessados;
- Quais os critérios analisados para avaliar os imóveis?
 - São vários critérios. Entre eles, infraestrutura, localização e acesso;
- No bairro foram fixadas placas orientando a população a não construir, entretanto, existem empresas construindo na área. Isto não é uma contradição?

EM BRANCO

EM BRANCO

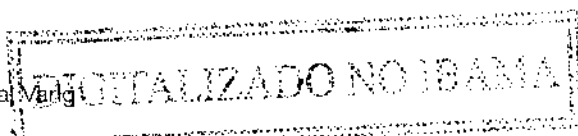
- Todas as situações serão analisadas mediante estudos de caso;
- Participante fez sugestão para que não haja lacunas que permitam às famílias venderem suas casas do RUC.
 - O prazo ainda não está definido, mas haverá uma restrição para a venda das casas do RUC;
- Como fica a situação das igrejas localizadas nas áreas atingidas?
 - Existe um projeto de recuperação de equipamentos religiosos que prevê a instalação de equipamentos religiosos nas áreas do RUC;
- Vai ter espaço para associações de moradores?
 - Não há previsão de construção de instalações;
- Como será a avaliação dos imóveis dos comerciantes e das famílias que possuem residências em áreas alagadas (palafitas) e não desejam a casa no RUC?
 - Para o comércio haverá avaliações específicas e para aqueles que moram em palafitas e não desejam as casas nos RUC há a possibilidade de carta de crédito e indenização;
- E quais as áreas destinadas aos comércios?
 - Os RUC possuem áreas destinadas ao comércio;
- Como fica a situação das pessoas que possuem comércios e não moram em palafitas e não conseguirão permanecer com o mesmo nível de vida?
 - As pessoas que possuem comércio serão indenizados por ele e poderão recompor sua atividade em outras áreas, inclusive dentro do RUC;

b) Na continuidade do processo de divulgação do Caderno de Preços de terrenos urbanos, benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas, deverá ser aplicado questionário ao final das próximas reuniões das comissões específicas, com o objetivo de avaliar o grau de compreensão dos participantes sobre os assuntos discutidos e sua satisfação com as informações fornecidas.

2. A Norte Energia entende que as condições para aplicação dos Cadernos de Preços estão postas com a realização das reuniões realizadas, relatadas na CE 0353-2013/DS e avaliadas no Relatório de Atividades NE-DS-SSE-0065-0 que a acompanha. No entanto, permanece com todos os canais de diálogo abertos para esclarecimento da população interessada quanto a aplicação do Caderno de Preços e outros aspectos do processo negocial.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental



EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº do documento: 02001.020734/2013-53 - CE 116/2013 - PR

Origem: Usina Hidrelétrica Belo Monte - Norte Energia

Assunto: Comprovação de validade da LI nº 795/2011 - Ref. Ofício nº 251/2012/GP-IBAMA.

Destinatário: DILIC

Data: 04/11/13

1º Despacho: Para providências.

Paulo Sydor
Chefe de Gabinete
Presidência do IBAMA

Destinatário: COHED, II

Data: 04/11/13

2º Despacho: FAVOR MINUTAR RESPOSTA, COM AS INFORMAÇÕES AVALIADAS SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA LI RESSALVADO NO REGISTRO DE LICENCIAMENTO

Thomas Miazaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura
Energia Elétrica
COHED/IBAMA

Destinatário: Ao Assista EDUARDO TAVARES

Data: 08.11.13

3º Despacho: PARA ARQUIV. RESPOSTA JÁ FOI MINUTADA.

Valdeir Lima
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
COHED/IBAMA

Destinatário:

Data:

4º Despacho:

Destinatário:

Data:

5º Despacho:

Destinatário:	Data:	
<u>6º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>7º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>8º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>9º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>10º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>11º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>12º Despacho:</u>		



Norte Energia

Usina Hidrelétrica Belo Monte

02001.020434/2013-53
01/11/2013

11409

1848/06

Proc. n°

Rub. 

CE 116/2013 - PR

Brasília, 01 de novembro de 2013.


A Sua Senhoria o Senhor
Volney Zanardi
Presidente
IBAMA
Brasília - DF

Assunto: Comprovação de validade da LI n° 795/2011
Referência: Ofício 251/2012/GP-IBAMA

Senhor Presidente,

1. Para a concessão de empréstimo ponte e financiamento de longo prazo a serem concedidos à Norte Energia S.A., vinculados à implantação da UHE Belo Monte, o BNDES (e em decorrência os demais agentes financeiros) necessita de **comprovação de regularidade de situação do empreendimento perante o órgão ambiental, inclusive quanto a validade da Licença de Instalação n° 795/2011, emitida pelo IBAMA e o cumprimento de suas condicionantes e que a Norte Energia S.A. permanece autorizada a implantar o empreendimento.**
2. Em 29 de março de 2012, a Norte Energia S.A. recebeu o Ofício 251/2012 – GP-IBAMA (cópia anexa), o qual foi referência para o BNDES incluir como cláusula obrigatória no contrato com a Norte Energia S.A..
3. Neste sentido, vimos solicitar a sempre prestimosa atenção de V.S.ª. para com este pleito.

Atenciosamente,


Duilio Diniz de Figueiredo
Diretor-Presidente

EM BRANCO

Fls. nº 11410

Proc. nº 1848/06

Rub. [assinatura]

Protocolo
Data: 29/03/2012
Bianca Ferreira
NORTE ENERGIA S.A.
Recabado às 11:31.



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Gabinete da Presidência
SCEN Trecho 02, Edifício Sede, Bloco A, Brasília/DF - CEP: 70 818-900
Tel. (61) 3316.1212 - ramal 1595 - Fax: (61) 3307.1326 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 251/2012/GP-IBAMA

Brasília, 29 de março de 2012.

Ao Senhor

CARLOS R. A. NASCIMENTO

Diretor-Presidente

Norte Energia S.A.

SCN, Quadra 4, Bloco n, Salas 904 e 1004 – Centro Empresarial Varig
70.714-900 - Brasília-DF - Tel: (61) 3410-2000

Assunto: **UHE Belo Monte**

Ref.: **CE 061/2012 - PR**

Senhor Diretor-Presidente,

1. Fazendo referência à correspondência acima citada, informo para os devidos fins que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte se encontra em licenciamento no âmbito do Processo Administrativo IBAMA nº 02001.001848/2006-75.
2. Em fevereiro de 2012 após análise do relatório de implementação do planos e programas previstos no Projeto Básico Ambiental - PBA, este Ibama identificou atrasos na implementação no referido PBA. Tal constatação acarretou na lavratura do Auto de Infração 586494/D, com multa no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais). A sanção aplicada não ensejou a suspensão ou cancelamento da Licença de Instalação.
3. Deste modo, a Norte Energia S/A, responsável pela implantação da UHE Belo Monte, permanece autorizada a implantar o referido empreendimento observando o disposto na Licença de Instalação nº 795/2011 a qual se mantém válida.

Atenciosamente,

[assinatura]
CURT TRENNEPOHL
Presidente do IBAMA

EM BRANCO

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattini

Diretora de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Possíveis invasões nas casas dos RUCs

Referente Reassentamento Urbano Coletivo da UHE Belo Monte

Senhora Diretora,

1. Em recente contato com a comunidade percebemos a existência de grupo de pessoas com intenções de realizar ocupação nas casas já construídas nos RUCs (Jatobá e São Joaquim), independentemente de qualquer tipo de cadastramento, uma vez que estas pessoas sequer fazem parte dos interferidos pela cota 100,0 m.
2. Ainda que essas informações não possam ser confirmadas a Norte Energia tem tomado providências cabíveis para que tal ação não seja realizada, reforçando a segurança e adotando barreiras físicas para desestimular as invasões.
3. Informamos a esse Ibama sobre esta ameaça, em função dos danos que possam ocorrer nos respectivos RUCs.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Ass analistas Henrique
e Paula Márcia,
para conhecimento.

13.11.2013

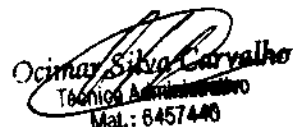
Teima ~~Depto.~~ de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituta
CONID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ciente,

Henriquefha

Henrique Marques Ribeiro
Analista Ambiental
Matr. 1.717.634
ENE/DILIC/IBAMA

14.11.13

02001.021384/2013-42
11/11/13
Ocimar Silva Carvalho
Técnico Administrativo
Mat.: 6457440
IBAMA

CE 0435/2013 - DS

Brasília, 11 de novembro de 2013.

Fls. nº 11412Proc. nº 1848/06Rub. [assinatura]

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattini

Diretora de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: UHE Belo Monte – Vila de Trabalhadores de Altamira**Referência:** Atendimento ao Ofício 02001 012864/2013-12-DILIC/IBAMA

Senhora Diretora,

1. Cumprimentando-a cordialmente e em atenção ao Ofício 02001.012864/2013-12, vimos a apresentar o estágio de implantação das 120 casas na vila de trabalhadores em Altamira e reapresentar os aspectos técnicos e operacionais para a definição deste quantitativo.
2. Conforme salientado em correspondências anteriores, a estimativa inicial apresentada nos estudos de viabilidade do empreendimento previa a implantação de 500 casas na cidade de Altamira, para os funcionários dos níveis N5 e N6 (basicamente assistentes técnicos, secretária executiva, coordenadores, encarregados de seção, gerentes, profissionais de nível superior).
3. A alteração da vila de trabalhadores na cidade de Vitória do Xingu para as proximidades do sítio Belo Monte, necessária em função dos diversos aspectos apresentados pela Norte Energia permitiu a maior e melhor alocação de profissionais na vila, reduzindo-se a necessidade de alocação em Altamira.
4. A construção de áreas para abrigar os trabalhadores que afluíam ao empreendimento é mencionada em diversos pontos do PBA, conforme também destacado em correspondências anteriores. No PBA, item 1.4.1.2 “Canteiros de Obras, Alojamentos e Vilas Residenciais” destaca-se a previsão de construção de quatro alojamentos, como segue:

“Alojamento de Belo Monte - localizado 2 km a leste do Canteiro de Obras desse sítio, com área construída prevista de 40.000 m² e mão-de-obra a ser alojada de 7.000 trabalhadores;

Alojamento de Bela Vista - localizado contíguo ao Canteiro de Obras homônimo, com área construída prevista de 12.700 m² e mão-de-obra a ser alojada de 1.300 trabalhadores;

Ho analista Eduardo Trozzi,
Para avaliação.

13.11.2013


Telma Bento de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituta
COHID/GENE/DIUCABAMA

Alojamento do Canal de Derivação - localizado contíguo ao Canteiro de Obras do Canal de Derivação, junto ao Travessão km 27, com área construída prevista de 20.000 m² para uma população prevista em cerca de 3.000 pessoas; e

Alojamento de Pimental - localizado na margem esquerda do rio Xingu, cerca de 2 km da barragem do braço esquerdo de Pimental, com área construída prevista de 26.500 m² para uma população prevista em cerca de 3.700 pessoas.

À parte desses alojamentos, observa-se que está prevista a construção, operação e manutenção de duas vilas residenciais, totalizando cerca de 2.000 casas, para abrigar funcionários mais graduados durante a construção da obra e, posteriormente, a serem reservadas para residência das pessoas a cargo da operação da UHE Belo Monte. Observa-se que, em acordo com o Projeto Básico de Engenharia, a exata localização dessas vilas será definida posteriormente pela NESA" (pag.31).

5. Evidentemente, as cifras apresentadas se tratavam de estimativas, bem como a "exata localização dessas vilas", como é mencionado no texto ainda seria definida posteriormente pela Norte Energia. Ou seja, destacava-se que se tratavam de estimativas que, naturalmente, sofreriam, como de fato ocorreu, alterações conforme o desenvolvimento do empreendimento.

6. Assim, com o desenvolvimento das obras e a proximidade do momento máximo de contratação de mão de obra é possível apresentar, neste momento, a real necessidade de casas na Vila dos Trabalhadores de Altamira, onde devem ser alojados os funcionários da Norte Energia e, no caso do CCBM, os trabalhadores dos níveis N5 e N6. Os demais contratados de fora de Altamira são direcionados aos alojamentos ou, no caso dos trabalhadores com famílias, à Vila Residencial de Vitória do Xingu, nas proximidades do canteiro de obras.

7. O principal pressuposto para o ordenamento da distribuição de trabalhadores se deve tanto a disponibilização dos alojamentos das obras quanto da Vila de Trabalhadores nas proximidades de Belo Monte, melhorando a operacionalidade de todo o empreendimento, ao manter mais próximos seus trabalhadores. Tal distribuição atende diretamente ao perfil do migrante contratado pelo CCBM quanto ao objetivo de causar o menor impacto social à sede municipal de Altamira.

8. Aos trabalhadores de outras localidades diretamente contratados pelo CCBM, desde o PBA já se previa a construção de alojamentos nos canteiros de obras, acrescida da Vila Residencial de Vitória do Xingu, inicialmente concebida para ser construída ao lado da sede municipal e atualmente próxima ao Sítio Belo Monte. No caso específico dessa Vila dos Trabalhadores ela se destinaria àqueles que viessem com suas famílias. Para tanto, seriam disponibilizadas cerca de 2.500 residências, para as quais se previa até 4 membros por família alojada, em média.

9. O perfil dos trabalhadores de fora de Altamira, por seu turno, podem ser constatados pelos últimos números cadastrados pelo Programa 7.1 – Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante que, por meio do Balcão de

EM BRANCO

Atendimento instalado junto ao setor de Recursos Humanos do CCBM, passou a cadastrar a totalidade dos trabalhadores (locais e de fora/migrante) contratados.

10. Os números apontam que, dentre a população migrante, **29,80%** vieram sozinhos a Altamira. Os migrantes contratados pelo CCBM que chegam com suas famílias são a significativa minoria, isto é, **3,27%** que declararam ter chegado com o cônjuge (normalmente a esposa e raramente o marido), **1,63%** vieram com os filhos, e outros **1,63%** vieram com outros parentes (pais, sogros, genros, primos, cunhados, etc.).

11. Desses números pode-se concluir que apenas **4,90%** vieram com mulher e filhos, resultando em cerca de 1.078 trabalhadores com família. Mesmo se somados os que vieram com outros parentes, o percentual seria de **6,53%**, e o número total estimado de famílias chegaria por volta de 1.500, ainda muito aquém da previsão da Vila dos Trabalhadores em Vitória do Xingu, e totalmente dentro da possibilidade de até 2.500 residências na Vila. Ou seja, ainda haveria a possibilidade de que muitos trabalhadores migrantes que desejassem trazer suas famílias poderiam fazê-lo.


12. Reforça-se que todos os funcionários de fora da cidade de Altamira são alojados nos canteiros em que trabalham e serão alojados na Vila de Belo Monte conforme a conclusão das obras na vila.

13. Como os trabalhadores estão sendo destinados aos alojamentos das obras e na Vila Residencial de Belo Monte, não se justifica a construção das 500 casas, e sim as 120 residências para o atendimento de parte dos trabalhadores do CCBM e da Norte Energia.

14. Conforme CE 101/2013-PR, 16 casas foram construídas no RUC Jatobá e 15 estão devidamente ocupada. As demais 104 casas da gleba São Joaquim, já estão concluídas, estando em fase de mudanças das famílias, o que tem sido feito considerando as agendas familiares de modo a permitir a mudança ordenada e adequada a cada situação familiar, devendo todas as mudanças realizadas até a segunda quinzena de novembro deste ano.

15. As fotos anexos, ilustram as casas e suas ocupações.

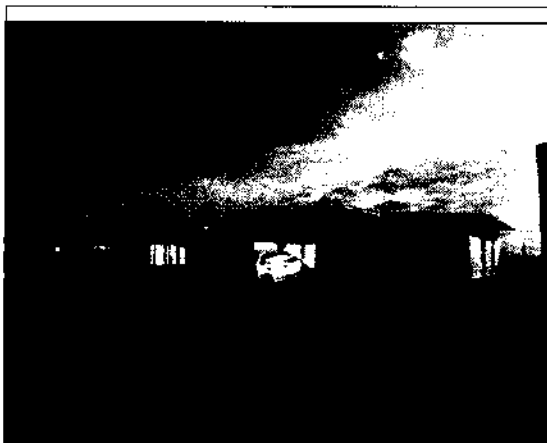
Atenciosamente,


Wellington L. Ferreira
Diretor de Fomento
João dos Reis
Diretor Sociambiental

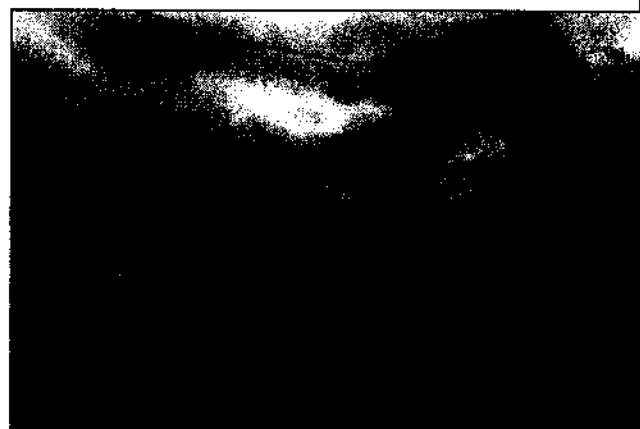
Anexo: registro fotográfico

Anexo – registro fotográfico

EM BRANCO



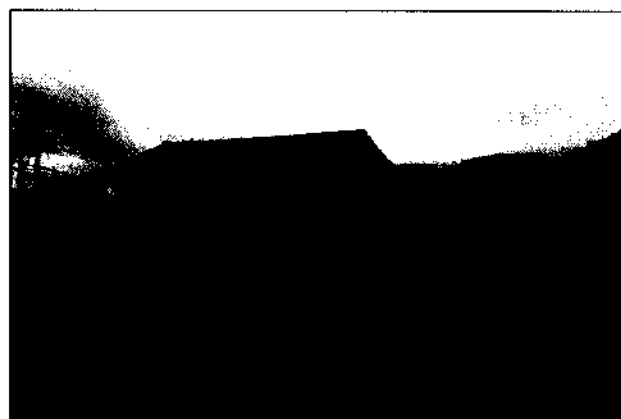
Casas RUC Jatobá



Casas RUC São Joaquim



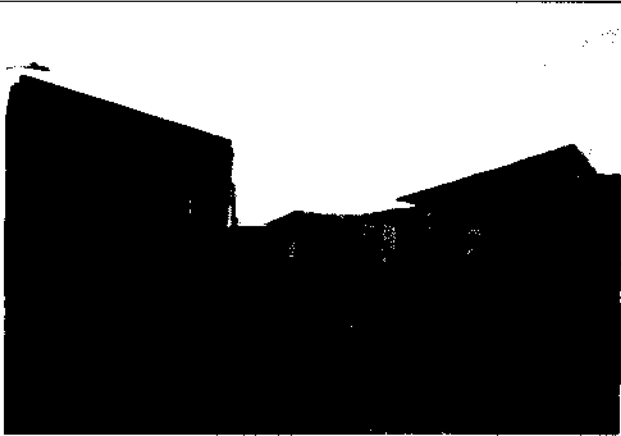
Casas no RUC São Joaquim



Casas no RUC São Joaquim



Casas no RUC São Joaquim – parte interior



Casa no RUC São Joaquim – mudanças realizadas

EM BRANCO



Fls. nº 11416
Proc. nº 1848/06
Rub. 15/11/13

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.014051/2013-67 COHID/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013.

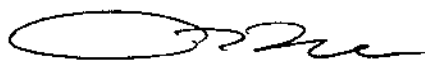
Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor Ao Senhor NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

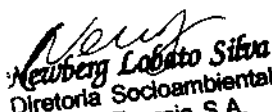
Assunto: Encaminha Parecer nº 005598/2013/COUSF/DBFLO/IBAMA - Proposição para destinação do material lenhoso de castanheira e seringueira para UHE Belo Monte.

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, encaminho cópia do Parecer Técnico nº 005598/2013/COUSF/DBFLO/IBAMA, que apresentou a proposição de destinação do material lenhoso proveniente de castanheira e seringueira oriundo do empreendimento.
2. Encaminho ainda, por solicitação da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, modelo de DOF especial contendo campo para identificação das toras visando melhor controle e monitoramento do transporte, depósito e utilização das espécies protegidas.

Atenciosamente,


RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA


Neuberg Lobato Silva
Diretoria Socioambiental
Norte Energia S.A.
13/11/13
15h:16

EM BRANCO

A Sua Senhoria a Senhora

Gisela Damm Forattini

Diretora de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, Bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília – DF

Assunto: Complementação às informações prestadas na correspondência
CE 234/2013-DS, e atendimento ao OF nº 02001.010792/2013-79
DILIC/IBAMA

Referência: Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta ao Ofício nº 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA, apresentamos, a seguir, os ajustes e complementações de informações:

1. Em relação às linhas RD 69kV e RD 13,8kV, confirmamos que as mesmas não haviam sido previamente contempladas nos estudos que subsidiaram o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. Essas linhas foram inseridas no Sistema de Transmissão Restrito quando do detalhamento do Projeto, em razão da necessidade de atendimento à operação dos Serviços Auxiliares da Usina de Belo Monte e da Subestação Xingu, respectivamente. Dessa maneira, em atenção à condicionante 1.3 da LI 795/2013, solicitamos anuência dessa Diretoria de Licenciamento Ambiental para inclusão das referidas linhas no Processo IBAMA/MMA Nº 2001.001848/2006-75.

2. Em atenção ao item 3.a, informamos que as medidas para mitigação dos impactos das linhas nos fragmentos florestais a serem adotadas envolvem:

- alteamento de torres obedecendo distância mínima de 7,0 metros entre os cabos condutores e a vegetação florestal;
- faixa de serviço com 7,0 m de largura para supressão vegetal em corte raso, para permitir acesso às estruturas e lançamento dos cabos condutores;
- picada a céu aberto com 5,0 m de largura nas áreas de APP, para o lançamento dos cabos condutores;
- corte seletivo no restante da Faixa de Servidão.

3. Referente ao item 3.b, é apresentado a seguir uma caracterização técnica sucinta das LT's de 500kV. Para maiores detalhes construtivos das referidas LT's 500

À analista Mathius,

Para análise.

20.11.2013


Telma Bento de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituta
COHID/GENE/DILIC/ABAMA

kV, encaminhamos em anexo digital a Lista de Construção do Projeto Executivo, assim como as Plantas Perfis.

- altura média das torres: 38,6 metros;
- número de torres: 149 torres para os cinco circuitos;
- vão médio entre torres: 490 metros;
- largura da faixa de serviço: 7 metros;
- área necessária para a base de cada torre: 1.600 m² (40m x 40m).

4. Para atendimento aos itens 3.c e 3.d, o quadro a seguir mostra a quantificação das áreas que terão a vegetação suprimida para a implantação da faixa de serviço e para implantação das torres, assim como as áreas da faixa de servidão que nas quais serão aplicadas a técnica de desbaste e/ou corte seletivo.

**Quantificação da supressão de vegetação para implantação das
LT's 500kV SE-Belo Monte / SE-Xingu**

Corte raso de floresta na faixa de serviço localizada em APP	3,64
Corte raso de floresta em áreas de torres localizadas em APP	2,70
Área total de corte raso de florestas em APP	6,34
Corte raso na faixa de serviço fora da APP	10,26
Corte raso em áreas de torres fora de APP	7,26
Área total de corte raso de florestas fora de APP	17,52
Desbaste e corte seletivo de floresta em APP	32,77
Desbaste e corte seletivo de floresta fora de APP	69,52
Área total de desbaste e corte seletivo de floresta	102,29
Corte de árvores esparsas em áreas de pastagem em APP	39,70
Corte de árvores esparsas em áreas de pastagem fora de APP	74,37
Área total de corte de árvores esparsas em pastagem	114,07

5. Observamos que a faixa de servidão que engloba as cinco linhas compreende uma área de 340,65 hectares. Contudo, como a ASV nº 708/2012 já engloba 100,43 ha dessa faixa de servidão, os valores apresentados no quadro acima representam os 240,22 ha restantes que deverão ser objeto de emissão de ASV complementar.

6. Com relação ao item 3.e, a Norte Energia realizou um levantamento da região para avaliar outras três alternativas de traçado da LT 500kV e de RD 13,8kV, conforme pode ser verificado no desenho em anexo intitulado "*Estudo de Alternativas de Traçado*". Entretanto, as mesmas se apresentam tecnicamente inviáveis, pelas seguintes razões:

EM BRANCO

- o ponto de conexão à rede básica na Subestação Seccionadora Xingu, foi previamente definido nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão. A subestação em referência já se encontra construída e em operação, tendo sido locada conforme em área estabelecida no projeto básico ANEEL, o qual define os vãos de conexão das cinco LT's 500kV da Norte Energia;
- devido a proximidade da SE-Xingu ao rio Xingu, não há espaço suficiente para ajustar o alinhamento das linhas aos vãos de conexão da SE-Xingu. Não há tecnologia que possibilite o desenvolvimento de projetos de estruturas especiais de ancoragem que possam suportar os esforços a que seriam submetidas e com uma alteração geométrica que permitisse distâncias entre torres com espaços superiores aos praticados no atual estado da arte da engenharia;

7. Observamos ainda que não há possibilidade de travessia das linhas sobre o rio Xingu paralelamente ao lado esquerdo das linhas existentes (LT 500 kV Xingu/Jurupari e LT 230 kV Tucuruí/Altamira) devido as dificuldades expostas no item anterior, aliada a inviabilidade técnica de transpor essas linhas existentes após a travessia, em vista do cruzamento que ocorreria entre as mesmas

8. Ainda referente ao item 3.e, apresentamos em anexo Nota Técnica sobre a preocupação expressa pelo IBAMA em relação ao confinamento de futuras áreas para expansão das localidades entre as faixas de servidão das linhas de 500kV da Norte Energia e aquelas já existentes. Em linhas gerais, esse documento expõe a estagnação atual e projetada da expansão das localidades, especialmente quando da implantação da ponte da BR-230 naquela travessia do rio Xingu. A referida Nota Técnica também apresenta alternativas para áreas de expansão daquelas localidades, constatando que, mesmo não existindo qualquer tendência à expansão de seus perímetros urbanos, caso ainda esta vier a ocorrer, existem áreas alternativas para abrigar essa improvável expansão, não representando, portanto, maiores limitações para o desenvolvimento de ocupação espacial dessas comunidades.

9. Em atendimento ao item 3.f, encaminhamos em anexo o documento ST0-LT01-EGV-ECJ-RT-0908, que trata das distâncias de segurança para locação de estruturas das linhas de 500kV. Nesse documento destacamos as normas e exigências técnicas utilizadas pela projetista para a travessia da LT 500kV sobre o rio Xingu. Apesar daquela região do rio Xingu apresentar restrições à navegação devido às cachoeiras localizadas a montante do local da travessia das LT's, os cálculos foram realizados com base nos procedimentos estabelecidos na NBR 5422 (Projetos de Linhas Aéreas de Transmissão de Energia Elétrica), levando-se em consideração embarcações com altura máxima de mastro de até 18 metros e uma distância adicional de 4,7 metros entre os cabos e a referida altura de mastro. Ainda, levou-se em consideração a altura de 6,10 m referente ao nível máximo de cheia ocorrido nos últimos 10 anos, resultando em uma altura útil (entre os cabos e NA. Máximo) de 22,7 metros, conforme pode ser verificado nas plantas perfis na região da travessia das LT's 500kV sobre o rio Xingu.

10. Para o cálculo da distância de segurança da RD 13,8kV foram utilizadas as mesmas referências de mastro de embarcações e NA máximo, apresentados anteriormente. Contudo, em função da classe de tensão menor, a altura útil adotada

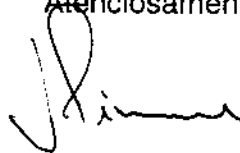
EM BRANCO

foi de 20 metros, pois foi considerada uma distância adicional de 2 metros entre os cabos e a altura máxima do mastro, conforme apresentado na respectiva planta perfil em anexo.

11. Observamos ainda que as linhas receberão sinalização de advertência nos vãos de travessia do rio Xingu, compreendendo esferas 60 cm de diâmetro na cor laranja, conforme especificações contidas na NBR 6535 (Sinalização de Linhas Aéreas de Transmissão com Vista à Segurança de Inspeção Aérea).

12. Com base nos documentos apresentados e nas informações aqui prestadas, a Norte Energia ratifica o seu pedido de desbloqueio para as LT's 500kV.

Atenciosamente,



João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Em anexo:

- **Projeto Executivo**
 - Lista de Construção do Projeto Executivo das LT's 500kV
 - Quantitativo de Torres;
 - Silhueta e Dimensões das Bases
 - Planta e Perfil das LT's 500kV
- **Alternativas de Traçado**
 - Desenho de Estudo de Alternativas de Traçado
 - Nota Técnica da SSE – NM263-5.3-46-NT-009
- **Travessia do Rio Xingu**
 - Distâncias de Segurança para Locação de Estruturas (P00132_LT-5L-RL-0908)
 - Perfis das Travessias das Linhas

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

Fis. nº 11421
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.014058/2013-89 GABIN/PRESI/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ao Senhor
Duilio Diniz de Figueiredo
Presidente da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Cleonir Barros de Sousa
Técnico Socioambiental Sr.
Norte Energia S.A.
14/11/13 - 19/11/13

Assunto: **Resposta ao documento CE 116/2013-PR**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao documento CE 116/2013-PR, informo para os devidos fins que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte se encontra em licenciamento ambiental no âmbito do Processo Administrativo nº 02001.001848/2006-75.
2. É importante registrar que o Ibama realiza avaliações periódicas sobre o atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 e implantação dos programas ambientais. Os Pareceres Técnicos que avaliaram os três primeiros Relatórios Semestrais Consolidados encontram-se disponíveis para consulta no sítio www.ibama.gov.br/licenciamento.
3. Informo adicionalmente que a referida empresa, até a presente data, foi autuada por quatro sanções administrativas do tipo multa, as quais são descritas a seguir: (i) Auto de Infração nº 586494-D - Data: 15/02/2012 - Valor: R\$ 7.000.000,00; (ii) Auto de Infração nº 496503-D - Data: 05/09/2013 - Valor: R\$ 100.500,00; (iii) Auto de Infração nº 723984-D - Data: 24/09/2013 - Valor: R\$ 3.000.000,00; e (iv) Auto de Infração nº 1181-E - Data: 01/10/2013 - Valor: R\$ 2.700.000,00. Cabe esclarecer que as sanções aplicadas não ensejaram a suspensão ou cancelamento da Licença de Instalação nº 795/2011.

EM BRANCO



11422
1848/06
[Assinatura]

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

4. Deste modo, a Norte Energia S/A, responsável pela implantação da UHE Belo Monte, permanece autorizada a implantar o referido empreendimento observando o disposto na Licença de Instalação nº 795/2011.

Atenciosamente,


VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente da IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11423
Proc. nº 1848/06
Rub.

NOT. TEC. 006895/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 12 de novembro de 2013

Assunto: Análise de revisão de caderno de preços da área rural - UHE Belo Monte

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise dos anexos da CE 406/2013-DS -
Caderno de Preço Rural - revisão 2013.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise de revisão de caderno de preços da área rural, principalmente questionamentos apresentados à Norte Energia, após reunião (de 23/9/2013) da Câmara de negociação permanente da área rural, para que empresa contratada para elaborar estudos de avaliação para determinação do valor da lavoura cacaueteira os incorporassem.

2. ANÁLISE

A Norte Energia apresentou, em 8/10/2013, a revisão que a empresa Contrucci, Rossi e Rizzi, Engenharia e Avaliações Ltda. realizou no estudo de avaliação para determinação do valor da lavoura cacaueteira, após as contribuições da Aprupavix - Associação dos pequenos produtores rurais de Paksamba e da Ceplac - Comissão executiva do plano da lavoura cacaueteira.

O referido estudo não apresentou em anexo as contribuições na íntegra, mas fez um resumo destas contribuições. Segundo o estudo, a Aprupavix sugeriu *taxa de retorno de 18,4% ao ano; taxa média de lucratividade de 48% a.a.; vida útil de 100 anos; produtividade média de 39 a 43 arrobas/ha (1 arroba = 15 kg, ou seja, equivalente a 585 a 645 kg/ha); preço médio passou de R\$ 49,00 para R\$ 77,00/arroba (R\$ 3,27 a R\$ 5,13/kg); custo de produção de R\$ 5.049,16/ha para produção de 200 arrobas/ha; taxa interna de retorno de 16%*. O estudo mostrou contradições nos índices apontados pela associação, com documentos que a Aprupavix apresentou para consolidar suas sugestões.

Quanto às contribuições da Ceplac, o estudo de Rossi resumiu as considerações em *utilizar preço do produto de R\$ 5,60/kg (preço em Altamira/PA em setembro de 2013); adotar custo de oportunidade do capital em 9% a.a., baseado na taxa SELIC; longevidade do cacaueteiro de 45 anos; considerar a produtividade efetiva de cada produtor, a despeito de uma planta poder alcançar dois quilos ou mais por ano; que as avaliações sejam individualizadas; produtividade média apresentada pela Ceplac é de 0,76 a 0,90 kg/planta/ano; indicou o trabalho "Manual técnico do cacaueteiro para a Amazônia"*



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

brasileira" como sugestão de índices técnicos; e, que a Ceplac concorda com o uso do método da capitalização de renda.

O estudo de Rossi conclui que o ciclo de vida econômica do cacau varia de 25 a 45 anos; a produtividade de 0,76 a 1 kg/planta/ano podendo chegar a 2 kg/planta/ano; o custo de oportunidade do capital de 9% a 19% a.a.; os custos de produção de uma lavoura em R\$ 6.218,02/ha utilizando índices técnicos da Ceplac combinados com os valores atuais de custo de mão de obra e dos insumos; e o preço atual é de R\$ 5,60/kg.

O estudo apresenta na conclusão uma série de seis tabelas, divididas em dois grupos (25 a 45 anos). As tabelas com a longevidade produtiva do cacau em 25 anos foram trabalhadas com parâmetros fixos - preço (R\$4,50) e taxa de 9% a.a. - e parâmetro variável para produtividade do cacau em 1 kg/planta/ano, 1,5 kg/planta/ano e 2 kg/planta/ano. Já as tabelas com 45 anos foram trabalhadas da mesma forma, à exceção do preço, considerado como R\$ 5,60.

No fim, conclui que no entendimento da empresa consultora as áreas devem ser avaliadas como sendo cada caso, um caso, mas havendo necessidade de uma referência, recomenda adotar as simulações 2, 4 e 6, da tabela abaixo:

Simulação / situações	Sistema de produção	Produt. (kg/pé)	Preço (kg)	Vida útil cultura (anos)	Taxa remuneração capital (% aa)	Valor Econômico segundo item 10.3 da ABNT (R\$/pé) NO QUINTO ANO DE PLANTIO
1	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	1	4,5	25	9	16,17
2	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	1,5	5,6	45	9	27,15
3	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	1,5	4,5	25	9	25,71
4	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	1,5	5,6	45	9	55,59
5	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	2	4,5	25	9	25,97
6	Lavoura que necessita de adubação e tem acompanhamento técnico	2	5,6	45	9	55,60

Ao analisar o estudo apresentado percebe-se que há inconsistências nas comparações das tabelas apresentadas que não encontram explicações no corpo do estudo. Tanto comparações entre a tabela do primeiro estudo (novembro/2012) - Valor econômico da



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fis. n.º 11424
Proc. n.º 1848/06
Rub.

lavoura cacauzeira ANTES DO PROPRIETÁRIO PAGAR A PARCERIA (R\$/ha) em Outubro de 2012 - e as tabelas apresentadas neste estudo de outubro/2013, como comparações entre as seis tabelas deste referido estudo.

O estudo apresenta tabela custo de produção (R\$/ha) - maio 2013 - dados Ceplac/Supor para Amazônia Oriental, com respectivos valores totais para 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ao 25º anos, de R\$ 8.191,80; R\$ 3.389,57; R\$ 3.167,27; R\$ 4.463,40 e R\$ 6.218,02. Contudo, os valores de custo de formação acumulado e capitalizado entre as tabelas (novembro/2012 e outubro/2013) tem custos diferenciados nos três primeiros anos, mas o custos ao final dos três anos é muito próximo (R\$ 15.636,21 - novembro/2012 e R\$ 15.633,56 - outubro/2013). A despesa de manutenção e colheita (R\$/ha) são totalmente díspares, ora como parceria (50%), ora sem parceria. A tabela de novembro/2012 apresenta valores sem desconto de parceria de (R\$ 4.463,15 a R\$ 5.944,75), já as tabelas apresentadas em outubro/2013 os valores variam R\$ 1.499,85 - R\$ 2.399,76, decaindo progressivamente nos últimos cinco anos, para tabela de 25 anos e parâmetros de preço (R\$ 4,50/kg), de produtividade (1 kg/planta/ano) e taxa (9% a.a.). Em outra tabelas, variando apenas o aspecto produtividade (1,5 e 2 kg/planta/ano) os valores de manutenção e colheita a partir do quarto ano foram registrados, sem desconto de parceria, respectivamente, R\$ 2.231,70 - R\$ 3.749,63 e R\$ 4.463,40 - R\$ 6.218,02, ambos decaindo progressivamente nos últimos cinco anos.

Causa estranhamento os resultados obtidos pelo estudo, mesmo sendo alterados os parâmetros da tabela apresentada em novembro/2012 para as tabelas apresentas agora em 2013. Foram alterados os parâmetros de produtividade (de > 1kg/ha para 1; 1,5 e 2 kg/ha), de preço do cacau (de R\$ 4,50/kg para R\$ 5,60/kg), vida útil da cultura de 25 anos para 45 anos, e taxa de remuneração do capital (de 6% a.a. para 9% a.a.). Mesmo assim, os valores das tabelas apresentadas acima como referência para parâmetros de 25 anos (simulações 1, 3 e 5), todos ficaram abaixo do valor apresentado em novembro/2012, de R\$ 46,89.

Ademais, a variação de preço entre as simulações (2, 4 e 6) causa estranheza, uma vez que variando apenas a produtividade (1; 1,5 e 2 kg/planta/ano) os resultados são, respectivamente, R\$ 27,15; R\$ 55,59 e R\$ 55,60. Observa-se que a variação do segundo resultado para o terceiro é apenas R\$ 0,01.

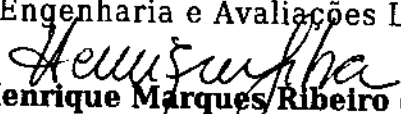
3. CONCLUSÃO

Tendo em vista as inconsistências apresentadas nesta nota técnica, sugiro a necessidade de se formalizar consulta tanto à Ceplac como ao CREA-PA para obtenção de novas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

opiniões acerca dos estudos apresentados pela Norte Energia, através da empresa Contrucci, Rossi e Rizzi, Engenharia e Avaliações Ltda.


Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da Cohid/Dilic

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador da COHID/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fla. nº 11425
Proc. nº 1848/06
Rub. [assinatura]

OF 02001.014127/2013-54 DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de novembro de 2013.

À Senhora
Gabriela Saraiva Vicente de Azevedo
Procuradora da República do Ministério Público Federal-Altamira/Pa
Avenida Tancredo Neves, 3303, Jardim Independente II
ALTAMIRA - PARA
CEP.: 68.372-222

Assunto: **Resposta ao Ofício nº PRM/ATM/GAB2/nº0613/2013**

Senhora Procuradora da República,

1. Em resposta ao Ofício nº PRM/ATM/GAB2/nº0613/2013, encaminho relatório da vistoria realizada na região de implantação da UHE Belo Monte em que foi verificada a propriedade da senhora Maria Éden dos Passos Silva.
2. Informo que o Ibama solicitou ao empreendedor que realize avaliação de viabilidade do remanescente da propriedade, considerando os impactos identificados durante a vistoria técnica e encaminhe o laudo ao Ibama e ao proprietário.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

11426
18/11/06
R. 1

OF 02001.014129/2013-43 DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Cleber Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental Sr.
Norte Energia S.A. Sr.
Norte Energia S.A.
14/11/13

Assunto: **UHE Belo Monte - solicitação de análise de remanescente.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, solicito que seja realizada avaliação técnica do comprometimento na viabilidade econômica e social da área remanescente do lote da Sra. Maria Edem dos Passos Silva, no prazo de 10 dias, frente a verificação de assoreamento do igarapé próximo àquela propriedade e aos usos da propriedade, conforme constatado em vistoria de setembro/2013 (anexo).

2. Informo que deverá ser encaminhada cópia do estudo de viabilidade ao Ibama assim como à proprietária e, caso necessário, devem ser adotadas as medidas previstas no PBA para tratamento de atingidos da área rural.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

Fis. nº 14427
Proc. nº 1848/06
Rub.

OF 02001.014130/2013-78 DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

Cláudio Bastos de Sousa
Técnico Socioambiental S:
Norte Energia S.A.
14/11/13

Assunto: **Resposta à CE 382/2013-DS - avaliação do remanescente viável das propriedades de Paulo de França Júnior e Paulo Alves de França.**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que foram apresentados mais estudos de viabilidade de remanescentes cujos lotes ficaram abaixo do módulo fiscal da região. Assim, reitero as recomendações exaradas no Ofício nº 13484/2013, de 01 de novembro de 2013, tendo por base a Nota Técnica nº 6771/2013:

- a) No que se refere aos estudos de viabilidade de áreas remanescentes, repassar cópia dos documentos para as famílias interferidas, com objetivo de subsidiá-las na tomada de decisão quanto a permanecer ou não no lote remanescente;
- b) realizar a criação do banco de terras, utilizando-se das propriedades dos interferidos que optarem por não permanecer nas áreas remanescentes; e
- c) refazer os estudos de viabilidade de área remanescente, observando os critérios estabelecidos pelo PBA, a legislação ambiental e evitar a criação de minifúndios na região amazônica.

Atenciosamente,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

FIL. Nº 1428
Proc. Nº 1848/06
Data 14/11/13

OF 02001.014132/2013-67 DILIC/IBAMA

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Ao Senhor
João dos Reis Pimentel
Diretor da NORTE ENERGIA S/A
ST SCN QUADRA 4 BLOCO B
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70.714-900

[Assinatura]
Cleyton Roberto de Sousa
Técnico Socioambiental Sr.
Norte Energia S.A.
14/11/13 KMSZam

Assunto: **Esclarecimentos sobre indenização de área rural (CE 421/2013 - DS)**

Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que os esclarecimentos apresentados no documento CE 421/2013 - DS são insuficientes para comprovar que o alagamento na propriedade do Sr. Manoel Severiano Moreira Pires não foi gerado pela implantação da UHE Belo Monte.

2. Verificou-se que a figura apresentada, apesar de relacionar o traçado da vala do sistema Ticaruca à não intervenção na referida propriedade, está poluída com diversas outras informações desnecessárias e não permite verificar se os alagamentos apresentados na denúncia estão ocorrendo.

3. Deste modo, considerando a necessidade de se avaliar os referidos alagamentos, solicito que a Norte Energia apresente, no prazo de 10 (dez) dias:

a) Mapa de alta resolução, com projeção da área alagada que o sistema de drenagem Ticaruca visa corrigir e área da propriedade em questão;

b) Relatório fotográfico da parte atingida da propriedade, conforme denúncia apresentada;
e


c) Informações sobre as tratativas realizadas junto ao proprietário considerando que a



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: (61) 3316-1282 - 1670
www.ibama.gov.br

propriedade será atingida pelo enchimento do reservatório intermediário.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Fls. nº 11429
Proc. nº 1848/06
Rub. /

PAR. 007244/2013 COHID/IBAMA

Assunto: UHE Belo Monte.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

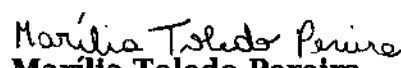
Ementa: Análise do 4º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75.

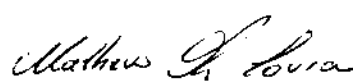
Este Parecer Técnico apresenta anexo contendo a análise do 4º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, concedida para este empreendimento. Foram ainda consideradas reuniões e vistorias técnicas realizadas durante o período de análise do referido Relatório Consolidado.

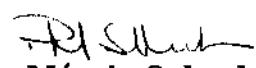
Brasília, 13 de novembro de 2013


Frederico Miranda de Queiroz
Analista Ambiental da COHID


Eduardo Trazzi Martins
Analista Ambiental da COHID


Marília Toledo Pereira
Analista Ambiental da COHID


Matheus Ribeiro Coura
Analista Ambiental da COHID


Paula Márcia Salvador de Melo
Analista Ambiental da COHID



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Rosângela Teixeira Tiago
Analista Ambiental da COHID

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista Ambiental da COHID

Ao TRP por anexo
ao P.A. O Despacho 1800/2014
considerou o documento para dar
o encaminhamento necessário.

20/12/14

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: UHE Belo Monte

PARECER n.º 7244/2013 COHID/IBAMA

Ref.: Análise do 4º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75.

1. INTRODUÇÃO

Este parecer objetiva analisar a situação de implementação dos programas ambientais do Projeto Básico Ambiental – PBA da Usina Hidrelétrica – UHE Belo Monte e o acompanhamento das condicionantes da Licença de Instalação – LI 795/2011, tendo como base o 4º Relatório Consolidado compreendendo o período de janeiro a junho de 2013, apresentado por meio da CE 0343/2013 – DS, de 30/08/2013. Recomendações são apresentadas ao longo da análise, de modo a adequar cada um dos planos, programas e projetos do PBA, face aos resultados apresentados, e às condições de instalação do empreendimento.

A avaliação contida neste documento técnico se baseia ainda nas informações obtidas ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, durante vistorias realizadas pela equipe técnica do Ibama na região do empreendimento.

2. ANDAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

2.1 Plano de Gestão Ambiental

2.2 Plano Ambiental de Construção

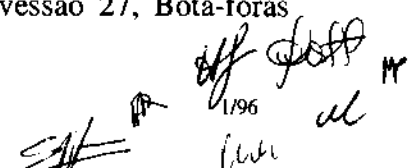
2.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco

Este programa será objeto de parecer específico.

2.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O 4º RC apresentou atividades referentes ao período do novembro/2012 a maio/2013. Como atividades, o relatório refere-se a recuperação do Travessão 27 (com áreas de empréstimo – jazidas 01, 07, 08 e 13). Foram concluídas as obras de drenagem profunda que envolvem a implantação de tubulações (riblocs), galerias e bueiros no Travessão 27 (T-27). Ainda deverá ser concluído o sistema de drenagem superficial, o qual acompanhará a execução do serviço de pavimentação asfáltica daquela via.

Nos bota-foras BF-17, BF-18 e parte do BF-37 da unidade Canais e Diques também foram realizadas atividades de reconformação topográfica e lançamento de solo orgânico. Foram realizados também os levantamentos planialtimétricos do Travessão 27, Bota-foras


1/96
al

BF-PI-JP1 e BF-PI-JP2 do Sítio Pimental, Bota-foras BF-11, BF-17, BF-18, BF-30, BF-36B e BF-37 (parcial) do Sítio Canais e Diques e Bota-foras BF-3, BF-4 e BF-6 do Sítio Belo Monte.

Foi apresentada a estocagem de solo orgânico removido das áreas decapeadas da ordem de 3.488.434,38 m³. O relatório menciona que os valores menores daquele anteriormente estimado é devido ao processo natural de acomodação das camadas de solo e decomposição da matéria orgânica ali presentes.

Para recuperação do Travessão 27, no período deste 4º RC, foi realizado o plantio de 1.264 mudas e implantação de poleiros artificiais, atividade esta finalizada em Maio/13, com a instalação de 32 poleiros.

Foi apresentado no Anexo 3.2-3 o Projeto Executivo do PRAD para o T-27. As obras de alargamento do Travessão 27 tiveram início em Agosto de 2011 com a supressão vegetal, sendo esta a primeira etapa de todo acesso finalizado em Julho de 2012, restando para segunda etapa concluir a pavimentação e as canaletas de base. A recuperação das áreas foi iniciada em novembro/2011 através da conformação dos taludes e lançamento de solo vegetal, sendo o plantio propriamente dito iniciado em fevereiro/2012, com um total de 2.203 mudas.

Devido às mudanças no projeto para adequação a legislação do DNIT e instalação do RD 34 kV, haveria a necessidade de retirar as mudas destes locais, mantendo apenas as áreas em que foram realizados os plantios de açaís. Desta forma, foi determinado, em conjunto com a Norte Energia, realizar a identificação das APP's e recuperar as que foram impactadas. Assim, as áreas foram mapeadas e os levantamentos necessários foram realizados definindo pelo plantio de 689 indivíduos em 13 pontos ao longo do travessão, que foram efetuados no período dezembro/2012 a maio/2013.

As ações referentes à proteção vegetal dos taludes/cortes nos canteiros de obras estão evidenciadas no capítulo 3.1 – Programa de Controle Ambiental Intrínseco. De acordo com o Plano de Ação para Recuperação de Áreas Degradadas, para os BF-17, BF-18 e parte do BF-37, BF-11, BF-36B e BF-30 o plantio está previsto para o ano agrícola 2013/2014.

A taxa de mortalidade das mudas na segunda etapa de plantio foi de apenas 5%, indicando um valor satisfatório e aceitável, conforme as literaturas técnicas sobre o assunto. O percentual de área revegetada atingiu 99,61%, apresentando todos os taludes de corte e aterro com cobertura vegetal e as APP's com os plantios realizados.

Como encaminhamento para monitoramento global será apresentada uma sistemática de amostragem para o monitoramento das áreas nos próximos anos. As avaliações não serão mais mudas individuais, sendo realizada por meio de uma lista de verificação global de cada parcela, identificando o percentual de mortalidade e estado fitossanitário das mesmas e estabelecendo a necessidade de medidas de controle. Esta metodologia não está de acordo com a previamente sugerida por parte da Norte Energia. Neste sentido, o empreendedor deverá justificar o porquê desta mudança na metodologia de monitoramento.

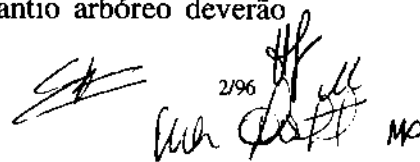
Recomendações:

Priorizar o plantio de espécies nativas, inclusive as herbáceas utilizadas para recuperação de taludes e encostas.

Informar o quantitativo em áreas a serem concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal nos projetos de recuperação de áreas degradadas, utilizando espécies arbóreas.

O empreendedor deverá justificar a mudança de metodologia de monitoramento.

Deverão ser adequados os projetos de recuperação ao Termo de Referência expedido pelo IBAMA, conforme já mencionado nos pareceres anteriores. Os projetos deverão ainda incorporar as considerações e recomendações exaradas nas Notas Técnicas nº 5700/2013 e nº 5945/2013, que analisaram os PRADs com efetivo plantio de mudas arbóreas no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, com a finalidade de reposição florestal. Importante destacar que os projetos de recuperação com plantio arbóreo deverão

 2/96

informar o quantitativo a ser concedido para fins de liberação de crédito de reposição florestal.

2.2.3 Programa de Capacitação de Mão de Obra

De acordo com o 4º Relatório, todos os interessados, ao ingressar no CAPACITAR respondem ao cadastro do balcão de atendimento instalado nas dependências do centro de capacitação, respeitando o fluxo existente.

Ainda de acordo com o apresentado, é ofertado aos participantes dos municípios da AID transporte de ida e volta, e alimentação e, aos filhos de funcionários do CCBM que moram nesses municípios a participação no Programa Capacitar Inicial – Jovem Aprendiz.

O documento afirma que foi identificada, porém, uma defasagem entre o número de candidatos encaminhados à contratação e aquele oriundo do Balcão de Atendimento.

No âmbito da capacitação ministrada pelo CAPACITAR Para Crescer e/ou instituições conveniadas, está garantido atualmente que os alunos capacitados pelo Programa sejam oriundos do Balcão de Atendimento. A defasagem se encontra, porém, na diferença entre o número de funcionários contratados e aquele dos candidatos cadastrados no Balcão. O CCBM identificou que dentre os principais motivos para esta diferença está a ausência do Balcão de Atendimento nos polos externos, que realizam desde o processo de recrutamento até a contratação, bem como a sobrecarga na demanda de atendimento do Balcão de Atendimento no Núcleo de RH, principal porta de entrada de funcionários do CCBM, que não acompanha a demanda de contratações do CCBM.

Ainda de acordo com o Relatório, para viabilizar que os funcionários do CCBM tenham sido cadastrados nos Balcões de Atendimento, é necessário que a mão de obra admitida e capacitada nos pólos externos, nas cidades de Marabá, Belém e Santarém, seja cadastrada pelo Balcão de Atendimento e que toda mão de obra admitida pelo Núcleo de RH também seja atendida pelo Balcão de Atendimento, para cadastramento.

Na tentativa de se alcançar uma solução para esta defasagem, o CCBM propôs o incremento da equipe de cadastramento do Balcão de Atendimento pela executora do programa responsável pelo balcão para atender à real demanda da obra.

Até o fechamento do 4º RC, a executora do programa responsável pelo Balcão de Atendimento se prontificou a enviar o banco de dados do cadastro dos Balcões de Atendimento ao CCBM, especificamente ao setor de Captação de mão de obra, afim que o empreendimento utilize esses dados, para a captação de novas admissões. No que se refere ao cadastramento no Balcão de Atendimento dos funcionários admitidos pelo CCBM que não possuem cadastro no Balcão de Atendimento, foi definido que será criada uma estratégia por parte da CNEC Worley Parsons e NORTE ENERGIA, para atendimento de toda a demanda do Núcleo de RH do CCBM.

O relatório afirma que todos os funcionários contratados e subcontratados para trabalhar no empreendimento recebem Capacitação/Treinamento comportamental de conhecimento e adaptação a obra, segurança do trabalho, saúde ocupacional e comportamento ambiental, durante o processo de Integração Admissional.

Todo funcionário que apresenta capacitação profissional comprovada pela Carteira de Trabalho, quando exigida pela função à qual é candidato, fica restrito à capacitação comportamental.

A capacitação para o Nível N1 na função de Ajudante é fundamentalmente comportamental. Para as demais funções de N1, além da capacitação comportamental, são ministrados fundamentos da atividade quando não é comprovada experiência prévia.

Para o Nível N2, além da capacitação comportamental, o funcionário recebe capacitação com ênfase profissional quando ainda não apresenta a capacitação profissional comprovada.

Os funcionários dos Níveis N3 e N4 devem possuir formação ou experiência prévia para o desempenho das funções. Para estes profissionais, além da capacitação comportamental, é realizada uma atualização e equalização dos conhecimentos técnico-administrativos através dos treinamentos nos procedimentos

Foi informado que, por meio de convênios para capacitação por instituições terceirizadas, foram capacitadas 3.229 pessoas até junho de 2013. O Capacitar formou, até junho de 2013, 6.741 pessoas. O efetivo de funcionários no CCBM em junho de 2013 era de 21.016.

Também foi informado que, conforme estabelecido no PBA, os resultados do PCMO são avaliados pela quantidade de pessoas capacitadas e pela qualidade dos resultados obtidos, e que o monitoramento da evolução qualitativa e quantitativa do Programa é feito por meio dos indicadores previamente estabelecidos.

Comparando o número de alunos que iniciaram a capacitação com o número de alunos que finalizaram a capacitação, obtém-se um índice de 92,97% de aprovação nos cursos, ou seja, o índice de evasão e reprovação somam menos de 10% do total de participantes

Durante o período de abrangência do 4º Relatório Consolidado foram efetivadas 631 contratações de alunos formados pelo CAPACITAR. Com base no saldo de 747 vagas para contratação informado pelo setor de RH do CCBM, foram encaminhados para recrutamento 673 alunos formados pelo programa CAPACITAR – Para Crescer, gerando 90,09% de aproveitamento das vagas. No 1º semestre de 2013, o CAPACITAR abriu um total de 1.718 vagas, preenchendo mais de 86% destas.

Após três meses a partir da data de admissão do funcionário oriundo do Programa de Capacitação, é enviado às frentes de serviço de cada Sítio um questionário que é preenchido pelo encarregado que recebe ex-aluno em sua equipe.

Comentário:

O 4º Relatório atendeu às recomendações dos pareceres referentes aos relatórios anteriores.

2.2.4 Programa de Saúde e Segurança

O programa decorre da Legislação Trabalhista e de normas do Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo a este verificar sua adequação e fiscalizar sua execução.

Quanto a uma solução de responsabilidade do empreendedor para o atendimento regular de saúde dos trabalhadores contratados, de forma a não sobrecarregar a rede pública, foi firmado convênio com o Hospital Santo Agostinho. Como em vistoria do Ibama foi informado pela Diretora do Hospital São Rafael que existe grande demanda naquele hospital por parte de funcionários do CCBM, foi determinado à Norte Energia que priorize a implantação do módulo de pronto atendimento do hospital da Vila Residencial Belo Monte, com vistas a minimizar essa possível sobrecarga, porém o relatório em análise não abordou o tema.

2.2.5 Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores

Comentários e Recomendações:

Programa em implementação conforme cronograma do pacote de trabalho, as diretrizes estipuladas no PBA e acordos posteriores entre o empreendedor e o Ibama. Observa-se, de maneira geral, uma maior complexificação e melhor detalhamento dos objetivos a serem alcançados por meio das ações planejadas e executadas, dentro do corpo do programa e também em suas interfaces com outros programas e projetos.

Solicita-se para o 5º Relatório Consolidado, informações sobre:

- resultados da contínua aplicação dos cursos formativos e respectivos cronogramas do período analisado;

4/96
[Assinaturas]

- a realização, ou não, de ajustes nas programações e atividades desenvolvidas em decorrência dos resultados obtidos por intermédio da análise do Índice de Desempenho Ambiental-IDA, em razão da ocorrência de pequena queda no semestre devida a desvios pontuais. Em caso afirmativo, pede-se também que seja informado qual a porcentagem avaliada pelo indicador ambiental que este programa tem como meta mínima de desempenho ambiental satisfatório;
- os encaminhamentos sobre a definição das estratégias de ações e o desenvolvimento de materiais didáticos voltados às abordagens dos temas referentes aos impactos de cada atividade desenvolvida na obra, bem como os planos de divulgação aos funcionários e à população (segundo solicitações feitas no Parecer Técnico 4933/2013 e cujo atendimento é mencionado pela Norte Energia no 4º Relatório Consolidado);
- a elaboração e aplicação do material Análises Preliminares de Impactos Ambientais – Apia's;
- se houveram resultados alcançados pela aplicação de educação ambiental para os trabalhadores em relação às reclamações oriundas do comportamento dos mesmos, principalmente na região do travessão 27 e comunidade São Francisco das Chagas.

2.2.6 Programa de Desmobilização de Mão de Obra

Comentários e Recomendações:

Este programa está sendo conduzido de acordo com o cronograma do pacote de trabalho aprovado no PBA. Dessa forma, os encaminhamentos assumidos no 4º Relatório Consolidado estão em conformidade com o avanço gradual de sua implementação, contudo solicita-se o detalhamento desse avanço para as atividades abaixo listadas, para o devido acompanhamento do período a ser coberto pelo próximo relatório semestral consolidado (5º):

- apresentação do Plano conceitual de desmobilização de mão de obra com sua estrutura finalizada, ou seja, com as atividades inseridas e respectivo cronograma de trabalho;
- apresentação do cronograma de desmobilização de mão de obra contendo as previsões de reuniões com o FASBM;
- continuidade das parcerias estabelecidas com empreiteiras, SINE, prefeituras, sistema S e Sebrae para divulgação de vagas ou oportunidades, treinamentos etc;
- avanços das propostas de identificação e avaliação das oportunidades de atuação do Programa Bolsa Família e entidades promotoras de financiamento habitacional para atendimento dos trabalhadores dispensados e a serem dispensados;
- avanços do planejamento para avaliação da desmobilização e destinação das infraestruturas e instalações que se enquadrarem neste quesito.

2.3 Plano de Atendimento à População Atingida

2.3.1 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

2.3.1.1 Projeto de Regularização Fundiária Rural

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.1.2 Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.1.3 Projeto de Reassentamento Rural

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.1.4 Projeto de Recomposição de Áreas Remanescentes

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.1.5 Projeto de Reparação (área rural)

Este projeto será objeto de parecer específico.

12
5/96
Linh
MP

2.3.2 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais

2.3.2.1 Projetos de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.2.2 Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.2.3 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.2.4 Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.2.5 Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Cacau

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.2.6 Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.3 Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural

2.3.3.1 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária

Identificar acessos

Dimensionamento de impacto no sistema viário da fase de implementação da obra

Definir, elaborar e detalhar projetos a serem implementados

Reunião com a população e órgãos públicos

Convênios com instituições públicas e privadas

Identificar pontos críticos (tráfego, travessia) para sistema de sinalização

Termo de referência para construção e recuperação da malha viária

Plano de monitoramento

Instrução para aquisição de terras e benfeitorias

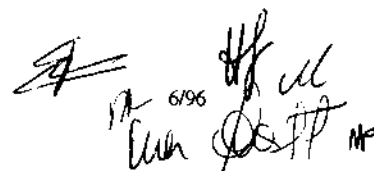
Implantação de infraestrutura propostas

Monitoramento e avaliação

No que se refere às interferências no sistema viário na área rural, este projeto possui os seguintes pontos específicos: melhorias dos acessos e sistemas viários interferidos e necessários para a obra; recomposição de acessos interferidos pela formação dos reservatórios; e abertura de novos acessos e melhorias dos existentes para atender as áreas remanescentes – Projeto de Reorganização das Áreas Remanescentes.

O empreendedor informou que as melhorias nos travessões estão em andamento. Na fase abrangida pelo relatório continuou as obras nos travessões do km 27 e 55 e iniciaram-se as obras dos travessões 50A, 50B e 52. Foi informado também que está sendo realizada verificação contínua das interferências causadas por estas obras.

Ainda encontra-se em execução a atividade de dimensionamento do impacto no sistema viário. Conforme o relatório, foi realizado um levantamento de dados fundiários para identificar a localização dos lotes na área de influência do projeto, o nome dos proprietários dos lotes, a informação sobre a titularidade e a acessibilidade dos lotes. Em segunda etapa, foi feito um levantamento de campo e cruzamento de dados existentes para determinação da malha viária real. Com isso, foi feita pelo empreendedor a análise em busca de locais onde a presença dos reservatórios gera interseções com o sistema viário. Verificou-se 16



interferências viárias, com a interrupção de acesso a 48 lotes (40 proprietários) localizados inteira ou parcialmente em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Para cada uma das 16 interferências já identificadas foi elaborado um estudo para recomposição viária. As alternativas para recompor os acessos compreendem as seguintes atividades: aterrar a área e elevar o *greide* da via, mantendo sua posição original; desviar o trecho interferido para áreas que não serão inundadas – esta opção altera a posição do acesso atual e aumenta a extensão a ser percorrida; ou a construção de pontes. Os estudos não são conclusivos quanto à alternativa a ser adotada, informando que ainda é preciso analisar a possibilidade da aquisição dos remanescentes de lotes a serem atendidos pela intervenção.

Cumprê destacar que o 4º Relatório Semestral deixou claro que ainda existem propriedades parcialmente afetadas que dependem do estudo técnico de viabilidade de áreas remanescentes. Após a realização desses estudos, será avaliado pela Norte Energia se a propriedade será parcialmente ou totalmente adquirida. Parte dessas propriedades que serão parcialmente adquiridas já foram objeto dos estudos, onde verificou-se as 16 interferências viárias. Neste sentido, novas interferências poderão ainda ser identificadas e deverão se objeto do Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária.

Por fim, o empreendedor informou que com a conclusão do estudo de identificação preliminar da necessidade de aquisições pontuais e a definição das alternativas de recomposição dos acessos, haverá a proposição das alternativas de recomposição do acesso a ser interferido para o poder público e proprietários, considerando os aspectos sociais, técnicos e econômicos. Informou ainda que sobre a proposta de parcerias com o poder público, esta consistirá na configuração da apresentação dos mapas da reestruturação viária e entrega de termo de conclusão das obras para continuidade da manutenção pelas prefeituras.

Comentários:

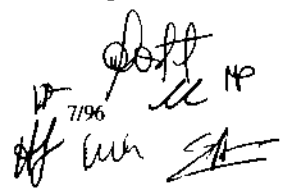
Conforme as informações trazidas pelo 4º Relatório Semestral, é preocupante os atrasos da Norte Energia para implementar as atividades previstas deste projeto. O levantamento das interferências dos reservatórios sobre o sistema viário ainda está sendo realizado. Até o momento foram detectadas 16 interferências, porém as alternativas de recomposição ainda estão sendo avaliadas pelo empreendedor.

Com base nos estudos para recomposição viária, realizados para as 16 interferências já identificadas, 11 interferências estão localizadas na região do Reservatório do Xingu. Considerando que este reservatório tem previsão de enchimento para dezembro de 2014, é preocupante o fato da Norte Energia ainda não ter definido com o poder público e população local os projetos de recomposição a serem implantados.

Cumprê relatar ainda que, na metodologia dos estudos para recomposição viária, não ficou claro se o empreendedor dimensionou as interferências dos reservatórios sobre o sistema viário considerando cheias centenárias no rio Xingu e afluentes, conforme determinou a Agência Nacional de Águas (ANA), por meio da Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos) – *A infra-estrutura viária deverá ser relocada ou protegida contra cheias com tempo de recorrência de 100 anos, considerando cheias desta magnitude simultâneas no rio Xingu e afluentes, notadamente os rios que cortam a área urbana de Altamira.*

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia seja notificada a: (i) esclarecer se o levantamento das interferências dos reservatórios sobre o sistema viário considerou a proteção das vias contra cheias centenárias do rio Xingu e afluentes, conforme determinou a Agência Nacional de Águas, por meio da Resolução nº 48, de 28 de fevereiro de 2011 (outorga de direito de uso de recursos hídricos); (ii) Definir, elaborar e detalhar projetos de recomposição a serem implementados para cada interferência, notadamente para a região do Reservatório do Xingu – esta atividade depende da participação da população local e prefeituras.


7/96

2.3.3.2 Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento

Levantamento cadastral das comunidades e residências isoladas

Atividade já finalizada.

O empreendedor informou que foram realizadas visitas de campo que identificaram que não houve um fluxo populacional nas localidades (Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda), ao contrário do que previa o PBA.

Foi verificada na localidade do Garimpo do Galo uma redução populacional.

Definição das soluções integrantes e individuais

A Norte Energia definiu as seguintes alternativas:

■ Comunidades Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda

Para estas comunidades o empreendedor informou que o sistema de abastecimento de água deverá consistir em captação de água por poços profundos, com sistema de reservação, rede de distribuição e pontos para as ligações domiciliares.

Encontra-se em fase de contratação de empresa para execução das obras de abastecimento de água para a Ilha da Fazenda.

Com relação aos sistemas de esgotamento sanitário a serem adotados, foi definida a implantação de um sistema de esgotamento Sanitário condominial. Esse sistema condominial exigirá a limpeza das fossas, filtros e sumidouros, através de limpa-fossas, além da recuperação das valas de infiltração, que poderá ser efetuada pelos próprios moradores locais. O sistema proposto é composto por fossas sépticas, filtro anaeróbio e infiltração. A fossa séptica terá capacidade de 10.000 litros, capaz de atender 50 pessoas.

O empreendedor ressaltou que no caso da localidade do Garimpo do Galo, onde já se observou uma redução populacional, deverá ocorrer uma nova avaliação e discussão junto à municipalidade a fim de ponderar sobre a viabilidade de instalação do referido projeto.

■ Comunidade Ressaca

Conforme exposto no Parecer 4933/2013, na comunidade Ressaca encontrava-se em implantação o sistema de abastecimento de água potável, composta de captação de água no rio Xingu, estação de tratamento de água, reservação em dois reservatórios com capacidade de 20.000 litros cada e rede de distribuição pelo Governo do Estado do Pará. No 4º Relatório Semestral foi informado que, atualmente, as obras estão paralisadas. O empreendedor informou ainda que estão sendo verificadas as condições legais sobre a possibilidade de complementação do sistema.

No caso do sistema de esgotamento sanitário, a solução a ser adotada é similar ao proposto para as localidades da Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo – sistema composto por coletores condominiais e lançamentos em fossas sépticas seguidas de filtros anaeróbios e infiltração.

No que tange à discussão com as comunidades e prefeitura sobre as soluções a serem adotadas, o empreendedor informou que *foram buscados contatos com a Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, a fim de apresentar e discutir as alternativas que deverão ser adotadas para estas localidades, buscando entendimentos em reuniões com os técnicos da municipalidade para a aprovação da alternativa que será implantada. Deverá ser estabelecida uma agenda para discussão do projeto com a Prefeitura Municipal, o que não foi possível por dificuldades de programação do município. Posteriormente, também serão realizadas apresentações nas comunidades.*

Detalhamento dos projetos

Até o momento os projetos não foram detalhados.

Esta atividade estava prevista para ser iniciada no quarto trimestre de 2012.

Educação em saneamento

8/96
Ass. [assinatura] [assinatura] [assinatura]

Segundo o empreendedor, no primeiro semestre de 2013 foi iniciado o planejamento para o desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino técnico/superior para auxiliar na capacitação da população local para a utilização e manutenção das instalações individuais de saneamento, e que serão priorizados, no próximo período, os contatos com universidades que possuem cursos na área de engenharia ambiental (Universidade do Estado do Pará – UEPA) e técnico de saneamento.

Implantação dos sistemas projetados

Esta atividade ainda não foi iniciada. O novo cronograma apresentado junto ao 2º Relatório Semestral previa o início da implantação no primeiro trimestre de 2013 (na comunidade da Ressaca).

Monitoramento e avaliação do projeto

Esta atividade ainda não foi iniciada.

Comentários:

Diante das informações apresentados junto ao 4º Relatório Semestral resta evidente os atrasos da Norte Energia para iniciar a implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas três pequenas comunidades da Volta Grande do Xingu. As obras deveriam ter sido iniciadas no primeiro trimestre de 2013 (comunidade da Ressaca). Nas demais comunidades, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, as previsões são 3º e 4º trimestre de 2013, respectivamente. Os projetos dos sistemas já deveriam ter sido detalhados até o 1º trimestre de 2013 e, até o momento, não foram detalhados.

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia seja notificada a: (i) detalhar os projetos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as três comunidades e apresentá-los/discuti-los com a população e Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio; e (ii) iniciar a implantação dos sistemas.

2.3.3.3 Projeto de Relocação de Cemitérios

De acordo com o relatório, foi enviado o Ofício nº CE 011/2013 à Prefeitura de Vitória do Xingu, informando que algumas benfeitorias na comunidade de Santo Antônio serão conservadas, inclusive o Cemitério, uma vez que, sua localização não compromete o andamento das obras da UHE Belo Monte. Foi dada continuidade à sua manutenção: em janeiro foi feito o cercamento e limpeza da área e em julho foram feitas melhorias no acesso.

Foi informado que, considerando as exumações já realizadas, restam um total de 38 cemitérios com 302 sepulturas localizadas a serem exumadas.

Como apontado em parecer anterior, as atividades em andamento ou não iniciadas estão em acordo com o cronograma de atividades, que foi readequado em relação ao PBA, conforme solicitado no Parecer 143/2011. Para a atividade de desinfecção e preenchimento das covas foi mantido o cronograma do PBA.

2.3.4 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana

2.3.4.1 Projeto de Regularização Fundiária Urbana

Comentários e Recomendações:

O cronograma do pacote de trabalho deste projeto, apresentado no 4º Relatório Semestral, estabelece o 4º trimestre de 2014 como prazo final de implementação, monitoramento e avaliação da regularização fundiária urbana, alinhando-se com o item “Cronograma Físico” constante no PBA (vol. II - 4 - p. 232), que situa a implementação deste projeto por toda a fase de construção do empreendimento. Assim, as afirmações do empreendedor, neste 4º Relatório, de que *as atividades desse projeto estão sob controle com a instrução de processos e a devida organização documental das áreas adquiridas e destinadas,*

12/06/14
9/96
140

e que o estado atual de implementação das mesmas *não está prejudicando o desenvolvimento das atividades integrantes dos projetos correlatos*, estão adequadas dentro de uma análise geral que tem por base o horizonte de finalização do projeto em 4T de 2014.

Contudo, e mesmo trabalhando com a possibilidade de equacionar *os problemas fundiários mais gerais da região* e realizar a *regularização quase imediata das áreas em questão* de forma célere e concomitante, a apresentação dos resultados/produtos gerados pelo projeto deve constar nos relatórios semestrais, de acordo com os períodos de execução abrangidos pelos mesmos e de forma discriminada. Dessa forma, o acompanhamento pelo Ibama do grau da implementação do projeto se torna mais acurado.

Conforme o item do PBA *Apresentação dos Resultados/Produtos a Serem Gerados* (vol. II - 4 - p. 231), os *produtos a serem gerados* são:

- *Relatórios trimestrais contendo o estado presente dos procedimentos* (produto este que foi alterado para “relatórios semestrais”, segundo acordo posterior entre o Ibama e o empreendedor);
- *Material documental dos procedimentos (pesquisa fundiária, levantamento das ações judiciais, base georreferenciada, pesquisa social e projeto de regularização fundiária)*;
- *Relatório final indicando o total de processos de regularização.*

Sabe-se, pelas informações levantadas em campo e também apresentadas no 4º Relatório Semestral, que:

- o cadastro fundiário apontou para um total de 5.141 propriedades, para as quais foram efetuados os levantamentos fundiários e coletados os documentos pessoais e dos imóveis, que serão utilizados tanto no processo de aquisição quanto no de regularização.
- A Norte Energia providenciará a regularização fundiária das áreas a serem desocupadas pelos atuais moradores, bem como a documentação legal dos imóveis que serão recebidos por eles nos novos bairros criados pelo RUC ou por meio da concessão de Cartas de Crédito Urbanas;
- está sendo organizada a documentação levantada em campo, como os cadastros socioeconômicos, físicos e imobiliários, bem como a documentação pessoal e dos imóveis cadastrados;
- foi contratada uma nova executora para a finalização/revisão de serviços de cadastramento socioeconômico, complementação dos serviços fundiário e físico, elaboração de laudos de avaliação patrimonial e a implantação de sistema de informação geográfica (SIG) dos dados obtidos;
- está sendo abordado o tema regularização fundiária nas reuniões com a população realizadas no âmbito do Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3), onde são apresentadas informações sobre procedimentos que serão adotados nas negociações e no remanejamento;
- foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o MDA, Serfal, MPOG e SPU, para a contratação de “serviços de georreferenciamento de terras públicas não destinadas, ocupações, imóveis rurais, núcleos urbanos e áreas de uso especial situados nas áreas de influência”, além de “levantamento cartorial e análise da cadeia dominial dos imóveis situados na AIA. E que para a zona urbana de Altamira, o georreferenciamento dos imóveis interferidos se encontra finalizado;

Sabe-se também que as atividades realizadas no 1º semestre de 2013, ora analisado por este 4º Relatório, apontam para um levantamento da situação dominial das áreas incorporadas e destinadas, a organização documental e compatibilização com os procedimentos legais e a concretização das parcerias com os órgãos públicos pertinentes, a fim de se criar um ambiente que permita, ultrapassados os problemas fundiários mais gerais, a

10/96
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

regularização célere e coletiva das áreas em questão. Mas tais medidas não ~~exigem~~ o empreendedor de apresentar as atividades e os avanços realizados ou não (p.ex., cópias de documentos assinados, números percentuais do período em relação à finalização do projeto etc) nos respectivos relatórios semestrais de cada período, em conformidade com as metas do PBA e com os cronogramas acordados nos planos de trabalho.

Desta feita, solicita-se, novamente, a apresentação das seguintes informações no próximo relatório semestral:

- estado atual da composição e implantação do sistema de informação geográfica (SIG), bem como dos dados que compõem sua base (cadastro socioeconômico, levantamentos fundiário e físico, laudos de avaliação patrimonial), cujo prazo de sistematização era T4/2012;
- andamento da elaboração do Projeto de Regularização Fundiária e Plano de Monitoramento, ações cruciais à instrução dos processos subsequentes de regularização fundiária da área urbana, cujo prazo de elaboração era T3/2012; e
- propostas de parcerias com o poder público municipal sobre o tema em questão.

2.3.4.2 Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas

Comentários e Recomendações:

O cronograma do pacote de trabalho deste projeto, apresentado no 4º Relatório Semestral, tem o 2º trimestre de 2014 (T2/2014) como marco importante para a execução das principais atividades de mobilização da população, cadastramento de imóveis e elaboração da planta cadastral, levantamento físico dos imóveis e cadastro de bens, elaboração das planilhas de valores e laudos de avaliação, adesão da população atingida e funcionamento do plantão social, alinhando-se com o item "Cronograma Físico" constante no PBA (vol. II - 4 - p. 255), que situa a implementação deste projeto ainda nos *primeiros anos da etapa de Construção, de modo a viabilizar a liberação das áreas urbanas antes do enchimento do reservatório*. À exceção, tem-se os prazos finais para o estabelecimento dos fóruns permanentes de discussão (T4/2014), fornecimento de informações aos moradores (T4/2015), solicitações de vistorias físicas (T4/2015) e monitoramento e avaliação (T4/2015).

Dessa maneira, as afirmações do empreendedor, neste 4º Relatório, de que o período ora analisado *foi dedicado ao planejamento dos trabalhos de negociação das áreas interferidas, estabelecendo os procedimentos necessários para os processos de ofertas de valores, indenização, concessão de carta de crédito urbana, reassentamento urbano coletivo e indenização de atividades comerciais* estão adequadas dentro de uma análise geral do cronograma do projeto e mediante a possibilidade de agilização na aplicação dos procedimentos definidos.

Segundo o PBA, o objetivo principal deste projeto *é estabelecer diretrizes, elementos básicos e procedimentos para avaliar e valorar imóveis urbanos na cidade de Altamira que serão afetados pelo empreendimento, de modo a permitir a aquisição e indenização pelo valor justo das terras e benfeitorias* (vol. II - 4 - p.235). O mesmo documento estabelece em etapas as atividades a serem desenvolvidas (vol. II - 4 - p.245): *a) mobilização da população; b) cadastramento físico-territorial e elaboração da planta cadastral; c) levantamento físico dos imóveis e cadastramento de bens; d) elaboração das planilhas de valores e laudos de avaliação; e) adesão da população atingida; e f) plantão social*.

Assim, ressalta-se a importância das seguintes ações realizadas no período analisado:

- apresentação dos números do cadastro fundiário, que identificou 5.141 propriedades e 5.241 famílias;
- atuação dos plantões sociais fixos e móveis no fornecimento de informações aos moradores;

[Assinaturas e rubricas]
11/96

- conclusão e disponibilização do caderno de preços (terrenos urbanos, benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas) junto ao comitê do RUC, 1º e 2º grupos de representantes dos setores, órgãos públicos e entidades e plantões sociais;
- identificação e aquisição de áreas destinadas à instalação de ETE/Captação Elevada (ETE/CE) e de Reservatórios Apoiados (RAP), necessários ao saneamento da cidade.

Contudo, mesmo trabalhando com a possibilidade de realizar os procedimentos de negociação e indenização junto à população de forma célere e concomitante, a apresentação dos resultados/produtos gerados pelo projeto deve constar nos relatórios semestrais, de acordo com os períodos de execução abrangidos pelos mesmos e de forma discriminada. Em outras palavras, igualmente ao já mencionado no item anterior, tais medidas não eximem o empreendedor de apresentar as atividades e os avanços realizados ou não (p.ex., cópias de documentos assinados, números percentuais do período em relação à finalização do projeto etc) nos respectivos relatórios semestrais de cada período, em conformidade com as metas do PBA e com os cronogramas acordados nos planos de trabalho.

Solicita-se, novamente, a apresentação das seguintes informações no próximo relatório semestral:

- finalização do processo de negociação e efetivo realocação das famílias da Vila Santo Antônio que optaram pelo reassentamento;
- apresentação dos resultados das discussões e encaminhamentos ocorridos nos fóruns permanentes de discussão pública sobre o RUC, bem como nas reuniões setoriais;
- andamento dos trabalhos de vistoria e elaboração de laudos de avaliação para oferta de valores, incluindo a definição de valores para a carta de crédito urbana;
- andamento das negociações (apresentação de valores) e adesão da população às opções de tratamento (indenizações, relocação, reassentamento).

E ainda:

- disponibilização de relação de inquilinos para o Ministério das Cidades e Prefeitura Municipal de Altamira.

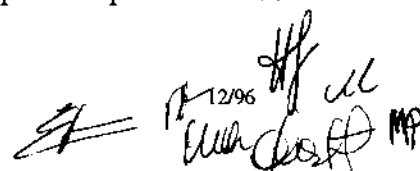
2.3.4.3 Projeto de Reassentamento Urbano

Comentários e Recomendações:

Os dados apresentados pela Norte Energia no 4º Relatório Consolidado apontam avanços na execução das atividades planejadas para as etapas preliminar, de levantamento de dados e diagnóstico e de pré-transferência da população urbana atingida. Estes avanços são imprescindíveis para compatibilizar as ações de campo com os prazos acordados para a negociação e o efetivo reassentamento da população interferida em Altamira.

De maneira específica, destacam-se as ações de:

- definição das áreas para reassentamento e do padrão construtivo das casas;
- visitas às casas modelo;
- melhoria no trabalho de comunicação social com a população sobre o processo de reassentamento (com a formação dos grupos de participação/interesse e realização de reuniões destes grupos; criação do Comitê de Acompanhamento do RUC e respectivas reuniões deste comitê; realização de 37 reuniões setoriais cobrindo os 38 setores urbanos atingidos pela cota 100m; a disponibilização de plantões sociais fixos e móveis e, ainda, a distribuição de material informativo impresso, entre outros);
- compilação e disponibilização dos resultados das visitas as casas modelo e das reuniões setoriais ocorridas até julho/2013;
- análise urbanística das glebas previstas para o reassentamento coletivo, nos aspectos de localização, distância, acesso à infraestrutura, equipamentos públicos e mobilidade urbana;
- conclusão da etapa de campo do Plano de Vistorias, fornecendo informações sobre os moradores em situação de vulnerabilidade (idosos, pescadores, pessoas portadoras de

12/96


necessidade especiais, famílias ocupantes de imóveis cedidos e famílias conviventes e agregadas) e que deverão subsidiar o processo de negociação com este grupo, bem como do estudo de Condição de Trabalho e Renda da População em Processo de Reassentamento, que deverá orientar ações de desenvolvimento econômico para famílias em fragilidade econômica; e outras ações.

Pelo exposto acima, o período entre julho e dezembro de 2013 deverá abranger um encadeamento, sem atrasos, das ações deste projeto, inclusive para viabilizar o término das demolições dos domicílios liberados e a limpeza das áreas dos igarapés, antecipados pela Norte Energia do 3T de 2014 para julho de 2014, segundo cronograma revisado e protocolado por meio da CE 403/2013-DS, 04/10/2013. Assim, deverão ser apresentadas no 5º Relatório Consolidado informações sobre o andamento das seguintes atividades:

- atendimento às considerações feitas na Nota Técnica 6401/CGENE/IBAMA, de 05/09/2013, que tece análise deste Ibama e Ministério das Cidades sobre a implantação das áreas de RUC na cidade de Altamira;
- acompanhamento social das famílias remanescentes da Vila Santo Antônio, e principalmente, definição do processo de negociação para as áreas de reassentamento daquelas famílias;
- elaboração do plano de mudança para os RUC;
- revisão do cadastro socioeconômico e fundiário;
- elaboração e validação de laudos de avaliação;
- início do processo de negociação com os moradores afetados e assinaturas dos termos de aceite, conforme estes forem sendo realizados segundo cronograma revisado e protocolado por meio da CE 403/2013-DS, 04/10/2013. De acordo com entendimentos anteriores, prioridades serão dadas aos moradores das cotas mais baixas, assim como aos optantes pelo reassentamento, seguidos pelos beneficiários das cartas de crédito e por fim os optantes por indenização;
- acessos às áreas de RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras, conforme estes forem sendo realizados segundo cronograma revisado e protocolado por meio da CE 403/2013-DS, 04/10/2013;
- constituição do grupo força tarefa para o acompanhamento permanente das mudanças;
- Definição dos grupos de mudança;
- organização e efetivação da logística de transportes para acessos a serviços básicos (saúde, educação, lazer), conforme estes forem sendo realizados segundo cronograma revisado e protocolado por meio da CE 403/2013-DS, 04/10/2013;
- organização e efetivação das mudanças, conforme estes forem sendo realizados segundo cronograma revisado e protocolado por meio da CE 403/2013-DS, 04/10/2013: a) RUC Jatobá: assinatura do termo de recebimento do imóvel (início outubro/13) e efetivação das mudanças (início novembro/13); b) RUC São Joaquim: assinatura do termo de recebimento do imóvel (início novembro/13) c) RUC Casa Nova: assinatura do termo de recebimento do imóvel (início novembro/13).

2.3.4.4 Projeto de Reparação

Comentários e Recomendações:

À partir de reunião realizada em março de 2013 entre Ibama e Norte Energia, ficou acordada a proposição de novo cronograma para o desenvolvimento das atividades deste projeto devido à sua ligação direta com a execução do Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3). Isto porque houve um entendimento entre as partes de que melhores reconhecimento e reflexão dos atingidos sobre as alterações em seus modos de vida se dará pela efetiva execução do remanejamento urbano.

Dessa forma, toda uma série de informações coletadas até o presente momento, a partir das interfaces com outros projetos do PBA que atuam sobretudo no meio

socioeconômico, como os Programas de Interação Social e Comunicação e de Acompanhamento Social, além do citado Projeto de Reassentamento Urbano, se constitui em importante corpo conceitual para o entendimento do processo de reparação, segundo reconhece o próprio empreendedor. E, portanto, devem ser sistematizadas para conhecimento de todos os envolvidos na condução deste projeto, e principalmente, para atuação junto às famílias atingidas. Assim, recomenda-se que este entendimento da natureza da reparação seja utilizada pelo empreendedor de forma pró-ativa, ou seja, estendendo ao atingido seu conhecimento e formas de apropriação ao longo de todas as atividades do projeto, de forma a orientá-lo no reconhecimento das diferentes alterações em seus modos de vida.

Solicita-se a apresentação das seguintes informações no próximo relatório semestral:

- descrição das ações de desenvolvimento e condições de aplicabilidade do DRP, uma vez que a utilização desta ferramenta poderá ocorrer de forma escalonada em consonância ao próprio processo de reassentamento das famílias, que ocorrerá gradativamente conforme a disponibilidade das glebas para o RUC;
- resultados dos estudos continuados sobre as importantes informações oriundas dos projetos com interface direta com este projeto, como o Projeto de Reassentamento (4.4.3) e os Programas de Interação Social e Comunicação e de Acompanhamento Social; e
- sistematização das informações reunidas em banco de dados, se houver.

2.3.5 Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas

2.3.5.1 Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas

Comentários e Recomendações:

Projeto em andamento conforme as premissas lançadas no PBA. A execução em curso deste projeto permite avaliar melhor o perfil dos beneficiários e, conseqüentemente, realizar alterações nos cursos técnicos para torná-los mais adequados às condições sociais atuais. Recomenda-se a firme manutenção dos propósitos dos cursos de capacitação mencionados no 4º Relatório a serem ministrados (gestão de negócios, empreendedorismo, segurança do trabalho, formação de preços, atendimento ao cliente, entre outros), de forma a incentivar a manutenção, e mesmo a melhoria, das atividades econômicas intrasetoriais e de toda a cidade de Altamira. No mesmo sentido, a manutenção dos cursos ao longo do ano de 2014 dará maior robustez ao alcance das metas do projeto.

Solicita-se a apresentação das seguintes informações no próximo relatório semestral:

- andamento das tratativas com o Sistema "S" e Sebrae, para a continuidade da realização dos cursos em seus novos formatos;
- resultados dos cursos realizados no período, dos pontos de vista dos instrutores e dos alunos (acompanhamento do processo de treinamentos e capacitações);
- *status* de implementação e atuação do Balcão de Orientação Empresarial, conforme o início das capacitações;
- *status* de implementação e atuação das Centrais de Compra, conforme o início das capacitações.

2.3.5.2 Projeto de Recomposição das Atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho

Comentários e Recomendações:

Projeto em andamento conforme as premissas lançadas no PBA. Ressalta-se a importância de se buscar os meios que viabilizem a regularização comercial, trabalhista e ambiental das atividades, sobretudo através da participação ativa do poder público municipal. Para o 5º Relatório Consolidado, solicita-se a apresentação dos resultados dos encaminhamentos propostos no 4º Relatório, a saber:

17/14/96
Fuh
140

- 11437
1848/06
- definição do uso “misto” da gleba Laranjeiras, ou seja, se além de área para RUC, haverá também sua utilização para relocação da atividade extrativista de areia;
 - encaminhamentos para a definição dos alvos prioritários;
 - encaminhamentos do projeto da indústria cerâmica e os seguintes andamentos: acordos com os proprietários rurais e titulares minerais; levantamento topográfico; mapeamento geológico; sondagem e trado mecânico, e análise química e física;
 - resultados dos ensaios experimentais realizados no período;
 - encaminhamentos do estudo de viabilidade econômica, que deverão iniciar no período de “verão” amazônico;
 - definição da metodologia de trabalho que orientará os acordos indenizatórios; e
 - planejamento dos cursos adequados à realidade dos oleiros e areeiros.

2.3.5.3 Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu

Comentários e Recomendações:

O projeto continua em andamento conforme as premissas estabelecidas no PBA, mesmo diante de proposições de mudança de escopo e do período de aplicação dos cursos técnicos. Entende-se que o período decorrido entre a realização da Oficina de Empreendedorismo Náutico (dezembro/2012) e julho de 2013, coberto pelo 3º Relatório, abrangeu um conjunto de ações cujos resultados forneceram informações mais precisas sobre as condições sociais e locais para a implantação do projeto e responderam aos itens solicitados no parecer do relatório anterior.

Contudo, evidencia-se a importância de haver a realização conjunta de atividades programadas e listadas no plano de trabalho, para a manutenção tanto das metas qualitativas quanto temporais. Solicita-se, portanto, as seguintes informações para o 5º Relatório Consolidado:

- encaminhamentos sobre os rumos da gestão do projeto, incluindo a possibilidade de criação de uma associação de trabalhadores;
- encaminhamentos definidos pelo Grupo de Trabalho sobre estratégias e diretrizes, incluindo a definição da área para localização do estaleiro;
- andamento da elaboração de projeto arquitetônico já tendo por base a definição da área para instalação do estaleiro;
- resultados dos contatos com instituições formadoras para a realização dos cursos técnicos nos novos moldes propostos, ou seja, com menor duração e voltados à prática; e
- definições sobre se haverá ou não participação do Fundo da Marinha Mercante.

2.3.6 Programa de Acompanhamento Social

2.3.6.1 Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.6.2 Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.3.7 Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer

2.3.7.1 Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer

De acordo com o relatório, para que se pudesse qualificar tecnicamente a execução do produto relacionado à elaboração do projeto arquitetônico de praias, com contribuições das diferentes disciplinas implicadas com tal intervenção, foi constituído o Grupo de Trabalho Orla, Praia e PACUERA, que reuniu representantes dos projetos que possuem interfaces com o Projeto ou seja, Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico, Projeto de

12 15/06
H. L. M. P.

Desmatamento, Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial e Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais.

Ainda segundo o documento, apesar de não estar finalizado em T2 de 2013, conforme previsto no Cronograma do Projeto, as interfaces construídas e os encaminhamentos propostos permitirão equacionar por completo a execução do Projeto Arquitetônico de Praias.

Quanto ao produto Treinamento de Barqueiro, houve grande dificuldade quanto à elegibilidade dos candidatos ao Curso de Formação de Aquaviário, devido à grande maioria não possuir a escolaridade mínima exigida pela Capitania dos Portos. Já há público para a formação da primeira turma, e aguarda o retorno da Instituição, com a definição de agenda para sua realização do curso. Desta forma ficou prejudicada a finalização do produto no 2º trimestre de 2013, conforme o cronograma.

Para o produto Capacitação de Guias Monitores, o curso Guia Monitor foi realizado em junho de 2013, contando com 17 alunos.

Para o monitoramento do Índice de Balneabilidade, verificou-se que as municipalidades de Altamira e Vitória do Xingu não realizam tal atividade. Nessas condições optou-se por utilizar resultados selecionados de estudos do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial, que contemplam os indicadores necessários à classificação de balneabilidade preconizada pela Resolução CONAMA 274/00. O relatório destaca, contudo, que o monitoramento anterior à recomposição de praias não vai mensurar resultados da implantação do Projeto, mas as condições ambientais existentes, uma vez que os pontos de coleta do Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água Superficial, apesar de se aproximarem de praias de interesse deste Projeto, não são necessariamente coincidentes com as mesmas.

Comentários e Recomendações:

A recomposição e/ou implantação das praias, anteriormente prevista para o segundo trimestre de 2015 foi reposicionada para o final daquele ano, dois meses após o enchimento do reservatório, o que a princípio não prejudica a temporada de praias. Porém, caso se verifique a possibilidade de qualquer conflito com o uso das praias pela população, devem ser previstas medidas apropriadas.

2.3.7.2 Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer

O cronograma foi reprogramado em relação ao proposto no PBA, sendo que algumas atividades foram excluídas e novas foram propostas, o que foi mais bem detalhado no 4º Relatório.

O relatório informa sobre a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a SETUR e a Norte Energia, que objetiva articular as partes com a finalidade de discutir as alternativas de recomposição turística propostas pelo PBA, sob a perspectiva de transformá-las em produtos turísticos, ou seja, comercializáveis no mercado específico, gerando-se em consequência atividades relacionadas ao turismo receptivo (visto que na atualidade pratica-se na região fundamentalmente o turismo emissivo – em que se adquirem produtos de outros destinos turísticos).

Para a implantação do curso de Formação de Guias de Turismo Receptivo, identificou-se necessária a readequação do escopo de cursos a serem ofertados, em função da dinâmica própria do mercado turístico local. Desta forma, o produto será executado por meio de atividades de capacitação mais aderentes à realidade local, em especial aquelas voltadas para o aperfeiçoamento de profissionais ligados ao setor turístico, tais como camareiras e recepcionistas de hotel, ocupações ligadas ao setor de alimentos e bebidas, como garçons, cozinheiros e auxiliares de cozinha etc. As capacitações serão direcionadas a suprir as necessidades de hotéis e pousadas, bares e restaurantes etc., observando-se requisitos de escolaridade compatíveis com a realidade da AID e voltados ao atendimento das necessidades efetivas dos empregadores locais e regionais.

16/06
Ass. [assinatura] 10

Recomendações:

Os próximos relatórios devem contemplar o detalhamento da reprogramação do cronograma e das atividades de capacitação propostas.

2.3.8 Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais

2.3.8.1 Projeto de Recomposição dos Equipamentos Religiosos

Os levantamentos de campo na área rural foram finalizados. Os equipamentos religiosos da área rural estão sendo monitorados através de suas comunidades usuárias e, para tanto, foram estabelecidas interfaces com os programas de monitoramento e acompanhamento social.

Para a área rural, trabalha-se com o dado que os vínculos comunitários foram recompostos a partir de uma nova lógica de organização espacial. As comunidades se deslocaram para diferentes destinos adotando uma forma de organização espacial distinta ao do local de origem. A partir desta nova realidade, as famílias podem desenvolver novos vínculos comunitários, assim como, podem filiar-se individualmente a igrejas já existentes nos locais de destino. A partir desta análise, serão iniciadas atividades de monitoramento no sentido de verificar as condições em que a prática religiosa se desenvolve na atualidade no entorno da ADA rural.

Na área urbana o projeto tem partido do mesmo princípio da manutenção do vínculo da comunidade com seus equipamentos de fé religiosa, considerando que neste caso, existe a possibilidade concreta de manter estes vínculos a partir da recomposição das igrejas no reassentamento coletivo proposto para as áreas urbanas.

O desenvolvimento do projeto na ADA urbana caminha, neste sentido, atrelado ao desenvolvimento dos programas de Reassentamento Urbano da população atingida. A alteração no cronograma de atividades relacionadas à recomposição de equipamentos religiosos da área urbana estão acompanhando necessariamente as ações e o andamento do projeto de reassentamento urbano.

O início das negociações com a comunidade afetada permitirá antever qual parcela da população será optante pelo reassentamento urbano coletivo, informação que também fornecerá subsídios para análise da manutenção do vínculo comunitário.

Recomendação:

Os próximos relatórios devem apresentar os resultados do monitoramento da área rural, bem como das negociações na área urbana, e seus desdobramentos na recomposição dos equipamentos religiosos.

2.3.8.2 Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação

No período referente ao 4º Relatório finalizaram-se os convênios do Plano de Ação, que previa o repasse de recursos para apoio na merenda escolar, transporte e manutenção das salas de aula instaladas pela Norte Energia, com os municípios de Brasil Novo e Senador José Porfírio. Apenas Vitória do Xingu permanece com o Convênio em fase de encerramento.

No período foram concluídas nove obras, sendo duas construções de novas escolas, quatro obras com reforma e ampliação e uma quadra poliesportiva. Também foi concluída a área de ampliação de duas escolas que estão com as obras de reforma em andamento.

Até o momento foram concluídas 44 obras de educação. Somando-se todas as novas salas de aula ampliadas e construídas já entregues, tem-se o total de 197, incluindo as salas de aula do Plano de Ação. A capacidade total de novos alunos nas escolas concluídas chega-se a 9.858 alunos.

Com relação às escolas rurais da ADA do município de Vitória do Xingu, a previsão do município é transferir alunos para a EMEF Leonardo da Vinci. A SEMED apontou como

12 17/96
[Assinaturas]

solução definitiva, nas tratativas referentes à recomposição das escolas da ADA, a doação de veículos para o transporte escolar

Foram inseridas atividades para a qualificação do corpo docente.

A partir da projeção demográfica, a suficiência escolar foi avaliada por meio de dois cenários: i) afluxo populacional esperado; e ii) alto afluxo populacional, acima do esperado. Para o cenário "i" compete à avaliação dos 5 municípios AID (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu), e para o cenário "ii", apenas Altamira e Vitória do Xingu merecem atenção, pois serão os dois impactados diretamente pelo número de trabalhadores.

Altamira deve apresentar oferta de vagas para o próximo semestre. Apenas na hipótese com alto afluxo de população o Ensino Fundamental poderá apresentar pequeno déficit na suficiência das escolas em setembro, porém, com a previsão de entrega de seis salas no final do mês, em outubro já se verificaria um superávit. Caso necessário, a entrega de salas de aula poderá ser antecipada em um mês, para que, de fato, não haja possibilidade de qualquer déficit no atendimento de alunos.

O município de Vitória do Xingu, apresentará situação favorável em todos os módulos de ensino, com superávit de vagas nos dois cenários.

Brasil Novo apresentará oferta de vagas em todos os níveis para o próximo semestre.

Em Anapu o relatório aponta um déficit histórico ensino infantil, não relacionado à construção da UHE Belo Monte. Nos outros níveis haverá oferta de vagas para o próximo semestre.

Para Senador José Porfírio a estimativa é de que a Educação Infantil tenha pequena elevação na demanda por vagas, podendo haver déficit de duas vagas. Para o Ensino Médio estima-se 35 vagas em déficit, que poderão ser alocadas em salas de EMEF no período noturno.

Recomendação:

As atividades para a qualificação do corpo docente devem ser inseridas no cronograma.

2.4 Plano de Requalificação Urbana

2.4.1 Programa de Intervenção em Altamira

2.4.1.1 Diretrizes para o Planejamento Integrado

Elaboração de diretrizes gerais de planejamento integrado

Apresentação e discussão com a prefeitura municipal

Foi informado que o documento das Diretrizes de Planejamento Integrado será reapresentado para a prefeitura municipal com o objetivo de discutir o conjunto das intervenções na cidade, incorporando as discussões específicas sobre o reassentamento urbano coletivo, sistema viário urbano, projeto de parques e orlas e projetos de infraestrutura.

Sistema viário

Conforme o 4º Relatório Semestral, atualmente se encontra em estudo as conexões viárias que deverão ligar a malha viária existente com as áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) - via de acesso para o loteamento Jatobá e Água Azul pela via parque do igarapé Ambé; via de acesso para o loteamento São Joaquim pela via parque do igarapé Altamira e via de acesso para o loteamento Laranjeiras.

Para o loteamento Laranjeiras, além dos acessos viários foi estudado um acesso por via fluvial, considerando que este loteamento pode receber uma parcela dos moradores elegíveis para o RUC que tem sua atividade econômica principal ligada ao rio.

Segundo o empreendedor, está em fase de avaliação pelo DNIT a implantação de um anel viário a partir do desenho de um novo traçado para o trecho urbano da Rodovia

18/96
SA
18/96
18/96

Transamazônica (BR-230). Informou que há uma articulação em curso entre o DNIT e a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), a fim de que o novo traçado esteja inserido no Plano Diretor de Altamira. Foi relatado no 4º Relatório que a Norte Energia aguarda a conclusão das negociações entre o DNIT e a PMA para contribuir com a elaboração do anteprojeto a fim de que a partir dele sejam obtidas as licenças e o DNIT faça as necessárias contratações e inicie as obras em junho de 2014.

O 4º Relatório trouxe a informação de que foi elaborado um novo estudo de tráfego em complementação ao primeiro apresentado na vigência do 3º relatório consolidado semestral. Este novo estudo foi considerado como premissa para elaboração das diretrizes do projeto Parques e Orla visando à manutenção da conectividade urbana entre os bairros situados ao norte do igarapé Altamira e o centro da cidade. Algumas considerações levantadas neste estudo: a) a ponte da R. João Coelho constitui a travessia mais importante entre a área central da cidade e o bairro Brasília e entorno, visto que apresenta maior volume e frequência de atravessamentos; b) atualmente, o tráfego pesado de caminhões que chega à cidade usa o sistema viário interno, visto que o trecho urbano da BR-230 está em condições precárias de trafegabilidade; c) de 30 a 40% do fluxo gerado pelos novos reassentamentos previstos na região noroeste da cidade, deverá utilizar a ponte da R. Gondim Lins, enquanto a outra parte do fluxo deve usar a R. João Coelho devido à concentração de comércio e serviços.

Por fim, a Norte Energia informou que, visando minimizar os impactos que poderão ser gerados pela implantação das obras de abastecimento de água e coleta de esgoto na cidade de Altamira, foram elaboradas diretrizes de gestão de tráfego a serem implantadas durante o período das obras, que visem organizar e sinalizar o tráfego a fim de garantir a continuidade dos fluxos dentro do município. Informou ainda que este estudo encontra-se em fase final para apresentação a municipalidade.

Drenagem urbana

Sobre a implantação do sistema de drenagem urbana em Altamira, o Ibama analisou o tema por meio da Nota Técnica n.º 6752/2013 COHID/IBAMA, elaborada em 21 de outubro de 2013.

Residências dos trabalhadores

No que tange à construção das residências dos trabalhadores em Altamira, após análise do 3º Relatório Semestral, realizada por meio do Parecer n.º 4933/2013, o Ibama notificou a Norte Energia, mediante Ofício n.º 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA, a *concluir a implantação das 120 casas previstas para a Gleba Jatobá, no prazo de 60 (sessenta) dias e finalizar a implantação da 380 casas restantes, em duas áreas adicionais, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.*

Em resposta à primeira parte da solicitação (implantação de 120 casas na Gleba Jatobá no prazo de 60 dias) a Norte Energia encaminhou o documento CE 101/2013-PR, protocolado em 23 de setembro de 2013. Conforme o empreendedor, das 120 casas, 104 serão implantadas na gleba São Joaquim e 16 na gleba Jatobá. Até a data de entrega do documento mencionado, 86 residências já haviam sido implantadas, sendo o restante (34 casas) seriam implantadas até dezembro de 2013.

Quanto à segunda parte da solicitação (implantação de 380 casas em duas áreas adicionais no prazo de 120 dias), a Norte Energia ainda não se manifestou.

2.4.1.2 Projeto de Reassentamento

Comentários e Recomendações:

Os planos de Atendimento à População Atingida e de Requalificação Urbana, do qual este projeto é integrante, interligam-se por meio de diversas atividades pertencentes a um e a outro, mas cujos resultados servem a ambos. A importância decisiva destes resultados é proporcionar uma visão específica do grau de atendimento aos impactos causados pela

 19/06 

construção da UHE Belo Monte à população urbana atingida, notadamente em relação à melhoria da qualidade de vida na cidade de Altamira.

Os dados apresentados pelo 4º Relatório Consolidado apontam avanços imprescindíveis na execução das atividades planejadas para as etapas de identificação, elaboração de critérios, avaliação do potencial de ocupação, e seleção e aquisição das cinco áreas definidas para reassentamento. No mesmo sentido, as atividades de elaboração e apresentação dos projetos e licenças para a urbanização de algumas das áreas, as reuniões para apresentação e discussão do projeto com a população e o início da implantação (terraplenagem, sistemas de água, esgoto, drenagem, luz elétrica, casas etc) avançam em conformidade com o derradeiro cronograma para negociação, reassentamento e transferência das famílias atingidas de Altamira, acordado entre Ibama e Norte Energia.

Solicita-se, para o próximo relatório semestral, a apresentação de informações sobre os seguintes itens deste projeto:

- conforme citado acima, a execução das atividades apresentadas no cronograma atualizado do RUC (o qual é integrado ao Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, 5.1.8), que foi encaminhado pela CE 403/2013-DS, de 04/10/2013, deve ocorrer de maneira ajustada aos prazos inicial e de conclusão das ações, permitindo que a partir de T3 de 2014 permaneçam somente as atividades de avaliação e monitoramento;
- continuidade das reuniões com a população, no âmbito do Comitê do RUC dentro do FAS, para o acompanhamento contínuo das ações de implantação. Da mesma forma, devem ser mantidas as reuniões e consultas à Prefeitura de Altamira, para realização do alinhamento necessário ao licenciamento ambiental municipal das áreas faltantes e às diretrizes municipais para requalificação urbana;
- atendimento às exigências de construção de equipamentos sociais e de infraestrutura nas cinco áreas de RUC, estabelecidas em consonância com o poder público local e com atenção ao cumprimento das recomendações exaradas na Nota Técnica nº 6401/2013 CGENE/IBAMA;
- no tocante a: i) articulação com o poder executivo de Altamira sobre a realização de um conjunto de obras viárias necessárias à integração das áreas do RUC com a malha urbana e sua adequação com um projeto de transporte coletivo que atenda os novos bairros, e ii) desenvolvimento de estratégias de priorização de ações para o processo de mudança dos moradores dos igarapés para as áreas de RUC, atentamos para a adoção dos procedimentos assinalados nos ofícios 02001.013047/2013-DILIC/IBAMA, e 02001.013049/2013-71 DILIC/IBAMA, ambos encaminhados à Norte Energia e recebidos em 22/10/2013;
- desenvolvimento de ações conjuntas com o Projeto de Recuperação das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas, segundo encaminhamentos propostos pelo próprio empreendedor; e
- implantação de 500 (quinhentas) casa para a Vila dos Trabalhadores de Altamira, enquanto não forem apresentadas pela Norte Energia, e devidamente avaliadas por este Ibama, as ratificações técnicas e operacionais que justifiquem a redução desse montante para 120 (cento e vinte) casas, em conformidade com estabelecido pelo ofício 02001. 012864/2013-12 DILIC/IBAMA, encaminhado à Norte Energia e recebido em 18/10/2013.

2.4.1.3 Projeto de Parques e Reurbanização da Orla

Comentários e Recomendações:

Em acordo com o acompanhamento realizado por este Ibama e com os dados apresentados no presente 3º Relatório, este projeto tem avançado em sua implementação, sobretudo à medida em que suas interfaces com outros projetos relacionados ao reafeiçoamento urbano de Altamira e ao uso do rio Xingu ficaram mais evidenciadas. De

20/96
[Assinaturas]

maneira específica, reuniões foram realizadas no segundo semestre do corrente ano entre o Ibama, o empreendedor e outros órgãos convidados a contribuírem com pareceres técnicos, visando um detalhamento de informações e procedimentos que refinem e favoreçam a execução exitosa do projeto do ponto de vista socioambiental.

À seguir, relaciona-se as informações que deverão constar no 5º Relatório Consolidado, tendo por base as providências acordadas nas citadas reuniões e nos dados de implementação apresentados no documento ora analisado:

Reuniões:

- confirmação e planejamento das intervenções na orla do rio Xingu a partir da área da Reicon;
- caracterização das novas ocupações ocorridas na zona urbana após a finalização do cadastro socioeconômico (CSE);
- avaliações, indicadores e conclusões da força tarefa constituída pelo empreendedor, gestora, coordenadores e executores para realizar supervisão do cronograma integrado das intervenções em Altamira, no período avaliado;
- estudos detalhados sobre a proteção dos sistemas viários e das pontes em relação às cheias centenárias e respectivos estudos de remanso para o período pré e pós enchimento do reservatório do Xingu, incluindo demanda da Agência Nacional de Águas sobre o quê efetivamente será retirado antes do enchimento, o quê permanecerá e os efeitos hidráulicos derivados nesse cenário após o enchimento;
- resposta da Prefeitura Municipal de Altamira aos estudos de remanso entregues pela Norte Energia para as adequações a serem feitas na ponte construída pela municipalidade no igarapé Altamira;
- inserção das atividades de construção do atracadouro e pier no igarapé Pannels, bem como a dragagem do leito e alargamento das margens em sua foz, no cronograma do RUC para as famílias atingidas do entorno do Pannels e colônia de pescadores. Quanto à estes últimos, faz-se urgente a definição quanto à aceitação daquela área para reassentamento;
- no que se refere à drenagem urbana, considerações foram feitas na análise do projeto 5.1.6, Diretrizes para o Planejamento Integrado;
- detalhamento do estudo de tráfego considerando as retiradas das pontes de madeira para o enchimento do reservatório até a entrada em operação das pontes definitivas;

Continuidade na apresentação dos dados de implementação:

Parque Igarapé Altamira:

- avaliação e apresentação dos Dados de Engenharia e definição de diretrizes do projeto, datados para finalizar em T3/2013;
- resultados das reuniões e articulações institucionais para consolidação das diretrizes do projeto, datados para finalizar em T3/2013;
- apresentação do detalhamento do projeto conceitual/básico para a área do parque e entorno, datados para finalizar em T3/2013;
- o posicionamento (contribuições) da Prefeitura municipal de Altamira para o projeto, incluindo a análise da viabilidade ou não do pleito solicitado pela municipalidade e mencionado no documento CE 0300/2013 – DS, de 29/07/13;
- o posicionamento (contribuições) da sociedade para o projeto;
- encaminhamentos do projeto viário e de drenagem para a área do parque e entorno, datados para finalizar em T3/2013;
- encaminhamentos do projeto de dragagem e reafeição das margens do reservatório, datados para finalizar em T4/2013;

[Handwritten signatures and initials]
21/96

- encaminhamentos do projeto paisagístico, equipamentos de lazer e mobiliário;
- encaminhamentos da elaboração do Projeto de Manejo da área de Conservação do Parque e Entorno;

Parques Igarapés Ambé e Panelas

- resultados da avaliação dos dados de engenharia e remanejamento, datados para finalizar em T3/2013;
- resultados das reuniões e articulações interinstitucionais para consolidação das diretrizes do projeto, datados para finalizar em T3/2013;
- encaminhamentos do detalhamento do projeto conceitual/básico para a área do parque e entorno;
- resultados da apresentação para a Prefeitura Municipal de Altamira, datados para finalizar em T4/2013;
- o posicionamento (contribuições) da sociedade para o projeto;
- andamento da elaboração do Projeto Viário e de Drenagem para a Área do Parque e Entorno;

Reordenamento da orla do rio Xingu

- resultados da avaliação dos dados de engenharia e remanejamento, datados para finalizar em T3/2013;
- resultados do levantamento das demandas por infraestrutura náutica e atividades associadas, datados para finalizar em T3/2013;
- apresentação do detalhamento do projeto conceitual/básico para a área do parque e entorno, datados para finalizar em T4/2013;
- resultados da apresentação para a prefeitura municipal de Altamira e o posicionamento (contribuições) da sociedade para o projeto, datados para finalizar em T4/2013;
- detalhamento do projeto de readequação do sistema viário e passeios, datados para finalizar em T4/2013;
- encaminhamentos (incluindo cronograma) do projeto das estruturas de atracação (pier e atracadouro das balsas);
- encaminhamentos dos projetos: do centro náutico, do Espaço Altamira – Casa da Cultura, dos novos quiosques e equipamentos públicos e complementares.

2.4.1.4 Projeto de Saneamento

Sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitário

As obras de implantação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciadas em junho de 2013, quando foi concedido pela prefeitura o alvará para construção de obras lineares em vias públicas em favor da Norte Energia.

Conforme o empreendedor, para atender o prazo estabelecido no PBA para a conclusão do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto foram definidas estratégias de otimização do período de obras, como realização dos trabalhos em dois turnos e maior número de frentes de obra. Quando da entrega do 4º Relatório, haviam 20 frentes de serviços executando as obras do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 16 frentes implantando as redes coletoras de esgoto e abastecimento de água, linhas de recalque e coletores tronco, distribuídos da seguinte forma: bairro Bela Vista; bairro Ibiza; bairro Independente II; bairro Esplanada do Xingu; bairro Mutirão; bairro Liberdade e bairro São Domingos. Também, existem outras 4 frentes de trabalho: uma na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, duas nos reservatórios apoiados (RAPs) nos bairros Santa Ana e Brasília e uma na reforma da Estação de Tratamento de Água – ETA.

22/96
Handwritten signatures and initials.

11441
184866

Foi informado que foram elaboradas diretrizes de gestão de tráfego a serem implantadas durante o período das obras, que visem organizar e sinalizar o tráfego a fim de garantir a continuidade dos fluxos na cidade. Entre os meses de junho e julho de 2013 a Norte Energia enviou ofícios ao Departamento Municipal de Trânsito de Altamira, informando os locais e horários que seriam realizados os trabalhos e solicitando apoio deste órgão na logística e segurança nas vias onde seriam realizados os levantamentos topográficos e as obras.

Remediação do lixão de Altamira

As obras de remediação do lixão continuam em andamento, sendo que a terceira célula encontra-se em fase final de obras. O projeto ainda prevê a abertura de duas novas células. Conforme informado junto ao 4º Relatório, a área da remediação terá uma capacidade maior de receber lixo novo do que o previsto inicialmente, em no mínimo mais 60 dias a partir de agosto de 2013.

Aterro sanitário

O projeto executivo do novo aterro sanitário foi finalizado e a empresa contratada para execução deu início às obras.

Conforme a Norte Energia, quando da entrega do 4º Relatório, já haviam sido executados os serviços de limpeza do terreno, locação das células. Encontrava-se em fase de conclusão os serviços nas edificações do galpão de triagem e bloco administrativo, assim como a conclusão da primeira célula, que já foi escavada e será concluída com o término da impermeabilização e drenagem para poder receber resíduos. Também haviam sido iniciados os trabalhos de escavação da segunda célula e construção de estufa para o cultivo de mudas de árvores do cinturão verde.

2.4.2 Programa de Intervenção em Vitória do Xingu

Estabelecimento de diretrizes gerais

Detalhamento das diretrizes para ordenamento do crescimento

Plano Urbanístico Básico

Conforme relatado no 4º Relatório, houve uma interação mais frequente entre a Norte Energia e a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu no primeiro semestre de 2013 com o objetivo de discutir diretrizes urbanísticas e de planejamento regional municipal.

O empreendedor esclareceu que a alteração da localização da vila residencial e o fluxo populacional abaixo do previsto para a sede de Vitória do Xingu condicionou a reformulação das diretrizes urbanísticas e o redimensionamento das atividades ligadas à implantação das obras, tanto para a vila residencial como para a sede.

As novas premissas orientaram a elaboração da versão preliminar do Plano Urbanístico Básico (PUB) para a sede do município. Em 12 de março de 2013 o empreendedor apresentou a versão preliminar do PUB para a prefeitura. A prefeitura, por sua vez, aportou novas informações para a consolidação do documento, como novas tendências de crescimento, projetos e demais intervenções diretas na sede municipal. No segundo encontro, em 21 de março de 2013, foi exposto pela prefeitura a necessidade de formar um grupo permanente de discussões relacionadas às ações de intervenção no território. Neste sentido, foi criado um GT composto por representantes das secretarias de Planejamento e Finanças, Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação e Secretaria de Habitação e do Departamento de Trânsito.

A Norte Energia informou que a agenda de trabalho para o mês de abril de 2013 proposta para o GT foi cumprida e se iniciou com a revisão do projeto do Plano Diretor Municipal. Informou ainda que a versão preliminar do PUB foi revisada e complementada e foi reapresentada para o GT em 28 de maio de 2013. O documento final foi entregue para o GT em 13 de junho de 2013 e oficialmente encaminhado à prefeitura em 28 de junho 2013. Conforme a Norte Energia, o PUB aborda questões relativas ao ordenamento territorial, à

23/96
[Assinaturas]

infraestrutura viária, a sistemas de áreas verdes e de lazer e a áreas prioritárias de requalificação urbana.

Por fim, o empreendedor informou que em 8 de agosto de 2013 foi realizada reunião com o GT e o prefeito para discutir assuntos como turismo, implantação do estaleiro, Travessão 40, Casa de Memória, escolas e outras obras previstas no PBA, ficando acordada a elaboração de uma agenda para discutir o conjunto de ações previstas para o município.

Cabe ressaltar que resta ainda que o PUB seja apresentado e discutido com a população do município.

Pavimentação e Drenagem Urbana

No que tange às obras de drenagem urbana, foi informado que estas seriam finalizadas em agosto de 2013, e que com o fechamento das valas seria dado prosseguimento as obras de pavimentação, que deveriam ser finalizadas em dezembro de 2013.

Cumprir informar que a equipe técnica do Ibama, por meio do Parecer n.º 4933/2013 e Nota Técnica n.º 6322/2013 COHID/IBAMA, recomendou que a Norte Energia fosse penalizada pelo atraso na implantação do sistema de drenagem urbana na sede de Vitória do Xingu.

Os referidos documentos foram encaminhados à Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama para que fossem aplicadas as medidas administrativas cabíveis.

Vila residencial dos trabalhadores

As obras da vila residencial dos trabalhadores continuam em execução. Conforme o 4º Relatório, até o final de agosto de 2013 já haviam cerca de 500 casas instaladas; o supermercado com sua estrutura concluída, piso, fechamento e cobertura em andamento; a escola infantil integralmente terminada; e a escola de ensino médio/fundamental com sua estrutura, cobertura e fechamento em andamento.

Requalificação do travessão 40

A Norte Energia informou que acordou com a prefeitura as seguintes ações no Travessão km 40:

- Efetuar obras de drenagem (bueiros, valetas, saídas de água e meio fio);
- Rebaixamento de ladeiras e aterros nos pontos baixos onde o lençol freático é bastante superficial;
- Implantar revestimento primário com cascalho e/ou piçarra;
- Melhoria/recuperação de pontes existentes, construção de novas;
- Sinalização vertical e horizontal.

Em 28 de junho de 2013 a Norte Energia encaminhou à prefeitura as especificações técnicas propostas para viabilizar as melhorias no Travessão do km 40 para apreciação da municipalidade, com vistas ao início das obras.

Cabe ressaltar que a empresa responsável pela execução das obras já foi definida pela Norte Energia.

Por fim, a Norte Energia informou que está aguardando a manifestação favorável da prefeitura no que tange às especificações técnicas para dar início as obras.

2.4.2.1 Projeto de Saneamento

Sistema de abastecimento de água

Como já relatado em relatórios passados, o empreendedor informou que as obras do sistema de água vem sendo executadas pela prefeitura com recursos provenientes da Funasa.

Para obtenção de informações sobre o sistema que vem sendo implantado a Norte Energia tem encaminhado correspondências à prefeitura.

O empreendedor informou que as informações ainda não foram formalmente encaminhadas à Norte Energia, que, por sua vez, tem realizado o acompanhamento da implantação do sistema.

24/96
H
MP

Foi informado ainda que uma reunião foi realizada, em 8 de agosto de 2013, entre Norte Energia e prefeitura e, entre as diversas ações discutidas, ponderou-se pela atuação da Norte Energia em caráter complementar, implantando a continuidade do sistema de abastecimento de água em dois bairros da sede urbana. O empreendedor está aguardando a manifestação oficial da prefeitura sobre este entendimento.

Sistema de esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento sanitário encontra-se em implantação. Conforme o 4º Relatório, a rede encontra-se com percentual de 95% de conclusão e, no caso das elevatórias, estas possuem um avanço de 10% das obras, com duas em montagem e duas escavadas.

Aterro sanitário

O aterro sanitário encontra-se em implantação. Uma primeira célula foi adiantada para receber resíduos da sede municipal por 8 meses. Neste sentido, o aterro já se encontra em operação.

A Norte Energia informou que além desta célula, foram escavadas mais duas células. Estão em processo de finalização as estruturas de apoio da guarita e do galpão para triagem, com 80% das obras concluídas. Também foram iniciadas as obras da lagoa facultativa e filtro anaeróbico, assim como as obras dos acessos internos.

2.4.3 Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal

Estabelecimento de diretrizes gerais

Elaboração de plano mestre para área do projeto e atividade

Estabelecimento de diretrizes para o ordenamento do crescimento

Plano Urbanístico Básico

Apresentação e discussão do Plano Urbanístico Básico com a população

O 4º Relatório ressaltou que a mudança da localização da vila dos trabalhadores da UHE Belo Monte para as margens da BR-230 introduziu novas variáveis nos estudos para o estabelecimento de diretrizes de ordenamento do crescimento, tanto para a sede de Vitória do Xingu, como para as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, já que ficou configurado um novo eixo de desenvolvimento ao longo da rodovia.

Foi informado que o Plano Urbanístico Básico (PUB) e Plano Mestre foram elaborados em conjunto. Enquanto o Plano Mestre buscou orientar as ações relacionadas ao crescimento populacional, expansão da malha e reorganização de atividades urbanas, o PUB tratou da consolidação das diferentes intervenções, sobretudo nas áreas de infraestrutura e equipamentos urbanos, de forma a dotar as comunidades de padrões mínimos de serviços e infraestrutura urbana. A Norte Energia informou ainda que esses documentos estão sendo apresentados às respectivas prefeituras municipais para avaliação e discussão.

Conforme o 4º Relatório, em Vitória do Xingu a apresentação dos documentos de diretrizes urbanísticas desenvolvidas para Belo Monte será feita no foro de discussão já formado pelo Grupo de Trabalho, da mesma forma que foi reapresentada a revisão e entregue o documento do PUB para a sede de Vitória do Xingu.

Já em Anapu, o empreendedor informou que no mês de julho foi apresentada para o prefeito a versão preliminar do Plano Mestre e PUB de Belo Monte do Pontal, e serão agendados novos encontros para apresentação e discussão das diretrizes com a equipe técnica da prefeitura.

Dada a morosidade do empreendedor em elaborar os planos e apresentá-los às municipalidades, recomenda-se que a Norte Energia seja notificada a apresentar e discutir com as prefeituras (Vitória do Xingu e Anapu) e população os planos urbanísticos (PUB e Plano Mestre) e as diretrizes para ordenamento do crescimento, como previsto no PBA.

Adequação dos atracadouros das balsas

No que tange ao projeto de adequação dos atracadouros das balsas, após análise do 3º Relatório Semestral, realizada por meio do Parecer nº 4933/2013, o Ibama notificou a

25/06
EF 25/06 JCC MP
W. J. P. A. P.

Norte Energia, mediante Ofício n.º 02001.009795/2013-60 GABIN/PRES/IBAMA, a encaminhar informação sobre as datas de início e finalização da implantação da adequação dos atracadouros das balsas nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em resposta, a Norte Energia encaminhou a correspondência CE 091/2013-PR, que foi analisado pelo Ibama, por meio da Nota Técnica n.º 6322/2013 COHID/IBAMA.

Abaixo se encontra trecho da análise exposta na referida nota sobre o tema:

No que tange à adequação dos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, as obras ainda não foram iniciadas. Cumpre destacar que as obras deveriam ter sido finalizadas em dezembro de 2012.

Conforme o empreendedor, em maio de 2013 foi confirmada pelo DNIT a existência de projeto executivo para implantação de uma ponte estaiada sobre o rio Xingu, que substituirá as estruturas e equipamentos atualmente disponíveis nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal para transposição do rio por meio de balsas. Segundo a Norte Energia, o DNIT informou que a ponte estará operacional em meados de 2016.

A Norte Energia entende que a implantação de uma ponte no local interfere substancialmente na implantação do projeto de adequação dos atracadouros. Neste sentido, propõe apenas realizar melhorias nas rampas de embarque e desembarque situadas em ambas as localidades. Estas melhorias seriam iniciadas em setembro de 2013 e finalizadas em janeiro de 2014.

Entende-se que não há elementos suficientes para aprovar alterações no projeto de adequação dos atracadouros das balsas previsto no PBA, considerando que, até o momento, não há garantias que a ponte de fato estará implantada em meados de 2016. Para avaliar se a proposta da Norte Energia é suficiente para mitigar o impacto na trafegabilidade local é necessário uma manifestação formal do DNIT, que traga garantias que a ponte estará operacional em 2016.

Por fim, com base nas informações apresentadas pelo empreendedor, fica evidenciado os atrasos para conclusão das obras de adequação dos atracadouros das balsas, sem, contudo, terem sido adotadas medidas alternativas para contornar os eventuais prejuízos à população.

Neste sentido, devem ser mantidas as recomendações do Parecer n.º 4933/2013 de que a Norte Energia seja penalizada pelos atrasos em concluir as obras de adequação dos atracadouros das balsas nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

As conclusões da Nota Técnica n.º 6322/2013 COHID/IBAMA foram encaminhadas à Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama para que fossem aplicadas as medidas administrativas cabíveis em desfavor da Norte Energia, considerando que o projeto de adequação dos atracadouros já deveria ter sido executado até o final de 2012.

Por meio do Ofício 02001.011895/2013-56 DILIC/IBAMA, o Ibama informou a Norte Energia as conclusões expostas na Nota Técnica n.º 6322/2013, conforme texto abaixo:

1. *Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, informo que a proposta de alteração do projeto de adequação dos atracadouros das balsas em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, apresentada pela Norte Energia por meio do documento CE 091/2013-PR, não trouxe elementos suficientes para avaliação do projeto.*
2. *Deste modo, solicito que o referido documento seja complementado por avaliação técnica de suficiência da alteração proposta para atender a trafegabilidade no local até a data prevista para a implantação da ponte sobre o rio Xingu.*
3. *Adicionalmente, informo que para a manifestação final do Ibama, é necessário que seja encaminhada declaração do DNIT sobre o cronograma de instalação e operação da ponte sobre o rio Xingu.*

Até o momento a Norte Energia não apresentou resposta ao referido ofício.

Pavimentação e drenagem urbana

Quanto às obras de drenagem, foi informado que estas já foram finalizadas em ambas as localidades. Já as obras de pavimentação estão em andamento.

Cumprir informar que a equipe técnica do Ibama, por meio do Parecer n.º 4933/2013 e Nota Técnica n.º 6322/2013 COHID/IBAMA, recomendou que a Norte Energia fosse penalizada pelo atraso na implantação do sistema de drenagem urbana nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

26/06
[Assinaturas]

Os referidos documentos foram encaminhados à Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama para que fossem aplicadas as medidas administrativas cabíveis.

Recomendações:

Recomenda-se que a Norte Energia seja notificada a apresentar e discutir com as prefeituras (Vitória do Xingu e Anapu) e população os planos urbanísticos (PUB e Plano Mestre) e as diretrizes para ordenamento do crescimento, como previsto no PBA.

2.4.3.1 Projeto de Saneamento

Sistema de abastecimento de água

Foi informado no 4º Relatório que as prefeituras (Vitória do Xingu e Anapu) aprovaram, no semestre passado, o novo sistema de abastecimento de água (captação de água superficial) a ser implantado nas localidades.

A Norte Energia informou ainda que foi iniciado o processo de contratação das empresas e aquisição das áreas necessárias para implantação do projeto. O licenciamento ambiental das obras foi iniciado junto à SEMAT (para a localidade de Belo Monte) e SEMA/PA (para a localidade de Belo Monte do Pontal).

Sistema de esgotamento sanitário

Os sistemas de esgotamento sanitário foram implantados nas duas localidades.

Junto ao 4º Relatório o empreendedor informou que promoveu o treinamento e a capacitação de funcionários das prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu em julho e agosto de 2013. Foi promovido treinamento teórico sobre o funcionamento e operação das ETE's e o comissionamento das elevatórias.

Informou ainda que para a efetivação das ligações nos domicílios das duas localidades foi solicitado apoio das administrações municipais e reiterado junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA o pedido de inclusão das localidades no Projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD. A Norte Energia também realizou solicitações de apoio junto à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de inclusão dessas localidades no programa da Funasa.

Cumprе ressaltar que a operação dos sistemas de esgotamento implantados depende das ligações domiciliares e das adequações sanitárias nas residências das duas localidades.

Aterro sanitário

Segundo a Norte Energia, a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, em reunião realizada no dia 8 de agosto de 2013, se manifestou considerar mais viável que a solução definitiva para a disposição de resíduos da localidade de Belo Monte seja o aterro sanitário em implantação na sede do município, o qual já vem recebendo os resíduos dessa localidade. Foi informado ainda que a prefeitura solicitará equipamentos de limpeza pública ou veículos para transporte dos resíduos em substituição às obras de um aterro específico para a localidade de Belo Monte, considerando que tal logística viabilizaria uma operação otimizada do aterro pela prefeitura. Por fim, o empreendedor informou que esse entendimento será formalizado pela prefeitura junto à Norte Energia, e prontamente encaminhado para conhecimento do Ibama.

Já para a localidade de Belo Monte do Pontal, a Norte Energia ressaltou que firmou, em 16 de julho de 2013, um termo de convênio com triplice signatários: Norte Energia, Prefeitura de Anapu e a de Vitória do Xingu, onde a Prefeitura de Anapu autorizou a Norte Energia a realizar a triagem e o transporte dos resíduos gerados em Belo Monte do Pontal e, por outro lado, a Prefeitura de Vitória do Xingu autorizou a disposição dos resíduos no aterro do canteiro de obras localizado no município. Os serviços de triagem e transporte dos resíduos de Belo Monte do Pontal foram contratados pela Norte Energia e as atividades iniciadas em agosto de 2013.

O empreendedor informou ainda que foram realizadas reuniões com o município e reiterada a solicitação de aprovação do projeto de aterro sanitário na localidade de Belo

27/06
[Assinaturas]

Monte do Pontal, reencaminhando a municipalidade o projeto entregue em 2012. Em reunião realizada no 7 de maio de 2013 a prefeitura informou a Norte Energia sobre o planejamento de tratar e beneficiar os resíduos sólidos de todo o município por meio de um projeto a ser executado com recursos do Ministério das Cidades, ainda em fase de consolidação. E que a implantação de um aterro sanitário específico para a localidade de Belo Monte do Pontal geraria custos adicionais de manutenção para a municipalidade.

Recomendações:

Recomenda-se que seja determinado um prazo pelo Ibama para que a Norte Energia inicie e finalize as obras do novo sistema de abastecimento de água (captação de água superficial) nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Da mesma forma, recomenda-se que o Ibama determine um prazo para que a Norte Energia encaminhe as manifestações formais das prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu sobre o entendimento destas quanto à implantação de aterros sanitários nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

2.5 Plano de Articulação Institucional

2.5.1 Programa de Interação e Articulação Institucional

Este Programa será objeto de parecer específico.

2.5.2 Programa de Fortalecimento da Administração Pública

Este Programa será objeto de parecer específico.

2.5.3 Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos

Este Programa será objeto de parecer específico.

2.5.4 Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas

De acordo com o documento apresentado, a implantação do Plano de Articulação Institucional no período base do 4º Relatório Consolidado passou por um aperfeiçoamento, conferindo um recorte mais executivo aos trabalhos.

Um dos principais resultados decorrentes desse aperfeiçoamento refere-se à articulação das interfaces com os demais Projetos e Programas ambientais do PBA, que passaram a se intensificar e a ocorrer com base nas necessidades efetivas das contrapartes. Deste modo, em lugar de se promover discussões mais gerais, a estratégia se orienta mais diretamente às necessidades das municipalidades que passam a ter maior facilidade para compreender os propósitos da Norte Energia e ações que deve executar.

No âmbito do desenvolvimento dos seus programas e qualificação dos seus instrumentos, foi destacado que as oficinas de planejamento e gestão estão em curso. Foi ressaltada a criação e formalização do Grupo de Trabalho para acompanhamento de ações relacionadas às adequações necessárias no Plano Diretor e no Plano Urbanístico Básico do município de Vitória do Xingu Posteriormente o Grupo de Trabalho também poderá realizar acompanhamento de interface entre a Norte Energia e a gestão municipal.

A Norte Energia exerceu atividade de apoio aos municípios, na elaboração de legislação urbanística e outras a ela associadas, prestando apoio técnico por meio do Programa de Fortalecimento da Administração Pública para que os servidores da Prefeitura de Vitória do Xingu se apropriassem do Plano Diretor. O Plano Urbanístico Básico previsto no Programa de Intervenção em Vitória do Xingu foi apresentado e referendado pelo Município, tendo sido pactuado o encaminhamento formal do documento à Prefeitura.

Diante da transição das administrações municipais houve, também no âmbito das Oficinas de Planejamento e Gestão, a identificação da necessidade de atividades de reapresentação do Projeto Básico Ambiental aos novos gestores. Esta atividade, desenvolvida

no âmbito do Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos já foi realizada em Anapu e Brasil Novo, e está prevista nos demais municípios da AID, mediante a compatibilização de agendas.

O Plano de Desenvolvimento Microrregional e o termo de referência para a entidade microrregional já foram elaborados. Destacou-se que estão sendo envidados esforços para a adesão das municipalidades com vistas a criação da referida entidade, visto que é a instância responsável pela implementação do Plano de Desenvolvimento Municipal.

No que se refere à capacitação de gestores e técnicos municipais, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Administração Pública, a Norte Energia implementará as atividades por meio da contratação de instituição especializada, que tradicionalmente desenvolve trabalhos junto a governos municipais para a realização, no próximo período, de cursos no campo da administração e políticas públicas.

Estão sendo realizadas ações destinadas a apoiar aos Municípios da AID na elaboração do PPA, LDO e LOA; Planejamento urbano e uso e ocupação do solo; Gestão e operacionalização de aterro sanitário, na perspectiva de criar os meios para: o auxílio técnico; normalização e implantação e estruturação da fiscalização municipal e; implementação e reforma administrativa.

No período referente ao 4º Relatório, foram realizadas reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.

Durante o período realizou-se o planejamento para executar as atividades de capacitação do Galpão de Oportunidades Itinerante, do Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas. A Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), a partir de sua base local, vem realizando um trabalho de estímulo à economia com o envolvimento do empresariado dos Municípios da AID e de instituições de referência em desenvolvimento local e regional.

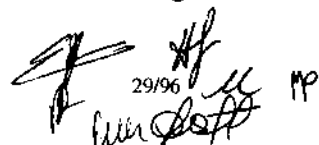
Com isso, afirma o relatório têm sido desenvolvidas ações de regularização de fornecedores e apoio a organização empresarial, de forma a estimular os atores econômicos privados na busca da completa adequação de seus empreendimentos à legislação vigente, elemento inerente a seu cadastramento junto à instância municipal, bem como a identificação de instituições públicas e privadas para implantação dos projetos; identificação de oportunidades e inserção da questão do desenvolvimento de fornecedores no centro do arranjo institucional local e regional.

Os resultados obtidos pelo Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos deverão ser aproveitados para o fortalecimento do Gabinete de Gestão, de forma a que o município se aproprie de dados que influenciam na sua gestão.

Em outubro de 2013 foi encaminhado, por meio do Ofício CE 0419/2013-DS a Nota Técnica "Revisão do Plano de trabalho de Articulação Institucional" para atendimento do Ofício 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/IBAMA, que determinou à Norte Energia: *Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, revisão do Plano de Articulação Institucional com vistas a verificar se os objetivos e metas traçadas permanecem válidos, assim como identificar as ações necessárias para alcançá-las [...].*

De acordo com a Nota Técnica, a revisão do Plano de Articulação Institucional foi realizada com vistas a verificar se os objetivos e metas traçadas permanecem válidos, assim como identificar as ações necessárias para alcançá-las. A Norte Energia entendeu que a melhor abordagem seria a reconcepção da implantação do Plano de Articulação Institucional, devidamente configurada por meio de Plano de Trabalho, em que conste a caracterização das atividades a serem realizadas e seus respectivos prazos.

Ainda de acordo com a NT, detalhamento dos Planos de Trabalho de cada um dos programas ambientais que compõem o Plano de Articulação Institucional, foi precedido de um quadro específico de avaliação de metas e objetivos, apresentado na NT. A Norte Energia

 29/96 MP

afirma que a releitura das atividades a serem realizadas no Plano de Articulação Institucional teve por fundamento uma abordagem pragmática, que i) privilegia a busca de resultados e ii) se vale do conhecimento já adquirido, sobre as condições de terreno na Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte. Desta forma, as atividades dos programas do Plano de Articulação Institucional deverão estar concentradas em temas onde a Norte Energia já atua, por força da implantação do PBA em sentido amplo.

Comentários e recomendações:

O aperfeiçoamento das atividades dos programas componentes do Plano de Articulação Institucional, executadas no período base do 4º Relatório Consolidado efetivamente conferiu um recorte mais executivo e objetivo aos trabalhos. A articulação das interfaces com os demais Projetos e Programas ambientais do PBA, passaram a estar correlacionadas com as necessidades efetivas das contrapartes.

Tendo em vista, como já apontado anteriormente pelo Ibama, a perda do caráter antecipatório do Plano de Articulação Institucional, a revisão apresentada atende, de maneira geral, ao solicitado pelo Ibama, tornando seus Programas mais focados na mitigação dos impactos já ocasionado pelo empreendimento, e no apoio e capacitação das prefeituras para gerir os municípios dentro da nova realidade regional.

Os planos de trabalhos foram detalhados superficialmente, e não foram previstos mecanismos de avaliação, mas os próximos relatórios de acompanhamento podem apresentar o detalhamento necessário ao acompanhamento do Plano.

Reforça-se a importância da interface do Plano com o Programa de Monitoramento dos Aspectos socioeconômicos, no sentido de que os dados e as análises dos indicadores de educação, saúde e segurança pública possam incrementar os instrumentos de gestão municipais, bem como o aperfeiçoamento dos registros de dados de responsabilidade das prefeituras.

Para o Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e o Desenvolvimento de Atividades Produtivas, as atividades ligadas à meta *Incentivar a qualificação profissional de forma a habilitar a população residente na região para aproveitar as oportunidades de trabalho e geração de renda, desde o início da etapa de implantação do empreendimento, devendo estender-se ao longo da construção e operação da UHE Belo Monte* têm foco principal vinculado ao desenvolvimento da cultura empreendedora, com ênfase no aproveitamento de oportunidades geradas pelo Empreendimento. O objetivo, apontado no EIA, de mitigar a deficiência na qualificação de mão de obra local na região poderia ter ênfase similar.

2.6 Plano de Relacionamento com a População

2.6.1 Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante

O 4º Relatório aponta o contínuo declínio do número de inscrições nos Balcões de Atendimento, e propõe a transferência do Balcão de Vitória do Xingu da sede do município para a vila de Belo Monte.

Considerando todo o período de funcionamento dos Balcões, o total de registros atingiu o valor de 29.398 pessoas. Por volta de 75,6% dos cadastrados são os chamados residentes, ou nascidos nos seus municípios de cadastro e vivem lá até hoje ou que para lá se dirigiram antes de fevereiro de 2010. Entretanto, 24,4% deste total são classificados como migrantes, ou seja, 7.173 indivíduos.

Quanto a participações em cursos profissionalizantes dos cadastrados pelos Balcões, foram 5.167 pessoas, sendo 1.017 migrantes e 4.150 residentes. Especificamente para o CAPACITAR, houve 1.015 migrantes e 3.807 residentes totalizando 4.822 pessoas que passaram pelos Balcões

30/96
MP
UH

Quando se nota o Estado de origem dos migrantes, percebe-se que 51% dos que passaram pelo Balcão são do próprio Pará, seguido pelo Maranhão, com aproximadamente 17%. O percentual dos demais estados não é estatisticamente significativo, porquanto apenas o estado do Tocantins chega a ter aproximadamente 5% do total.

Quanto ao estado civil, aproximadamente 50% são solteiros, enquanto 47,7% são casados ou se encontram em união estável. Dos 7.173 migrantes apenas 17,5% vieram com algum parente, e menos ainda (10,3%) é formado pelo núcleo familiar completo (os dois pais, mais os filhos), enquanto que 24% trouxeram apenas os filhos, e 9% trouxeram apenas o companheiro. De acordo com o relatório, esse perfil provavelmente explica o fato de que a pressão por vagas nas escolas ocorra em menor intensidade do que inicialmente se previa, ou seja, mesmo que haja significativa vinda de migrantes, constata-se que muito poucos trazem seus filhos. Dessa forma, os 7.173 migrantes cadastrados pelos Balcões de Atendimento trouxeram 3.995 pessoas adicionais.

Para verificação da contratação por outros setores foi estabelecida metodologia de pesquisa baseada em amostra aleatória, capaz de subsidiar este programa com informações referentes aos indivíduos cadastrados não selecionados pelo CCBM. Nesse caso, são levantadas informações via telefone para cada indivíduo sorteado, considerando uma amostra composta por quinhentos indivíduos, sendo que são realizados, no mínimo, três contatos, caso o primeiro contato não obtenha sucesso. Essa pesquisa foi iniciada em meados de dezembro e finalizada em fevereiro de 2013. A pesquisa amostral passará a ser realizada semestralmente, sendo incorporadas possíveis melhorias a partir de seus resultados.

Os dados levantados com a primeira pesquisa amostral mostram que dos 500 indivíduos sorteados, 169, ou 36% foram contatados. Os demais não puderam ser localizados, mesmo com pelo menos três tentativas de contato. Do total de migrantes localizados, cerca de 70% estão atualmente empregados, dos quais aproximadamente 47% trabalham no CCBM.

A pesquisa igualmente confirma a hipótese de que parte dos migrantes, quando consegue um emprego e se estabelece, tende a trazer seus familiares, ou seja, por volta de 67% trouxeram suas famílias. Desses que moram com a família, 75% também moram com os respectivos filhos, sendo que a maioria, cerca de 90%, possui até 3 filhos.

A partir de agora, com a reestruturação do Programa, e em comum acordo com o CCBM, logo após se concretizar a contratação do(a) funcionário(a), ele(a) preencherá a ficha cadastral do Balcão de Atendimento.

2.6.2 Programa de Interação Social e Comunicação

De acordo com o 4º Relatório, no período de janeiro a junho/2013, foram realizadas 5.433 visitas a residências e registrados 2.798 questionamentos durante as mobilizações, reuniões e eventos realizados ou apoiados pelos Agentes de Comunicação nas áreas rural e urbana.

Durante as mobilizações, o tema mais recorrente foi o bloco 4 - "Impactos do Empreendimento na Região", que reuniu a maior parte das questões (62% na área rural e 93% na área urbana). No contexto deste bloco de questões, a categoria 4.3 "Aspectos Socioeconômicos e Culturais" foi a mais abordada em ambas áreas. Na área rural, a subcategoria 4.3.1 "Alterações das Condições de Vida da População" alcançou 24% do total de questionamentos. Na área urbana, a subcategoria 4.3.5 "Tratamento do Remanejamento Compulsório da População" concentrou o percentual de 82%.

Do total de questionamentos recolhidos, expressiva maioria se deu no âmbito urbano. Foram esclarecidos durante as reuniões e pela atividade dos Plantões Sociais e Atendimento 0800. No mesmo período, o Atendimento "Belo Monte Aqui" recolheu 1.699 perguntas. A exemplo de semestres anteriores, é mantido o predomínio das questões dirigidas aos Programas Socioeconômicos do PBA, com ênfase no Plano de Atendimento à População Atingida, que inclui o Projeto de Reassentamento Urbano.

31/96
[Assinaturas]

Em relação às maquetes, o relatório registra que a maquete física da UHE Belo Monte está instalada no canteiro do Sítio do Canal, aguardando a conclusão da implantação do Centro de Visitantes, que funcionará para atendimento a visitas de públicos institucionais e da comunidade. Já a maquete eletrônica (DVD) será apresentada nas áreas rural e urbana da AID, de acordo com agenda que está sendo planejada para o segundo semestre de 2013, a partir das atualizações do projeto de engenharia. A apresentação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE) também conta com maquete física, instalada na Casa do Índio e aberta à visitação pública de comunidades indígenas e não indígenas.

Segundo a pesquisa de percepção realizada pelos agentes de comunicação, na área rural, 80% dos entrevistados consideram que as informações são fáceis de entender, enquanto que na área urbana este percentual foi de 73%.

Durante o semestre, os principais esforços dos agentes de comunicação concentraram-se na produção das reuniões comunitárias para apresentação e discussão do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), em apoio ao Plano de Atendimento à População Atingida / Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área Urbana / Projeto Reassentamento Urbano Coletivo.

O programa deu apoio à realização de 37 reuniões comunitárias de discussão do RUC, realizadas entre abril e julho, reunindo 3.431 participantes.

Foi realizada a 2ª Pesquisa de Opinião, aplicada pelo IBOPE com foco na avaliação do Programa. Seus resultados serão utilizados no aprimoramento das ações de interação social e comunicação previstas no PBA.

Comentários e Recomendações:

Novamente se propõe, acertadamente, como encaminhamento para o próximo período a priorização das ações voltadas ao processo de reassentamento e negociação com a população atingida. Reforça-se a importância de que o Programa de Interação Social e Comunicação seja subsidiado com informações seguras e definitivas, que tragam segurança ao processo de comunicação com os atingidos.

2.6.3 Programa de Educação Ambiental de Belo Monte

Este programa será objeto de parecer específico.

2.6.4 Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

No primeiro semestre de 2013 as atividades de captação, crítica, checagem e alimentação de dados continuaram a ser feitas como no semestre anterior, inclusive com revisão dos instrumentos de coleta, a fim de aprimorar o controle e melhorar a captação de informações qualitativas relacionadas aos indicadores.

Algumas dificuldades de coleta foram superadas neste primeiro semestre de 2013.

Foi realizada a qualificação dos dados pela equipe do Programa, por meio do esclarecimento e qualificação dos técnicos dos órgãos acerca da forma adequada do registro dos dados e do estímulo para sistematização de dados históricos.

Pela mudança da gestão municipal em quatro, dos cinco municípios da AID, foi necessária uma nova aproximação institucional com as municipalidades.

Foram elaborados os estudos de suficiência de vagas da rede pública municipal e revisada e calculada a projeção demográfica dos municípios, para dois cenários: o esperado e o de alto fluxo populacional.

Em relação aos censos populacionais das localidades, foram feitas, no 1º semestre de 2013, as seguintes campanhas: o segundo levantamento em Vila Izabel/Anapu, em março e abril; o segundo levantamento em Belo Monte do Pontal/Anapu, em abril; o segundo levantamento em Leonardo Da Vinci/Vitória do Xingu, em março e abril; e o segundo levantamento em Belo Monte/Vitória do Xingu, de abril a junho.

32/96
MP
MP

O relatório ressalta que os indicadores apontam mais uma vez, conforme tendência, que os maiores impactos socioeconômicos são percebidos em Altamira e secundariamente em Vitória do Xingu. Para os demais municípios os impactos são constatados de maneira significativamente menos perceptível ou por fatores externos ao empreendimento.

Informa que está sendo realizado um estudo mais aprofundado com relação à disponibilidade de equipamentos de educação e de saúde, nas proximidades das áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), para se verificar quais são as alternativas adequadas para o acesso a esses equipamentos em questão.

Foi apresentada a análise dos principais indicadores.

Comentários e Recomendações:

O programa vem sendo implementado a contento. Foi apontado que alguns indicadores apresentaram inconsistências nos dados alimentados nos sistemas de informação. Tal fato deve ser repassado aos responsáveis pelos Programas do PBA que tenham interface, notadamente no que se refere aos Planos de Articulação Institucional e Saúde Pública, para que sejam executadas ações que possibilitem uma análise mais adequada.

2.7 Plano de Saúde Pública

2.7.1 Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde

De acordo com o 4º Relatório, a Norte Energia implantou, até o momento, cinco equipes de saúde da família no município de Altamira; cinco em Vitória do Xingu; e uma equipe em Anapu, superando as metas previstas até o período atual para Altamira (125%).

Ainda de acordo com o apresentado, no primeiro semestre de 2013, concluíram-se as obras de todas as unidades básicas de saúde e NUVS. Ainda nesse período, foi iniciada a obra do Hospital Geral do Município de Altamira (Mutirão). O projeto executivo do Hospital Municipal de Anapu também foi concluído e aprovado. Atualmente está em processo de contratação de empreiteira para dar início às obras. Já o Hospital Municipal de Vitória do Xingu tem seu Projeto Executivo elaborado e esse se encontra sob avaliação da Vigilância Sanitária da SESP. Essas três obras merecerão atenção especial para não sofrerem atrasos nos prazos de entrega.

A Secretaria de Saúde de Anapu manifestou que as unidades de saúde reformadas, ampliadas e construídas com investimentos da Norte Energia oferecem suficiência para o atendimento a população, e solicitou reverter as obras do CAPS Centro e UBS Centro em apoio financeiro para colaborar com a manutenção das unidades básicas de saúde. Para tanto, foi firmado Termo de Cooperação entre Norte Energia e município.

A partir do 4º RCS, será incluída a obra do Hospital da Vila dos Trabalhadores do CCBM (Vitória do Xingu). Foi apresentado seu cronograma de obra.

As ações educativas têm sido realizadas na rotina dos serviços municipais, pelos agentes de saúde, conforme estabelecem as normas do Ministério da Saúde. Como forma complementar a essa ação, a Norte Energia em parceria com o 10º CRS da SESP e municípios, têm realizado, conforme compromisso no PBA, outras atividades educativas.

Comentários e Recomendações:

Tendo em vista que Hospital Geral de Altamira sofreu alteração na previsão de entrega de fevereiro para junho de 2014, deve ser reforçada a atenção especial para que não haja atrasos nos prazos de entrega. Também deve receber especial atenção a obra do Hospital da Vila dos Trabalhadores do CCBM, principalmente no que se refere ao módulo de emergência (previsto para setembro de 2013 no cronograma apresentado em anexo ao relatório), com vistas a minimizar possível sobrecarga no hospital São Rafael, já identificada pelo Ibama.

O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos identificou, em relação a Mortalidade, uma variação nos anos em análise, na maioria dos municípios, que sugere uma inconsistência nos dados alimentados no sistema de informação. Esse fato compromete a

análise, e foi sugerido que o 10º Centro Regional de Saúde da SESP/PA providencie uma avaliação e capacitação dos municípios na alimentação do Sistema de Mortalidade, de modo a possibilitar uma análise mais adequada, para estabelecer ações de saúde mais efetivas.

2.7.2 Programa de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças

De acordo com o 4º Relatório, o Programa tem sido executado a contento.

O Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue, elaborado pelo 10º CRS/SESPA, foi efetivamente implantado no período de dezembro de 2012 a abril de 2013, e o quadro de registro de dengue nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá no período de janeiro a junho de 2013 permanece semelhante ao ano de 2012, com a redução de 64% de casos confirmados

O Instituto Evandro Chagas (IEC) executou em fevereiro e junho de 2013, conforme previsto no cronograma de atividades do PBA, a 5ª e 6ª etapa do monitoramento de vetores, porém foi informado que os resultados desses estudos são consolidados em Relatórios Anuais elaborados pelo IEC, os quais são disponibilizados ao término de cada ano.

Nos canteiros de obras da usina, as atividades de monitoramento e controle de vetores têm sido realizadas regularmente pelo CCBM

Conforme previsto no 3º RCS houve substituição de agentes de saúde, devido à mudança de prefeitos municipais. Neste sentido, a Norte Energia, em parceria com o 10º CRS/SESPA, realizou novo ciclo de capacitação no primeiro trimestre de 2013.

Comentários e Recomendações:

De acordo com o Relatório, a situação das doenças transmissíveis mais incidentes nos municípios da região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, mesmo diante do afluxo migratório devido ao empreendimento, apresenta melhoria no quadro epidemiológico, fato que possivelmente está ligado à implementação das ações de vigilância e controle das doenças nos municípios, com o apoio da Norte Energia e fortalecimento da estrutura do 10º Centro Regional de Saúde da SESP/PA.

O documento afirma que deverá ser mantida a sistemática de trabalho em parceria entre a Norte Energia com o 10º Centro Regional de Saúde da SESP/PA, para o acompanhamento da implantação das ações de saúde nos municípios, e a análise das informações epidemiológicas das principais doenças incidentes nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá, com o objetivo de monitorar o comportamento das doenças, para detectar possíveis surtos para adoção oportuna de medidas de controle.

2.7.3 Programa de Ações para o Controle da Malária

Este programa está sob avaliação da Secretária de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde – MS, a qual já se manifestou sobre algumas inconformidades. Devem ser incorporadas as recomendações expedidas pela SVS.

2.8 Plano de Valorização do Patrimônio

2.8.1 Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.2 Programa de Arqueologia Preventiva

Este programa está sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

2.8.3 Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico

34/96
MP
JF
MP
JF

11447
1848/06

Este programa está sob avaliação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

2.9 Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais

2.9.1 Programa de Monitoramento da Sismicidade

Este programa será objeto de parecer específico.

2.9.2 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

Este programa será objeto de parecer específico.

2.9.3 Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos

Este programa será objeto de parecer específico.

2.9.4 Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios

Este programa será objeto de parecer específico.

2.10 Plano de Gestão de Recursos Hídricos

2.10.1 Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico

2.10.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.1.1.1 Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.1.2 Projeto de Monitoramento de Níveis e Vazões

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.1.3 Projeto de Monitoramento da Largura, Profundidade e Velocidade em Seções do TVR

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.2 Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques

Este programa será objeto de parecer específico.

2.10.3 Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas

2.10.3.1 Projeto de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.3.2 Projeto de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.4 Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água

2.10.4.1 Projeto de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água Superficial

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.4.2 Projeto de Monitoramento e Controle de Macrófitas Aquáticas

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.10.5 Programa de Monitoramento do Microclima Local

Este programa será objeto de parecer específico.

35/96
huh

2.11 Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres

Implantação dos Módulos RAPELDS

A implantação dos módulos RAPELDS foi apresentado em tópico separado no Relatório Semestral e apresentou a situação da implantação de cada um de acordo com a o *status* operacional e fundiário da área.

No Parecer Técnico nº 4.933/2013, foram apontadas diversas inconformidades com relação a instalação dos módulos RAPELDS relacionadas a metodologia de implantação dos módulos (quantidades de parcelas instaladas) e implantação dos piezômetros para coletas de dados do nível freático.

Com relação a quantificação de parcelas, com relação a suficiência amostral do delineamento atual de amostral, no qual algumas parcelas não seriam instaladas nos módulos, após a análise dos documentos enviados pelo empreendedor (Notas Técnicas nº 04/2013, 015/2013 e 024/2013) o IBAMA encaminhou resposta por meio da NOT. TEC. 006493/2013 COHID/IBAMA de 20/09/2013 no qual em sua conclusão, conclui que *a configuração dos módulos deve permanecer como está atualmente para que não haja interferência na padronização do esforço a fim de que se possa comparar os cenários no pré e no pós enchimento dos reservatórios. Portanto, deve ser mantida a quantidade de parcelas implantadas e a sua localização dentro dos módulos.*

Ainda sobre a instalação dos piezômetros, a Norte Energia atendendo a solicitação de reunião técnica explicativa com envio de Nota Técnica sobre o status de instalação e funcionamento dos piezômetros nas parcelas, encaminhou por meio da CE 0259/2013-DS com NT_SFB_Nº014_POÇOS RAPELD e Relatório de Desenvolvimento de Atividades analisado pelo IBAMA. O IBAMA em resposta encaminhou o OF. 10831/2013 DILIC/IBAMA (Nota Técnica nº 6264/2013 anexa) no qual acata a metodologia aplicada e prazos solicitados, mediante apresentação de informações complementares. Estas informações foram entregues no Relatório Técnico nº 001 (TR_SFB_Nº001_POÇOSRAPELD_22/07/2013).

Foi apresentado um Relatório com estudo técnico bastante consistente tecnicamente e segundo consta, foram instalados 15 poços, dos 86 previstos, sendo que destes 3 ainda serão instalados dentro do prazo estipulado para o mês de julho e setembro de 2013. o prazo final de instalação de todos os medidores é de 90 dias. Ao final do período a Norte Energia deverá encaminhar um relatório final de instalação dos mesmos.

Foram apresentados como anexo, os mapas com perfis topográficos de todos os módulos. Causou dúvidas, se as parcelas apresentadas nos mapas já são as parcelas que foram realocadas devido a problemas na topografia. Foi possível perceber que algumas linhas topográficas estavam perpendiculares aos transectos. Isso foi verificado no documento CE 0308/2013-DS. Estas inconsistências ao se relacionar as parcelas alocadas e a linha topográfica a ser seguida deixou dúvidas na precisão da metodologia. Um exemplo, foi a T2P3 do módulo 02, onde a parcela foi instalada perpendicularmente as topolinhas (iniciando na cota 150m e terminando na cota 120m, causou um desnível de 30 m).

Portanto, considera-se que não há pendência na instalação dos módulos RAPELDS.

Recomendações:

Encaminhar relatório final de instalação dos medidores de piezômetros.

Apresentar para o 5º RC a caracterização por módulos com ciclos hidrológicos completos.

2.11.1 Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios

2.11.1.1 Projeto de Desmatamento

O projeto de desmatamento apresentou atividades referentes ao período de novembro de 2012 a maio de 2013 e contemplou atividades de capacitação das equipes de trabalho,

36/96
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

planejamento de atividades junto com equipes de resgate de fauna e flora, inventários florestais e supressão de vegetação em si.

Não foi autorizada a supressão de vegetação nos reservatórios devido a não liberação das ASVs dos reservatórios. Tal liberação depende de análise, por parte deste Instituto de documento com o andamento do projeto piloto de destinação de madeira e das metas a serem atendidas conforme planejamento apresentado pelo Empreendedor, por meio Nota Técnica 034/2013 encaminhada pela CE 0245/2013.

Conforme mencionado, as atividades de supressão mencionadas neste relatório, refere-se ao período e contemplam as seguintes ASVS que foram unificadas por sítio construtivo, apresentando resultados consolidados.

Foram suprimidos 4.030,85 hectares dos 5.550,12 hectares previstos, correspondendo a 72,62%. A seguir, está apresentada a lista de ASVs liberadas, sua abrangência e quantitativo previsto de supressão.

ASV	Abrangência	Total autorizado
ASV 680/2012	T27 e ASV 581/2011	507,38
ASV 681/2012	Canal e Diques	10.514,67
ASV 708/2012	Belo Monte	8.841,26
ASV 723/2012	Bela Vista	8.670,53
ASV 711/2012	Pimental	4.468,27
ASV 596/2011	T55	204,76
Total	-	33.206,87

Conforme cronograma de supressão apresentado, o programa encontra-se com algumas atividades dentro do prazo, entretanto, questões como a destinação da madeira ainda encontram-se pendentes e/ou não iniciadas e são tratadas dentro do Programa de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro.

Como resultados, foram apresentados o total da área suprimida no 4º RC e no acumulado, destacado a seguir:

Quadro 12.1.1 - 2 – Total de área suprimida no período do 4º RC e acumulado.

FOAP	1.868,73	1.079,52	1.806,89	-	282,96
FOD	364,25	41,47	177,55	-	238,61
Veg. Secundária	1.082,06	147,85	448,15	-	49,21
Pastagem	2.235,08	331,47	1.598,26	-	125,38

FOAP: Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras; FOD: Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

Com uma análise feita do total das áreas das ASVs com o total previsto e suprimidos, somente cerca de 10,93% foi efetivamente suprimido.

ASV	Área da ASV	Total previsto (ha)	Total suprimido (ha)	Total m³ acumulado
708/2012	8.841,26	850,00	784,69	4.032,39
596/2011	204,76	204,76	204,76	1.373,76

[Assinaturas e rubricas]
 37/96
 MP

723/2012	8.670,53	850,00	326,96	1.882,84
681/2012	10.514,67	2.815,00	1.977,07	41.838,19
711/2012	4.468,27	570,00	477,01	7.188,65
680/2012	507,38	252,44	252,44	904,42
Total*	33.214,79	5.550,12	4.030,85	57.220,25

*Não foram apresentados dados referentes a ASV nº 581/2011.

Os valores de suprimidos até maio de 2013 somam 5.550,12 hectares para as 6 ASVs vigentes, gerando um volume de 57.220,25 m³ de toras. Excluindo os dados referentes a ASV nº 581/2011 que não estão contabilizadas no cálculo final.

Quadro 12.1.1 - 10 – Volume Total de Produtos Gerados na Supressão.

1	4.016,31	9.757,57	13.773,88	24,07
2	2.629,82	5.134,13	7.763,95	13,57
3	3.921,62	4.562,56	8.484,18	14,83
4	4.895,65	10.991,79	15.887,44	27,77
5	955,52	828,09	1.783,61	3,12
Mourão	5.195,14	4.305,33	9.500,47	16,60
Sem GV	52,04	-25,32	26,72	0,05

Sem GV: Espécies não identificadas.

O uso interno dos produtos gerados na supressão foi apresentado no Quadro 12.1.1-17 e conta com um volume cumulativo dos relatórios anteriores e somatizam 3.072,58 m³, sendo madeiras do Grupo I (795,87 m³), Grupo II, (605,30 m³), Grupo III (593,75 m³), Grupo IV (130,31 m³), Grupo V (467,40 m³) e mourão com um significativo aumento do 3º RC para o 4º RC (479,94m³). Todos os produtos foram utilizados internamente em cercas, paliçadas, divisórias, postes etc.

O volume estocado de madeira nos pátios distribuídos em todos os canteiros foi separado por ASV, grupo de valor e pátios finais no Relatório no Quadro 12.1.1-18, 12.1.1-19 e 12.1.1-20, e resumido a seguir:

	Toras e mourões (m³)	Lenha (mst)	Resíduo grosso (m³)
Volume	37.904,53	4.888,92	83.243,20

É importante destacar, que não foi apresentada também no relatório a destinação comercial dada a madeira e a preocupação apresentada no Parecer Técnico 5665/2013, relativo ao tema, o empreendedor deve-se atentar que a característica do material vegetal é sua alta susceptibilidade ao perecimento frente ao mal acondicionamento e ao tempo de armazenagem em condições ambientais adversas. Diante dos dados apresentados e as recomendações sugeridas, não serão admitidas adequações de metodologias e destinação de material vegetal distinto do que foi previamente acertado nos programas ambientais. Podendo, nestes casos, gerar penalidades segundo as leis ambientais vigentes.

Recomendações:

38/96

11449
1848/06
PUB.

Atender criteriosamente os procedimentos determinados no Plano Operacional de Supressão, atentando as proibições presentes e as licenças necessárias que devem acompanhar a atividade.

2.11.1.2 Projeto de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira

O Relatório consolidado apresentou como antecedentes do programa, informações sobre a análise do Plano Estratégico, com atividades realizadas no projeto foram apresentadas sucintamente, e todos os objetivos resumidos em formalização de contatos ou reuniões com as instituições mencionadas no PBA, sem nenhum avanço significativo.

Foram apresentados a evolução das atividades com resultados e avaliação e envolveram as seguintes atividades:

Controle de origem da madeira: padronização na identificação das espécies, grupos de valores, sistematização de procedimentos de romaneio e organização de pátios finais. Foram organizados 15 pátios finais com 23.697,60m³ de madeira e protocolados o requerimento de AUMPF de 18.828,83 m³, sendo já vistoriados 11.757,06 m³ desse total.

Destinação de madeira: Vem sendo discutida a implantação do Projeto Piloto desde maio/2012 com implantação prevista para setembro/2013. As metas mencionadas no Quadro 12.1.2-2, a destinação estaria prevista para setembro, após o recebimento das AUMPFs e execução dos contratos de comercialização para outubro/2013. Ainda dentro deste item, foi mencionado a instalação de duas unidades de processamento de madeira dentro dos canteiros de obras, sendo que uma já estaria em operação e a outra em fase de instalação. Foram apresentados também, como destinação, o uso interno de 3.072,58 m³, utilizados nas construções, humanização e estruturas de apoio da obra. Está prevista finalmente, a realização de um *Workshop* sobre mecanismos de controle de madeira envolvendo principais atores envolvidos.

No que tange aos contatos institucionais formalizados, estão ainda em fase de reuniões, consultas, formalização de acordos, e agendamento de reuniões, sendo que nenhum foi efetivamente formalizado.

Como encaminhamento, está previsto a instalação de serrarias e promoção da comercialização da madeira, ou seja, inicializar efetivamente o projeto piloto.

Alguns arranjos institucionais foram levantados durante a definição do plano de ação e envolviam temas como a reposição florestal (desobrigação em casos específicos e compensação), tributação nos três esferas de governo (desoneração), ajustes legais (quanto a procedimentos de comercialização e transporte e tratamento de espécies protegidas) e a criação de um TAC ou Termo de Destinação da Madeira, sem resultados palpáveis, apenas discussões acerca dos temas.

Como pode ser verificado, não houve nenhuma ação efetiva de comercialização da madeira já suprimida, excetuando-se as utilizadas internamente no empreendimento. Várias tratativas foram feitas, e conforme exposto no Parecer Técnico nº 6.550/2013, sugerindo inclusive autuação por descumprimento dos prazos previstos, não houve nenhum andamento ou encaminhamento da execução do Projeto Piloto.

Diversas tratativas e reuniões foram realizadas, levantando o questionamento do prazo para início da implantação do projeto piloto que vem trancando o processo de destinação da madeira. Agravado a isso, pesa a verificação *in loco* do início do apodrecimento e perda da qualidade da madeira, o que leva se a questionar se a implantação poderia ser realizada a tempo de evitar se o perecimento da madeira em pátio.

Recomendações:

Providenciar, com celeridade, o início do projeto piloto de destinação da madeira.

2.11.1.3 Projeto de Demolição e Desinfecção de Estruturas e Edificações

39/06
H
M
P
S
K

As atividades deste programa foram antecipadas em seu planejamento. Estão sendo realizadas atividades de demolição e desinfecção de estruturas de moradores de áreas já adquiridas pela Norte Energia no âmbito do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural. Sendo estas atividades caracterizadas como antecipação das atividades do Programa de Demolição.

Com relação as atividades realizadas estão sendo inseridas em banco de dados as informações dos levantamentos de campo de benfeitorias juntamente com os outros programas como o de Negociação e Reassentamento Urbano. Foram levantadas 1948 propriedades rurais e 5.330 propriedades urbanas até 12/06/2013.

Até o terceiro relatório, não havia nenhuma empresa contratada para realização das atividades de demolição, entretanto, conforme verificado já existe empresa contratada para as atividades. Destacando que já iniciaram as demolições na Agrovila Santo Antônio.

O material já demolido na Agrovila foram classificados em resíduos Classe A (cerâmica, concreto, argamassa) e Classe B (madeira, metais, plásticos, vidros e outros) sendo apresentado o quantitativo final de 5.178,82 kg e 707 m³.

Foram solicitadas ajustes com relação a periodicidade das atividades de planejamento e execução do programa. Este Instituto não vê óbices quanto as alterações solicitadas, visto que as mudanças se referem a continuidade de ações que já estão em andamento, não propondo readequação do início ou atraso de atividades, o que poderia vir comprometer seriamente o andamento do programa.

2.11.2 Programa de Conservação e Manejo da Flora

2.11.2.1 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora

As atividades tiveram início em 23 de junho de 2011 e contemplaram dados até maio de 2013.

Foram realizadas 3.025 campanhas em 5 sítios (Belo Monte, Bela Vista, Canal e Diques, Pimental, TR 55) e desenvolvidas atividades de coleta (resgate de germoplasma), realocação de espécies, beneficiamento de frutos e sementes, produção de mudas, destinação de mudas e aproveitamento científico.

Como produtos para o período deste relatório foram resgatados espécimes de plantas e plântulas de 108 espécies de 11 famílias. O total desde o início do projeto é de 275 espécies distribuídas em 46 famílias. Para sementes e frutos, foram coletados 339 espécies e 48 famílias com 2.506 lotes e aproximadamente 2.789.031 sementes.

Foram reintroduzidas 28.942 indivíduos no período do total de 68.753 indivíduos desde o início do projeto. Foram semeadas 43.911 sementes onde foram germinadas 11.728 e produzidas 10.547 mudas. Desde o início do projeto, já foram produzidas 35.185 mudas de 81 espécies e 22 famílias.

Foi destinada no período um total de 9.441 mudas para CCBM, Programa de resgate de Apifauna, UFPA e Secretaria de Meio Ambiente de Vitoria do Xingu.

Desde o início do projeto já foram confeccionadas 4.296 exsicatas de 790 espécies e 108 famílias e enviadas 2.480 para o Herbário do Museu Emílio Goeldi e depositados no Herbário João Murça Pires.

O Relatório informa ainda que foram realizadas capacitações, treinamentos e visitas técnicas listadas detalhadamente no Quadro 12.2.1-6 do 4º RC.

Ainda como resultados do programa, foram armazenados 1.198 lotes de sementes de 212 espécies totalizando 2.094.056 sementes, desde o início do projeto. Foi apresentado o Quadro 12.2.1-7 com a listagem representativa do banco de sementes, como família, gênero, espécie e quantidade de sementes. Entretanto, os dados de gênero e espécie aparecem duplicados, não se podendo inferir a quantidade exata de espécies coletadas.

Outras atividades foram destacadas, como o sucesso no transplante do pau-cravo (*Dicypellium cariophyllaceum*) na qual já se encontra em floração e compostagem realizada

40/96
MP
JTB

11450
1848/06

com o descarte de frutos e sementes para produção de adubo orgânico a ser utilizado na produção de mudas. Além destas medidas, está sendo realizado novas parcerias institucionais e atividades de integração com empresas atuantes no empreendimento listadas no Quadro 12.2.1-8 do 4º RC.

Como anexos, foram apresentados os termos de doação de mudas por meses, expedição de mudas, de doação de exsicatas. De sementes e listas de presença de treinamentos realizados.

2.11.2.2 Projeto de Formação de Banco de Germoplasma

As atividades tiveram início em julho de 2011 e contemplaram os dados até maio de 2013. Até julho de 2012 haviam sido selecionadas, identificadas e georreferenciadas 248 matrizes arbóreas, sendo para o período do relatório vigente aumentado para 305 matrizes de 15 espécies, das 16 espécies previstas. A única espécie ainda não localizada foi a *Aspidosperma alba*.

Durante o período do relatório vigente, foram coletados 31 lotes de matrizes de 6 espécies alvo totalizando 35,52 kg de sementes. Já foram coletadas ao todo 213 lotes, sendo as mais representativas a *Virola surinamensis*, *Vouacapoua americana* e *Bertholletia excelsa*.

Foram destinados 27 lotes para produção de mudas com 8.122 sementes, tendo encaminhado neste período 529 mudas para o Consórcio Construtor Belo Monte, Universidade Federal Pará, Centro de Estudos Ambientais e SEMAT – Vitória do Xingu.

Foi realizado o acompanhamento fenológico, com registro de fenofases de 15 das 16 espécies com resultados apresentados no Quadro 12.2.2.4-7.

Foi apresentado também mapa as com vinte e cinco as áreas de marcação de matrizes.

2.11.2.3 Projeto de Monitoramento das Florestas de Terra Firme

O relatório apresentado no 4º RC consolidou os dados da primeira campanha realizada (vazante e seca) do Projeto de Monitoramento de Florestas de Terra Firme. O parecer anterior solicitou que o empreendedor encaminhasse um documento com esclarecimentos sobre a divergência entre informações relativas ao relatório semestral e os dados brutos apresentados nos relatórios, o que foi respondido no 4º RC.

Os questionamentos a cerca das inconsistências nas informações foram devido a alterações na implantação dos módulos e nas análises dos dados e referem-se a: análise desagregada dos módulos com diferentes fitofisionomias, instalação de duas novas parcelas (M2T1P1 e M2T1P2), refinamento nas identificações botânicas e estruturação dos dados apresentados no banco de dados.

Foi apresentado no Quadro 12.2.3-2 as atividades referentes a primeira campanha com as datas de medição e atividades realizadas, envolvendo fitossociologia, florística, fenologia e coleta de solos. Sendo este último a ser realizado em T3/2013. Apenas a medição periódica do nível do lençol freático não foi atendido devido a não instalação completa dos piezômetros nas parcelas.

O relatório apresentou de forma bem estruturada a suficiência amostral do estudo questionada nos pareceres anteriores. Considerou-se para análise, dados de parcelas agregadas (83 parcelas) e corrigida (73 parcelas) sendo que o erro de amostragem foi de 9,32% e 7,51% respectivamente, dentro dos 10% exigidos no EIA. A curva do coletor atingiu a assintota na 71ª parcela para dados agrupados de todas as parcelas e com 42 parcelas para dados corrigidos.

A estrutura horizontal da floresta comportou-se forma irregular, como “J” invertido, permitindo inferir que a comunidade sofreu intervenção antrópica nas classes até 30cm corroborados por estudos similares realizados na região. A área basal media foi de 13,96 m²/ha. A estrutura vertical avaliou as distribuições hipsométricas, e obteve uma altura média de 12m, considerada menor que a média na Amazônia, entretanto, o estudo apresentou que

41/09
MP

foram encontrados indivíduos de maior diâmetro como castanheira e melancieiro com cerca de 40 metros de altura.

Como resultados apresentados para florística para os 8 módulos, foram encontrados 647 espécies, 316 gêneros e 82 famílias botânicas. Destas 290 espécies apareceram nos resultados do EIA. A família mais representativa de ocorrência em todos os módulos foi a Fabaceae, seguida da Araceae e Sapotaceae. Vinte e seis espécies foram consideradas raras (ocorrência de 1 a 3 indivíduos por ambiente amostral).

Foram encontradas 23 espécies consideradas ameaçadas pelas listagem oficial, utilizando como base a IN MMA nº 06/2008, Decreto Estadual nº 802/2008, Resolução nº 54/2007, Lei Estadual 6.462/2002 e a base de dados da IUCN.

Os índices de diversidade foram apresentados por módulo e geral no Quadro 12.2.3-7 e indicou uma alta diversidade para o índice de Shannon $H' = 5,06$, quando em geral varia entre 1,5 e 3,5, baixo índice de Simpson $D = 0,0119$, indicando que não houve dominância de qualquer espécie ou essa foi muito baixa e a equabilidade alta $J = 0,82$.

Com relação a similaridade entre as áreas, esta foi considerada baixa ou nula, isto pode estar relacionado as diferenças de altitude, e o estado de conservação das áreas estudadas. Este resultado corrobora com outros estudos da região, onde existe baixa similaridade e alta diversidade biológica foram detectados.

O Anexo 12.2.3-7 apresentou os resultados por módulos da florística e fitossociologia, mostrados resumidamente a seguir:

Resultados de florística dos Módulos.

Parâmetro	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8
Nº de parcelas	12	6	9	5	11	10	12	10
Nº de indiv.	4.156	1.611	2.651	2.268	3.588	4.138	4.387	2.854
Nº de espécies	275	221	208	333	368	265	268	244
Nº de gêneros	171	148	137	190	213	167	174	151
Nº de famílias	57	51	51	60	64	52	62	47
Índice H'	4,5	4,46	4,36	4,39	4,68	4,36	4,4	4,73
Índice J	0,73	0,72	0,71	0,71	0,76	0,71	0,72	0,77
Índice D	0,027	0,0238	0,030	0,026	0,018	0,22	0,0206	0,013
Jaccard	0,05-0,38	0,09-0,29	0,02-0,41	0,04-0,43	0,02-0,36	0,0-0,38	0,02-0,45	0,0-0,32

Para o acompanhamento fenológico, foram escolhidas 10 espécies mais abundante, sendo duas destas a *Bertholletia excelsa* e *Alexa grandiflora* encontradas em todos os módulos. Foram incluídas entre as espécies *Dicypellium caryophyllaceum* e *Swettenia macrophyla*, devido a importância ecológica para a região. Já foram realizadas medições para o monitoramento e são coincidentes com a literatura especializada.

As parcelas tiveram sua declividade medidas e coletadas as amostras de solo para posterior análise e apresentação de resultados.

Além desta análise, foram apresentados como produtos, a planilha com lista de espécies, parâmetros fitossociológicos, lista de espécies herborizadas e mapas de localização das parcelas e módulos. As campanhas de amostragem segundo o PBA serão bianuais por pelo menos 3 anos antes e 3 depois do enchimento do reservatório.

2.11.3 Programa de Conservação da Fauna Terrestre

2.11.3.1 Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre

Durante todo o Projeto (junho de 2011 a maio de 2013) foram afugentados 1.458 espécimes classificados em 149 espécies nas quatro classes de vertebrados terrestres.

42/96
EPA
Fur
MP
GAA

Em decorrência de alterações nas operações de supressão vegetal, houve adaptações na metodologia das ações de afugentamento, como a abertura de picadas de 10 em 10 metros para vistoria nas parcelas a serem suprimidas antes da execução do broque mecanizado realizado por trator de esteira.

Entre os meses de Dezembro de 2012 e maio de 2013 foram afugentados 948 indivíduos, abundância que corresponde a 65,0% do total de afugentamentos do projeto.

As atividades no Sítio Canais e Diques resultaram no maior número de afugentamentos em função da maior atuação das frentes de desmatamento, no período. Verificou-se também que os ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó foram os mais representativos, uma vez que estes ambientes foram dominantes no período de atividades.

Dentre os anfíbios afugentados no âmbito do Projeto de Afugentamento da Fauna, as espécies mais abundantes foram *Leptodactylus (Adenomera) cf. andreae* (27,4%) e *Leptodactylus mystaceus* (11,3%).

Em relação aos répteis, as espécies mais abundantes foram os lagartos *Gonatodes humeralis* (14,2%) e *Ameiva ameiva* (11,8%).

As espécies mais abundantes de aves foram *Ara chloropterus* (Arara-vermelha) (36,4%) e *Opisthocomus hoazin* (Jacú-cigana) (18,2%).

Em relação aos mamíferos, as espécies mais abundantes foram *Hydrochoerus hydrochaeris* (Capivara) (18,4%) e *Dasybus novemcinctus* (Tatu) (17,4%).

2.11.3.2 Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna

As ações de resgate descritas neste relatório foram executadas nos Sítios Bela Vista, Belo Monte, Canais e Diques, Pimental, Pimental-Ilha, além do Travessão 27 e do Travessão 55, contemplando diferentes tipos fitofisionômicos.

No período de junho de 2011 a maio de 2013, o Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna contabilizou o resgate de 76.760 indivíduos, classificados em quatro Classes de vertebrados (Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia). Os répteis e anfíbios apresentaram os maiores índices de diversidade no período de atividades.

Herpetofauna

Os resultados obtidos até o momento pelo Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, juntamente com os dados conhecidos para a região confirmam a ocorrência de 116 espécies de anfíbios e 175 espécies de répteis na área de influência da UHE Belo Monte.

Considerando os anfíbios, as espécies mais frequentes no período foram *Adenomera cf. andreae* (N = 8.405; 27%) e *Pristimantis fenestratus* (N = 4.245; 13,7%), seguido de *Rhinella castaneotica* (N = 2.473; 8%).

Considerando a riqueza e abundância observada por sítio de supressão, o Sítio Canais e Diques obteve a maior representatividade de espécies e número de indivíduos resgatados (84% e 68%, respectivamente). Em relação à característica do ambiente suprimido (fitofisionomia), os maiores índices de resgate de anfíbios (58%) e também a maior riqueza (75%) foram observados para ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó. Este padrão é justificado pela predominância deste ambiente nas áreas contempladas pela supressão da vegetação.

Cabe ressaltar o registro de 5 espécimes da espécie *Atretochoana eiselti* (gimnofiono aquático), de relevante interesse biogeográfico e contribuição ao conhecimento científico da espécie que possui poucos dados de história natural e até o momento era conhecida apenas para duas localidades da Amazônia, na foz do rio Amazonas (Ilha do Mosqueiro e baía de Marajó, Belém, Pará) e no rio Madeira (Cachoeira de Santo Antônio, Rondônia). Este registro representa o terceiro na distribuição geográfica da espécie, um importante incremento no

[Handwritten signatures and initials]
43/96

conhecimento científico do táxon. Os espécimes resgatados foram destinados ao aproveitamento científico.

Considerando os répteis (Crocodylia, Testudines e Squamata), 40.646 espécimes foram resgatados e classificados em 175 espécies. As espécies mais frequentes foram *Gonatodes humeralis* (N = 13.425; 32%), *Copeoglossum nigropunctatum* (N = 3.394; 8,3%) e *Norops fuscoauratus* (N = 3.013; 7,4%).

Em relação aos índices de resgate, considerando os sítios de supressão, a maior representatividade de espécies e espécimes de répteis também foi observada no Sítio Canais e Diques, com 87% e 69%, respectivamente. Ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó contribuíram com a maior riqueza e abundância dos répteis resgatados (79% e 57%, respectivamente). Esses resultados podem ser justificados pela maior atividade de supressão nesses ambientes.

Assim como para os anfíbios, algumas espécies de répteis aguardam confirmação taxonômica, que será feita mediante análises comparativas com espécimes depositados em coleções científicas de referência.

Avifauna

Somente espécies de voo curto, espécimes com mobilidade comprometida, ovos e ninhegos, são alvo das ações de manejo deste Projeto. Desde o início das atividades foram registradas 108 espécies, sendo apenas 83 identificadas em níveis específicos. O restante apresentou dúvidas taxonômicas ou eram ninhegos. Os registros mais frequentes se referem à *Opisthocomus hoazin* (jacú-cigana) (6,4%), espécie herbívora associada a ambientes florestais justafluviais. A abundância observada pode estar relacionada aos tipos de ambientes suprimidos.

A maior parte dos registros se concentrou no Sítio Canais e Diques com 53% dos espécimes resgatados (N = 111) e 56% (N = 61) das espécies registradas. Em relação às fitofisionomias suprimidas, 40% dos espécimes foram resgatados em ambientes de Floresta Ombrófila Aberta com Cipó, ambiente dominante no Sítio Canal.

Mastofauna

Entre junho de 2011 e maio de 2013 foram resgatados 5.015 espécimes de mamíferos, classificados em 106 espécies. As espécies mais abundantes durante as atividades do Projeto foram *Bradypus variegatus* (18%; N = 907) e *Dasypus novemcinctus* (17%; N = 882).

No Sítio Canais e Diques foram resgatados 80% das espécies e 67% dos espécimes. Em ambientes de Floresta Ombrófila Aberta de Cipó foram resgatados 71% das espécies e 61% dos espécimes.

Destinação dos espécimes resgatados

Do total de animais resgatados entre junho de 2011 e maio de 2013 (76.760 indivíduos), 94,5% (72.549 indivíduos) foram destinados à soltura.

Durante as atividades de acompanhamento das áreas de soltura, foi possível obter 289 registros, dos quais a maior parte foi "avistamento" (N= 216; 75%). Deste subtotal, 84% foram refinados em nível de espécie, sendo a maioria representada pelos anfíbios.

Quanto ao aproveitamento científico, foram encaminhados dois lotes de animais e de material biológico para a Coleção Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG. Ao todo foram enviados 455 espécimes (233 anfíbios, 192 répteis, 18 aves e 12 mamíferos). A partir de abril de 2013 foi iniciado na Base de Resgate o preparo de peças taxidermizadas com objetivo de compor uma coleção de cunho didático e científico. As peças destinadas às coleções científicas serão encaminhadas às instituições parceiras do projeto. As coleções zoológicas receberão pele e crânio e instituições de pesquisa receberão material biológico para estudos moleculares. Um total de 149 animais foi taxidermizado, sendo encaminhados ao

44/96
MP
44/96
MP

Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte e os demais servindo de material testemunho em coleções científicas para estudo taxonômico.

Em relação à base de resgate, em antecipação a um potencial aumento no recebimento de espécimes em função do início da supressão vegetal na área dos reservatórios, estão sendo construídos 11 novos recintos e um viveiro pré-soltura, todos anexos ao Centro Veterinário, conforme projeto encaminhado ao IBAMA por meio da CE 194/2013-DS, de 30 de abril de 2013.

A construção dos novos recintos e viveiro, que se encontra em estágio avançado de implantação, tem previsão de conclusão em outubro de 2013, podendo a data de entrega ser efetivamente antecipada.

Resgate, Aproveitamento Científico e Econômico de Abelhas

As ações de resgate de abelhas ocorreram entre os meses de outubro de 2011 e maio de 2013. Neste período foram encontrados 708 ninhos, sendo que 399 foram resgatados e removidos para uma das três áreas de soltura de acordo com o local de origem da colônia e/ou para o Meliponário do CEA. O maior número de ninhos foi resgatado no Sítio Canais e Diques. Um total de 62 ninhos identificados aguarda remoção, visto que na maioria dos casos os locais não permitem condições seguras de acesso ou não ocorreu supressão da vegetação à qual estão fixadas. Foram realizadas 17 remoções de vespas e 33 de abelhas africanizadas pois a presença destes animais no canteiro de obras causa inúmeras perturbações aos trabalhadores locados em campo.

Nas áreas de supressão vegetal, foram encontrados 606 (85,59%) ninhos de abelhas sem ferrão utilizando nidificações arbóreas distribuídas em 72 espécies botânicas. Isto indica que a maioria dessas abelhas depende de árvores vivas para construir seus ninhos em detrimento aos outros tipos de substratos.

A coleção atual de referência possui 1.247 indivíduos pertencentes a 45 espécies de abelhas (Hymenoptera: Apidae), agrupadas em 15 gêneros. O acervo é oriundo de 310 ninhos resgatados nos quatro sítios da área de influência da UHE Belo Monte, sendo que o número de indivíduos por espécie varia de 1 a 100. O meliponário dispõe de 112 colônias, sendo que 48 delas estão alojadas em caixas racionais e 64 em troncos que aguardam transferência.

Atendimento da condicionante 2.6 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 108/2012 – 4ª retificação:

2.6 Apresentar relatórios semestrais de atividades, encaminhados juntamente com os Relatórios Consolidados Semestrais de Andamento do PBA e Condicionantes. Os relatórios devem conter:

a) Descrição dos pontos captura e soltura de fauna silvestre. Os pontos devem ser georreferenciados e caracterizados quanto a sua fitofisionomia.

Item atendido: Foi enviado um anexo sobre o atendimento deste item da condicionante. Este documento descreve as 32 áreas de soltura da fauna do projeto apontando as coordenadas geográficas de cada ponto de soltura e especificando a tipologia vegetal e espécies vegetais predominantes em cada área. O documento apresenta ainda um relatório fotográfico com imagens de cada área de soltura e um mapa destas áreas.

b) Caracterização dos fragmentos florestais das áreas de soltura, explicitando-se aproximadamente seu tamanho, perímetro e morfologia.

Item atendido: O documento citado anteriormente descreve as fitofisionomias dos pontos de soltura explicitando suas áreas e perímetro.

c) Detalhamento dos procedimentos de captura, marcação e soltura, bem como dos demais procedimentos adotados para os exemplares capturados.

Item atendido: O documento citado acima detalhou os procedimentos adotados para a captura e manejo de cada grupo resgatado. No caso dos anfíbios, a coleta foi manual e o armazenamento se deu em potes de plástico contendo chumaços de algodão umedecido. Os répteis foram capturados manualmente ou com uso de laços e foram acondicionados em sacos de pano ou caixas de madeira. As serpentes de menor porte e sem peçonha foram capturadas manualmente e acondicionadas em sacos de pano ou potes de acordo com o tamanho. O mesmo procedimento ocorreu com as anfisbêneas e serpentes fossoriais. As serpentes peçonhentas e não peçonhentas foram imobilizadas com uso de ganchos com cabo de madeira e haste de metal em forma de "L". A marcação de espécimes da herpetofauna foi realizada com biopolímeros para anurofauna e "cinturão pélvico" com contas coloridas para lagartos. A marcação em serpentes é realizada através de um corte no intervalo da 5ª a 20ª escama ventral, na região cervical imediatamente após as escamas pré-ventrais craniais. Os crocodilianos capturados recebem a marcação do tipo corte de escamas sacrais simples, correspondendo a uma sequência de dezenas e unidades numéricas. Os quelônios capturados e devidamente identificados serão marcados através de cortes nos escudos marginais da carapaça. A marcação de quelônios aquáticos é realizada através da fixação de presilhas de nylon de aço contendo esquema de contas coloridas nos escudos marginais. Para a avifauna, as atividades de resgate foram focadas nos ninhos, já que este grupo possui grande capacidade de deslocamento. Os ninhos encontrados foram demarcados com fita zebra e monitorados. Quando não houve essa possibilidade os ninhos foram realocados. As aves feridas encontradas em locais de supressão vegetal são destinadas à Base de Resgate. Após o tratamento, os indivíduos que pertencem à lista de autorização de marcação, recebem uma anilha de identificação de acordo com as especificações do CEMAVE. Para mamíferos os equipamentos de manejo utilizados foram: puçás, sacos de pano, armadilhas, zarabatanas, anestésicos e caixas de contenção, além de veículos para transporte. O tipo de marcação adotado para o grupo de pequenos mamíferos foi colar e brinco. Para mamíferos de médio e grande porte, os métodos de marcação adotados foram tatuagem e microchip.

d) Lista dos espécimes capturados, com apresentação de nome científico, data e horário de captura, nome do local e coordenadas de captura, sexo, estado reprodutivo, tipo e número da marca, dados sanitários, data e horário de soltura, nome do local e coordenadas de soltura

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais capturados com as informações solicitadas.

e) Lista dos espécimes submetidos a tratamento médico veterinário, com apresentação do tipo e número da marca, do estado de entrada, da terapia empregada, do estado de saída e da sua destinação.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais submetidos a tratamento veterinário com as informações solicitadas.

f) Lista dos espécimes avistados durante as atividades de afugentamento, com apresentação do nome científico, data e horário de avistamento, nome do local e coordenadas de avistamento.

Item atendido O banco de dados apresenta a lista dos animais afugentados com as informações solicitadas.

g) Listas dos espécimes encaminhados para as instituições interessadas, com apresentação de tipo e número da marca, estado do espécime encaminhado, data de encaminhamento, destinação, e declaração de recebimento por parte da instituição.

Item atendido: O relatório apresenta uma planilha listando os animais fixados e taxidermizados e seu destino, mas não traz as declarações de recebimento das instituições receptoras do material. A ausência destas declarações foi apontada em reunião realizada no dia 25/10/2013. Em resposta, a Norte Energia enviou, por meio do documento CE 424/2013-DS, as cartas de aceite das instituições parceiras do projeto.

46/96
Eh
Lott

h) Deve ser explicitado nas listas sempre que algum espécime capturado pertencer a uma espécie listada em listas oficiais de animais ameaçados (IUCN, Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção – MMA, Lista estadual da Fauna Ameaçada de Extinção – SEMAT etc).

Item atendido: Consta no relatório uma lista de espécies registradas no Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna, com o grau de ameaça de acordo com as listas da IUCN, MMA, SEMA-PA. A salamandra *Bolitoglossa paraensis*, a única espécie da ordem Urodela presente na região, é classificada na categoria “vulnerável” na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará (SEMA-PA, 2007). No âmbito de listas de espécies ameaçadas em nível global, as espécies de anfíbios das famílias Aromobatidae (*Allobates femoralis*) e Dendrobatidae (*Adelphobates castaneoticus*, *A. galactonotus*), de répteis (*Boa constrictor*, *Corallus batesi*, *Corallus hortulanus*, *Clelia clelia*, *Iguana iguana*, *Podocnemis unifilis*, *Chelonoidis carbonaria* e *C. denticulata*) e o primata *Alouata belzebul* são listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar caso a pressão imposta pelo comércio ou ações cinegéticas não sejam controladas (CITES, 2013). De acordo com a IUCN (2013), *Podocnemis unifilis* e *Chelonoidis denticulata* estão classificadas na categoria “Vulnerável” em função da pressão cinegética. As demais espécies são classificadas nas categorias “Baixa Preocupação” e/ou “Dados Deficientes”.

i) Anexo digital editável das planilhas listadas nos subitens “d”, “e”, “f” e “g”.

Item atendido: Tais anexos foram enviados.

Comentários e Recomendações:

Conforme o Parecer Técnico nº 4933/2013, a ampliação da base de resgate, com a construção de novos recintos deveria estar finalizada e em condições de funcionamento para que fossem emitidas as autorizações para supressão de vegetação dos reservatórios. Em reunião realizada no Ibama em 22 de agosto de 2013, a Norte Energia solicitou que tal restrição fosse reavaliada, alegando que a base de resgate possui capacidade de suporte para as novas áreas a serem suprimidas. Para embasar tal argumento, a Norte Energia enviou ao Ibama a NT nº 29/2013 (CE 0366/2013 – DS) que descreve o histórico de ocupação da base de resgate com o objetivo de fornecer um prognóstico sobre a provável demanda de ocupação dos recintos existentes, enquanto são concluídas as obras de construção dos recintos adicionais. Nessa mesma reunião foi ponderado pelo IBAMA que essa análise de ocupação, caso favorável, poderia atender ao requisito de liberação da ASV, enquanto a ampliação do número de recintos é finalizada. Tal documento foi analisado por meio da Nota Técnica 006708/2013 COHID/IBAMA, que concluiu que os recintos existentes são suficientes para atender à demanda da supressão dos reservatórios até que os novos recintos estejam finalizados, visto que o número de indivíduos em demanda por tratamento veterinário e permanência nos recintos da Base de Resgate tem diminuído devido à redução gradativa das áreas de supressão para construção das obras civis.

2.11.3.3 Projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento

As ações de monitoramento do atropelamento da fauna foram realizadas nas três principais vias de acesso do empreendimento: os travessões 27 (T27) e 55 (T55) e a rodovia Transamazônica BR230.

Em agosto/2012 a parceria com a Universidade Federal do Pará/UFPA – campus Altamira foi efetivada e iniciou-se o depósito de carcaças, que são encontradas em bom estado, no Laboratório de Zoologia da UFPA. Além disso, software específico, tal como o do projeto Seriema da UFRGS, é utilizado semestralmente, com dados consolidados, para auxílio na definição dos pontos críticos para ações de mitigação nas vias monitoradas.

47/96
MP

No período de fevereiro/2011 a junho/2013, foram realizadas aproximadamente 130 campanhas de monitoramento por via, 20 atividades educativas e a determinação dos pontos mais críticos para a fauna, nas três vias monitoradas.

Os dados de monitoramento apresentados neste relatório foram coletados desde o dia 04/02/2011 até o dia 26/02/2013, a partir de campanhas semanais realizadas continuamente.

Na BR230, em uma extensão de 63,2 km (55 km asfaltados e 8,2 km não pavimentados) foram encontradas 1.996 carcaças de animais silvestres atropelados, com uma média de 31,6 indivíduos/km, e uma taxa de atropelamento de 0,24 indivíduos/km/dia. Do total de 1.996 carcaças, 1.961 (98%) foram registradas nos 55 Km pavimentados, e nos demais 8,2 Km não pavimentados 35 carcaças (2%).

Do total registrado na BR 230, Aves representam 40% (796 carcaças), anfíbios 37% (733 carcaças), répteis 12% (240 carcaças), mamíferos 10% (212 carcaças) e invertebrados 1% (15 carcaças) do número total de carcaças de indivíduos atropelados encontradas.

No travessão 27, totalmente sem pavimentação, mas já modificado (a ampliação e melhoria da via ocorreu no segundo semestre de 2011), foram encontradas 193 carcaças de animais silvestres atropelados, em uma extensão de 45 km, com uma média de 4,3 indivíduos/km e uma taxa de atropelamento de 0,032 indivíduos/km/dia. Aves representam 57% (110 carcaças), répteis 27% (52 carcaças), anfíbios 8% (15 carcaças), mamíferos 6% (11 carcaças) e invertebrados 2% (5 carcaças) do número total de carcaças de indivíduos atropelados encontradas.

No travessão 55, totalmente sem pavimentação e com melhorias de alargamento, foram encontradas 73 carcaças de animais silvestres atropelados, em uma extensão de 35 km, com uma média de 2,1 indivíduos/km e uma taxa de atropelamento de 0,017 indivíduos/km/dia. Répteis representam 43% (31 carcaças), aves 41% (30 carcaças), mamíferos e anfíbios 8% (6 carcaças) cada, do número total de carcaças de indivíduos atropelados encontradas.

Tomando como referência faixas marginais com 1km de largura ao longo das vias monitoradas, é possível verificar que cerca de 78% do entorno é ocupado por áreas alteradas pelo homem, formadas em sua maior parte por pastagens, terras cultivadas e de ocupação antrópica.

As espécies *Leptodactylus macrosternum* (25%), *Rhinella marina* (18%) e *Elachistochleis ovalis* (17%) representam mais de 60% dos registros de anfíbios, especialmente na BR230, onde os anuros foram bastante representativos nos trechos 1 a 6 (30 km iniciais). Nos travessões 27 e 55 o registro de anfíbios foi pouco representativo. Para os répteis, 75% dos registros de atropelamento ocorreram com serpentes. Serpentes e lagartos frequentemente são atraídos pelo calor do asfalto, especialmente após a chuva, tornando-se vítimas fáceis do atropelamento.

A maior abundância de carcaças de aves foi da família Emberizidae (35%), representada pelas espécies típicas de áreas tomadas por gramíneas (*Sporophila* spp e *Volatinia jacarina*) e espécies frequentemente avistadas em beiras de estradas como os urubus (13%), bacuraus (6%) e anús (5%), representantes, respectivamente, das famílias Cathartidae, Caprimulgidae e Cuculidae. *Ramphocelus carbo* e *Geothlypis aequinoctialis*, representantes das famílias Thraupidae (4%) e Parulidae (2%), também merecem destaque pelo grande número de exemplares registrados. As espécies registradas para a família Tyrannidae (*Camptostoma obsoletum*, *Elaenia flavogaster*, *Myiozetetes cayanensis*, *Myiozetetes luteiventris*, *Pitangus sulphuratus*, *Tyrannus melancholicus*) também são todas características de áreas alteradas pelo homem.

Quanto aos mamíferos, os quirópteros representam 63% dos registros, com destaque para *Pteronotus parnelli* (9%). Nas ordens Cingulata (12%), Carnívora (11%) e Pilosa (6%), merecem destaque o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) com 11% dos registros, o cachorro-

48/96
MP
48/96

do-mato (*Cerdocyon thous*) com 9% dos registros e o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), com 6% dos registros.

Foi observado um aumento significativo no número de registros a partir de outubro de 2011, na BR-230 e no travessão 55, e a partir de novembro de 2011, no travessão 27. Esse aumento pode ser decorrente de fatores como o ajuste na metodologia utilizada no monitoramento das vias, que passou a ser realizado sempre pela manhã, em uma única via a cada dia; à realização das obras de ampliação e alargamento do travessão 27, à ampliação da malha asfáltica na BR-230 e ao aumento progressivo no fluxo de veículos nas vias monitoradas em função das obras.

No travessão 27, foi observado um pico no registro de carcaças (6,5 carcaças/dia) no período de precipitação moderada, em maio/2012, e um pico em janeiro/2013 (4,7 carcaças/dia). Já no travessão 55 o registro de carcaças praticamente não variou ao longo do tempo: média de 0,9 carcaça/dia ($DP=+0,41$) considerando todos os períodos observados, ou seja, a partir de outubro/2011.

Em relação à análise por trechos, na BR230 os trechos de 1 a 6 (30 km iniciais) apresentaram os maiores números de carcaças registradas com 1.626 carcaças (81 % do total de 1.996 carcaças) correspondentes a 54,2 carcaças/km (aproximadamente 271 carcaças por trecho). Esse resultado indica uma separação clara entre trechos asfaltados da via, em que os animais silvestres estão mais susceptíveis a eventos de atropelamento. No travessão 27 o registro de carcaças em trechos distintos, em geral, não demonstrou diferenças expressivas aparentes. No travessão 55 foram observadas carcaças apenas nos trechos 1 a 6 (12 carcaças/trecho).

Quando o número total de carcaças de indivíduos da fauna atropelados é analisado por trecho e por mês nota-se, mais claramente, que a partir de dezembro/2011 um maior número de carcaças é registrado nos trechos 7 a 13, acompanhando a progressão da terraplanagem e asfaltamento da rodovia.

Foram depositadas 80 carcaças no Laboratório de Zoologia da UFPA: 70 carcaças do monitoramento na BR230 (um anfíbio, três répteis, 22 mamíferos e 44 aves) oito carcaças do monitoramento no T27 (um réptil e sete aves) e duas carcaças do monitoramento no T55 (um réptil e uma ave).

As vias monitoradas com sinalização específica de alerta à travessia de animais silvestres são o travessão 27, com a sinalização já implantada e o travessão 55, com previsão de implantação da sinalização após a conclusão das obras. Redutores de velocidade foram instalados provisoriamente ao longo das vias, de acordo com o fluxo de veículos em cada trecho e está prevista sua readequação para os locais definitivos na medida em que as obras de finalização da via ocorrerem. A identificação de novos pontos críticos nas vias monitoradas foi realizada a partir dos resultados do monitoramento e também dos resultados obtidos pela utilização do *software* SIRIEMA v.1.1.

Foram realizadas ações educativas junto aos motoristas que trafegam nos travessões, como realização de palestras e reuniões com os responsáveis pelas obras. Um total de 20 campanhas de educação ambiental foram realizadas com motoristas de ônibus e operadores de máquinas e veículos pesados do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e com a comunidade residente na região.

O presente relatório conclui que diante dos resultados obtidos nos dois anos de monitoramento da fauna atropelada nas três principais vias do empreendimento, torna-se necessário intensificar a adoção de medidas mitigatórias, com maior enfoque nos trechos confirmados como críticos para o atropelamento da fauna. A sinalização do travessão 55, a instalação de redutores de velocidade e demais medidas de mitigação (campanhas de sensibilização e ações disciplinares no trânsito) serão implementadas por meio de negociação com a empresa executora das melhorias nos travessões.

A coleta de material biológico deste projeto está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 110/2012 – 1ª Retificação, na qual o Departamento de Zoologia da UFPA/Campus Altamira consta como instituição de destinação do material. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Uma cópia destes relatórios também deve ser enviada à GCFAP. Estes devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as de importância econômica e cinegética.

Item atendido: O relatório apresenta lista das espécies ameaçadas e indicadoras de qualidade ambiental. Cabe ressaltar o registro de um exemplar de *Alouatta belzebul* encontrado atropelado na BR230 e classificado como vulnerável pela IUCN. A carcaça deste animal foi encontrada no trecho 2 desta via (km 9,5 a partir de Altamira), considerado o mais crítico na análise feita com o software SIRIEMA, com uma taxa de 0,66 indivíduos/km/dia.

b) Tabela contendo todos os indivíduos coletados apresentando nome científico, nome comum, local de coleta, fitofisionomia, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro; sexo, estágio reprodutivo e estágio de desenvolvimento quando for possível devido ao estado de conservação da carcaça; status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador.

Item atendido

c) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), e data.

Item atendido

d) Carta de recebimento da Instituição Depositária, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo.

Item atendido

2.11.3.4 Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre

As coletas de sangue em animais silvestres acompanharam o Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna. Estas foram distribuídas nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento. As amostras são processadas pelo laboratório TECSA – Belo Horizonte e desde junho de 2012, os exames sorológicos dos animais domésticos com sorologia positiva para leishmaniose no laboratório TECSA, têm a amostra sorológica encaminhada ao laboratório preconizado pelo Ministério da Saúde (LACEN/PA), devido à necessidade de notificação ao órgão. Em novembro/2012 foi estabelecida parceria entre o Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre e o Programa de Educação Ambiental. Nesta integração, estão sendo planejadas e executadas atividades de educação ambiental.

Em abril de 2013 foi firmada cooperação entre a Secretaria Municipal de Saúde e os envolvidos na execução do projeto, os quais atuaram juntos em ações como: coleta de sangue dos cães nas aldeias de Terrãwangã, Paquissamba e Muratu, vacinação dos cães com antirrábica. Além das coletas e análises, o contato com a Secretaria Municipal de Saúde de

50/94
Mp

Altamira teve como objetivo esclarecer as ações de controle e mitigação de impactos relacionados às doenças-alvo deste projeto, realizadas na região.

Entre novembro/2011 e maio/2013, foram realizadas colheitas de amostras sanguíneas de 332 animais, sendo 153 domésticos e 179 silvestres. Considerando somente o último semestre (dezembro/2012 a maio/2013), foram amostrados 75 animais silvestres e 18 animais domésticos.

Foi detectada Cinomose em 71 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 46,4%, o que é justificável pela falta de vacinação dos animais da região. Houve registro de sorologia positiva para Cinomose em 20 animais silvestres amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 11,1%.

A Parvovirose foi detectada em 80 dos animais domésticos amostrados, indicando uma prevalência de aproximadamente 52,2%. A quantidade de animais soro reagentes indica a presença da manifestação endêmica e também demonstra a carência de um programa de vacinação para estes animais na região. Dentre os animais silvestres, foram identificados 109 indivíduos soro reagentes para Parvovirose, indicando uma prevalência de aproximadamente 60,8%.

Dentre as colheitas realizada em animais silvestres, cinco indivíduos apresentaram sorologia positiva para Leishmaniose, sendo três indivíduos de tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), um tatu-15-quilos (*Dasypus kappleri*) e um porco-espinho (*Coendou prehensilis*), confirmando a presença do protozoário no ambiente silvestre, com uma prevalência de aproximadamente 3,4%, até o momento. Em relação aos animais domésticos, do total amostrado, foram encontrados 37 indivíduos com sorologia positiva para Leishmaniose, indicando uma prevalência de aproximadamente 24,1%.

A Toxoplasmose foi detectada em nove animais domésticos, já nenhum indivíduo silvestre amostrado apresentou reação para esta doença.

Cinco mamíferos silvestres apresentaram sorologia positiva para leptospirose, sendo eles: *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara), *Bradypus variegatus* (preguiça), *Coendou prehensilis* (coendu), *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim). Tal resultado demonstra o envolvimento de diferentes espécies sinantrópicas e silvestres na epidemiologia da doença, sendo os roedores, marsupiais e pequenos mamíferos os mais importantes na veiculação e transmissão da doença.

Quanto às ações de educação ambiental, foram realizadas intervenções nas escolas EMEF Nossa Senhora Aparecida I e EMEF Nossa Senhora das Graças (Região da Volta Grande à margem esquerda do Xingu), onde o reservatório intermediário encontra-se inserido. A atividade foi composta por palestras sobre as endemias abordadas no projeto, informações básicas sobre higiene e saúde, jogos de interação sobre a leishmaniose e aplicação de questionários.

2.11.3.5 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Invertebrados Terrestres

Até o momento foram realizadas três campanhas de campo executadas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2012 e primeiro semestre de 2013. A primeira campanha foi realizada em quatro módulos (2, 5, 6 e 7), no primeiro semestre de 2012. Posteriormente, na segunda e terceira campanhas, todos os oito módulos foram contemplados pelas atividades de monitoramento. Este relatório, apresenta de forma cumulativa os dados obtidos nas três campanhas realizadas.

Drosophilidae

Durante as três campanhas (C1, C2 e C3), utilizando a metodologia de armadilhas com iscas de banana, foram coletados 8.865 machos de Drosophilidae, pertencentes a 73 espécies e 05 gêneros, sendo que na terceira foram coletados 1.511 indivíduos pertencentes a 44 espécies.

51/96

O conjunto de dados obtidos até então não foi suficiente para que a curva de acumulação de espécies se aproxime de uma assíntota, o que significa que não foram detectadas todas as espécies do grupo na área amostrada e que mais espécies serão acrescentadas à lista nas próximas campanhas.

Quanto à similaridade entre os módulos, houve clara falta de padrões na similaridade entre campanhas e módulos. Isso pode ser explicado pelo desenho amostral e escala em que foi realizada esta análise. Os drosofilídeos são sensíveis a variações ambientais em diferentes escalas, e mesmo variações no ambiente na escala de poucos metros podem resultar em comunidades completamente diferentes. Todos os módulos incluem uma grande variação interna quanto à vegetação. Eles apresentam desde áreas de floresta fechada a pastagens.

Pode-se observar que, a partir desta primeira análise dos padrões de variação na comunidade, entre as parcelas, a variação na densidade das espécies exóticas, como esperado, está bem correlacionada com áreas de menor densidade florestal, podendo servir como indicadoras de qualidade ambiental.

Abelhas

Até o momento foram coletadas 5.806 abelhas, classificadas em 118 espécies (ou morfoespécies), distribuídas em cinco famílias e 25 gêneros, sendo que 03 espécies só foram identificadas até família.

Durante as três campanhas, o método de armadilhas de essências resultou em maior número de indivíduos e de espécies de abelhas coletadas, totalizando 4.960 indivíduos, distribuídos em 05 famílias, 22 gêneros identificados e 52 espécies.

No total das três campanhas o gênero *Euglossa* foi o mais abundante com 2.642 indivíduos, seguido por *Eulaema* (2.053), *Exaerete* (222), *Eufriesea* (25), *Megalopta* (1) e *Melipona* (1). *Eulaema meriana* foi a espécie com maior abundância (1.627) correspondendo 32,8% do total de indivíduos coletados. Como esperado, a amostragem obtida com as armadilhas se restringiu quase exclusivamente à subfamília Euglossini (família Apidae), tendo sido coletados apenas dois espécimes de outras subfamílias. Esses últimos, no entanto, podem ter sido capturados acidentalmente.

Na metodologia de busca ativa, nas 03 campanhas realizadas, foram capturados 611 indivíduos, distribuídos em 5 famílias, 22 gêneros identificados e 70 espécies, sendo que na campanha 3 foram capturados 290 indivíduos e 42 espécies. A espécie mais abundante foi *Trigona williana* (105), seguida por *Apis mellifera* (49) e *Trigona branneri* (44).

O conjunto de dados obtidos até então não foi suficiente para que a curva de acumulação de espécies se aproxime de uma assíntota, o que significa que não foram detectadas todas as espécies do grupo na área amostrada e que mais espécies serão acrescentadas à lista nas próximas campanhas.

Quanto à variação entre os métodos de amostragem, comparando-se as essências utilizadas, o cineol e a vanilina apresentaram resultados semelhantes quanto à abundância de abelhas coletadas, com médias de 10,5 e 10,4 abelhas por parcela amostrada, respectivamente. O salicilato de metila apresentou média um pouco mais baixa, com 8,6 abelhas. O cineol também foi superior na detecção de espécies. Quanto aos padrões de abundância, foi observada grande diferença entre as essências, exceto para a espécie dominante, *Eulaema meriana*, abundante nas amostras obtidas com os três métodos. As demais espécies foram abundantes em uma ou outra essência. Estes resultados permitem concluir que as três essências são diferentes e complementares, sendo que seu uso conjunto resulta em uma amostragem mais completa das abelhas Euglossini. Por outro lado, as amostras obtidas em um mesmo módulo não se agruparam, o que implica em que a variação entre essências é muito maior do que a variação entre módulos e que apenas amostras com a mesma contribuição das três essências poderão ser usadas para análise de padrões espaciais ou temporais nestas comunidades.

52/96
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Quanto à similaridade entre os módulos, o único padrão observado foi a diferenciação do módulo cinco em relação aos demais.

2.11.3.6 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Herpetofauna

Até o momento foram realizadas três campanhas de campo executadas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2012 e primeiro semestre de 2013. A primeira campanha foi realizada em quatro módulos (2, 5, 6 e 7), no primeiro semestre de 2012. Posteriormente, na segunda e terceira campanhas, todos os oito módulos foram contemplados pelas atividades de monitoramento. Este relatório, apresenta de forma cumulativa os dados obtidos nas três campanhas realizadas.

Anfíbios

Nas três campanhas realizadas foram registrados 6.339 espécimes de anfíbios classificados em três ordens (Anura, Gymnophiona e Caudata). Estes indivíduos se distribuíram em 18 famílias, 33 gêneros e 93 espécies. A terceira campanha, realizada entre os dias 5 de abril a 9 de maio e 11 a 15 de junho de 2013, obteve o registro de 1.303 espécimes.

Considerando a riqueza total obtida nas três campanhas (93 espécies), na primeira campanha registrou-se 78 espécies na segunda 62 espécies e na terceira campanha 53 espécies. A diferença entre os resultados de cada campanha pode ser atribuída aos fatores sazonais na distribuição das espécies.

As espécies mais abundantes foram: *Leptodactylus* sp. (9,4%) e *Hypsiboas multifasciatus* (8,7%), na primeira campanha; *Adenomera* sp. (42%) e *Pristimantis* sp.1 (13%), na segunda campanha e *Rhinella castaneotica* (22%) e *Physalaemus ephippifer* (13%), na terceira campanha. Com exceção de *Hypsiboas multifasciatus*, todas as espécies supracitadas são espécies especialistas no uso do ambiente e são associadas às serapilheiras das Florestas.

A curva de acúmulo de espécies de anfíbios se mostrou ascendente sem tendência à estabilidade para todos os módulos monitorados, evidenciando que novos registros poderão ocorrer em função do aumento do esforço amostral temporal.

Em relação aos métodos de amostragem, nas três campanhas, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas foi responsável pelo registro de 51,7% dos espécimes e Busca nos Sítios Reprodutivos por 28% dos espécimes.

Além das metodologias Procura Ativa nas Parcelas, Procura Ativa nos Transectos, Encontros Ocasionais e Busca nos Sítios Reprodutivos, na terceira campanha foram monitorados os ambientes ripários associados aos módulos. Nestes ambientes, foram registrados 13 espécimes classificados em cinco espécies de anfíbios, comuns também nas outras estratégias amostrais.

Considerando a riqueza e abundância nas áreas monitoradas, os Módulos 5, 6 e 7 apresentaram a maior riqueza e o maior número de espécimes registrados. Diante dos valores obtidos pelos índices de diversidade analisados verifica-se que o Módulo 5 apresentou maior diversidade.

O índice de similaridade de Bray-Curtis para os diferentes módulos evidenciou uma maior similaridade entre os Módulos 4 e 8 e entre os Módulos 6 e 7. Este resultado pode ser atribuído às características similares dos fragmentos monitorados considerando a disponibilidade de recursos.

Répteis

Em relação às três ordens de répteis (Crocodylidae, Testudines e Squamata) registradas nas três campanhas têm-se o registro de 1.905 espécimes classificados em 21 famílias, 61 gêneros e 87 espécies, sendo que a terceira campanha registrou 336 espécimes.

Considerando a riqueza total obtida nas três campanhas (87 espécies), na primeira campanha registrou-se 60 espécies, na segunda 69 espécies e na terceira campanha 42 espécies.

Dentre as famílias registradas, a família Dipsadidae, representada por serpentes de hábitos terrestres e arborícolas, apresentou maior riqueza (23%) e a família Sphaerodactylidae, representada por lagartos subarborícolas e criptozoicos, apresentou maior abundância (51,8%).

Assim como observado para anfíbios, a curva de acúmulo de espécies de répteis não evidencia tendência à estabilização para todos os módulos monitorados, informando que novos registros são previstos em função do aumento do esforço amostral na continuidade do projeto.

Considerando as três campanhas, a metodologia de Procura Ativa nas Parcelas também foi que apresentou maior registro de espécimes (54%). Entretanto, em relação à riqueza de espécies, a metodologia de Procura Ativa nos Transectos contribuiu com 79% da riqueza total observada (87 espécies). Os ambientes ripários monitorados apresentaram registro de apenas dois espécimes classificados em duas espécies.

Considerando as análises referentes à estrutura da comunidade de répteis por módulos, a maior riqueza e abundância foi observada no Módulo 7. Os índices de diversidade analisados apontam para o Módulo 5 como o de maior diversidade.

O índice de similaridade de Bray-Curtis evidenciou uma maior similaridade entre os Módulos 2 e 7 e entre os Módulos 5 e 6, resultado que pode ser atribuído às características similares dos fragmentos monitorados.

2.11.3.7 Projeto de Levantamento e Monitoramento da Avifauna

Até o momento foram realizadas três campanhas de campo executadas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2012 e primeiro semestre de 2013. A primeira campanha foi realizada em quatro módulos (2, 5, 6 e 7), no primeiro semestre de 2012. Posteriormente, na segunda e terceira campanhas, todos os oito módulos foram contemplados pelas atividades de monitoramento. Este relatório, apresenta de forma cumulativa os dados obtidos nas três campanhas realizadas.

Ao longo das três campanhas de monitoramento foram registrados um total de 28.069 indivíduos de aves, sendo que na terceira campanha foram registradas 8.599 indivíduos. Quanto à riqueza, foram registradas 506 espécies de aves, sendo 390 na primeira campanha, 434 na segunda e 341 na terceira. Destas, 27 novas espécies de aves foram registradas somente na 3ª campanha. As espécies mais abundantes para os dados de censo por ponto de escuta foram o chororó-pocua (*Cercomacra cinerascens*), o biscateiro (*Lipaugus vociferans*) e a rolinha caldo-de-feijão (*Columbina talpacoti*). Para captura, marcação e recaptura com redes de neblina, as espécies mais abundantes foram uirapuru-laranja (*Pipra fasciicauda*), tico-tico-do-bico-preto (*Arremon taciturnus*) e abre-asa (*Mionectes oleagineus*).

As espécies registradas ao longo das três campanhas estão distribuídas em 24 ordens e 66 famílias, o que é bastante significativo uma vez que representa, respectivamente, 93% e 67% do total registrado para o território nacional. A Família Tyrannidae foi a mais representativa, com 54 espécies e 1.438 indivíduos registrados, seguido por Thamnophilidae com 50 espécies e 5.307 indivíduos. Entre os não-passeriformes, a Família Trochilidae foi a mais representativa, com 25 espécies registradas, seguida da Família Psittacidae, com 24 espécies registradas.

Para o método de censo bioacústico, os módulos M5 e M6 foram os mais ricos. Já para o método de captura em rede de neblina, a maior riqueza foi encontrada no módulo M5.

As curvas do coletor, numa escala temporal revelam que o número de espécies registradas nos módulos, tanto para o método de captura com rede de neblina como por censo por ponto de escuta, ainda não estabilizaram, sugerindo que mais espécies podem ser adicionadas a lista com a continuidade do monitoramento.

54/96
JFF ul MP
EUE Doff

A amostragem de avifauna por meio do método de censo por ponto de escuta registrou um total de 428 espécies de aves e 15.255 registros individuais; para amostragem por meio de captura com redes de neblina foram capturados 7.243 indivíduos de 256 espécies. Os registros de espécies que não foram contempladas nos métodos de rede nas parcelas ou por censo por pontos nos transectos contabilizaram 5.573 indivíduos, pertencentes a 423 espécies. Os métodos são complementares, uma vez que algumas espécies somente são registradas por um ou outro método.

A maior similaridade ocorreu com os grupos de módulos M6 e M7, M2 e M3 e M1 e M4. A maior similaridade entre os módulos possivelmente está associada à fitofisionomia e estrutura da vegetação.

2.11.3.8 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Mamíferos Terrestres

Até o momento foram realizadas três campanhas de monitoramento, executadas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2012 e primeiro semestre de 2013, sendo monitorados os oito módulos. Este relatório técnico refere-se à descrição das atividades desenvolvidas durante as três campanhas realizadas até o momento.

No geral, já foram registradas 47 espécies de mamíferos pertencentes a nove ordens e 23 famílias através de métodos diretos e indiretos, incluindo os relatos obtidos por entrevistas ocasionais com moradores locais durante as campanhas iniciais. Considerando apenas os censos realizados em transecções lineares, por meio de metodologia padronizada para a busca de indícios diretos e indiretos da presença das espécies durante as três campanhas de monitoramento, foram obtidos 719 registros de 38 espécies nativas pertencentes a nove ordens e 20 famílias. As ordens com maior número de espécies foram a dos primatas (N = 10), seguida dos carnívoros (N = 9), e roedores (N = 5). Cinco espécies exóticas também foram registradas, representadas pelo cachorro-doméstico, porco, boi, búfalo e cavalo, que não entraram nas análises qualitativas e quantitativas.

Comparativamente às outras duas campanhas, desconsiderando registros ocasionais e relatos, houve o acréscimo de quatro espécies durante o censo. São elas, tatu-canastra (*Priodontes maximus*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), onça-parda (*Puma concolor*) e tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*).

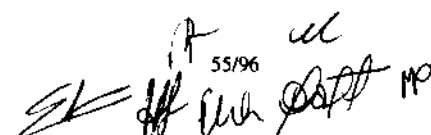
Foi observada uma distribuição homogênea com relação à riqueza de espécies ao longo dos módulos, ao contrário da abundância, que foi bastante heterogênea, principalmente para os módulos 5 e 7 que apresentaram grandes discrepâncias que podem estar relacionadas com as características das áreas.

As espécies mais frequentemente registradas ao longo do monitoramento foram o macaco-prego (*Sapajus apella*), cutia (*Dasyprocta aguti*) e bugio (*Alouatta belzebul*). Já as menos frequentes foram o gambá (*Didelphis marsupialis*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), cuxiú (*Chiropotes albinasus*) e o tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), registrados uma única vez. O gambá (*Didelphis marsupialis*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), cuxiú-de-nariz-vermelho (*Chiropotes albinasus*) e a onça-pintada (*Panthera onca*), não foram registrados durante a terceira campanha.

O maior número de registros foi obtido através da amostragem indireta (56%). A maior parte dos registros foi de vocalização (45%) e pegadas (41%). Já através do método direto, a maior parte das visualizações efetuadas foi de primatas (67%), seguidos da cutia (12%), animais mais conspícuos e fáceis de serem localizados.

Os módulos com maior similaridade da mastofauna registrada foram representados pelo M2 e M6, que apresentaram 74% de espécies em comum. Os módulos M3 e M4 também apresentaram uma alta porcentagem de espécies compartilhadas (72%). A alta porcentagem de espécies em comum entre esses módulos pode estar relacionada às características semelhantes da vegetação que são partilhadas por essas áreas.

2.11.3.9 Projeto de Levantamento e Monitoramento de Quirópteros

 55/96

Duas campanhas foram realizadas no ano de 2012 e a terceira campanha foi realizada no primeiro semestre de 2013, sendo que este relatório abrange a análise integrada destas três campanhas. Devido às atividades de implantação dos módulos e autorização de entrada em propriedades particulares houve alguns ajustes entre as campanhas. Na 1ª campanha foram monitorados quatro módulos (2, 5, 6 e 7), em quatro pedrais não submersos (Pedral do Sossego, Pedral da Pedra do Navio, Pedral Barra do Vento e Pedral Cachoeira da Mucura) e três cavernas (Pedra da Cachoeira, Kararaô e Leonardo da Vinci). A caverna Planaltina não foi amostrada, pois o proprietário não autorizou a entrada.

A 2ª campanha de monitoramento foi realizada em três das quatro cavernas solicitadas no PBA (Kararaô, Leonardo da Vinci e Pedra da Cachoeira). Foram monitorados cinco módulos terrestres (1, 2, 5, 6 e 7). Inclui-se na análise o monitoramento de cinco pedrais (Pedral do Sossego, Pedral da Pedra do Navio, Pedral Barra do Vento, Pedral Cachoeira da Mucura e Pedral das Araras).

Na 3ª campanha, devido a alta do rio Xingu, foram amostrados dois pedrais (Navio e Sossego). As cavernas inventariadas foram a Pedra da Cachoeira, Kararaô, Leonardo da Vinci e a Cama de Vara. Os módulos monitorados foram o 1, 2, 4 e 5, isto é, os mais próximos aos pedrais do rio Xingu, priorizando as parcelas também mais próximas ao rio, com vistas a acompanhar, o deslocamento dos morcegos que utilizam temporariamente os pedrais emersos como abrigos.

Monitoramento nos Módulos Rapeld

Nesta 3ª campanha foram capturados 105 indivíduos de 21 espécies. Na soma das três campanhas foram registradas 54 espécies de morcegos em 582 capturas, em seis módulos. Oito novos registros foram obtidos na 3ª campanha.

A riqueza de espécies entre os módulos variou. No módulo 5, até o momento, foram registradas 25 espécies. Nos módulos 6 e 7, 23 espécies cada. Os módulos 1 e 2 apresentaram 14 espécies e a menor riqueza ocorreu no módulo 4, com 11 espécies. Essa menor riqueza, para o módulo 4, pode ser explicada pelo fato de ter sido monitorado somente nesta 3ª campanha. A análise das três campanhas indica uma baixa similaridade entre os módulos, mostrando uma comunidade diversificada e heterogênea.

Do ponto de vista taxonômico, os módulos são amplamente dominados por morcegos filostomídeos, com 81% das espécies e 92,8% das capturas pertencentes a essa família (Phyllostomidae).

As curvas do coletor, numa escala temporal revelam que o número de espécies registradas nos módulos ainda não estabilizaram, sugerindo que mais espécies podem ser adicionadas a lista com a continuidade do monitoramento.

A análise trófica nos módulos revela uma maior biomassa de frugívoros. Foram 386 capturas de dezessete espécies. Os insetívoros dominaram a riqueza em geral. Foram 12 espécies de insetívoros aéreos e 12 espécies de insetívoros catadores. Esta riqueza de insetívoros reflete uma boa qualidade ambiental. Seis espécies de morcegos nectarívoros foram anotadas em 46 capturas. Carnívoros, onívoros e hematófagos completaram a assembleia com duas espécies cada. A alta abundância de frugívoros está relacionada em parte ao método utilizado para amostragem (redes de neblina).

Na terceira campanha, três recapturas foram registradas nos módulos. Uma fêmea de *C. perspicillata*, marcada dia 10/08/2012 no módulo 5 foi recapturada no mesmo módulo no dia 22/05/2013.

Monitoramento nos Pedrais

Devido à cheia do rio Xingu, nesta terceira campanha, muitos pedrais estavam submersos portanto, não foram inventariados. Foram armadas redes nos arredores de dois

56/96
EUA
MP

pedrais, resultando na captura de 166 indivíduos, sendo 83 no Pedral do Sossego e 83 na Pedra do Navio.

Nos pedrais, até o momento foram capturados 425 indivíduos de 26 espécies, sendo que na primeira campanha capturaram-se sete espécies, na segunda oito e na terceira 19 espécies. Taxonomicamente os filostomídeos dominaram novamente com 14 espécies e a abundância de 32,7%.

O pedral Pedra do Navio foi amostrado nas três campanhas já realizadas somando 118 capturas de 18 espécies. A espécie mais capturada na Pedra do Navio foi *Carollia perspicillata* com 39% das capturas.

Duas espécies foram exclusivas da 1ª campanha (*Carollia brevicauda* e *Macrophyllum macrophyllum*). Outras duas foram exclusivas da 2ª campanha (*Noctilio albiventris* e *Nyctinomops macrotis*), enquanto 11 espécies foram exclusivas da 3ª campanha.

Em relação ao Pedral do Sossego, procederam-se, até o momento, 131 capturas, sendo 11 na 1ª, 37 na 2ª e 83 na 3ª. Dezesesseis espécies foram amostradas nas três campanhas de monitoramento. Foram três espécies na primeira campanha (duas exclusivas – *Rhynchonycteris naso* e *Peropteryx macrotis*); quatro na segunda e 10 espécies na terceira, com nove exclusivas. Novamente a espécie mais capturada foi *Carollia perspicillata* que contribui com 40,5% de toda a amostra.

Na terceira campanha não ocorreu amostragem dos pedrais Barra do Vento, das Araras e Cachoeira do Mucura por estarem submersos.

Assim como nos módulos, a similaridade entre os pedrais foi baixa.

As curvas do coletor, numa escala temporal revelam que o número de espécies registradas nos módulos ainda não estabilizaram, sugerindo que mais espécies podem ser adicionadas a lista com a continuidade do monitoramento.

Os morcegos insetívoros aéreos dominaram os pedrais, tanto em número de espécies ($N = 12$), quanto em número de capturas ($N = 286$). Os morcegos frugívoros foram também muito abundantes com 116 capturas. Hematófagos e onívoros foram registradas em baixa densidade. Apenas um nectarívoro com 10 capturas foi registrado. A guilda dos carnívoros não foi representada nos pedrais.

Monitoramento nas cavernas

Os dados acumulados de três campanhas resultaram em 3.040 capturas de 23 espécies. Na 1ª campanha foram capturados 1.003 indivíduos de 16 espécies em três cavernas inventariadas (Kararaô, Leonardo da Vinci e Pedra da Cachoeira). Na 2ª campanha foram capturados 1.008 indivíduos, pertencentes a 16 espécies nas mesmas três cavernas. Na 3ª campanha foram capturados 1029 indivíduos em quatro cavernas, incluindo a caverna Cama de Vara que substituiu a caverna Planaltina e será monitorada daqui em diante. Taxonomicamente houve uma predominância da família Phyllostomidae tanto em número de espécies ($N = 12$) quanto de indivíduos ($N = 1773$).

Na caverna Kararaô foram capturados 481 indivíduos de 16 taxa. *Anoura geoffroyi* é a espécie mais capturada até o momento nessa caverna ($N = 129$). O número de espécies registradas na Kararaô ($N = 16$) está próximo ao valor estimado ($N = 19,7$). Na primeira campanha foram registradas 12 espécies; na 2ª apenas seis taxa foram anotados incluindo um novo registro (*Vampyrus spectrum*). O maior sucesso de capturas foi obtido nesta 3ª campanha com 14 taxa anotados, dos quais três novos registros (*Peropteryx* aff. *trinitatis*, *Pteronotus personatus* e *Trachops cirrhosus*).

Na caverna Pedra da Cachoeira foram capturados 1.053 indivíduos em três campanhas. Dezesete taxa foram anotados. Duas espécies foram exclusivas da 2ª campanha (*Furipterus horrens* e *Vampyrus spectrum*). Na 3ª campanha outras duas espécies foram exclusivas (*Anoura caudifer* e *Myotis riparius*). *Anoura geoffroyi*, assim como ocorreu na

Kararaô, foi a espécie mais capturada até o momento. O número de espécies registradas na Pedra da Cachoeira (N = 17) está próximo ao valor estimado (N = 19,7).

A caverna Leonardo da Vinci foi a que apresentou a menor riqueza de todas as cavernas (nove espécies). Duas espécies foram exclusivas da 1ª campanha (*C. auritus* e *A. geoffroyi*). *Anoura caudifer* foi exclusiva da 2ª campanha e *C. brevicauda* e *P. macrotis* exclusivas da 3ª. O número de espécies registradas na Leonardo da Vinci (N = 9) está muito próximo ao valor estimado (N = 10,8).

A caverna Cama de Vara, que substituiu a caverna Planaltina, foi monitorada apenas nesta 3ª campanha. Onze espécies foram registradas em 317 capturas. A espécie mais capturada foi *P. parnellii* com 120 capturas (37,9%), seguida de *C. perspicillata* (83 - 26,2%) e *P. gymnonotus* (70 - 22,1%). Destaca-se ainda a espécie *Myotis riparius*, capturada apenas nesta caverna (25 - 7,9%). O esforço amostral de uma campanha não permite ainda fazer uma estimativa da riqueza esperada para esta caverna.

Os insetívoros aéreos dominaram amplamente a riqueza de espécies e o número de capturas nas cavernas. Foram 1267 capturas de 11 espécies. Os frugívoros apresentaram também uma alta biomassa, especialmente devido a ocorrência de *C. perspicillata* (99% das capturas dos frugívoros). Três espécies de carnívoros, três de nectarívoros, duas de insetívoros catadores e duas de hematófagos completaram a amostragem. Os nectarívoros foram muito abundantes com 588 capturas. Os carnívoros, por estarem no topo da cadeia alimentar apresentaram baixa densidade com apenas oito capturas.

Nesta 3ª campanha, 921 indivíduos foram marcados, 49 indivíduos foram coletados, oito indivíduos fugiram antes da marcação e ocorreram 51 recapturas. Sendo que um indivíduo recapturado portava anilha referente às capturas do EIA.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 – 3ª Retificação:

A coleta de material biológico para os projetos de monitoramento de invertebrados terrestres, mastofauna, herpetofauna, avifauna e quiropteroфаuna está respaldada pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e retificações. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) *Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.*

Atendida para invertebrados. Não foram encontradas espécies ameaçadas, endêmicas e raras. Até o momento, foram detectadas quatro espécies exóticas invasoras de Drosophilidae esperadas em áreas rurais antropizadas na Amazônia, sendo elas: *D. simulans*, *D. malerkoltliana*, *Zaprionus indianus* e *Scaptodrosophila latifascaeiformis*. A espécie *Zaprionus indianus*, recentemente introduzida no Brasil tem causado impacto na fruticultura. Suas larvas, diferentemente da maioria dos Drosophilidae, podem se desenvolver em frutos ainda nas árvores. As quatro espécies exóticas de Drosophilidae encontradas são indicadoras de degradação ambiental em áreas originalmente ocupadas por florestas. As espécies de abelhas Euglossini são responsáveis pela polinização de cerca de 10% de espécies de

58/96
[Handwritten signatures and initials]

orquídeas. Além disso, *Eulaema meriana*, *E. mocsaryi*, *E. cingulata* e *Eufriesea flaviventris* estão envolvidas, juntamente com abelhas de outros grupos, na polinização da castanha-do-Brasil. Para as abelhas das orquídeas, a espécie *Eulaema nigrata* é considerada como bioindicadora de áreas de vegetação aberta ou mesmo alterada, foi detectada em todos os módulos amostrados. Outra espécie, *Euglossa analis*, indicadora de áreas florestadas, que foi detectada no módulo 5. Dentre as espécies nativas de Drosophilidae, as espécies primariamente associadas a outros tipos de vegetação, que não florestas, como *Drosophila cardini*, de forma semelhante às espécies exóticas, indicam perturbação ambiental. De forma inversa, espécies de Drosophilidae mais restritas a florestas indicam áreas mais bem preservadas. Dentre estas, podem ser citadas: *D. cuaso*, *D. frotapessoai*, *D. mediotriata*, *D. mesostigma*, *D. paramediotriata* e *D. trapeza*.

Atendida para herpetofauna. Nenhuma espécie de réptil registrada até o momento encontra-se na lista brasileira oficial de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA ou na lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará. A espécie *Boa constrictor* está listada no Apêndice I do CITES, que considera a ameaça em função do comércio internacional. As espécies *Epicrates cenchria*, *Chelonoidis denticulata*, *Caiman crocodilus* e *Paleosuchus trigonatus* estão listadas no Apêndice II do CITES, que considera as espécies não necessariamente ameaçadas de extinção, mas que podem se tornar, caso a pressão imposta pelo comércio não seja controlada. Por último, de acordo com a IUCN (2013), *Chelonoidis denticulata* é uma espécie vulnerável em função da pressão cinegética. Quanto aos anfíbios, a salamandra *Bolitoglossa paraensis*, a única espécie da ordem Urodela presente na região, é classificada na categoria "vulnerável" na lista de espécies ameaçadas para o Estado do Pará, as espécies das famílias Aromobatidae e Dendrobatidae estão classificadas na lista CITES II, devido ao seu valor no mercado internacional. Até o momento não foram coletadas ou observadas espécies de répteis endêmicas da área do empreendimento. As principais espécies de interesse econômico da área são as duas espécies de jacarés e o quelônio do gênero *Chelonoidis* que são utilizados pelos habitantes locais para alimentação. Entre as espécies de serpentes peçonhentas, destacam-se as ocorrências de espécimes das famílias Elapidae e Viperidae. Quanto às espécies indicadoras de qualidade ambiental, foram citadas algumas espécies como boas indicadoras, como é o caso da *Rhinella castaneotica* e do *Engystomops freibergii*, sendo dependente do microclima proporcionado pela serrapilheira e de microambientes disponíveis nos diversos estratos da Floresta. Muitas espécies de répteis podem ser consideradas estenóicas e indicadoras de qualidade ambiental, sendo dependentes de ambientes florestais, por exemplo *Alopoglossus angulatus*, *Norops fuscoauratus* e *Chatogekko amazonicus*.

Atendido para avifauna. Das 506 espécies de aves registradas nas áreas de influência da UHE Belo Monte, três estão na lista de ameaçados da União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) / Ministério do Meio Ambiente (MMA); treze espécies de aves estão na lista como quase ameaçados e 13 estão como vulneráveis. A arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) foi registrada no módulo 1 (cinco indivíduos), no módulo 4 (sete indivíduos), no módulo 8 (um indivíduo) e módulo 7 (dez indivíduos); a ararajuba (*Guaruba guarouba*) foi registrada no módulo 4 (21 indivíduos) e módulo 8 (4 indivíduos), o jacamim-de-costas-verdes (*Psophia viridis*) foi registrado no módulo 3 (um indivíduo), no módulo 4 (um indivíduo) e no módulo 8 (um indivíduo). Três espécies registradas (*Jabiru mycteria*, *Harpia harpyja* e *Ara macao*) estão citadas no Anexo I CITES. Segundo qual, as espécies só podem ser comercializadas em casos excepcionais e desde que se garanta que isso não afetará a sobrevivência da espécie. Um total de 43 espécies está citado no Anexo II da CITES, que inclui as espécies que mesmo não estando em perigo de extinção precisam ter seu comércio regularizado, para que tal fato não ocorra. Entre as espécies que são listadas pelo Anexo II da CITES e que foram registradas na área de influência da UHE Belo Monte podem ser citados *Ara chloropterus*, *Ramphastos*

tucanus e *Ramphastos vitellinus*, sendo que as três foram registradas em todos os módulos. Foram registradas 203 espécies de aves consideradas endêmicas do bioma Amazônia. Destaca-se aqui a presença de espécies endêmicas com distribuição restrita (*Penelope pileata* e *Neomorphus squamiger*). Destacamos também *Avocetulla recurvirostris*, pequeno beija-flor que conta com pouquíssimos registros na Amazônia, e de hábitos desconhecidos (2 indivíduos no módulo 2), o minúsculo beija-flor *Discosura langsdorfii melanosternum* (1 indivíduo avistado no módulo 4), *Amodromus aurifrons* (1 indivíduo registrado no módulo 2), *Cotinga* (1 indivíduo no módulo 2) e *Phaethornis aethopyga* (4 indivíduos no módulo 1 e 13 indivíduos no módulo 2) recentemente elevado à categoria de espécie válida e que tem, no Rio Xingu, o seu limite oeste. Além destas, destaca-se ainda a presença dos arapaços *Hylexetastes brigidai*, *Dendrexetastes rufigula* e *Xiphocolaptes carajaensis*. *Hylexetastes* e *Xiphocolaptes* são aves que ocupam apenas florestas em muito bom estado de conservação. Quanto às espécies cinegéticas e de interesse econômico, nos módulos amostrados foram registrados um total de oito (08) representantes da família Tinamidae, entre eles a azulona (*Tinamus tao*) registrada nos módulos 1, 4, 5, 7 e 8, o inhambu-de-cabeça-vermelha (*Tinamus major*) registrada no módulo 7, e o inhambu-galinha (*Tinamus guttatus*) registrada nos módulos 6 e 7. Estas espécies são os maiores representantes desta família na Amazônia brasileira, e estão entre as espécies mais visadas por caçadores. A família Cracidae também está entre os grupos de aves sensíveis às pressões antrópicas. Nos módulos amostrados foram registradas cinco (05) espécies desta família: o mutum-cavalo (*Pauxi tuberosa*) registrado nos módulos 2, 5, 6 e 7, a jacupiranga (*Penelope pileata*) registrada nos módulos 1, 2, 4, 5, 6 e 7, a jacupemba (*Penelope supercilialis*) registrada nos módulos 2, 4 e 6, o jacu-de-spix (*Penelope jacquacu*) registrado nos módulos 2 e 5 e o aracua-pequeno (*Ortalis motmot*) registrado nos módulos 3 e 4. Dois representantes da família Psophiidae foram registrados nos módulos amostrados: o jacamim-de-costas-marrons (*Psophia dextralis*) registrado nos módulos 1, 6 e 7 e o jacamim-de-costas-verdes (*Psophia viridis*) registrado nos módulos 3, 4 e 8. Estas espécies são associadas principalmente às matas de terra firme e sofrem com a pressão de caça em toda a sua área de distribuição. Entre as espécies indicadoras de boa qualidade de habitat registradas, pode-se citar: o gavião-miudinho (*Accipiter superciliosus*), pica-pau-de-barriga-vermelha, (*Campephilus rubricollis*) arapaçu-barrado (*Dendrocolaptes certhia*), o arapaçu-meio-barrado (*Dendrocolaptes picumnus*), chororó-pocua (*Cercomacra cinerascens*), chupa-dente-de-cinta (*Conopophaga aurita*), anambé-azul (*Cotinga cayana*), cabaça-branca (*Dixiphia pipra*), cabeça-de-ouro (*Pipra erythrocephala*), patinho-de-coroa-branca (*Platyrinchus platyrinchus*) e pinto-do-mato-de-cara-preta (*Formicarius analis*).

Atendido para a mastofauna. Dentre as 38 espécies registradas, 11 estão presentes em duas ou mais listas de espécies ameaçadas de extinção, de acordo com a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Resolução 054/2007 que homologa a lista de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção do estado do Pará. Quanto às espécies endêmicas, Nenhuma espécie pôde ser considerada endêmica do ecossistema local. Porém, as espécies endêmicas do bioma Amazônico registradas foram o macaco-aranha, os cuxiús, o mico-de-cheiro (*S. ustus*), o sagui-branco e o zogue-zogue. Cinco espécies exóticas de mamíferos foram registradas nas áreas de monitoramento: boi (M1, M3, M5 e M8), búfalo (M2), cavalo (M3 e M4), cachorro-doméstico (M2, M3 e M8) e o porco-doméstico (M2 e M8). Indícios de atividades de caça foram encontrados em cinco dos oito módulos amostrados, dentre esses, presença de caçador munido de espingarda próximo à área (n=3), pegada e latidos de cachorro doméstico (n=2), trilhas dentro da mata para facilitar o acesso à caça (n=2), cartucho (n=2) e girau de espera (n=1). Nas proximidades do módulo 4, onde residem indígenas (etnia Arara), foi observado um evento de travessia a nado de queixadas no rio Xingu e em seguida a perseguição e matança dos indivíduos pelos índios. Quanto às espécies indicadoras de qualidade ambiental, sete espécies foram definidas como bioindicadoras, alvos do monitoramento, a saber: *Alouatta belzebul* (foram obtidos 148

60/96

registros do bugio, que ocorreu em todos os oito módulos de amostragem), *Saguinus niger* (15 registros de 53 indivíduos nos módulos 3, 4 e 8), *Saimiri ustus* (17 registros de 182 indivíduos nos módulos 1, 2, 5, 6 e 7), *Chiropotes albinasus* (O cuxiú só foi registrado no módulo 5), *Chiropotes utahickae* (foram obtidos apenas quatro registros de 22 indivíduos no módulo 8), *Ateles marginatus* (O macaco-aranha só foi registrado nos módulos 2 e 7) e *Tayassu pecari* (29 registros de 119 indivíduos nos módulos 1, 4, 5, 6, 7 e 8).

Atendido para quiropteroфаuna. *Natalus macrourus* é um espécie estritamente cavernícola e hábito alimentar insetívoro. Esta espécie está classificada como Vulnerável na lista do Pará (SEMA, 2008). De fato, embora de ampla distribuição geográfica, no Pará esta espécie foi registrada apenas nas cavernas de Belo Monte, ocorrendo em três delas: Kararaô, Pedra da Cachoeira e Cama de Vara. Ao todo 18 indivíduos foram capturados, cinco na Kararaô, sete na Pedra da Cachoeira e seis na Cama de Vara. No âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, em 2012 foi consolidado o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Região do Baixo e Médio Xingu – PAN Xingu, em que *Natalus macrourus* (= *Natalus espiritosantensis*) é uma das espécies alvo. Os morcegos da subfamília Phyllostominae são considerados bons indicadores de qualidade ambiental. Entre as espécies dessa família, que podem ser boas indicadoras de qualidade ambiental, encontradas nas áreas inventariadas, podem ser citadas as seguintes: *Vampyrus spectrum* (Esta espécie é a maior que ocorre nas Américas com hábito predominantemente carnívoro. Abrigam-se em ocos de árvores, um recurso escasso e dependente da floresta em pé. Dois indivíduos foram capturados nas cavernas Kararaô e Pedra da Cachoeira), *Chrotopterus auritus*, *Glyphoncycteris* sp., *Lamproncycteris brachyotis*, *Lonchorhina aurita*, *Lophostoma brasiliense*, *L. silvicolum*, *Macrophyllum macrophyllum*, *Microncycteris megalotis*, *Trachops cirrhosus*, *Trinycteris nicefori*, *Microncycteris minuta*, *Microncycteris* sp., *Mimon crenulatum*, *Tonatia bidens* e *Tonatia saurophila*. Algumas espécies como *Thyroptera* spp. são dependentes de plantas específicas para se abrigarem (*Musa* e *Heliconia*), estando desta forma associadas a áreas de vegetação com estas plantas. Apenas oito indivíduos foram anotados apenas na primeira campanha na área dos módulos. Algumas espécies são dependentes de habitats de boa qualidade e que são escassos na natureza, como as espécies caverna-dependente. Este é o caso de *N. macrourus* e *Lonchorhina aurita*. *Lonchorhina aurita* teve apenas uma captura no módulo 6 na 1ª campanha. No entanto, os levantamentos nas cavernas resultaram num grande número de captura da espécie, 143 indivíduos, com a maior população verificada na Pedra da Cachoeira. Quanto às espécies de interesse econômico e de saúde pública, foram capturados 53 indivíduos de *D. rotundus* nestas três campanhas, sendo 42 nas cavernas (17 na Kararaô e 25 na Pedra da Cachoeira) e 11 nos módulos. Em 2004 e 2005, três surtos de raiva humana transmitida por *Desmodus rotundus* foram notificados no Pará e no Maranhão e colocaram o morcego o principal transmissor da raiva humana no país.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna, o 4º relatório não apresentou essas informações, no entanto ela já haviam sido apresentadas detalhadamente pelo 2º relatório conforme consta no parecer nº 168/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna.

61/96

d) *Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, e o coletor/observador. Em caso de captura, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.*

Atendido para invertebrados, herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna.

e) *Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;*

Atendido para invertebrados e herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna.

g) *Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tomo. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializados.*

Atendido para invertebrados. Foi apresentada a declaração de recebimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

Não atendido para herpetofauna, avifauna, mastofauna e quiropteroфаuna. Não foram enviadas as cartas de recebimento das instituições depositárias. Estas cartas devem ser enviadas para que este item da condicionante possa ser considerado atendido.

Comentários e Recomendações:

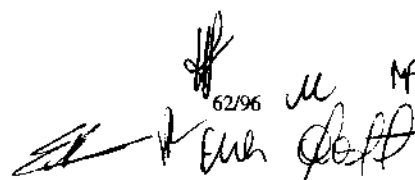
No Parecer nº 4933/2013, referente à análise do Terceiro Relatório Consolidado, foi salientado na análise de todos os projetos de monitoramento da fauna terrestre nos módulos Rapeld, o fato de que nem todas as 12 parcelas foram instaladas devido à problemas com proprietários das terras onde estão inseridos os módulos (não implantação de 13% das parcelas) e que os transectos estão incompletos em sua extensão, o que poderia comprometer a amostragem. No seminário para discussão do 3º relatório, realizado no dia 26 de março de 2013, ficou acordado que seria enviado ao Ibama um documento analisando o prejuízo da não instalação das parcelas para o monitoramento e a suficiência amostral do que está instalado atualmente. Foram protocoladas no Ibama as notas técnicas “NT_SFB-Nº04_RAPELD_01_07_13_LP”, “NT_SFB-Nº15_RAPELD_01_07_13_LP” e “NT_SFB-Nº24_RAPELD_01_07_13_LP”, encaminhadas pelos documentos CE 0242/2013-DS, CE 0269/2013-DS e CE 0324/2013-DS respectivamente trazendo estudos atestando a suficiência das parcelas instaladas. Tais notas técnicas foram avaliadas pela Nota Técnica 006493/2013 COHID/IBAMA que concluiu que, a fim de que não houvesse interferência na padronização do esforço para que seja possível a comparação de cenários no pré e no pós enchimento dos reservatórios, a configuração dos módulos deveria permanecer como está atualmente mantendo-se a quantidade de parcelas implantadas e a sua localização dentro dos módulos.

Quanto ao atendimento dos itens da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 251/2013 e retificações, o item “g” está parcialmente atendido pois não foram enviadas as cartas de recebimento das instituições depositárias para a herpetofauna, mastofauna, avifauna e quiropteroфаuna. Essas cartas devem ser enviadas ao Ibama.

2.11.4 Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea

Este programa será objeto de parecer específico.

62/96



2.11.5 Programa de Registro e Armazenamento Cartográfico, Fotográfico e Acervo de Elementos Espeleológicos

Este programa será objeto de parecer específico.

2.11.6 Programa de Compensação Ambiental

2.11.6.1 Projeto de Criação de Unidades de Conservação

O relatório justifica a não apresentação de uma proposta devido ao não pronunciamento da Câmara de Compensação Ambiental Federal.

Na análise para o 3ºRC, foram propostas de áreas destinadas a unidade de conservação cujas as áreas estão instalados os módulos RAPELD e possuem boa conservação dos processos ecológicos, conectividade com áreas especialmente protegidas existentes e integridade da diversidade, são elas:

- **Área 1:** Estação Ecológica na margem esquerda do rio Xingu onde está instalado o Módulo 5 RAPELD, com 8.804 hectares.
- **Área 2:** Unidade de proteção integral que abarca o Módulo 4 com conectividade entre as TI Arara da Volta Grande e Trincheira Bacajá, com mais de 9.500 hectares que somadas totalizam 57.387 hectares.

Foi feita uma caracterização analítica da paisagem para as duas áreas propostas evidenciando a interconexão com o PAN de Fauna e Flora.

O cronograma apresenta atraso nas atividades desde T3/2013 e todo o ano de 2013, sendo realizada somente o item 1 – realização de estudo de unidade de paisagem das áreas indicadas tendo somente as atividades descritas como “prevista”.

Foram apresentados mapas com a situação fundiária e uso do solo para as duas propostas, entretanto não foi decidida ainda qual área será considerada apta para criação da UC, objeto do programa.

2.11.6.2 Projeto de Apoio às Ações de Implantação e Manejo de Unidade de Conservação já Existente

O relatório não apresentou atividade para este período, visto que a Norte Energia não recebeu nenhum pronunciamento do CCAF sobre a implantação do Programa de Compensação Ambiental. O relatório aponta ainda a recomendação que o IBAMA e ICMBIO reveja as indicativas de aplicação de recursos da compensação ambiental na ESEC Terra do Meio, devido a distância da UC ao empreendimento e demandas urgentes de proteção dos recursos naturais existentes nas áreas mais próximas da área de influência da UHE Belo Monte. O IBAMA encaminhou a presente demanda por meio do MEM. 007706/2013 CGENE/IBAMA, em 30 de abril de 2013, para o CCAF e ainda aguarda resposta.

2.12 Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos

2.12.1 Programa de Monitoramento da Flora

2.12.1.1 Projeto de Monitoramento das Florestas Aluviais

O relatório do Projeto de Monitoramento de Florestas Aluviais apresentou na avaliação do andamento do programa com resultados para parcelas dos Módulos 02, 04 e 05 e parcelas isoladas.

Assim como foi apresentado para o Projeto de Monitoramento de Florestas de Terra Firme, para este projeto, também foram justificados as inconsistências relativas ao relatório semestral e os dados brutos apresentados nos relatórios, devido a alterações na implantação dos módulos e nas análises dos dados e referem-se a: análise desagregada dos módulos com diferentes fitofisionomias, instalação de duas novas parcelas (M2T1P1 e M2T1P2), refinamento nas identificações botânicas e estruturação dos dados apresentados no banco de dados.

63/96
MP

A suficiência amostral para as parcelas dos módulos e as parcelas permanentes (14 parcelas) foi atingida com 12 parcelas e um erro amostral de 8,94%, excluindo 3 parcelas que não apresentava indivíduos arbóreos. Utilizando somente os dados das parcelas dos módulos, essa suficiência não seria atingida, (erro 19,92%) sendo necessário um número ótimo de 22 parcelas.

A seguir são apresentados sinteticamente os resultados de florística e fitossociologia para as parcelas isoladas e módulos analisados.

Resultados de florística e fitossociologia para as parcelas isoladas do Programa de Monitoramento de Florestas Aluviais.

Parâmetros	Parcelas isoladas	Módulos
Nº de parcelas	06	08
Nº de indivíduos	2.973	3.624
Nº de espécies	192	328
Nº de gêneros	129	198
Nº de famílias	53	63
Shannon H'	3,56	4,74
Simpson D	0,58	0,77
Equabilidade J	0,0595	0,0166
Jaccard	0,26-0,41	0,04-0,35
Área basal	23,45	19,61

Os resultados dos índices de Shannon (H'), Simpson (C) e equidade (J) mostrou comunidades altamente diversas para toda as parcelas analisadas. Os valores seguiram a tendência de resultados dos índices analisados para floresta de terra firme, em que existe uma alta diversidade. E baixa similaridade entre as parcelas. Para os dados apresentados para parcelas isoladas, os índices apresentados no Quadro 13.1.1-9 e no corpo do texto apresentados divergências (H' = 0,56 e 0,52 e D' = 0,064 e 0,0595).

Foram encontradas 14 espécies consideradas ameaçadas pelas listagem oficial para parcelas dos módulos e 06 para parcelas isoladas, utilizando como base a IN MMA nº 06/2008, Decreto Estadual nº 802/2008, Resolução nº 54/2007, Lei Estadual 6.462/2002 e a base de dados da IUCN. Foram identificadas no estudo como de interesse para conservação da flora apenas *Bertholletia excelsa*, pertencente a lista de espécies ameaçadas da IN MMA nº 06/2008 e da Lista de Estado do Pará, entretanto, foi identificada também a *Hevea brasiliensis*, como pertencente a lista oficiais de espécies ameaçadas ou com algum tipo de proteção legal e não incluída na listagem do Quadro 13.1.1-6.

Além desta análise, foram apresentados como produtos, a planilha com lista de espécies, parâmetros fitossociológicos dos módulos e parcelas isoladas, registro fotográfico, mapas de localização das parcelas e módulos e referencias bibliográficas. As campanhas de amostragem segundo o PBA serão bianuais por pelo menos 3 anos antes e 3 depois do enchimento do reservatório.

2.12.1.2 Projeto de Monitoramento das Formações Pioneiras

O relatório do Projeto de Monitoramento de Formações Pioneiras apresentou na avaliação do andamento do programa com os antecedentes com a caracterização dos componentes avaliados e coordenadas das 12 parcelas.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a date stamp "6/4/96".

Foram apresentados para o Grupo 1 (componente arbustivo arbóreo) resultados de 6 parcelas amostrais com duas campanhas de medição (anuais) e para o Grupo 2 (componente Podostemaceae) foram alocadas também 6 pontos amostrais com 7 campanhas efetuadas (trimestrais).

Foram apresentados os resultados geral e por compartimento das duas campanhas para o Grupo 1. Para Florística: foram registrados 1.559 indivíduos de 92 espécies distribuídas em 70 gêneros e 31 famílias. Fitossociologia: 1.535 indivíduos arbóreos de 61 espécies distribuídas em 49 gêneros e 24 famílias. As espécies de maior importância foram: *Capsiandra laurifolia*, *Acosmium nitens*, *Zygia cauliflora*, *Mirciaria dubia* e *Buchenavia oxycarpa*, sendo as mesmas espécies para as duas campanhas realizadas. Os índices de diversidade de Shannon (H'), de Simpson (C) e equabilidade (J) são apresentadas no quadro a seguir foram considerada alta.

Resultados de florística e fitossociologia para o componente arbóreo-arbustivo.

Parâmetro	1º Campanha	2º Campanha
Nº indivíduos	1.559	1.535
Nº espécies	64	6
Nº gêneros	50	49
Nº Famílias	24	24
H'	3,23	3,37
D'	0,04	0,02
J	0,58	0,82

Durante a segunda campanha foram observada a depredação de parcelas e retirada de estacas, sendo que a equipe reinstalou as estacas e placas retiradas, foi feita a delimitação geográfica das parcelas e indicação de direção das mesmas a fim de se evitar novas perdas de informações.

Para o Grupo 2 foram apresentados resultados sinteticamente os resultados do monitoramento fenológicas, onde foram registrados 8 espécies e realizado o acompanhamento das 4 espécies mais abundantes: *Castelnavia princeps*, *Weddellina squamulosa*, *Tristicha trifaria* e *Mourera alcicornis*. Com os resultados apresentados foi possível correlacionar as fenofases com o vasão média mensal do rio Xingu e detectar padrões de periodicidade (regularidade do ciclo fenológico) e frequência (nº de ciclos por unidade de tempo).

1º Campanha: para a primeira medição realizada no final da época seca foram coletados 237 indivíduos marcados de podostemáceas, de 3 espécies, *Mourera alcicornis*, *Castelnavia princeps*, *Weddellina squamulosa*, sendo que a *Mourera fluviatilis* foi encontrada fora da parcela. A maioria das parcelas encontrava-se na fase de sementes disseminando e uma parcela estava com frutos maduros.

2º Campanha: a maioria dos pedrais estavam submerso e só foi encontrado crescimento vegetativo da *C. Princeps*. A baixa riqueza das espécies foi fortemente influenciada pelo período de cheia da região.

3º Campanha: foram monitorados 330 assembléias (comunidades) de 4 espécies (*C. princeps*, *M. alcicornis*, *W. squamulosa*, *Tristicha trifaria*), apenas uma foi encontrada na época do EIA. Foi registrado no relatório que a *M. fluviatilis* pode ter sido identificada erroneamente, devido a falta de registros de sua ocorrência do Rio Xingu. A fenologia das espécies foi influenciada pela inundação, e foram encontradas diferentes fases fenológicas em um único pedral. Nas parcelas 2, 4 e 6 não foi possível realizar a coleta de dados pois estavam submersos. Possivelmente estavam em mudanças foliares ou brotamento.

4º Campanha: foi encontrada e confirmada a espécie *M. fluviatilis* fora das parcelas. Houve variação do nível de água que influenciou a floração, frutificação e germinação de espécies já registradas. De acordo com a porcentagem de Fournier, as

65/96
 11462
 1848/06
 11

intensidades fenológicas variaram entre os períodos e entre as espécies no monitoramento. Foram apresentados para as diferentes épocas, a proporção de Fournier para cada evento fenológico. No mês de agosto foi o período com maior número de fenofases diferentes de fenologia e todos os eventos marcados com o pulso de inundação. Com estes pulsos e a construção da barragem o relatório apontou que poderá incorrer provável insucesso da fase sexual de todas as espécies.

5° *Campanha*: Foram consideradas 4 espécies nas 6 parcelas analisadas variando entre 3 e 72 indivíduos. Esta campanha foi realizada no fim da época seca, com níveis baixos de água e início das enchentes e em sua maioria dispersando sementes.

6° *Campanha*: Foram encontradas 8 espécies de 4 gêneros distintos, destas somente 4 foram encontradas constantemente nas unidades amostrais, as demais constam na florística da região. As espécies encontravam em desenvolvimento foliar avançado.

7° *Campanha*: Foram analisados os 237 indivíduos amostrados das 4 espécies. Os resultados apresentados corroboraram a previsibilidade dos padrões fenológicos estudados. As espécies comportam-se e acordo com os ciclos naturais de vazões guardando dependência nos processos de polinização e dispersão.

Os produtos apresentados neste projeto estão incluídos nos anexos, sendo estes: resultados por tratamento do componente arbustivo-arbóreo, lista de espécies herborizadas, carta de doação ao Herbário UFPA, lista de espécies presentes na região, parâmetros fitossociológicos ordenadas por IVI, registro fotográfico e referências bibliográficas.

2.12.2 Programa de Conservação e Manejo de Hábitats Aquáticos

Este programa será objeto de parecer específico.

2.12.3 Programa de Conservação da Ictiofauna

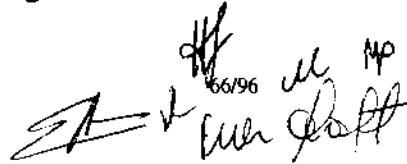
2.12.3.1 Projeto de Investigação Taxonômica

O principal objetivo do projeto é estudar a biodiversidade e a taxonomia da ictiofauna do rio Xingu, a fim de permitir medidas de conservação adequadas, bem como propiciar o atendimento às condicionantes das licenças emitidas pelo Ibama.

Segundo o Relatório Consolidado, durante o todo período de realização do projeto (março de 2012 a maio de 2013), já foram realizadas seis campanhas de monitoramento, processamento e tombo das amostras biológicas oriundas dos demais projetos e estudos acerca da ictiofauna, bem como das atividades de resgates realizadas nos igarapés do Canal de Derivação e do Reservatório Intermediário e no lançamento da enseadeira do sítio Pimental. Assim, no período compreendido pelo presente Relatório, realizaram-se duas campanhas de coleta.

De acordo com as informações prestadas pelo empreendedor as amostras têm sido tombadas nos acervos de ictiologia da UFPA dos campi de Altamira e Belém, o que está em desacordo com as autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico concedidas e vigentes (ACCTMB 049/2012 – 4ª Retificação, 057/2012 – 1ª Retificação, 059/2012, 144/2012 – 1ª Retificação e 145/2012). Segundo essas licenças, o material deveria ser tombado nas instituições Laboratório de Zoologia de Altamira da UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi e Laboratório de Aquicultura do Instituto Federal do Pará – Campus Altamira, as quais apresentaram cartas de aceite de material na ocasião da concessão das autorizações.

De acordo com o empreendedor, foram alcançados os seguintes objetivos do projeto: (i) início de um inventário abrangente e preciso sobre a ictiofauna do rio Xingu na área de influência e entorno da UHE Belo Monte; (ii) identificação dos exemplares capturados com ajuda de especialistas da área de taxonomia; e (iii) início da coleção de referência a ser depositada em coleção científica de instituição de pesquisa e que deverá servir como referência para consultas futuras e como base para estudos de taxonomia das espécies de peixes do rio Xingu. Uma vez que os objetivos i e iii restavam já atingidos na ocasião da



análise do 3º Relatório Consolidado, percebe-se que durante o período de vigência do presente relatório apenas o objetivo ii foi alcançado.

O Relatório apresenta os avanços na negociação com a UFPA acerca da edificação do laboratório de taxonomia de peixes, previsto para ser construído no Campus dessa universidade em Altamira. De acordo com o cronograma inicial esse laboratório estava previsto para ser concluído no segundo trimestre de 2013, contudo em decorrência de atrasos não havia tido sua construção iniciada à época do fechamento da análise do 3º Relatório Consolidado. De acordo com o empreendedor, a negociação com a Reitoria da UFPA sobre a definição do local para a construção do laboratório de ictiologia foi concluída em 04 de junho de 2013, quando a Norte Energia passou a executar os levantamentos necessários e o desenvolvimento do projeto executivo. As obras foram iniciadas no início de agosto de 2013, e a previsão do empreendedor é que o laboratório de ictiologia poderá ser entregue em março de 2014. No intuito de não causar comprometimento dos objetivos e metas dos Projetos de Monitoramento da Ictiofauna e de Investigação Taxonômica, o empreendedor informa que estabeleceu em comum acordo com suas empresas contratadas que parte das amostras coletadas seriam enviadas para processamento no Laboratório de Biologia Pesqueira da UFPA – campus Belém. Reitera-se aqui que tal medida, apesar de desejável, está em desacordo com as autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico concedidas e vigentes, como já exposto anteriormente. Recomenda-se que a Norte Energia seja oficiada para apresentar requerimento de retificação das referidas autorizações.

Como resultados das coletas das seis expedições de monitoramento da ictiofauna, dos resgates das ensecadeiras dos sítios Belo Monte e Pimental, e dos resgates nos igarapés do futuro reservatório intermediário, o Relatório informa que foram coletadas 380 espécies de peixes. Esse montante corresponde a apenas uma espécie a mais além das coletadas nas três primeiras campanhas e representa cerca de 88% da diversidade máxima estimada para toda a bacia do rio Xingu.

O Relatório aponta que o conhecimento acerca da distribuição de algumas espécies tem sido aprimorado. Além do caso da ampliação da amplitude de ocorrência de *Ossubtus xinguense* já relatado no 3º Relatório Consolidado, o empreendedor apresenta a confirmação da verificação da espécie *Baryancistrus chrysolomus* no rio Bacajá, durante a campanha de novembro de 2012, ampliando sua ocorrência para um tributário do rio Xingu.

No 3º Relatório Consolidado, o empreendedor informou que durante as três primeiras expedições de coleta e nos resgates das ensecadeiras dos sítios Belo Monte e Pimental, 40 espécies de peixes foram consideradas endêmicas para a bacia do rio Xingu. Agora, após mais três campanhas esse número foi aumentado para 46 espécies, sendo que algumas espécies consideradas endêmicas no relatório anterior perderam esse *status* após um levantamento taxonômico e bibliográfico mais acurado (e.g. *Ancistrus ranunculus*, *Moenkhausia xinguensis* – possível sinônimo júnior de *Moenkhausia grandisquamis*, *Hyphessobrycon* gr. *agulha* e *Gymnorhamphichthys* sp.).

Em relação às espécies novas, foram encontradas 3 espécies desconhecidas pela ciência além das 28 relatadas no 3º Relatório Consolidado, totalizando 31 espécies novas para a região de implantação do empreendimento. O empreendedor aponta que esse número deve ainda aumentar à medida que mais material for adicionado à coleção e à medida que espécimes tombados forem submetidos ao escrutínio de taxonomistas.

Comentários e Recomendações:

Recomenda-se que o empreendedor seja oficiado em relação às divergências na destinação do material coligido, sendo necessária a retificação das autorizações já concedidas mediante apresentação de carta de aceite das instituições depositárias.

2.12.3.2 Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna

67196
MP

As ações apresentadas pelo Relatório compreendem aquelas realizadas no período de dezembro de 2012 a maio de 2013. Foram realizadas intervenções para o resgate de ictiofauna nos sítios dos Canais e Diques, Belo Monte, e Pimental.

De acordo com o Relatório, durante o mês de dezembro de 2012 foram concluídas as atividades de resgate no Sítio Belo Monte, na enseadeira do Porto. Ressalta-se que o processo de licenciamento ambiental do Porto é conduzido pela SEMA-PA. Nesse período também foi realizado o monitoramento e resgate em locais no Sítio dos Canais e Diques. Apesar do Sistema Ticaruca também ter sido monitorado, as atividades de resgate realizadas no sítio dos Canais e Diques tiveram foco principalmente no Sistema Paquçamba, de onde foi resgatado ou realocado um total de 3.904 kg de peixe, com taxa de mortalidade inferior ao índice indicado no PBA.

No período de janeiro a fevereiro de 2013 as atividades de resgate da ictiofauna se concentraram no Sítio Pimental para o resgate na enseadeira do canal central do rio Xingu. Em dezembro de 2012 foram iniciadas as atividades de planejamento das ações e treinamento do pessoal envolvido. Em seguida foram realizadas as atividades de resgate que perduraram até fevereiro de 2013, com o resgate ou relocação de 51.340,25 kg de peixes, com mortalidade inferior ao índice indicado no PBA.

Entre março e maio de 2013 as atividades passaram a ser apenas de monitoramento das áreas interferidas pela obra, sem a necessidade de realização de atividades de resgate da ictiofauna.

Durante o período compreendido pelo Relatório, foram registradas nas atividades de resgate 218 espécies de peixes, distribuídas em 39 Famílias e 12 Ordens. A distribuição da ictiofauna seguiu o que se espera para os rios da região amazônica, com uma maior representatividade da ordem Characiformes e Siluriformes, seguidas pelas ordens Perciformes e Gymnotiformes. Em relação às famílias, o Relatório aponta que as mais representativas foram as famílias Characidae, Loricariidae e Cichlidae. Essa distribuição também acompanha o esperado para rios da região Neotropical.

Após o relato das atividades do período, o Relatório apresenta os dados consolidados referentes às atividades do Projeto desde o seu início, em janeiro de 2012. Segundo o Relatório, no primeiro semestre (janeiro a junho de 2012) foram realizadas ações de resgate e salvamento nas enseadeiras dos Sítios Pimental, onde foram manejados cerca de 14.500 indivíduos distribuídos em 71 espécies e, no Sítio Canais e Diques (Ticaruca e Galhoso), onde foi registrada uma abundância total de cerca de 15.500 indivíduos, distribuídos em 45 espécies. A biomassa total resgatada nesse período (janeiro a junho de 2012) foi de aproximadamente 2.151,834 kg (2.151.834,784 gramas). No segundo semestre (julho a novembro de 2012), as atividades foram realizadas nos quatro sítios das obras da UHE Belo Monte, com destaque para o resgate da enseadeira do sítio Belo Monte, de onde foram resgatados 51.600,00 kg de peixes. No último semestre (novembro de 2012 a março de 2013) foram realizadas ações de resgate nos sítios Canais e Diques, Belo Monte e Pimental. A biomassa total resgatada nessas áreas foi de 64.707,13 kg de peixes. A somatória da biomassa de peixes resgatados em todo o período de atividade do Projeto (de janeiro de 2012 a maio de 2013) chega ao montante de 119.462,31kg de peixes resgatados ou relocados, com uma mortalidade de 3.611,89kg, o que corresponde a 3% do total, taxa inferior ao índice indicado no PBA. O Relatório ainda informa que 5.480 exemplares de peixes foram enviados ao Laboratório de Ictiologia da UFPA.

No que se refere às Condicionantes Específicas das Autorizações de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico concedidas para o resgate e salvamento da ictiofauna, ressalta-se que seu atendimento será analisado juntamente com as demais autorizações.

2.12.3.3 Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais

68/96
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

O Relatório apresenta os avanços em relação às informações que foram apresentadas no 3º Relatório Semestral. Dentre os avanços destacam-se a construção de um laboratório improvisado no Estudos Ambientais – CEA da Norte Energia para a realização de experimentos de aquicultura e a contratação dos laboratórios de aquicultura de peixes ornamentais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, campus Castanhal para a realização de experimentos previstos no PBA.

Segundo a Norte Energia, ambos os laboratórios realizarão à princípio os mesmos tipos de experimentos, contudo com espécies de peixes ornamentais distintas. É informado também que o laboratório experimental do CEA visa facilitar a participação e envolvimento de acadêmicos e alunos da UFPA nos experimentos do projeto, desde sua inserção, conforme previsto no cronograma do PBA. O empreendedor ressalta que em relação ao laboratório do CEA não serão necessárias ações construtivas, uma vez que há edificação adequada para a colocação das baterias de aquários destinados à manutenção de matrizes e realização de experimentos. Serão implantados nesse laboratório 72 aquários, e o início dos experimentos era previsto para setembro de 2013.

Em relação ao laboratório principal, após a consulta ao Ibama acerca da possibilidade de sua edificação no campus da UFPA em Altamira, o empreendedor estabeleceu tratativas com essa instituição e foi definido o local para a sua construção em área adjacente ao departamento de biologia. A área foi visitada pela equipe do Ibama em 30 de julho de 2013, quando verificou-se intervenções ainda muito tímidas de limpeza do local. Segundo as informações da Norte Energia, o início da construção está previsto para outubro de 2013 e o término das obras está previsto para junho de 2014.

A Norte Energia informa que foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa do Pará – FADESP em 23/07/2013, o que propiciou a contratação dos estudos via IFPA-PA. A Norte energia também contou com um consultor especializado em aquicultura para orientar a montagem do laboratório do CEA e conduzir os experimentos sobre a reprodução e alimentação de peixes ornamentais.

Foi informado também pela Norte Energia que, para que se obtenha sinergias entre os diversos atores da cadeia produtiva de peixes ornamentais, serão realizadas reuniões de planejamento junto com o MPA para que seja formalizado um acordo de cooperação técnica com este órgão.

Comentários e Recomendações:

Embora finalmente a Norte Energia tenha considerado a edificação de estrutura provisória para o início das atividades do Projeto (e a utilização de estruturas de outras entidades), esta estrutura apresenta uma limitação intrínseca de sua capacidade em atender todas as demandas experimentais do Projeto. Sendo assim, a entrega do laboratório a ser edificado no campus da UFPA em Altamira é de vital importância para a continuidade do Projeto e para a transferência dos pacotes tecnológicos à população atingida. Desta forma recomenda-se o acompanhamento rigoroso das atividades de implantação do referido laboratório por parte do Ibama.

2.12.3.4 Projeto de Monitoramento da Ictiofauna

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.12.3.5 Projeto de incentivo à pesca sustentável

Assim como o relatório anterior, o presente Relatório apresenta como resultados, os dados coligidos desde o início do monitoramento da pesca na fase de implantação do empreendimento, à saber abril de 2012. De acordo com o relatório anterior, haviam sido realizadas então as atividades relacionadas ao Projeto referentes ao registro dos pescadores e das embarcações para quantificação dos parâmetros da atividade pesqueira; à pesquisa de valoração econômica do pescado; ao estudo de segurança alimentar para avaliação do

consumo protéico; ao componente de incentivo à pesca sustentável, propriamente dito, para caracterização e levantamento das demandas das diferentes entidades de classe do setor pesqueiro; ao acompanhamento dos pescadores às áreas de pesca, em decorrência de compromissos firmados entre pescadores indígenas e ribeirinhos e a Norte Energia; ao subsídio com dados e informações das reuniões da Comissão de Pesca e Aquicultura no âmbito do Fórum de Acompanhamento Social. O presente relatório agrega as seguintes atividades à esse rol: supervisão de desembarque, contatos para a realização de um mapa institucional das entidades envolvidas com a pesca na região, visitas aos portos de desembarque para o controle do trabalho dos coletores, visitas às instituições envolvidas com a pesca para a apresentação do Projeto aos seus representantes. A seguir serão analisadas as informações apresentadas no Relatório acerca das diversas atividades realizadas.

Monitoramento da Pesca

O monitoramento do desembarque pesqueiro foi continuado nas nove localidades da área de influência do empreendimento onde já vinha sendo realizado, a saber, de montante para jusante no rio Xingu, São Félix do Xingu, Maribel, Altamira, Vitória do Xingu, Vila Nova, Belo Monte, Senador José Porfírio, Porto de Moz, e Gurupá. Nessas localidades foram pesquisados, em termos de esforço acumulado, um total de 22.753 pescadores e 31.647 dias para peixes de corte e 1.492 pescadores e 1.665 dias para peixes ornamentais. Pela caracterização do público dos pescadores pesquisados o Relatório verificou que 68% do total de pescadores que aportaram nos portos monitorados são citadinos e residem em alguma das cidades monitoradas e 27% são ribeirinhos. Novamente, os municípios de Porto de Moz e Senador Porfírio, agora acompanhados pelo município de Vitória do Xingu, se destacaram pelo maior número de registros de pescadores obtidos até o momento. Em relação ao total de embarcações registradas, destacam-se os municípios de Porto de Moz e Altamira.

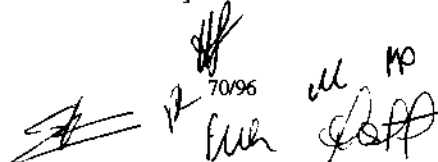
Pesca de Peixes de Consumo

Em relação à pesca para corte, foram quantificadas no período monitorado cerca de 935,6 toneladas de pescado desembarcado. O município de São Félix do Xingu é responsável por 19% desse total, e Altamira e Maribel contribuem com 16% e 15% respectivamente. O Relatório apresenta uma comparação com o mesmo período nos anos anteriores, 2010 a 2012. Nessa comparação, o ano de 2011 se destaca pela acentuada queda na produtividade pesqueira e o Relatório afirma que essa diferença pode ser em parte explicada pela variação hidrológica do período.

O Relatório aponta que quando consideradas as áreas de captura, notam-se diferenças na produção total, no período de abril de 2012 a abril de 2013. Os pesqueiros localizados nos extremos da área de estudo forneceram em sua maioria uma maior produção que os pesqueiros localizados na área central do estudo, padrão que se repete anualmente e que pode indicar um esgotamento dos recursos entre a Volta Grande e a foz do rio Iriri.

de tarrafas, arpão, zagaia, e outras artes menos frequentes, com produção de 72 t. Para os barcos motorizados, as pescarias com redes respondem por 107 t do total (11% do total), seguidas pelas linhas, com 68 t (7%), outras combinações com também 68 t (7%) e por último a combinação de redes e linhas, com 25 t (3%). Além destes sistemas mais comuns, o uso de canoas a remo e de lanchas com motor de popa (voadeiras) pode ocorrer, combinadas com o uso de redes ou linhas, mas sua importância na produção é menor.

O Relatório organizou as artes de pesca e as embarcações utilizadas em sistemas de produção pesqueira, dos quais se destacam seis destes, a saber rabeta/redes, rabeta/linhas, rabeta/redes+linhas, rabeta/outras combinações, barco motor/redes, e barco motor/linhas. Segundo o Relatório o sistema rabeta/redes é o mais importante, sendo responsável por 269 toneladas de pescado, o que corresponde a 29% do total de pescado desembarcado em toda a área de estudo. Os sistemas rabeta/linhas, rabeta/redes+linhas e rabeta/outras combinações são

 70/96



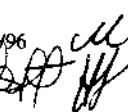
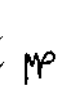
responsáveis pela produção de 172, 137 e 72 toneladas, respectivamente. No caso dos sistemas que utilizam barcos motorizados, o sistema barco motor/redes responde pela produção de 107 toneladas de pescado e o sistema barco motor/linhas responde pela produção de 68 toneladas de pescado. Combinadas, as produções desses dois sistemas correspondem a 18% do total de pescado desembarcado em toda a área de estudo. Além desses seis sistemas mais representativos, os sistemas barco motor/outras combinações e barco motor/redes+linhas contribuem com uma produção de 68 e 25 toneladas respectivamente. Outros sistemas que utilizam canoas a remo e lanchas com motor de popa contribuem de forma bem menos expressiva para produção de pescado.

O Relatório abordou a distribuição dos diferentes sistemas de pesca identificados nos pesqueiros ao longo do trecho do rio Xingu analisado. O sistema rabeta/redes foi bastante importante para a produção de pescado na parte baixa do rio Xingu (desde a sua foz até as cachoeiras de Belo Monte). Este trecho corresponde a 62% da produção desse sistema de pesca. O sistema rabeta/linhas foi mais importante no rio Iriri, acima e abaixo de São Félix e desde Senador José Porfírio até as cachoeiras. A produção nessas áreas corresponde a 29, 22 e 24% do total de pescado produzido por esse sistema.

O sistema rabeta/redes+linhas mostrou-se bastante importante acima e abaixo de São Félix do Xingu, no rio Iriri, e nos pesqueiros desde Vitória do Xingu até as cachoeiras de Belo Monte. A produção nessas áreas corresponde a 34, 18 e 10% do total de pescado produzido por esse sistema. O sistema rabeta/outras combinações apresentou boa produtividade na região acima e abaixo de São Félix do Xingu, onde foi desembarcado 67% do total de pescado produzido por esse sistema de pesca. O sistema barco motor/redes apresentou melhor produtividade no baixo Xingu, região responsável por 72% do total de pescado produzido por esse sistema. O sistema barco motor/linhas foi mais importante perto de Maribel, no rio Iriri onde foi desembarcado 65% do total de pescado produzido por esse sistema.

Em relação ao pescado desembarcado, o Relatório informa que foram identificadas 43 categorias de espécies de peixes. Novamente este resultado é tido como enviesado pelo uso dos nomes vernaculares dos peixes por parte dos pescadores, o que ocasiona a justaposição de mais de uma espécie sob uma mesma nomenclatura. Para o período estudado, apenas cinco espécies são responsáveis por 58% do total de peixes de corte capturados pelas pescarias comerciais. Novamente as espécies *Cichla* spp. e *Plagioscion* spp. foram responsáveis por cerca de um quinto cada uma do total das capturas. As outras três espécies mais importantes foram os pacus da família Serrasalminidae, os aracus da família Anostomidae e *Prochilodus nigricans*. Algumas espécies se destacaram por ter alta produtividade em determinadas localidades. Na cidade de Gurupá os Siluriformes *Brachyplatystoma rousseauxii* e *Brachyplatystoma filamentosum* foram responsáveis por 31% dos desembarques. Em Porto de Moz, os Loricariídeos *Pterygoplichthys pardalis*, *Pterygoplichthys xinguensis*, e *Hypostomus plecostomus*, combinados com *Colossoma macropomum* responderam por 30% dos desembarques. Em Senador José Porfírio, a *Plagioscion squamosissimus* e *Brachyplatystoma filamentosum*, perfizeram 40% dos desembarques. *Prochilodus nigricans* é a espécie mais desembarcada em Vitória do Xingu e no porto de Vila Nova, com 40% e 33% dos desembarques. Em Belo Monte, *Plagioscion squamosissimus* e aracu (várias espécies de Anostomidae) foram responsáveis por 47% dos desembarques pesqueiros. Em Altamira, Maribel e São Félix do Xingu, *Cichla* spp. e *Plagioscion* spp. foram responsáveis por 55%, 73% e 47% do total de desembarques, respectivamente. Em relação à produtividade média, o Relatório informa que a CPUE para toda a área de estudo foi calculada em 18,40 kg por pescador por dia, sendo que na sequência mensal, a CPUE alcançou máximos de 21,42 kg por pescador por dia.

Em face aos resultados apresentados nos anexos do Relatório (CPUE média, por sistema de pesca), este discute a diferença de produtividade dos anos 2010 a 2012. O

    7106

Relatório aponta a variação hidrológica entre os anos como a principal responsável pela diferença de produtividade entre esses anos.

Em relação a eventuais mudanças no padrão de produtividade em função de possíveis impactos do empreendimento hidrelétrico o Relatório analisou séries de dados padronizados referentes ao desembarque pesqueiro nos meses de julho, agosto e setembro nos anos de 2010 a 2012. Os dados foram analisados separadamente por sistema de pesca a fim de evitar diferenças intrínsecas às diferentes modalidades de pesca. A comparação observou a distribuição espacial das amostragens, de forma a não promover comparações entre compartimentos distintos do sistema fluvial. Dessa forma o empreendedor promoveu uma análise de covariância multivariada onde o esforço de pesca e a vazão são tratados como co-variáveis e o ano de coleta e o local da pesca como fatores, a fim de elucidar quais os fatores afetaram a produção mensal em cada período. O relatório apresenta os resultados dessa análise e conclui que as alterações encontradas na produção pesqueira desses três meses decorreram de diferenças do esforço de captura. Segundo o Relatório, o ano da pesca não obteve resposta significativa em nenhum dos sistemas, para esta análise, isto é: não houve diferenças entre anos para a produção média mensal, para esse período. O empreendedor ressalta que a série temporal de dados utilizada é ainda muito curta e, portanto, os resultados destas análises devem ser interpretados com cautela.

Pesca de Peixes Ornamentais

No período de abril de 2012 a abril de 2013, a pesca de peixes ornamentais retirou um total de 115.254 indivíduos da região estudada. O porto de Altamira concentrou 90% do montante de peixes ornamentais desembarcados. O restante distribuiu-se entre São Félix do Xingu (2%) e Belo Monte (8%). Para essa última localidade o Relatório informa que a inexistência de dados de desembarque de peixes ornamentais entre julho de 2012 e fevereiro de 2013.

Uma comparação entre os anos indica uma diminuição da produtividade ao longo do tempo, com a ocorrência dos maiores valores entre maio e junho de 2012. O Relatório indica que esses valores podem estar enviesados pelas demandas diferenciadas do mercado internacional e pelos preços ofertados pelas diferentes espécies de interesse. Quando são consideradas as produções mensais ano a ano, observa-se que os volumes capturados oscilam entre picos de alta e baixa. Segundo o Relatório esse fato pode estar relacionado às normativas que permitem ou proíbem a captura de determinadas espécies. Fato adicional é que em julho de 2012 as empresas exportadoras de peixes ornamentais que atuam na região de Altamira foram fechadas, após o entendimento por parte do Ibama de que as licenças de operação deveriam ser concedidas pelo órgão estadual e não pelas secretarias municipais. O empreendedor acredita que esse fato pode ter provocado uma paralisação das atividades, nesse mês, para a sua regularização. Os dados de desembarque de peixes ornamentais referentes a Altamira apontam uma tendência decrescente desde junho de 2012. Novamente o empreendedor credita a uma possível atitude negativa dos pescadores em relação à Norte Energia S.A. e às suas consultorias contratadas, uma repercussão negativa na cobertura da coleta desses dados.

A mesma abordagem das artes e modalidades de pesca realizada para a pesca de consumo foi realizada para a pesca de peixes ornamentais, mas diferentemente dessa primeira, a pesca de peixes ornamentais apresentou número bem menor de sistemas de pesca. O sistema rabeta/mergulho compressor foi o que apresentou predominância, respondendo por 39% das capturas.

Em relação às espécies coletadas, o Relatório informa que um total de 32 categorias de espécies foi registrado em toda a região no período de abril de 2012 a abril de 2013. A espécie *Baryancistrus xanthellus* foi responsável por quase 45% do total de indivíduos coletados. A segunda espécie em número de registro nas coletas foi *Hypancistrus* spp. (Acari-Pão), com

12/96
MK
Fur
PST

12% do total. A produtividade média das pescarias de peixes ornamentais foi de 51,06 unidades por pescador por dia na área pesquisada. Quando se compara os três anos (2010, 2011 e 2012), o empreendedor não encontrou diferenças entre os diversos locais de captura, o que não permitiu concluir sobre mudanças no padrão de captura das principais modalidades de pesca de ornamentais.

Valoração Econômica

Em relação à pesca de peixes de corte, o Relatório informa que a receita bruta total da atividade foi da ordem de 4,7 milhões de Reais para período de abril de 2012 a abril de 2013. Desse montante, as maiores receitas correspondem à comercialização do pescado nos portos da cidade de Altamira, com 22%, São Félix do Xingu, com 21%, Maribel, com 14% e Gurupá, com 13% do total. Os demais municípios amostrados tiveram menor importância na composição geral das receitas.

Em relação à pesca de peixes ornamentais, o Relatório informa que a receita bruta total da atividade foi da ordem de R\$ 388.451,00 no período de abril de 2012 a abril de 2013. Em relação à contribuição de cada área de pesca, o Relatório informa que a maior receita corresponde ao município de Altamira com 75% do total, seguida por São Félix do Xingu com 16% e Belo Monte com 9% dos desembarques. O Relatório também informa que 51% do total da receita da região de Altamira é referente aos peixes capturados nos pesqueiros encontrados entre o Sítio Pimental e Altamira. Em Belo Monte, os espécimes capturados entre Vitória do Xingu e as cachoeiras de Belo Monte respondem a maior fatia do mercado. Em São Félix do Xingu os rendimentos são obtidos primariamente nas áreas imediatamente à montante e jusante da localidade.

O Relatório também apresenta uma comparação da receita entre os anos, cujas oscilações refletem os conflitos, proibições de captura e demandas de mercado. Segundo o Relatório houve um aumento da receita em Altamira no período de março a maio de 2012.

De acordo com o Relatório, os sistemas de pesca rabeta/mergulho compressor, rabeta/outras combinações e rabeta/mergulho livre foram responsáveis por 38%, 33% e 17% da receita total, respectivamente. Outros sistemas apresentaram importância reduzida. No que se refere a obtenção de receita por área de captura, o Relatório informa que no sistema rabeta/mergulho compressor 55% da receita é gerada na região entre Pimental e Altamira, e 17% da receita é gerada entre Vitória do Xingu e as cachoeiras de Belo Monte. Para o sistema rabeta/mergulho livre, 72% da receita é gerada nos pesqueiros entre Pimental e Altamira, 24% na Volta Grande e somente 3% a montante de Altamira e até Boa Esperança.

Segurança Alimentar

O Relatório apresentou os resultados do estudo realizado com as famílias de pescadores e ribeirinhos acerca da segurança alimentar e consumo de proteína. Segundo o estudo, a categoria protéica mais importante na dieta das famílias pesquisadas foi o peixe, com 225 g por dia por pessoa. A segunda fonte protéica mais importante foi a carne de gado, com 117 g por dia por pessoa. Em terceiro lugar aparece aves domésticas, com 67,30 g por dia por pessoa. Novamente o Relatório destaca a importância da categoria peixe para as famílias da região de Boa Esperança, cujas condições materiais restritas reforçam a importância do pescado nessa região. Em contraste, as famílias da cidade de Altamira apresentaram a menor taxa de consumo de pescado de todas as localidades, com apenas 69 g por dia por pessoa. O Relatório hipotetiza que talvez esse fato se deva ao alto custo do pescado atualmente na cidade.

Avaliação de Estoques

O Relatório avaliou a integridade dos estoques pesqueiros de quatro espécies na região do empreendimento. As espécies, a saber *Ageneiosus inermis*, *Brachyplatystoma*

73/96
RUB. 11466
1848/06
RUB.

filamentosum, *Plagioscion squamosissimus*, e *Geophagus altifrons*, foram analisadas em função de dados coligidos pelo componente "Dinâmica de Populações" do Projeto Monitoramento da Ictiofauna, bem como pelo desembarque pesqueiro. Com a utilização dos dados biométricos e dos parâmetros populacionais o estudo estimou o tamanho médio de primeira captura para essas espécies. A partir disso foram estimadas as taxas de exploração mediante o emprego de modelo de rendimento por recruta. Das espécies analisadas, *Ageneiosus inermis* e *Plagioscion squamosissimus* apresentaram resultados preocupantes. Segundo o Relatório A. *inermis* estaria no máximo de sua exploração sustentável, evoluindo para uma situação de exploração excessiva, e *P. squamosissimus* já se encontra em situação de sobre-exploração. Para *B. filamentosum* não foi possível fazer uma estimativa de rendimento por recruta devido ao baixo número de indivíduos capturados. No caso de *G. altifrons*, a pesca encontra-se dentro dos limites de sustentabilidade. Como alternativas para tornar a exploração de *A. inermis* e *P. squamosissimus* sustentável, o Relatório propõe o aumento do tamanho médio de primeira captura utilizando redes de maior abertura de malha. O Relatório recomenda que esses resultados sejam analisados com cautela uma vez que pode ter havido enviesamento dos resultados pela utilização de amostras provenientes dos desembarques pesqueiros.

Incentivo à pesca

De acordo com o Relatório, foram realizadas consultas a diversas instituições públicas e privadas credenciadas e capacitadas a ministrar cursos de capacitação nos meses de janeiro e fevereiro de 2013. No período de fevereiro a abril de 2013 foram realizados os cursos de mergulho autônomo, gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, e legislação pesqueira e educação ambiental. O Relatório apresentou em anexo o detalhamento dos cursos realizados.

Em função da grande demanda, a Norte Energia gestionou junto à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – CPAOR a possibilidade de realização do curso de Formação de Aquaviários nas localidades de Altamira e Vitória do Xingu. O tema foi discutido também na reunião realizada com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em 27/05/13. Nesta ocasião que foram apontadas as dificuldades e possibilidades para a concretização do curso. A partir das discussões foi levantada uma lista com o nome dos pescadores que manifestaram interesse em participar do curso de pilotagem oferecido pela marinha e que possuam no mínimo a 5ª série do ensino fundamental e a realização de um primeiro curso encontra-se em fase de preparação.

Em relação ao fortalecimento da organização social, o Relatório informa que em novembro de 2012 foi instalada a Comissão da Pesca e Aquicultura do Fórum de Acompanhamento Social – FASBM. As ações do Projeto foram apresentadas neste fórum nas reuniões realizadas nos dias 08 e 29 de novembro de 2012, 13 de dezembro de 2012 e 25 e 26 de junho de 2013. Técnicos da COHID acompanharam todas as reuniões realizadas no âmbito do Fórum de Acompanhamento Social. Dessas três reuniões, destaca-se a do dia 26 de junho de 2013, na qual a insatisfação dos pescadores com as propostas apresentadas pela Norte Energia S.A. tensionaram demasiadamente a reunião, o que culminou com o esvaziamento da plenária após declaração de repúdio aos encaminhamentos propostos pela Norte Energia. O Relatório também informa acerca da realização de reunião em abril de 2013 para a criação de um comitê municipal de pesca.

De acordo com o Relatório, a equipe consultora do projeto tem atuado na assessoria aos pescadores sobre assuntos relacionados à pesca, às vezes mediando o contato com instituições competentes. Outras atividades realizadas referem-se a realização de reuniões com o MPA, com a participação do Ibama e outras instituições convidadas, para discutir ações de parceria institucional. Dessas reuniões, o texto apresentado pelo Relatório dá margem a interpretação de que o Ibama tenha participado de reunião ocorrida no dia 05 de agosto de

74/96
MP
Ass
Ass

2013 referente às reivindicações e propostas do setor pesqueiro. Reitera-se que o Ibama não esteve presente na referida reunião.

Como ações complementares o Relatório informa a realização de cruzamento das bases de dados sobre pescadores, RGP, Seguro Defeso, registros de Colônias de Pescadores, e registro do desembarque pesqueiro e a elaboração de um projeto executivo para a implantação de uma base de apoio para os pescadores na região de São Pedro. A partir do cruzamento dos dados disponíveis o Relatório indica que, mesmo com alguma subnotificação no desembarque pesqueiro, um número menor que o total de pessoas cadastradas pelo CSE é realmente pescador regular. Em relação à base de apoio na região de São Pedro, o Relatório informa que a elaboração do projeto foi concluída e a empresa responsável pela reforma da edificação já foi contratada. Segundo o empreendedor as obras devem estar concluídas ao final de julho de 2013.

2.12.3.6 Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.12.4 Programa de Conservação da Fauna Aquática

2.12.4.1 Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos

CETÁCEOS

Foram realizados 127 transectos que totalizaram 1689,16 km percorridos em 11.877 minutos de amostragem, que resultaram no registro de 563 botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*) e 40 tucuxis (*Sotalia fluviatilis*), em seis campanhas realizadas até o presente momento.

Inia geoffrensis (Boto-vermelho)

Considerando os resultados obtidos por meio da metodologia de transecto de banda realizados ao longo do rio Xingu, foram avistados 448 botos-vermelhos durante as seis campanhas de campo, sendo que o maior número ($N = 125$; 0,43 ind./km) foi registrado na sexta campanha, em período de cheia, e o menor ($N=53$; 0,19 ind./km) durante a segunda campanha, em período de vazante. O tamanho dos grupos variou entre um e 10 indivíduos (média = $1,76 \pm 1,29$). Os botos solitários consistiram de 57,99% dos avistamentos, grupos com dois indivíduos (26,77% dos avistamentos), seguidos por grupos com três (10,04%), quatro (3,35%), seis (0,74%), 10 (0,74%) e cinco (0,37%) indivíduos.

Quanto à classificação etária dos botos, foi observado que maioria da população é adulta (55,49% dos indivíduos avistados), porém, a classe de indivíduos imaturos também foi representativa (21,42%). Botos com sexo indeterminado, ou seja, indivíduos que apenas a cabeça foi avistada representaram 14,01% dos indivíduos avistados. Os pares de mães com filhotes representaram apenas 9,06% dos indivíduos avistados.

Analisando-se o número de avistamentos por tipo de margem, tem-se que os ambientes mais explorados pelos botos-vermelhos foram capim flutuante (39,91% dos avistamentos) e barranco com vegetação (25%). A maior parte dos avistamentos ocorreu no intervalo entre 1 e 50 m de distância da margem, sendo que, à medida que se aumenta a distância do espécime em relação à margem, o número de avistamentos diminui.

Já nos transectos dos igarapés, foram registrados 36 indivíduos de botos-vermelhos em 21 avistamentos, sendo o maior número de registros ($N = 23$) realizado na sexta campanha, em período de cheia. A maioria dos registros (69,4%) ocorreu em locais onde as margens eram constituídas por capim flutuante, e os demais registros ocorreram em áreas de igapó, aningal e área antropizada. Indivíduos solitários foram responsáveis por 30,55% dos avistamentos. O tamanho dos grupos variou entre um e cinco indivíduos (média = $1,71 \pm 1$).

Com a metodologia de pontos fixos foram registrados 79 indivíduos de botos-vermelhos em 31 avistamentos, sendo o maior número de registros na quinta e sexta

75196
Jul 2013

76196

jusante é a rota de entrada e saída de mercadorias do rio Xingu, o que torna o tráfego de embarcações intenso nesta região, podendo interferir negativamente na ocorrência da espécie.

Para as análises de densidade de vestígios foram considerados apenas os corpos d'água que apresentaram ao menos 5 km percorridos ao final das seis campanhas de campo. Dentre os 21 corpos d'água considerados, o Igarapé Salva Terra foi o que apresentou maior densidade total de vestígios (0,54 vest./km), seguido pelas lagoas da Ilha Urubuquara (0,45 vest./km), ambos na Área 1 (Irirí até Altamira). Na Área 2 (TVR), os igarapés Ituna (0,25 vest./km) e Itata (0,16 vest./km) e o rio Xingu (0,17 vest./km) foram os que apresentaram maior densidade total de vestígios, enquanto na Área 3 os igarapés Jarauá (0,16 vest./km) e Jôa (0,14 vest./km) foram os de maior densidade.

Dentre todos os vestígios registrados, 57% se encontravam em pedrais e 28,3% em barrancos. 80% de todas as fezes registradas foram encontradas em ambientes de pedrais, a maioria das tocas e paragens foram registradas em barrancos, principalmente barrancos com presença de mata ciliar, além de cavidades naturais em ambientes rochosos.

Pteronura brasiliensis (Ariranha)

Foram registrados 382 vestígios e 58 visualizações de ariranhas durante as amostragens nos transectos, além de 20 vestígios registrados durante os deslocamentos e 32 visualizações registradas por outras equipes do monitoramento da fauna aquática, considerados como registros fora de esforço. Dentre todas as formas de registros da presença de ariranhas, as tocas foram as mais frequentes (48%) e os rastros isolados os menos frequentes (2,7%). As visualizações representaram 22,4% dos registros.

Ao longo das seis campanhas de campo foi possível identificar 77 indivíduos (identificação por registros fotográficos devido às manchas individuais no pescoço) em 33 grupos que variaram entre um e 10 indivíduos. Foram visualizados grupos com filhotes em quatro ocasiões, duas no período de seca (campanha 3), sendo uma na Área 1 (Irirí – Altamira) e outra na Área 2 (Altamira – Belo Monte), e duas no período de início de enchente (campanha 4), na Área 3 (jusante). Além disso, a presença de filhotes foi detectada por meio de pegadas em três ocasiões.

Para os cálculos da densidade de vestígios de ariranha, assim como para as lontras, foram considerados apenas os corpos d'água que apresentaram um total de pelo menos 5 km percorridos ao final das seis campanhas de campo. Dentre os 21 corpos d'água considerados, o Igarapé Salva Terra foi o que apresentou maior densidade total de vestígios de ariranha (0,36 vest./km), seguido pelas Lagoas da Ilha Urubuquara (0,33 vest./km), ambos na Área 1, e pelo Igarapé Ituna – Área 2 (0,1 vest./km). Estes três corpos d'água também apresentaram as maiores densidades de vestígios de lontra, o que indica a importância desses locais e ressalta a coexistência das duas espécies de mustelídeos semiaquáticos.

A análise do número de vestígios por tipo de habitat sugere que as ariranhas utilizam preferencialmente os barrancos com mata ciliar. Ao contrário do observado para as lontras, os ambientes rochosos não são muito utilizados pelas ariranhas. É importante ressaltar que durante o monitoramento, apesar da maioria das tocas de ariranha terem sido registradas em barrancos, foram registradas quatro tocas de ariranha em área de pedral. Estes registros são importantes, visto que na literatura científica existe apenas um registro dessa natureza, realizado no Pantanal, de um grupo de ariranhas utilizando como toca uma cavidade natural em montanha rochosa.

Para as duas espécies de mustelídeos, O número de registros (vestígios e visualizações) não variou significativamente entre as espécies mas sim entre as áreas amostradas. De maneira similar, não foi observada diferença significativa na densidade de vestígios entre as duas espécies de mustelídeos semiaquáticos, mas sim na densidade de vestígios entre as áreas amostradas. Este resultado indica um menor uso da área a jusante de Belo Monte pelos mustelídeos.

O número de registros (vestígios e avistamento) de mustelídeos semiaquáticos também diferiu significativamente entre as campanhas. Os maiores números de registro foram obtidos nas campanhas de seca e início de enchente, e os menores números nas campanhas realizadas no período de cheia.

Para verificar a relação entre a distribuição dos mustelídeos semiaquáticos com a assembleia de ictiofauna em cada uma das três áreas amostrais, foram utilizados os dados de ictiofauna coletados no Projeto de Monitoramento da Ictiofauna. Os resultados das regressões indicam uma relação positiva entre o número de registros de lontra e a riqueza da ictiofauna nas áreas 1 (Iri até Altamira) e 2 (TVR), o que pode explicar a maior ocorrência de lontras nessas áreas em relação a Área 3 (Jusante de Belo Monte), que apresenta menor riqueza.

Também foram realizadas entrevistas com os moradores locais sobre a presença destes animais na região, a interferência do empreendimento quanto à abundância destes e quanto à atividade de pesca.

Quanto ao monitoramento de mustelídeos nos módulos RAPELD, a campanha de campo foi realizada ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2013 (T1/13). Foram realizadas 105 vistorias em parcelas ripárias e não foi obtido nenhum registro desses animais. Estes resultados pode ser devido ao fato de nenhum dos módulos implantados possuírem cursos d'água com condições favoráveis ao registro das duas espécies de mustelídeos alvo do estudo, salientando-se fatores como cursos d'água com pequeno volume de água, pouca ou nenhuma oferta de alimento e falta de locais favoráveis a construção de tocas.

SIRÊNIOS

A ocorrência de peixes-boi na área de estudo foi investigada através da busca ativa e por vestígios de forrageamento nos igarapés, principalmente, na região das ilhas no rio Xingu. Entrevistas foram realizadas com a população ribeirinha utilizando-se um formulário semiestruturado. Segundo a população entrevistada, a ocorrência de peixe-boi na região é contínua e a espécie não é mais caçada, pois a população tem consciência de que tal prática é proibida por lei e também não está sendo incentivada na geração mais jovem. Entretanto, durante o EIA de Belo Monte maioria dos entrevistados relataram a caça de peixes-boi na região.

Durante as atividades de campo também foram monitoradas as margens de igarapés e furos no rio Xingu, na região do rio Xingu a montante de Belo Monte, à procura de vestígios de peixes-boi, sendo que na quinta e sexta campanhas foram realizados transectos lineares específicos para esta espécie. Considerando-se os registros fora do esforço (ocasionais) e os obtidos nos transectos lineares, foram registrados 119 vestígios de forrageamento e uma carcaça. A partir dos registros foram identificados 29 locais de ocorrência de peixes-boi na área a jusante de Belo Monte.

Dentre os cinco igarapés amostrados pela metodologia de transecto linear, três apresentaram abundância relativa de vestígios maior que um registro por quilômetro de margem percorrido, sendo que próximo ao igarapé Croata, próximo a Senador José Porfírio, foi registrada a maior abundância relativa de registros (6,14 vestígios/km). Os locais mais utilizados encontram-se na região das ilhas, situada entre Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. A profundidade da água nos locais de registros de comedia (áreas de alimentação) variou de 1,9 a 8,3 m, com uma média de 4,4 m.

2.12.4.2 Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática

Nas seis primeiras campanhas do projeto, foram realizados 37.692 registros de aves, destes, 27.398 foram registrados através de avistamentos e 10.294 através de vocalizações. Do total de registros, 19.989 são de indivíduos pertencentes a espécies de aves associadas a ambientes aquáticos lato sensu, dos quais, 15.005 indivíduos foram registrados

17/06/2013
EUA
17/06/2013

durante transectos aquáticos para registros quali-quantitativos e 4.984 através do método de censo por ponto de escuta.

as aves registradas estão distribuídas entre 371 espécies pertencentes a 25 ordens, 60 famílias e 253 gêneros. Especificamente em relação àquelas associadas a ambientes aquáticos *lato sensu*, a riqueza é composta de 118 espécies distribuídas entre 19 ordens, 41 famílias e 109 gêneros, sendo 42 espécies estritamente aquáticas e 40 restritas a ambientes criados por rios.

De acordo com o relatório, do total de 118 espécies de aves associadas a ambientes aquáticos registradas, 22 foram consideradas não raras; duas foram consideradas raras apenas em nível de abundância (espécie incomum); outras 15 foram consideradas raras apenas em nível de especificidade ao hábitat (alta especificidade); 39 foram consideradas raras nos níveis abundância (espécie incomum) e especificidade ao hábitat (alta especificidade); e uma espécie foi considerada rara nas três dimensões analisadas, sendo, portanto, altamente vulnerável. Esta espécie se trata de *Phaethornis rupurumiiamazonicus* (rabo-branco-do-rupununi). Esta é restrita a habitats criados por rios, cujos espécimes foram registrados ao longo das campanhas de cheia, vazante, seca e enchente, nas áreas amostrais 1, 2 e 4, exceto na primeira campanha. Quanto ao tipo de registro, cinco indivíduos foram registrados a partir de avistamento e nove através de vocalização, sempre em ambientes florestais (interior e borda).

Dentre as áreas estudadas, a área 4 (jusante de Belo Monte) foi a que apresentou a maior riqueza de aves associadas a ambientes aquáticos, com 94 espécies do total de 118 registradas. As áreas 1 (confluência com Iriri), 2 (reservatório do Xingu) e 3 (TVR) apresentaram, respectivamente, 79, 77 e 80 espécies.

De um conjunto de 118 espécies registradas algumas foram exclusivas para cada área, sendo importante que essas espécies sejam consideradas com atenção nos futuros relatórios, uma vez que podem ser consideradas como indicadoras dos respectivos ambientes.

Considerando a composição de espécies que apresentam relação com ambientes aquáticos (estritamente aquáticas + restritas a habitats criados por rios), os dados obtidos até o momento revelaram que a área amostral 4 (jusante de Belo Monte) é a que apresenta a maior diversidade. Os valores dos índices de diversidade observados nas quatro áreas apresentam alta diversidade, baixa dominância de espécies, como esperado em comunidades clímax.

Como resultado da análise de ordenação verificou-se que ocorre um arranjo segregativo formado por dois conjuntos, sendo um composto pelas espécies das áreas amostrais 1, 2 e 3 e outro apenas pelas espécies da área 4. Esse resultado certamente revela a influência de um grupo de 11 espécies registradas exclusivamente na área amostral 4 sobre a dissimilaridade que há entre as áreas avaliadas.

Utilizando-se os dados de riqueza, o relatório indicou que também há significância na variação quanto ao tipo de hábitat, apontando o ambiente de borda de floresta como o mais explorado pelas espécies, seguido dos ambientes de praia e interior de floresta. A vegetação secundária foi o ambiente menos explorado, com apenas seis espécies. Nos demais ambientes (aquático, pedrais, vegetação aquática, vegetação de pedrais e antropizado) foram registradas de 25 a 36 espécies.

Em termos de exclusividade, um total de nove espécies foi registrado apenas em ambientes de borda de floresta; cinco espécies foram registradas apenas em ambientes de praia; e uma espécie foi registrada apenas em ambiente de vegetação aquática.

Analisando a influência do fator sazonal sobre os registros das aves estritamente aquáticas teve-se que na campanha realizada no período de seca foi registrada a maior abundância dessa categoria, com 2.190 indivíduos, seguida da campanha de vazante, com 1.336. A campanha de cheia foi a que menos contribuiu com a abundância dessas aves, com apenas 517 indivíduos registrados. Esses resultados devem-se ao fato de que na seca, tanto a oferta de alimentos quanto a quantidade de ambientes exploráveis pelas aves aquáticas se

79/06
MP

tornam maiores, contribuindo diretamente para o aumento de registros de espécies e indivíduos.

Um total de seis espécies estritamente aquáticas apresenta comportamento migratório (*Pandion haliaetus*, *Actitis macularius*, *Tringa melanoleuca*, *Tringa flavipes*, *Pluvialis dominica* e *Calidris fuscicollis*), sendo todas classificadas como visitantes do Hemisfério Norte.

As espécies restritas a habitats criados por rios foram mais abundantes na segunda campanha de enchente, com 3.223 indivíduos registrados. A campanha de cheia foi a que menos contribuiu para a abundância das aves registradas, com 1.386 espécimes. Conforme já apontado em relatório anterior, dentre as espécies restritas a habitats criados por rios, apenas uma espécie migratória foi registrada, no período seco, com três espécimes, *Pluvialis dominica*, um visitante do Hemisfério Norte.

Quanto às áreas preferenciais de nidificação, vem sendo vistoriados os ambientes de praia (cerca de 8 praias) que se destacaram nas incursões a campo em razão de apresentarem quantidades expressivas de indivíduos de uma mesma espécie e indícios de reprodução, como ninhos e filhotes. Em nenhuma das seis campanhas realizadas foi registrada ninhal de garças, biguás e biguatinga. Nas 3ª e 4ª campanhas foram registrados ninhos em praias como de gaivotas e bacurau.

Atendimento da condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 259/2013:

Os projetos de monitoramento de mamíferos aquático e de avifauna aquática e semiaquática estão respaldados pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 259/2013. A condicionante 2.3 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.3 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Item atendido: Em relação ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, das cinco espécies de mamíferos aquáticos e semiaquáticos registradas na área de estudo, duas (*Pteronura brasiliensis* e *Trichechus inunguis*) são classificadas como vulneráveis na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (Instrução Normativa MMA nº 03/2003). Na a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará (SEMA, nº Decreto 802/2008), estas espécies encontram-se nas categorias vulnerável e em perigo, respectivamente. A CITES classifica as espécies *Pteronura brasiliensis*, *Lontra longicaudis* e *Trichechus inunguis* em seu Apêndice I, definindo que as espécies silvestres listadas neste apêndice estão ameaçadas de extinção e proíbe o comércio internacional de espécimes dessas espécies, exceto quando a finalidade da importação não é comercial. A CITES também cita as espécies *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* em seu Apêndice II, cujas espécies não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o

[Handwritten signatures and initials]

11470
1848/06

comércio não for controlado. Já a lista vermelha da IUCN classifica *Pteronotus brasiliensis* como ameaçada e *Trichechus inunguis* como vulnerável. Já para *Lontra longicaudis*, *Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis* a instituição cita dados deficientes.

No caso da avifauna aquática, assim como apontado no terceiro relatório, foi registrada somente uma espécie com *status* de ameaça, o *Jabiru mycteria* (tuiuiú). Esta espécie consta do Apêndice I da CITES, que proíbe o comércio internacional de espécimes, exceto quando a importação for para fins não comerciais, como por exemplo, para a pesquisa científica. O tuiuiú é uma espécie de hábitat aquático, e ao longo do período amostral foi registrado apenas 1 (um) indivíduo na área amostral 2, em ambiente de praia, durante a campanha de seca. O relatório apontou 14 espécies como indicadoras de qualidade ambiental, dentre estas, destaca-se o *Opisthocomus hoazin* na manutenção dos fragmentos florestais. Esta espécie, fora do período reprodutivo, pode formar grandes bandos e geralmente ocupam áreas florestadas com presença de uma vegetação pioneira típica na formação de ilhas aluviais dos rios e lagos amazônicos, conhecida popularmente como aninga. Entre as 90 espécies associadas a ambientes aquáticos registradas, há 17 espécies endêmicas da Amazônia. Todas essas espécies ocupam habitats criados por rios, e entre elas há *Phaethornis rupurumiiamazonicus*, já destacada em relatórios anteriores, pelo seu alto *status* de raridade.

b) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item atendido.

c) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

Item atendido.

d) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo.

Item parcialmente atendido

e) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item atendido.

f) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo.

Não se aplica: até o momento não foi coletado material biológico.

2.12.4.3 Projeto de Monitoramento de Crocodilianos

Ao longo das seis campanhas de campo foram realizados censos aquáticos em quatro compartimentos do rio Xingu (Foz do Iriri a jusante de Belo Monte) e nos igarapés Arara, Babaquara, Bacajaí, Bom Jardim, Cacau, Cutia, Ressaca, Bicho, Torrão, Escondido, Faustino, Itatá, Ituna, Jarauá, Maixacá, Petessaca, Pitinga 2, Pitoa, Salva Terra, Tamanduá e Tucunareí, bem como na foz do rio Iriri e no lago Pimentel. Também foram realizados censos às margens de cursos d'água nos oito módulos RAPELD. Essas coletas abrangeram as estações de

81/96
[Assinaturas]

vazante, seca, enchente e cheia, entre o período de 17 de março de 2012 a 22 de abril de 2013 e compreendem, portanto, um ciclo hidrológico completo.

Durante os censos aquáticos foram percorridos cerca de 1.347 km em contagens visuais realizadas em igarapés, furos, lagoas e no rio Xingu em transectos com *dimensões variadas*. Já nos módulos RAPELD foram demarcados 16 pontos amostrais em igarapés perenes e sazonais, pequenas lagoas e áreas alagadas, contando com 65 contagens visuais em um esforço de 23 horas e 42 minutos de amostragens.

Durante a realização dos censos aquáticos foram registrados 3.650 jacarés, sendo 1.535 *Caiman crocodilus* (42,05%), 148 *Melanosuchus niger* (4,05%), 205 *Paleosuchus trigonatus* (5,61%), sete *Paleosuchus palpebrosus* (0,19%) e 1.755 jacarés não identificados (48,08%).

Caiman crocodilus (jacaretinga) foi registrada em todas as áreas monitoradas, enquanto *Melanosuchus niger* (jacaré-açu) foi registrada somente na Área 4 (Jusante). *Paleosuchus palpebrosus* (jacaré-paguá) foi registrada nas Áreas 1 (confluência com o Iriri), 2 (reservatório do Xingu) e 4 (Jusante).

A variação no número total de jacarés contados, englobando as quatro espécies, nas quatro áreas por campanha, representando o ciclo hidrológico, teve o pico de avistamentos no período de seca, entre agosto e novembro de 2012. Isto se deve ao fato de que quando o rio encontra-se mais seco aumenta o número de jacarés avistados e na medida em que o nível de água aumenta os jacarés dispersam entrando nos igapós (floresta inundada) ou nas áreas florestadas das margens do rio e/ou igarapés. O jacaretinga, *Caiman crocodilus* e o jacaré-açu, *Melanosuchus niger*, que são espécies que ocorrem mais em rios, são relacionados negativamente com o nível de água. No entanto, o jacaré-coroa, *Paleosuchus trigonatus*, que ocorre em rios menores e/ou igarapés, não apresenta relação com o nível de água.

Nas seis campanhas realizadas nas quatro áreas amostrais e nos módulos RAPELD, foram capturados, marcados e georeferenciados 413 indivíduos: 303 de jacaretinga, (*Caiman crocodilus*), 49 indivíduos de jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus*), 25 indivíduos de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e 01 de jacaré-paguá (*Paleosuchus palpebrosus*).

Dos 3.650 indivíduos registrados, 403 foram capturados e obtiveram a identificação do sexo. Foram registradas 98 fêmeas (24%) e 224 (55%) machos de *Caiman crocodilus*, cinco (1,33%) fêmeas e 18 (4,4%) machos de *Melanosuchus niger*, 16 (3,9%) fêmeas e 45 (11%) machos de *Paleosuchus trigonatus* e um (0,27%) macho de *Paleosuchus palpebrosus*. Com base nas entrevistas realizadas com os ribeirinhos e comunitários, durante as campanhas de monitoramento de crocodilianos, foi possível observar que existem alguns sítios de desova de jacarés nas áreas amostradas.

Considerando-se as 65 contagens noturnas realizadas nos 16 pontos amostrais localizados nos módulos RAPELD, foram registrados 44 espécimes de crocodilianos, sendo 20 de *Caiman crocodilus* (45,45%), sete de *Paleosuchus trigonatus* (15,91%) e 17 jacarés não identificados (38,64%). A maior abundância foi registrada no Módulo 2, com 25 espécimes. Nos Módulos 1 e 5 foram identificadas duas espécies, enquanto nos demais módulos ocorreu apenas uma espécie identificada. Nos módulos 3, 6 e 7 não foram registrados espécimes de crocodilianos.

Foram realizadas 20 entrevistas com a população ribeirinha nas quatro áreas de monitoramento de crocodilianos da UHE Belo Monte. A maioria dos entrevistados (75%) afirmou que existem muitos jacarés na região e que o mais frequente é o jacaretinga (*Caiman crocodilus*). Dos entrevistados, 12 (60%) fazem o uso do jacaretinga em sua alimentação e preferem a carne do jacaretinga (*Caiman crocodilus*) por ser um animal mais fácil de encontrar e possuir uma carne mais saborosa quando comparada a dos outros jacarés da região. Alguns entrevistados na Área 4 (jusante) relataram que há comércio da carne de jacarés na cidade de Vitória do Xingu onde o valor varia de R\$ 1,00 a R\$ 2,50 por quilograma. Ao opinarem sobre a influência da UHE Belo Monte sobre as populações de

82/96
Eduardo

crocodilianos, maioria dos entrevistados (60%) relatou que a construção da usina afetará negativamente as populações de jacarés ali existentes.

Durante as campanhas de campo, as equipes registraram ações de caça de jacarés durante a realização dos levantamentos noturnos. Um jacaretinga, *Caiman crocodilus*, foi encontrado morto com sinais de tiro na cabeça nas imediações da localidade Bom Jardim e, em outra ocasião, um exemplar foi encontrado amarrado na frente de uma casa no TVR.

Este projeto está respaldado pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico 252/2013. A condicionante 2.5 desta autorização informa que a coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA, portanto, o atendimento da referida condicionante será avaliado a seguir:

2.5 A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

Item atendido: o relatório contém uma lista de espécies encontradas durante o monitoramento, o texto informa que das quatro espécies registradas para a área de estudo, nenhuma consta na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e nem no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção para o Estado do Pará. Já a CITES classifica todas as espécies brasileiras da Ordem Crocodylia em seu Apêndice II, e define que as espécies silvestres listadas neste apêndice não estão ameaçadas de extinção, mas, podem se tornar se o comércio não for controlado. Quanto à IUCN (International Union for Conservation of Nature), as quatro espécies registradas são classificadas em baixo risco de extinção. Apenas para *Melanosuchus niger* – jacaré-açu a instituição cita cuidados para o desenvolvimento de ações de preservação.


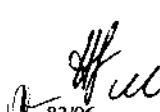
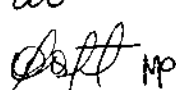
b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

Item atendido: As capturas manuais são feitas com o uso de laços e cambões, dependendo do local e tamanho do indivíduo, a fim de que a operação não ofereça risco ao técnico e nem ao animal. Os dados biométricos coletados são: comprimento da cabeça (CCB), comprimento do crânio (CCR), comprimento do focinho à cloaca (CFC), peso, sexo e temperatura da cloaca. A marcação de crocodilianos é realizada com a utilização de brincos plásticos enumerados. Os jacarés com comprimento rostro-cloaca menor que 60 cm foram marcados pela combinação numérica das cristas simples e duplas, uma vez que brincos e anilhas não é recomendados para animais jovens com dimensões reduzidas.

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias.

Item atendido

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

  83/96  MP

Item atendido: o relatório e a planilha apresentaram o esforço amostral e a densidade das espécies encontradas e descreveu as diferenças de ocorrência das espécies entre as áreas amostradas.

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados.

Item atendido: A Planilha digital dos registros foi encaminhada.

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

Item atendido

Comentários e recomendações:

Conforme exposto no relatório, nos encaminhamentos do 3º Relatório Consolidado, foi sugerido que a amostragem de crocodilianos nos módulos RAPELD deixasse de ser realizada na seca, uma vez que, neste período do ano, não é encontrado um número suficiente de ambientes propícios à ocorrência de crocodilianos ou com possibilidades de implantação das parcelas aquáticas conforme previsto no PBA. A proposta foi aceita pela DILIC/IBAMA no Parecer 4933/2013, encaminhado pelo ofício OF-02001 009681-2013-10-DILIC-IBAMA de 17/07/13. No entanto, posteriormente foi encaminhado ao Ibama, por meio do documento CE 0257/2013-DS da Norte Energia, a Nota Técnica número 011 de 2013 novamente solicitando a retirada do monitoramento de crocodilianos nos módulos Rapeld na seca. Este documento foi analisado pelo Parecer 006404/2013 COHID/IBAMA, enviado à Norte Energia por meio do Ofício 02001.011887/2013-18 DILIC/IBAMA. Neste parecer, é recomendado que os monitoramentos devam ser mantidos conforme desenho amostral aprovado no PBA, por pelo menos mais um ciclo hidrológico completo, já que houve somente uma campanha durante a seca, para que se possa obter subsídios adicionais na avaliação do pedido de dispensa das amostragens nas parcelas aquáticas no período de seca. O parecer especifica que a amostragem das parcelas aquáticas deve ser suspensa quando não houverem condições hidrológicas de implantação da metodologia e que, neste caso, a decisão de suspensão deve ser justificada para cada ponto de amostragem. As recomendações deste parecer devem ser atendidas.

2.12.5 Programa de Conservação e Manejo de Quelônios

Este programa está sendo analisado pelo Projeto Quelônios da Amazônia (PQA/DBFLO).

2.13 Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande

2.13.1 Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias

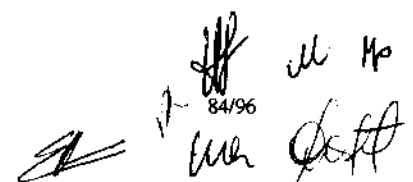
2.13.1.1 Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.13.2 Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida

2.13.2.1 Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações

Este projeto será objeto de parecer específico.

 84/96

2.13.2.2 Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção

Comentários e Recomendações:

Projeto em andamento conforme as premissas estabelecidas no PBA e ajustado ao cronograma estabelecido. Salienta-se o refinamento dos dados apresentados em julho/2013 no Relatório Técnico Trimestral, relativo à compilação das atividades realizadas no primeiro trimestre de 2013 e que presta informações que atendem às solicitações feitas no parecer anterior.

Em concordância com a coordenação do projeto, os encaminhamentos a serem realizados, bem como as informações a serem disponibilizadas no 5º Relatório, dizem respeito à continuidade das atividades previstas no PBA e às propostas contidas no 4º Relatório, ambos registrados em seu cronograma do pacote de trabalho e tendo por base os indicadores já previstos e os dados coletados durante os levantamentos de referência.

Reforça-se que atenção especial deve ser dada ao:

- repasse preciso de informações do projeto à população urbana e rural da Volta Grande durante realização de reuniões informativas;
- evidenciamento dos pontos de interface deste projeto com o projeto de Parques e Reurbanização da Orla e consequente proposição de ações conjuntas; e à
- atualização das informações a partir dos resultados do quinto monitoramento a ser realizado no período de cheia de 2013, quanto à navegabilidade, escoamento da produção, saúde, educação e apoio às comunidades indígenas.

2.13.2.3 Projeto de Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande

Comentários e Recomendações:

Este projeto compõe o Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida, integrante do PBA da UHE Belo Monte, e à semelhança do projeto 14.2.2 anteriormente analisado e integrante do mesmo programa, vem sendo implementado conforme as premissas estabelecidas no PBA e ajustado ao cronograma estabelecido. Mesmo não tendo um relatório técnico trimestral, por exemplo, vem apresentando um refinamento das informações que atendem as solicitações feitas no parecer anterior e, principalmente, traçam um perfil cada vez mais abrangente das atuais condições de vida da população ribeirinha da Volta Grande do Xingu.

Em concordância com a coordenação do projeto, os encaminhamentos a serem realizados, bem como as informações a serem disponibilizadas no 5º Relatório, dizem respeito à continuidade das atividades previstas no PBA e às propostas contidas no 4º Relatório, ambos registrados em seu cronograma do pacote de trabalho e tendo por base os indicadores já previstos e os dados coletados durante os levantamentos de referência.

Reforça-se que:

- os dados obtidos em campo por intermédio da implementação deste projeto contribuem fortemente para o delineamento das condições sociais das populações da Volta Grande, auxiliando a compor um quadro sobre a percepção dos problemas existentes e as expectativas de melhorias dos moradores daquela região com a implantação da usina. Estes dados devem orientar o rumo das medidas preventivas, compensatórias e/ou mitigadoras desenvolvidas pela empresa no campo da interação socioambiental regional, além de incrementar as relações de sinergia entre os programas do meio socioeconômico. E ainda, nessa direção, podem fornecer informações importantes para a formulação de políticas públicas das três esferas de governo, inclusive do PDRSX;
- sejam apresetados os resultados das reuniões da Comissão de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu realizadas em setembro/2013 e também da

reunião entre a Norte Energia e os representantes das prefeituras municipais da Volta Grande agendada para o mesmo período.

2.13.2.4 Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial

Este projeto será objeto de parecer específico.

2.14 Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios – PACUERA

O programa apresentou dados do *status* de atendimento conforme estabelece o cronograma.

Serão seis etapas sequenciais definidas no PBA e está em andamento as Etapas 1 e 2.

Os resultados da etapa 1 consistiram-se no levantamento de dados e na elaboração do Diagnóstico da Área de Abrangência do PACUERA para fins de geração dos seguintes produtos: diagnóstico ambiental, relatório técnico geral, programa de proteção e recuperação da APP, plano de gerenciamento dos reservatórios e uma versão resumida do plano. O diagnóstico ambiental foi apresentado no presente relatório no Anexo 15-1. Os outros documentos listados não foram apresentados, mas constam na metodologia.

Para a Etapa 2 o programa apresenta-se ainda em execução e neles serão definidas as unidades ambientais homogêneas, com sua delimitação, definição, aplicação e caracterização. Para tanto, foram utilizados três atributos básicos a ser considerado: cobertura vegetal e uso do solo; status legal e posse de terras.

Com relação à delimitação da APP, esta foi discutida na reunião técnica realizada em agosto/2013, na qual foi apresentada o *status* da programa e os dados preliminares do PACUERA, bem a proposição preliminar de APP dos reservatórios. A Norte Energia encaminhou a CE 0331/2013-DS com a Nota Técnica SFB N° 025/2013 para análise sobre os critérios adotados para definição da APP variável no entorno dos reservatórios. Documento este que ainda está em análise.

Importante destacar que a validação dos critérios apresentados ainda não define a aprovação da proposta da APP dos reservatórios, sendo que esta necessita de uma análise a ser realizada pormenoridamente caso a caso e seguindo os critérios previamente aprovados no documento em questão.

Para definição dos indicadores de avaliação das UAHs foram listados 9 critérios com pesos e valores diferenciados para sua determinação. Sendo eles: Físico (propensão a erosão, presença de cavidades e aptidão agrícola), Biótico (importância do fragmento florestal, conectividade do fragmento e locais de soltura de fauna, bem como o resultado dos monitoramentos) e Socioeconômico cultural (presença ou ausência de infraestruturas produtivas instaladas, uso atual da terra e tendências de ocupação). De acordo como os pesos dados, foram definidas as seguintes unidades ambientais:

- Unidades ambientais homogêneas preferenciais para preservação ambiental;
- Unidades ambientais homogêneas preferenciais para conservação ambiental;
- Unidades ambientais homogêneas preferenciais para recuperação ambiental; e
- Unidades ambientais homogêneas preferenciais para utilização socioeconômica.

O programa encontra-se com o cronograma dentro do previsto no PBA.

Comentários e Recomendações:

Deverão ser encaminhadas os resultados sintéticos sobre os entendimentos institucionais mencionados nos encaminhamentos propostos, com as reuniões com o Comitê Indígena, Fórum de Acompanhamento Social e atores que interferem direta ou indiretamente na área de abrangência do plano.

3. ACOMPANHAMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO 795/2011

86/96
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

A seguir são arroladas as condições específicas da Licença de Instalação 795/2011, com o acompanhamento de sua execução até a presente data. Para fins de análise serão consideradas as seguintes categorias:

- **Condicionante atendida:** após análise, o item foi considerado como cumprido.
- **Condicionante em atendimento:** no momento não existe pendência identificada; trata-se de ações que estão em curso e que terão conclusão no futuro ou de ações contínuas.
- **Condicionante parcialmente atendida:** quando foi identificada alguma pendência.
- **Condicionante não exigível:** será exigida para a próxima fase.
- **Condicionante não atendida:** após análise da informação, conclui-se que os documentos apresentados não atendem o disposto no item da licença.

2.1 *Implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma¹ aprovado por este Ibama:*

- a) Plano de Gestão Ambiental
- b) Plano Ambiental de Construção
- c) Plano de Atendimento à População Atingida
- d) Plano de Requalificação Urbana
- e) Plano de Articulação Institucional
- f) Plano de Relacionamento com a População
- g) Plano de Saúde Pública
- h) Plano de Valorização do Patrimônio
- i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais
- j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos
- k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres
- l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos
- m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande
- n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

Condicionante parcialmente atendida. Conforme pode ser verificado na análise do item 2 deste Parecer, existem programas e projetos que não vêm cumprindo o cronograma previsto, ou não estão sendo implementados a contento.

2.2 *Apresentar relatórios relativos aos Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.*

Condicionante atendida. Foi apresentado o relatório referente ao período de janeiro a junho de 2013, contendo os itens solicitados por esta condicionante.

2.3 *Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado: "Projeto Básico Ambiental – versão final" elaborado a partir do PBA – março de 2011 e incorporando as alterações efetuadas nos seguintes documentos:*

- a) Nota Técnica de Esclarecimento sobre o PBA da UHE Belo Monte, encaminhada pela NESA por meio do documento NE 075/2011-DS;
- b) Documentos CE 0146 e 0147/2011-DS referentes ao atendimento do Ofício 471/2011/DILIC/IBAMA; e
- c) Ofício 510/2011/DILIC/IBAMA – referente aos ajustes a serem efetuados no PBA – março 2011.

¹ O cronograma de implantação dos planos socioambientais está associado ao cronograma de implantação do empreendimento.

[Assinaturas e rubricas]
87/56
sub. de PPA

Condicionante parcialmente atendida. Não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.4 *Estão bloqueadas e dependerão de avaliação e aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental a execução das atividades de implantação/melhorias relativas à: Travessões 50, 52 e 55; acesso ao porto; LT 138 kV; RD 34,5 kV; LT 230 kV; LT 500 kV; exploração de jazidas e às atividades de botafora. Para instruir a avaliação mencionada, o empreendedor deverá apresentar as seguintes informações:*

a) Para os Travessões dos Km 50; 52; 55 e acesso ao porto:

I. apresentar os projetos geométricos, nos moldes daqueles apresentados para os Travessões 27 e 45; e

II. prever, no projeto a ser apresentado, a implantação de dispositivos com vistas à manutenção dos fluxos d'água nos igarapés a serem interceptados.

b) Para as Linhas de Transmissão para suprimento dos canteiros (LT 138kV; RD 34,5kV):

I. apresentar os projetos básicos de engenharia com os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

c) Para as Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina (LT 230kV; LT 500kV):

I. apresentar os traçados definitivos, plotados sobre imagem de alta resolução da região, discriminando as faixas de servidão e os acessos que eventualmente serão abertos para suas instalações.

d) Para as explorações de jazidas e as atividades de botafora:

I. apresentar o detalhamento das atividades prevendo o uso otimizado do material escavado excedente, utilizando-o, conforme permitir a logística envolvida, nos projetos de estradas, acessos, ações antecipatórias e demais estruturas associadas ao empreendimento; e

II. apresentar memorial descritivo das áreas selecionadas e das atividades a serem empregadas em cada polígono, com destaque para as jazidas de areia localizadas no leito do rio Xingu e para as pedreiras, discriminando as extrações realizadas em área seca e área molhada.

Parágrafo único – Para todas as estruturas tratadas nesta condicionante (2.4), o empreendedor deverá apresentar os arquivos no formato shapefile, discriminando: (i) as áreas que serão intervidas e (ii) as áreas que serão ocupadas pelas faixas de servidão (quando aplicável). As informações deverão contemplar os traçados definitivos e os acessos eventualmente abertos para a instalação e manutenção das estruturas.

Condicionante em atendimento. Os pareceres n.ºs 143/2011, 168/2012 e 4933/2013 apresentaram os desbloqueios de uma série de atividades. Assim, serão apresentadas abaixo apenas as atividades que foram objetos de solicitação de desbloqueio e as que foram debloqueadas após a publicação do Parecer n.º 4933/2013.

Linhas de Transmissão para escoamento da energia da usina

A Norte Energia, por meio do documento CE-017/2013-DS, solicitou o desbloqueio da Linha de Transmissão 230 kV, que escoará energia da Casa de Força Complementar do sítio Pimental até a Subestação Altamira. O Ibama, por meio do Ofício n.º 2418/2013/DILIC/IBAMA, solicitou informações complementares. A Norte Energia, mediante documento CE 0173/2013-DS, datado em 15 de abril de 2013, encaminhou as informações complementares. O Ibama analisou os documentos por meio da Nota Técnica n.º 5811/2013 e, mediante Ofício 02001.008568/2013-17 DILIC/IBAMA, autorizou a implantação da LT 230 kV.

Além da LT 230 kV, a Norte Energia, por meio do documento CE 0234/2013-DS, solicitou o desbloqueio das linhas de transmissão LT 500kV, LT 69kV e LD 13,8kV. A LT 500kV deverá escoar energia da Casa de Força Principal da UHE Belo Monte até a

88/96 MP
[Assinaturas]

Subestação Xingu. Já as linhas LT 69kV e LD 13,8kV fazem parte do Sistema de Transmissão Restrito da UHE Belo Monte. O Ibama solicitou, mediante Ofício 02001.010792/2013-79 DILIC/IBAMA, informações técnicas complementares para subsidiar análise de desbloqueio, e informou que as linhas LT 69kV e LD 13,8kV não constam no escopo da Licença de Instalação n.º 795/2011, devendo a solicitação para implantação destas estruturas ser realizada nos termos da condicionante geral 1.3 da referida LI.

Até o momento a Norte Energia não encaminhou as informações complementares solicitadas.

Jazidas e áreas de bota-fora

A Norte Energia solicitou, por meio dos documentos CE 0149/2013-GCT/DS e CE 0150/2013-GCT/DS, o desbloqueio de algumas áreas de bota-fora localizadas nos sítios construtivos Belo Monte e Pimental. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 5795/2013 e, por meio do Ofício 02001.008576/2013-63 DILIC/IBAMA, datado em 14 de junho de 2013, autorizou o desbloqueio dos bota-foras BF-PI-JP1 e BF-PI-JP2 (sítio Pimental) e alteração da área do bota-espera BE2 para bota-fora BF6 (sítio Belo Monte). Para o desbloqueio do bota-fora BF5, localizado no sítio Belo Monte, o Ibama solicitou informações complementares.

A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0101/2013-GCT/DS, os desbloqueios das áreas de bota-fora BF-02, BF-03, BF-04 e BF-26, localizadas na região de implantação do Canal de Derivação. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 5842/2013 e, por meio do Ofício n.º 02001.008951/2013-75 DILIC/IBAMA, datado em 26 de junho de 2013, autorizou os desbloqueios.

A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0319/2013-DS, os desbloqueios de cinco jazidas de cascalhos lateríticos, localizadas na região do Travessão km 55. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 6268/2013 e, por meio do Ofício n.º 02001.010828/2013-14 DILIC/IBAMA, datado em 20 de agosto de 2013, autorizou os desbloqueios.

A Norte Energia, mediante documento CE 0388/2013-DS, complementou as informações apresentadas no documento CE 0149/2013-GCT/DS para o desbloqueio do bota-fora BF5, localizado no sítio Belo Monte. O Ibama analisou o referido documento através da Nota Técnica n.º 6689/2013 e, por meio do Ofício 02001.012709/2013-04 DILIC/IBAMA, datado em 10 de outubro de 2013, autorizou o desbloqueio do bota-fora BF5 do sítio Belo Monte.


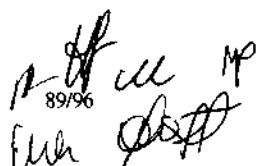
A Norte Energia solicitou, por meio do documento CE 0401/2013-DS, o desbloqueio da jazida de areia JIM, localizada no sítio construtivo Pimental. O Ibama analisou a solicitação através da Nota Técnica n.º 6860/2013 e, por meio do Ofício n.º 02001.013714/2013-26 DILIC/IBAMA, datado em 6 de novembro de 2013, autorizou o desbloqueio.

Travessões dos Km 50 e 52

O 4º Relatório Semestral apresentou informações de que o CCBM estaria executando obras de requalificação e melhorias nos travessões 50 e 52. Cumpre destacar, porém, que estas atividades estão boqueadas, nos termos desta condicionante. Até o momento, a Norte Energia não apresentou o que se pede no *item a* para o desbloqueio das obras nestes dois travessões.

Recomendações:

Recomenda-se que a Diretoria de Licenciamento Ambiental oficie a Norte Energia a esclarecer quais atividades foram realizadas nos travessões 50 e 52 e como se procedeu o licenciamento ambiental destas atividades. Caso seja verificado que existem irregularidades na execução de obras nestes travessões, a Norte Energia deverá ser penalizada por não cumprir o que se pede na Condicionante 2.4 da LI 795/2011 (item a).

 
89/96

2.5 *Apresentar documento com o detalhamento das implicações ambientais associadas a: (i) retirada do vertedouro complementar; e (ii) definição do número de diques e quais deles deverão contar com um sistema de vazão sanitária. A anuência deste Instituto para as referidas alterações dependerá de apreciação do mencionado documento.*

Condicionante atendida. Esta condicionante se encontra atendida, conforme análise exposta no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.6 *No que tange à navegação na Volta Grande do rio Xingu e no rio Bacajá:*

a) *Apresentar os Projetos Básicos de Engenharia do Mecanismos de Transposição Provisório e Definitivo, para manifestação da Funai e aprovação do IBAMA, prévias ao início de sua implantação.*

b) *Seguir as diretrizes e orientações da Capitania dos Portos quanto ao sistema de sinalização e alerta previsto para ser implantado no trecho do rio Xingu, próximo ao sítio Pimental.*

c) *Não interromper o fluxo de embarcações até que o sistema provisório de transposição de embarcações esteja em pleno funcionamento. Tal restrição aplica-se inclusive para as obras de engenharia previstas para o sítio Pimental.*

Parágrafo Único - O início do lançamento das ensecadeiras principais do Sítio Pimental não está autorizado até aprovação expressa da Diretoria de Licenciamento Ambiental. A referida aprovação fica condicionada:

I. Para as ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa²: *efetuar tratativas com a Comunidade São Pedro, de forma conjunta com o IBAMA, de modo a esclarecer àquela comunidade quanto aos impactos previstos para afetá-los, e as respectivas ações mitigatórias/compensatórias;*

II. Para as ensecadeiras de 1ª fase - 2ª etapa³: *manifestação favorável da FUNAI e avaliação do IBAMA quanto ao detalhamento do(s) mecanismo(s) de transposição de embarcações. O cronograma de implantação e início de operação, deverá se apresentar compatível com o caráter preventivo do mecanismo em relação aos impactos em questão.*

Condicionante atendida. *Item a –* Conforme registrado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, este item se encontra atendido.

Item b – Item atendido. Conforme informou a Norte Energia, a sinalização fluvial definitiva foi aprovada pela Capitania dos Portos e já se encontra integralmente implantada.

Item c – Item atendido. O Sistema de Transposição de Embarcações (STE) definitivo já foi implantado na margem direita do rio Xingu e encontra-se em funcionamento. Apesar do STE definitivo já estar em operação, o fluxo de embarcações continua sendo mantido no canal existente entre a ilha da Serra e a margem direita do rio Xingu.

Para as ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa

O lançamento das ensecadeiras de 1ª fase – 1ª etapa foi autorizado pelo Ibama, conforme relatado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Para as ensecadeiras de 1ª fase – 2ª etapa

O lançamento das ensecadeiras de 1ª fase – 2ª etapa foi autorizado pelo Ibama, conforme relatado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.7 *No que tange aos estudos referentes à qualidade de água:*

a) *Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, modelagem matemática de qualidade para os igarapés de Altamira, contemplando: (i) simulações que considerem os piores cenários de rebaixamento do reservatório do Xingu; e (ii) propostas que visem melhorar a qualidade de água nos igarapés de Altamira para as condições de reservatório com nível inferior à cota 97 metros.*

² Ensecadeira de 1ª fase e 1ª etapa: ensecadeira lançada para alcançar a ilha Pimental.

³ Ensecadeira de 1ª fase e 2ª etapa: atividades de fechamento dos canais do rio Xingu situados entre as ilhas da Serra e Marciana.

90/96
ul MP
De AP

b) Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho a ser desenvolvido ao longo da instalação do empreendimento, com vistas a executar as ações prévias necessárias à calibração e à validação dos modelos matemáticos de qualidade da água apresentados. A calibração e a validação deverão ser realizadas durante as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios. A proposta deverá seguir as recomendações do estudo denominado "Modelagem Matemática da Qualidade da Água" da Norte Energia S.A de abril de 2011.

c) Apresentar, 1 (um) ano antes do enchimento do reservatório do Xingu, modelagem matemática de qualidade da água que considere as fases de enchimento e estabilização dos reservatórios, utilizando dados de qualidade da água e meteorológicos proveniente dos monitoramentos a serem realizados no âmbito dos programas e projetos do PBA. Esta modelagem deverá considerar a vegetação a ser inundada, avaliando diferentes cenários, incluindo o proposto no EIA, e ainda deverá:

I. Avaliar a possibilidade de ocorrência de estratificação térmica, principalmente nos pontos de baixa circulação no reservatório Intermediário;

II. Avaliar a possibilidade de acúmulo, mobilização e contaminação da cadeia trófica por metais pesados – as concentrações de alguns metais pesados são naturalmente altas nas águas da região e podem causar acumulação nos dendritos do reservatório Intermediário;

III. Vir acompanhada por parecer de um especialista em ictiofauna quanto ao impactos que a qualidade da água prognosticada possa causar aos peixes da região; e

IV. Apresentar medidas de mitigação e/ou corretivas, principalmente para o reservatório Intermediário e igarapés de Altamira.

Condicionante em atendimento. Item a – Conforme registrado no Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, este item se encontra atendido.

Item b – Item atendido. Em atendimento ao solicitado pelo Ibama por meio do Parecer n.º 168/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, a Norte Energia reapresentou o plano de trabalho mediante documento CE 0251/2013-DS. O Ibama analisou o referido documento por meio da Nota Técnica n.º 6104/2013 COHID/IBAMA, concluindo não ter sido observado óbices ao Plano de Trabalho proposto pela Norte Energia no que se refere à calibração e validação do modelo matemático de qualidade da água para os reservatórios do Xingu e Intermediário, contudo, foi recomendado que o plano fosse estendido a outros dois compartimentos – Trecho de Restituição de Vazão (TRV) e Trecho de Vazão Reduzida (TVR). Em atendimento, a Norte Energia complementou o Plano de Trabalho mediante documento CE 0341/2013-DS, contemplando o TRV e TVR.

Item c – Item em atendimento. Conforme relatado junto ao Parecer n.º 4933/2013, no Seminário de acompanhamento dos programas ambientais do PBA, realizado entre os dias 26 e 28 de março de 2013, a Norte Energia informou que os trabalhos relativos à modelagem já haviam sido iniciados. Algumas reuniões já foram realizadas para tratar o tema.

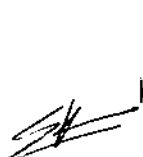
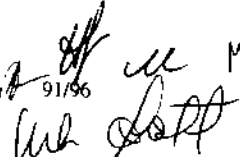
A Norte Energia encaminhou, por meio do documento CE 0386/2013-DS, os resultados da modelagem matemática de qualidade da água para os compartimentos Reservatório do Xingu e Trecho de Vazão Reduzida. Este documento se encontra em análise por este Instituto.

2.8 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de monitoramento hidrossedimentológico, na região onde se encontram os bancos de areia – ria do Xingu, contemplando:

a) As recomendações apresentadas pelo "Estudo complementar de hidrossedimentologia a jusante da casa de força principal";

b) O monitoramento do tráfego de embarcações na ria do Xingu; e

c) A previsão de ações para evitar a erosão nos bancos de areia, bem como a interferência sobre os hábitos dos quelônios.

 91/06  MP

Condicionante atendida. Conforme registrado no Parecer 4933/2013, esta condicionante encontra-se atendida, contudo, foi destacado no referido documento que não haviam sido encontrados, no 2º e 3º relatórios consolidados de acompanhamento do PBA, os relatórios específicos que comprovem o devido andamento do projeto intitulado "Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)", e, ainda, foi recomendado:

Com vistas ao adequado acompanhamento da equipe técnica do Ibama, a Norte Energia deverá apresentar, junto ao 4º Relatório Consolidado de Andamento do PBA, relatório específico para o "Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu)", contendo análise de todos os dados já obtidos no monitoramento que comprovem o devido andamento do projeto, incluindo os dados de monitoramento do tráfego de embarcações.

Em atendimento, a Norte Energia encaminhou junto ao 4º Relatório Semestral um relatório específico do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu) – o relatório encontra-se em análise.

Recomendação:

Assim como foi feito para o 4º Relatório, os próximos relatórios semestrais deverão apresentar relatórios específicos do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos Bancos de Areia (Ria do Xingu) para o adequado acompanhamento da equipe técnica do Ibama.

2.9 *Apresentar, previamente às intervenções nos corpos d'água, as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, referentes às captações de água e lançamento dos esgotos, relativas aos Canteiros de Obra de Bela Vista e do Canal de Derivação, a serem emitidas pelo órgão competente.*

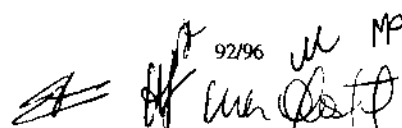
Condicionante parcialmente atendida. Os relatórios semestrais anteriores, no âmbito do Programa de Controle Ambiental Intrínseco, componente do Plano Ambiental de Construção do PBA, apresentaram as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA) e à Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA). Porém, o 4º Relatório não apresentou informações relativas à solicitação de outorgas para captação de água e lançamento de esgotos para o 1º semestre de 2013.

2.10 *Em relação à implantação do saneamento básico, atender o cronograma exposto abaixo:*

Ação	Item	Plano	Atualizado	Atualizado	Atualizado
Ações Imediatas	Início	24/05/2011	24/05/2011	-	-
	Término	30/10/2011	30/10/2011	-	-
Abastecimento de água	Início	25/07/2011	25/06/2011	-	-
	Término	25/07/2014	25/06/2014	-	-
Esgotamento sanitário	Início	25/07/2011	25/06/2011	25/06/2011	25/06/2011
	Término	25/07/2014	25/06/2014	31/03/2012	31/03/2012
Aterro sanitário	Início	30/06/2011	30/06/2011	30/09/2011	30/09/2011
	Término	30/06/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/03/2012
Projeto Básico de Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	01/12/2011	-	-	-
Remediação do Lixão	Início	-	-	-	-
	Término	25/07/2014	-	-	-
Drenagem Urbana	Início	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Término	30/06/2014	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2012

Condicionante não atendida. A situação das obras de saneamento básico encontra-se descrita no Item intitulado "Andamento dos Programas Ambientais" deste Parecer – Plano de Requalificação Urbana.

2.11 *Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, avaliação quanto à suficiência dos equipamentos de saúde e*

92/96  MP

educação disponibilizados às municipalidades da AID. A avaliação deverá contemplar a projeção da demanda no semestre subsequente e apresentar manifestação conclusiva quanto à necessidade de implantação de ações antecipatórias adicionais.

Condicionante atendida. Atendida para o período referente ao 4º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental.

2.12 Implantar integralmente os equipamentos de saúde e educação, conforme prazos e especificações assumidos junto às prefeituras municipais, sem extrapolar o cronograma apresentado no documento "Resposta ao Ofício nº 471/2011 – DILIC/IBAMA", encaminhado por meio do ofício CE 0147/2011 – DS. Apoiar a manutenção dos equipamentos disponibilizados até a entrada em operação do empreendimento.

Condicionante não atendida. Não houve alterações em relação à análise do Parecer Técnico 4933/2013/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

2.13 Definir, em comum acordo com as prefeituras municipais, medidas antecipatórias adicionais voltadas à disponibilização de equipamentos de saúde e educação, sempre que o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos apontar um incremento crítico⁴ na demanda aos serviços públicos em questão. A disponibilização de equipamentos adicionais de saúde e educação deverá ser feita sempre de forma antecipada ao esgotamento da capacidade de atendimento dos serviços públicos.

Condicionante em atendimento. Até o momento, houve a necessidade da implementação de um Plano de Ação para Obras de Educação, com vistas a atender a demanda para 2012.

2.14 Em relação ao Cadastro Socioeconômico:

- a) Realizar os levantamentos por meio de profissionais capacitados para a execução desta atividade, aptos para identificação e diferenciação das categorias presentes no questionário;*
- b) Divulgar nas localidades as atividades de cadastramento, previamente a sua execução, garantindo o esclarecimento adequado do público-alvo, inclusive quanto ao período de sua realização;*
- c) Aplicar os questionários de forma isenta, evitando que o cadastrador induza as respostas;*
- d) Divulgar e disponibilizar em locais públicos os resultados do cadastro, durante 30 (trinta) dias, contendo a lista dos atingidos objeto do CSE por setor, para eventual correção de distorções ou inclusão de atingidos não detectados; e*
- e) Garantir que todos os atingidos sejam cadastrados.*

Condicionante em atendimento. Em que pese o CSE ainda não ter sido finalizado, questões orientativas do Ibama estão sendo respeitadas.

2.15 A população interferida deverá ter livre acesso ao Cadastro Socioeconômico, Caderno de Preços, mapas e laudos de avaliação de suas propriedades, onde deverão ser apresentados de forma discriminada, a relação das benfeitorias indenizadas e respectivos valores.

Condicionante em atendimento. A Norte Energia tem apresentado indicativos de atendimento às questões orientativas da condicionante. Contudo, a Norte Energia deve disponibilizar cópia de documentos que necessitem anuência do atingido, conforme disposto no Ofício DILIC/IBAMA 510/2011.

2.16 Deverá ser garantida a plena liberdade de escolha da população quanto aos diversos tipos de tratamento indenizatório previstos no PBA, observadas as modalidades disponíveis para cada público.

Condicionante em atendimento. Questões orientativas do Ibama voltaram a ser respeitadas.

⁴ Incremento crítico é aquele que excede a capacidade de atendimento proporcionada pelas ações antecipatórias implementadas pelo empreendedor.

[Assinaturas e rubricas]
93/96

2.17 *Implantar os Fóruns de Discussão Permanente com regras e critérios comuns que evitem tratamento díspares acerca de casos similares e divergência de procedimentos entre os diversos fóruns a serem criados.*

Condicionante em atendimento. Questões orientativas do Ibama voltaram a ser respeitadas.

2.18 *Em relação à implantação da Área de Preservação Permanente – APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal:*

a) *Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão do Cadastro Socioeconômico, a proposta de delimitação final da APP com largura média de 500 (quinhentos) metros, para avaliação e aprovação do IBAMA; e*

b) *Adquirir as áreas destinadas a compor a APP no entorno dos reservatórios do Xingu e do Canal.*

Condicionante não atendida. A delimitação da APP foi discutida em reunião técnica realizada em agosto/2013, no qual foi apresentado o status do Pacuera e os dados preliminares do plano, bem como a discussão sobre a proposição preliminar da APP dos reservatórios. A Norte Energia encaminhou a CE 0331/2013-DS com a Nota Técnica SFB N° 025/2013 para análise do Ibama, contendo os critérios adotados para definição da APP variável no entorno dos reservatórios. Documento este que ainda está em análise. Importante destacar que após a validação dos critérios para definição da APP por parte do Ibama o empreendedor deverá apresentar proposta de delimitação final da APP, de acordo com os critérios aprovados.

2.19 *Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação dos módulos RAPELD para o monitoramento da biota.*

Condicionante atendida. A atividade de implantação dos módulos RAPELD foi finalizada. A Norte Energia respondeu aos questionamentos sobre a instalação e funcionamento dos piezômetros nas parcelas. No que tange à suficiência amostral dos módulos, o empreendedor apresentou as notas técnicas “NT_SFB-N°04_RAPELD_01_07_13_LP”, “NT_SFB-N°15_RAPELD_01_07_13_LP” e “NT_SFB-N°24_RAPELD_01_07_13_LP”, encaminhadas pelos documentos CE 0242/2013-DS, CE 0269/2013-DS e CE 0324/2013-DS respectivamente trazendo estudos atestando a suficiência das parcelas instaladas. Tais notas técnicas foram avaliadas pela Nota Técnica 006493/2013 COHID/IBAMA que concluiu que, a fim de que não houvesse interferência na padronização do esforço para que seja possível a comparação de cenários no pré e no pós enchimento dos reservatórios, a configuração dos módulos deveria permanecer como está atualmente mantendo-se a quantidade de parcelas implantadas e a sua localização dentro dos módulos.

2.20 *Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:*

a) *FUNAI: atender ao disposto no Ofício n° 126/PRES-Funai e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange ao componente indígena;*

b) *IPHAN: atender ao disposto no Ofício n°. 093/11–CNA/DEPAM/IPHAN e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao patrimônio histórico e arqueológico;*

c) *DNPM: implementar o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico, observando o disposto no Ofício n°. 15/DIFIS-2011 – DNPM e apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das atividades referentes ao citado programa;*

d) *ICMBio: apoiar as ações referentes à implementação do Plano de Ação de Espécies Ameaçadas;*

94/96
Euh

e)MS/SVS: executar o Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM, aprovado por meio do Parecer Técnico nº. 28/2010/CGPNCM/DEVEP/SVS/MS;

f)INCRA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários;

g)ITERPA: apresentar manifestação quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, no que tange à conclusão das tratativas referentes aos assentamentos agrários.

Avaliação de status não pertinente. A análise do atendimento das exigências desta condicionante são de competência e responsabilidade dos órgãos intervenientes, conforme disposto na Portaria Interministerial 419/2011. Até o presente momento não houve manifestação formal desses órgãos. Junto ao 4º Relatório a Norte Energia apresentou as ações realizadas para atendimento do que foi solicitado pelos órgãos envolvidos.

2.21 *Dar continuidade às ações de apoio à fiscalização ambiental, a exemplo daquelas definidas nos Acordos de Cooperação Técnica com o IBAMA e com o Estado do Pará.*

Condicionante em atendimento. A Norte Energia informou que vem desenvolvendo ações para atender o Plano de Trabalho anexo ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Conforme o empreendedor, foi realizada reunião em 18 de março de 2013, quando foi apresentado novo Plano de Trabalho ao ACT. Em 17 de julho de 2013 nova reunião foi realizada entre Norte Energia e DIPRO. Na ocasião foi acertada a implantação de dois postos móveis de fiscalização e conclusão dos postos fixos. A reforma das casas que servirão de bases fixas de fiscalização, localizadas nos travessões 27 e 55, já foram concluídas. A Norte Energia informou ainda que se encontram disponíveis, para uso da equipe de fiscalização da DIPRO, alojamentos para 20 pessoas, galpão para abrigar os bens apreendidos e o um pátio de 30.000 m².

2.22 *No que se refere ao Hidrograma de Consenso:*

a)Prever período de testes para o hidrograma, com duração mínima de 6 (seis) anos, a partir da instalação da plena capacidade de geração da casa de força principal;

b)Apresentar, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, proposta de plano de monitoramento da qualidade ambiental no TVR, contemplando impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande;

c)Propor, com um ano de antecedência ao enchimento do reservatório, possíveis programas de mitigação e compensação dos impactos potenciais, direcionados ao período de testes;


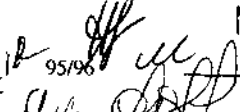
d)Manter, no período compreendido entre o início da operação e a geração com plena capacidade, minimamente, o Hidrograma B proposto no EIA.

Parágrafo Único – No âmbito do presente processo de licenciamento ambiental, será devida a alteração do hidrograma de consenso motivada pela identificação de impactos não prognosticados nos estudos ambientais.

Condicionante não exigível. Esta condicionante será avaliada posteriormente.

2.23 *No âmbito do Programa de Compensação Ambiental, informa-se, com base na Lei nº. 9.985/00 (SNUC) e no Decreto nº. 6.848/2009, que o valor da compensação ambiental (CA) referente à UHE Belo Monte é de R\$ 99.539.625,73 (noventa e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), de acordo com os valores atuais previstos para a implantação do empreendimento, segundo informado pela Norte Energia S.A. Para efetuar o cálculo, foram observados: (i) custo total do empreendimento R\$ 23.624.019.982,29; (ii) custos com planos, programas e projetos ambientais R\$ 3.716.094.836,66; (iii) Valor de Referência (VR) R\$ 19.907.925.145,63; e (iv) Grau de Impacto (GI): 0,5%.*

Avaliação de status não pertinente. Não houve manifestação da Câmara de Compensação Ambiental Federal – CCAF sobre a implantação do Programa de Compensação Ambiental,

 12/05/10  MP

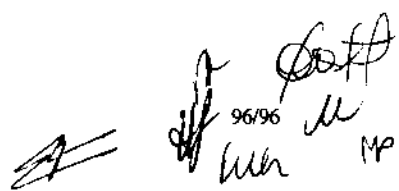
tampouco resposta ao MEM. 007706/2013 CGENE/IBAMA encaminhado pelo Ibama, em 30 de abril de 2013.

4. CONCLUSÕES

Ao longo da análise observou-se que foram incorporadas no 4º Relatório boa parte das recomendações apontadas nos pareceres anteriores. No que tange à execução dos programas ambientais, em alguns casos foi reduzida a defasagem em relação aos cronogramas previstos no PBA.

No decorrer deste Parecer Técnico foram elencadas pendências relacionadas aos Planos, Programa e Projetos constantes do Plano Básico Ambiental – PBA, para as quais foram tecidas recomendações que deverão ser atendidas pelo empreendedor.

Ressalta-se que alguns Programas e Projetos serão objeto de pareceres específicos.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the date 96/96, and several other initials.



02001.021831/2013-63

19/11/2013

Fls. nº 11478

Proc. nº 1848/06

Rub.

CE 1023/2013 – DS

Altamira, 14 de novembro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Erivando Oliveira Amaral
Prefeito Municipal de Vitória do Xingu
Rua Manoel Félix de Farias, Nº 333 - Centro
68.383-000 – Vitória do Xingu/PA

03098/2013
34 1 31 1 33
Deyane souza


Assunto: Sistema de Abastecimento de Água da Sede do município de Vitória do Xingu

Prezado Senhor,

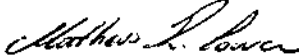
1. Como é de conhecimento, em atendimento às ações desenvolvidas pela Norte Energia para fazer cumprir as medidas prescritas na Licença de Instalação – LI Nº 795/2011 emitida pelo Ibama e reunidas no Projeto Básico Ambiental – PBA da UHE Belo Monte, está sendo implantada a infraestrutura de saneamento básico Vitória do Xingu, conforme prevê o Plano de Requalificação Urbana
2. Dentre essas ações, cabe destacar a implantação de abastecimento de água da sede de Vitória do Xingu que, conforme relatado em correspondências anteriores, foi iniciada previamente à atuação da Norte Energia, com recursos provenientes da Funasa e repassados à administração municipal.
3. Assim, foi solicitada e ratificada, pela Norte Energia, nas correspondências **CE 666/2012-DS** de 12/12/2012, **CE 124/2013-DS** de 15/03/2013 e **CE 261/2013-DS** de 28/06/2013, anexas, a necessidade de informações para condução do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, reiterando a nossa necessidade de prestar esclarecimentos ao Ibama, com respeito ao progresso da implantação do Plano no âmbito do PBA.
4. Com isso, ratificamos que as informações sobre o a implantação das obras em questão são imprescindíveis para a condução do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, de responsabilidade do Ibama.
5. Em reunião realizada em 8 de agosto deste ano, a prefeitura informou que enviaria as informações solicitadas e que solicitaria uma complementação a Norte Energia, de modo a encerrar as obras de abastecimento de água e quitar os compromissos da Norte Energia junto a prefeitura e ao processo de licenciamento ambiental.

Ho analista Mathews,
Para ciencia.

20.11.2013


a. José de Moura
Superintendente de Energia Hidrelétrica
Substituto
COHID/CGENT/DILIC/IBAMA

Ciente em 26.11.2013


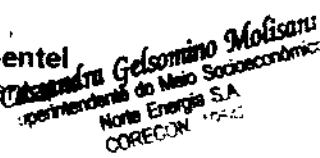


Mathews Ribeiro Coura
Analista Ambiental
Matr. 1.713.026
COHID/CGENT/DILIC/IBAMA



6. Informamos que estamos à disposição para realizar as complementações que se fizerem necessárias dentro do escopo previsto no PBA e desde que aprovadas pelo Ibama, mas para tanto, é essencial a disponibilização das informações solicitadas até a o final de novembro de 2013. Entendemos que o sistema de abastecimento de água estará concluído em breve, mas tais complementações ou alterações a serem ajustadas entre a Norte Energia e o município devem ser de conhecimento do Ibama para o pleno atendimento dos cronogramas impostos na Licença de Instalação da UHE Belo Monte bem como, estarem em acordo com o PBA.
7. É essencial portanto, que o município manifeste-se quanto a este procedimento, bem como informarmos ao Ibama, de modo que este órgão tenha ciência dos entendimentos travados entre a Norte Energia e a municipalidade, e se pronuncie sobre tais entendimentos.
8. Cabe ressaltar que a população e a área a ser atendida pela complementação em pauta é a descrita no PBA e acertada em reunião do dia 08/08/2013 com a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, conforme ata encaminhada pela CE0696/2013-DS-SSE de 26 de agosto de 2013.
9. Desta forma, reiteramos as solicitações e nos colocamos à disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental


Anexos:

CE 666/2012-DS de 12 de dezembro de 2012
CE 124/2013-DS de 15 de março de 2013.
CE 261/2013-DS de 28 de junho de 2013.

C/C:

Thomaz Miazak de Toledo

Coordenador Geral do IBAMA

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede do IBAMA, bloco A – 1º andar

70.818-900 Brasília - DF

EM BRANCO



Departamento de Meio Ambiente

Assessoria de Meio Ambiente
Rua da Indústria, 100 - Jd. São José
13.130-000 - Jd. São José - SP
Fone: (13) 3333-1111 - Fax: (13) 3333-1112
E-mail: am@norteenergia.com.br

Assessoria de Meio Ambiente - Departamento de Meio Ambiente - Norte Energia S/A

Prezado Senhor,

1. A Norte Energia S/A tem desenvolvido as ações necessárias para execução do Projeto Básico Ambiental - PBA, documento composto por 117 projetos voltados pra execução de ações ligadas ao meio físico, biótico e socioeconômico, onde destacam-se as ações de infraestrutura de educação, saúde e saneamento.
2. Para tanto, tem sido implantado o Programa de Intervenção em Vitória do Xingu, no âmbito do Plano de Requalificação Urbana. Tal ação tem resultado na implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do município que está em andamento.
3. Outra ação decorrente do Programa de Intervenção em Vitória do Xingu corresponde ao Sistema de Abastecimento de Água, que por sua vez a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu está implantando em parceria com FUNASA/PA, processo esse anterior ao da implantação do Projeto Básico Ambiental - PBA.
4. Recentemente a prefeitura retomou a execução das obras, tendo sido buscado nos últimos meses pela equipe da CNEC WorleyParsons, contratada da Norte Energia, informações e dados sobre o andamento das ações do município junto a FUNASA, os projetos adicionais e a execução da obra, dados que ainda não foram disponibilizados, e que são essenciais para a Norte Energia cumprir seus compromissos junto ao processo de licenciamento ambiental.
5. Assim sendo, devido a necessidade de apresentação das informações relativas a essa obra no processo de licenciamento do empreendimento, referimos a solicitação de algumas informações importantes, com

Atenciosamente,
Assessoria de Meio Ambiente

Fls. 11480
Proc. nº 1848/06
Rub.

12/12/12
12/12/12

EM BRANCO

1848/06

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

Roberto Camilo da Cruz Oliveira
Diretor Socioambiental

Departamento Central de Correos
Calle de Bolívar
P.O. Box 1000, Lima 10, Peru

EM BRANCO

11482
1848/06

Fl. 04/0011112

Brasília, 10 de Março de 2013

A Sua Excelência o Senhor

Erivando Oliveira Amaral

Prefeito Municipal de Vitória do Xingu - PA

R. Marçal Faria de Farias, 100 - Centro

65883-000 - Vitória do Xingu - PA

Assunto: Sistema de Abastecimento de Água da Sede da Prefeitura de Vitória do Xingu.

Prezados Senhores,

1. Em atendimento às ações desenvolvidas pela Norte Energia para fazer cumprir as medidas prescritas na Licença de Instalação - LI Nº 795/2011 emitida pelo IBAMA e reunidas no Projeto Básico Ambiental - PBA da Itaipu Belo Monte, está sendo implantado a infraestrutura de saneamento básico nos municípios diretamente afetados pela obra de construção da Itaipu Belo Monte.
2. Das ações sob a responsabilidade da Norte Energia cabe mencionar que a infraestrutura de saneamento básico está em fase inicial de implantação na comunidade de Belo Monte.
3. Ainda no âmbito da atuação da Norte Energia, deve-se citar também que na sede de Vitória do Xingu as obras de drenagem urbana e da rede coletora de esgoto estão em estágio avançado de progresso.
4. Contudo, é importante ressaltar que a implantação do sistema de abastecimento de água da sede já havia sido iniciada previamente a atuação da Norte Energia, com recursos provenientes da Fundação foram repassados à administração municipal. Portanto, a responsabilidade pela implantação do sistema de captação, de tratamento de água, de sua reservação e da rede de distribuição está a cargo da prefeitura municipal de Vitória do Xingu.
5. Aproveitamos para mencionar que a LI Nº 955/2011, emitida pela SEMA-PA, tem-se o prazo de validade vencido em 06/01/2012.
6. Conforme Ofício já encaminhado a esta honra pessoa em especial a **CE-RE-666-2012-DS** encaminhado em 13/12/2012, requer-se a Casa necessariamente de prestar esclarecimento no âmbito do PBA. Para isso, a CNFC World-Paraná foi contatada pela Norte Energia com intuito de acompanhar o andamento das obras de saneamento público de Vitória do Xingu relacionadas a implantação do Saneamento Básico. Ainda, a CNFC

NORTE ENERGIA S.A.

Rua General Carneiro, 100 - Vila Militar - Rio de Janeiro - RJ

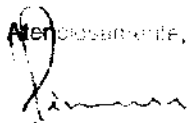
CNPJ nº 07.043.419/0001-90 - Inscrição Estadual nº 150.900.000-00

CEP 22245-900 - Rio de Janeiro - RJ

EM BRANCO

SEN

- Atenciosamente, a Vossa Excelência, a seguir, apresentamos a lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente, bem como a lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente, bem como a lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente.
1. Lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente, bem como a lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente.
 2. Manifestação da FENASA sobre a qualidade e a segurança dos produtos e serviços oferecidos, que incluem a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.
 3. Lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente, bem como a lista de documentos encaminhados para a análise e avaliação da Comissão de Meio Ambiente.
 4. Informações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.
 5. Informações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.
- b. Posteriormente, a Comissão de Meio Ambiente, apresentará os documentos que se encontram em anexo.

Atenciosamente,

João dos Reis Pimentel
 Diretor Socioambiental

PREF. MUN. DE VITÓRIA DO VINHO	
PROTOCOLO	
Processo nº	00762/2013
Em:	18/03/13
Dayane Santo	

EM BRANCO

CE 261/2013 - DS

Brasília, 28 de junho de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Erivando Oliveira Amaral
Prefeito Municipal de Vitória do Xingu - PA
R. Manoel Félix de Farias, 333 - Centro
68383-000 - Vitória do Xingu - PA

Assunto: Sistema de Abastecimento de Água da Sede do município de Vitória do Xingu

Senhor Prefeito,

1. Como é de seu conhecimento, no cumprimento das ações previstas no Projeto Básico Ambiental - PBA da UHE Belo Monte está sendo implantada a infraestrutura de saneamento básico nos municípios, conforme prevê o Plano de Requalificação Urbana
2. Dentre essas ações, cabe destacar a implantação do sistema de abastecimento de água da sede, que conforme já relatado em correspondência anteriores, foi iniciado previamente à atuação da Norte Energia, com recursos provenientes da Funasa e foram repassados à administração municipal
3. Assim, foi ratificado pela Norte Energia nas correspondências CE 066/2012-DS de 12/12/2012 e CE 124/2013-DS de 15/03/2013, anexas, a necessidade de informações para condução do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, como: I) Confirmação sobre a solicitação da Prefeitura junto a FUNASA/PA para aditivo de prazo na conclusão da obra ou quitação do processo; II) Manifestação da FUNASA sobre o processo e a retomada das obras; ou outros encaminhamentos que permitiram a municipalidade assumir a execução das obras; III) Disponibilização de uma cópia do cronograma de execução da obra e seu prazo de conclusão, juntamente com as plantas executivas; IV) Informações sobre a implantação da obra e da empresa executora V) Informações sobre a licença ambiental vigente
4. Além dessas correspondências, no período de Abril a Junho/2013, foram realizados diversos contatos junto à municipalidade para a obtenção desses dados, o que até momento não foi possível
5. Para que a Norte Energia cumpra com seus compromissos frente a esta municipalidade e perante o processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, os dados relativos as obras em curso para o abastecimento de água na sede municipal são essenciais o que permitirá que os entendimentos com esta municipalidade avancem para a conclusão deste compromisso

01911/2013
28/06/13
Mun. de Vitória do Xingu

EM BRANCO

11485
1848/06
6

6. Dessa forma, reiteramos a solicitação e nos colocamos à disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente


João dos Reis Pimentel
Diretor Socioambiental

Anexo:
CE 0666 2012 DS de 12 de Dezembro de 2012
CE 124 2013 DS de 15 de Março de 2013

EM BRANCO

11486
Proc. nº 1848/06

Rub. 



SIPAR - Ministério da Saúde

25000- 208647/2013-31

Data: 14 / 11 / 2013

Recb 18/11/2013

DIGITALIZADO NO IBAMA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
SCS. Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal
70.304-000 Brasília-DF
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

Ofício nº. 95 /2013DSAST/SVS/MS

Brasília, 14 de novembro de 2013.

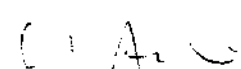
A Sua Senhoria a Senhora
Gisela Damm Forattini
Diretoria de Licenciamento Ambiental – IBAMA
SCEN Trecho 02, Edifício Sede, Bloco A
70818-900 – Brasília/DF,

Assunto: 4º Relatório Semestral de Implementação do PBA e atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 - UHE Belo Monte.

1. Em atenção ao Ofício OF 02001.011576/2013-41 DILIC/IBAMA, encaminho, após a análise do Plano de Saúde Pública do 4º Relatório Semestral de Implementação do PBA e atendimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 795/2011 – UHE Belo Monte, a Nota Técnica nº 69 /2013/DSAST/SVS/MS, para a continuidade do processo de licenciamento ambiental.

2. Para informações adicionais, favor contatar o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST) pelo endereço eletrônico: jose.damas@saude.gov.br ou leandra.rodrigues@saude.gov.br.

Atenciosamente,


Carlos Augusto Vaz de Souza
Diretor – DSAST/SVS/MS

Portaria Casa Civil/PR nº 849, de 6/11/2013. DOU Nº 217 de 7/11/2013

Do analista, Eduardo Trezzi,

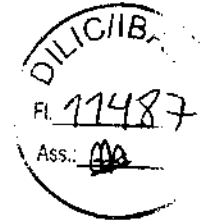
Para ciência da equipe
e encaminhar cópia do
documento à Norte Energia
recomendando que sejam
atendidas as recomendações
da NT.

22.11.2013

Letícia Bento de Moura
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
Substituta
COHID/CGEN/DIR/CA/BAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ENC. VOL. 000587/2014 COHID/IBAMA

Brasília, 09 de maio de 2014

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume LIX do processo de nº 02001.001848/2006-75. Após encerramento, tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

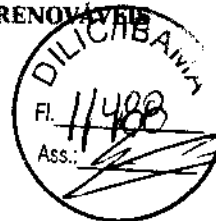
Atenciosamente,

EDUARDO TRAZZI MARTINS
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 12 dias do mês de maio de 2014, procedemos ao encerramento deste volume nº LIX do processo de nº 02001.001848/2006-75, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº LX. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA



—

